

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Economia e Administração
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração

Camila da Silva Serra

**Proposta de Institucionalização do processo de gestão da inovação
tecnológica na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: da
criação ao direito de proteção intelectual**

Campo Grande – MS
2011

Camila da Silva Serra

Proposta de Institucionalização do processo de gestão da inovação tecnológica na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: da criação ao direito de proteção intelectual

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração. Orientador: Renato Luiz Sproesser, Dr.

Campo Grande - MS
2011

Serra, Camila da Silva.

Proposta de Institucionalização do processo de gestão da inovação tecnológica na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: da criação ao direito de proteção intelectual / Camila da Silva Serra – Campo Grande, 2011.

305 f. 9 Fig., 14 Quadros.

Orientador: Renato Luiz Sproesser

Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Inclui Bibliografia

1. Inovação Tecnológica. 2. Pesquisa Científica. 3. Gestão de processos.

Camila da Silva Serra

Proposta de Institucionalização do processo de gestão da inovação tecnológica na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: da criação ao direito de proteção intelectual

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão do Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 31 de março de 2011.

Prof. Dr. José Nilson Reinert
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Renato Luiz Sproesser
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Patrícia Campeão
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Luiz Henrique Vianna
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Agradecimentos

Seria até uma “grosseria” da minha parte se eu não iniciasse agradecendo à pessoa na qual com certeza esse processo não teria se iniciado, pelo menos não nesse tempo, não nesse formato. Digo processo, porque não me refiro somente ao trabalho e sim a minha vida acadêmica, agradeço pela persistência do meu orientador, por ter acreditado e me incentivado, enquanto outros me desmotivavam. Devo dizer que sem o seu apoio e compreensão provavelmente eu não teria tido a coragem de chegar ao fim, ou mesmo iniciado.

Devo manifestar um agradecimento muito especial à professora Patrícia Campeão, que significativamente contribuiu com meu trabalho, sem suas contribuições, somadas a sua paciência e disposição, esse trabalho não seria o que é.

Não é possível continuar, sem lembrar-se da “equipe APITT”. Agradeço a todos que passaram por lá, com certeza aqui está um pouco de cada um de vocês, em especial a batalhadora e corajosa Anna Karina, a doce Laudicéia, a cômica Jennifer, ao gestor em potencial Guilherme e ao inteligente e companheiro Mateus. Não poderia deixar de lembrar o professor “Vianninha”, e da “rodada” que iniciou o processo de construção da APITT.

Aos colegas da turma de mestrado “Força na peruca pessoal” lá vamos nós, agora nós podemos... De uma forma geral, devo agradecer a sociedade, aos programas de educação, ao programa de mestrado em administração da UFMS e a Rosali por tornar nossa vida mais harmoniosa nesse período.

A minha família e amigos que continuam me aceitando como integrante dos seus círculos sociais, mesmo eu não estando presente dos mesmos nesses dois anos. “Pessoal só mais quatro e está feito”.

Ao meu amado Fábio que levou abaixo a teoria de que namoro é inversamente proporcional ao mestrado, obrigada por todo companheirismo.

Poderia aqui, continuar a agradecer, todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a conclusão desse trabalho, não que este esteja finalizado, como todo projeto a proposta é só o início do processo. A questão que muitas foram as pessoas que me apoiaram é até injusto da minha parte não citá-las. De qualquer forma o meu muito obrigada a vocês.

Resumo

Serra, Camila da Silva. **Proposta de Institucionalização do processo de gestão da inovação tecnológica na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: da criação ao direito de proteção intelectual**. 307 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

Orientador: Renato Luiz Sproesser

Defesa: 31/03/2011

Essa pesquisa teve o objetivo de propor um modelo de gestão do processo de inovações tecnológicas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul identificando seus aspectos positivos e críticos à sua implementação. Para que esse objetivo fosse alcançado, foi necessário identificar junto à comunidade acadêmica quanto ao grau de conhecimento a respeito de propriedade intelectual e seus aspectos formais, prospectar, junto aos pesquisadores da UFMS, demandas passíveis de proteção intelectual e/ou transferência de tecnologia, identificar métodos ou modelos de gestão das inovações tecnológicas existentes em outros NIT's e propor procedimentos administrativos para proteção intelectual da criação de produtos e serviços oriundos da inovação tecnológica gerados na UFMS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, o método de pesquisa utilizado foi o método indutivo, como método de procedimento adotou-se o estudo de caso, no qual a UFMS foi a unidade caso, a técnica de coletas de dados primários foi a *survey* e, entrevistas em profundidade e diagnósticos organizacionais foram obtidos por meio de *Benchmarking* nas universidades pesquisadas. Para a análise de dados, foi utilizada a ferramenta 5W1H e codificação dos *survey*. A conclusão dessa pesquisa é que embora no Brasil os NIT's estejam previstos em lei com a finalidade de gerir inovação nas ICT's ainda é possível observar barreiras tanto na comunidade acadêmica como na empresarial.

Palavras - chave: Gestão da Inovação Tecnológica; Propriedade Intelectual e Institucionalização de Processos.

Abstract

Serra, Camila da Silva. **Proposta de Institucionalização do processo de gestão da inovação tecnológica na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: da criação ao direito de proteção intelectual.** 307 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

Orientador: Renato Luiz Sproesser

Defesa: 31/03/2011

This research aimed to propose a model managing the process of technological innovations in Universidade Federal de Mato Grosso do Sul identifying its positive aspects and critical to its implementation. For this objective to be reached, it was necessary identify with the academic community regarding the degree of knowledge about intellectual property and its formal aspects, prospect, along with researchers from UFMS, demands that need intellectual protection and / or technology transfer, identify methods or models of management of technological innovations in existing NIT's and other administrative procedures for proposing intellectual protection of creating products and services from technological innovation generated in UFMS. It is qualitative research, the research method inductive method was used as a method of procedure was adopted for the case study, in which the UFMS was the unit case, the technique of data collection was the primary survey and in-depth interviews and organizational diagnoses were obtained through Benchmarking the universities surveyed. For data analysis tool was used and 5W1H coding of the survey. The conclusion of this research is that although in Brazil the NIT's are required by law to purpose of managing innovation in ICTs is still possible barriers observed in both the academic community and in business.

Key - words: Management of Technological Innovation, Institutionalization Process and Intellectual Property.

Lista de abreviaturas e siglas

APITT – Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCF – Contabilidade e Finanças
CECAE - Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais
COPERGI – Comissão Permanente de Gestão de Inovação
CTIT - Coordenadoria de Transferência de Inovação Tecnológica
C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
DIOR – Divisão de planejamento orçamentário
EUA – Estados Unidos
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
GADI - Grupo de Assessoramento ao Desenvolvimento de Inventos
GRU - Guia de Recolhimento da União
ICT - Instituição Científica e Tecnológica
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
Inova – Agência de Inovação Unicamp
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC – Ministério da Educação
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
PDP – Políticas de Desenvolvimento Produtivo
PI – Propriedade Intelectual
PROPP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
SIEN - Sistema de Informação de Ensino
UE – Universidade e empresa
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo
USPTO – *United States Patent and Trademark Office*

APÊNDICES

APÊNDICES

Apêndice 1 – Fluxo do primeiro processo de proteção de patente realizado pela APITT	131
Apêndice 2 – Instrumento de coleta de dados	132
Apêndice 3 – Fase 1 – Avaliação de anterioridade	137
Apêndice 4 – Fase 2 – Pedido de depósito de patente	142
Apêndice 5 – Fase 2 – Relatório de Invenção	144
Apêndice 6 – Fase 2 – Autorização	157
Apêndice 7 – Fase 2 – Declaração de Titularidade e Partilha	158
Apêndice 8 – Fase 2 – Procuração inventor externo.....	159
Apêndice 9 – Fase 2 – Procuração institucional.....	160
Apêndice 10 – Carta de pedido de <i>software</i>	162
Apêndice 11 – Relatório de registro de programa de computador	164
Apêndice 12 – Termo de cessão de <i>software</i>	168
Apêndice 13 – Termo de participação de autores.....	170
Apêndice 14 – Procuração	172

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário UnB – Pesquisa em laboratórios	174
Anexo 2 – Tabela de retribuições pelos serviços INPI (programas de computador)	178
Anexo 3 – Tabela de preços direitos autorais	179
Anexo 4 – Tabela de retribuições pelos serviços INPI (patentes)	180
Anexo 5 – Anexo I - USP	183
Anexo 6 – Anexo II - USP	186
Anexo 7 – Formulário consulta - UFMG.....	188
Anexo 8 – Termo de Participação autores - UFMG	198
Anexo 9 – Declaração Inventores - UFMG	200
Anexo 10 – Fase I - Unicamp	205
Anexo 11 – Fase II Unicamp	210
Anexo 12 – Documentos para registro de <i>software</i> UFMG	229
Anexo 13 – Termos de sigilo UFMG	258
Anexo 14 – Pedido patente UFSC	266

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro 1 – Análise dos macroprocessos pela ferramenta 5W1H	30
Quadro 2 – Quadro 2: Simbologia de fluxogramas.....	66
Quadro 3 - Potencial de inovações tecnológicas no curto prazo da UFMS	74
Quadro 4: Análise da Gestão de Inovações Tecnológicas da USP	82
Quadro 5: Aspectos positivos e negativos do modelo de gestão da inovação tecnológica da USP	83
Quadro 6: Análise da Sensibilização da Comunidade Acadêmica, quanto a Inovação Tecnológica da UFMG	88
Quadro 7: Análise do processo de proteção intelectual de inovações tecnológicas da UFMG	91
Quadro 8: Análise da divulgação das inovações tecnológicas da UFMG	94
Quadro 9: Aspectos positivos e negativos do modelo de gestão da inovação tecnológica da Universidade Federal de Minas Gerais	94
Quadro 10: Análise da gestão de inovações tecnológicas da Unicamp	101
Quadro 11: Aspectos positivos e negativos do modelo de gestão da inovação tecnológica da Unicamp	102
Quadro 12: Análise do modelo de gestão da inovação tecnológica da UnB	108
Quadro 13: Aspectos positivos e negativos do modelo de gestão da inovação tecnológica da UnB.....	109
Quadro 14: Análise da proposta de gestão da inovação tecnológica para a UFMS	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Plano de ação de gestão de inovação tecnológica	23
Figura 2: Fluxograma da Gestão de Inovações Tecnológicas da USP	80
Figura 3: Fluxograma da Sensibilização da Comunidade Acadêmica, quanto a Inovação Tecnológica da UFMG	87
Figura 4: Fluxograma do Processo de Proteção de Inovações Tecnológicas da UFMG	91
Figura 5: Fluxograma da divulgação das inovações tecnológicas da UFMG.	93
Figura 6: Fluxograma da gestão de inovações tecnológicas da Unicamp	99
Figura 7: Fases de incubação e programas da Incubadora – CDT	105
Figura 8: Fluxograma da gestão de inovações tecnológicas da UnB	107
Figura 9: Fluxograma da gestão de inovações tecnológicas da UFMS	114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.2 PROBLEMÁTICA	17
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 OBJETIVOS	20
1.4.1 Objetivo geral	20
1.4.2 Objetivos específicos	21
2 MÉTODO	21
2.1 PLANO DE AÇÃO DA PESQUISA	22
2.2 MÉTODO DE PESQUISA	23
2.3 MÉTODO DE PROCEDIMENTO	24
2.4 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	25
2.5 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	27
2.6 TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DO MÉTODO 5W1H	29
2.7 TÉCNICA DE ANÁLISE DE RESULTADOS	31
3 REFERENCIAL TEÓRICO	32
3.1 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	32
3.1.1 Propriedade Intelectual	35
3.2 A RELAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA COM A UNIVERSIDADE	43
3.2.1 A pesquisa científica	43
3.2.2 A relação universidade e sociedade	46
3.2.3 A história da educação e da pesquisa nas universidades brasileiras	49
3.3 O FORTALECIMENTO DA COMPETITIVIDADE BRASILEIRA	53

3.3.1 A intervenção estatal no domínio econômico	53
3.3.2 As políticas industriais de inovação brasileira	55
3.3.2.1 A Lei de inovação	58
3.4 GESTÃO DA QUALIDADE	61
3.4.1 Ferramentas de gestão	62
3.4.2 Estudo de processos	64
4 A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	68
4.1 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO A RESPEITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL DE PESQUISADORES DOCENTES	72
4.2 AS CRIAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL COM POTENCIAL DE PROTEÇÃO NO CURTO PRAZO	74
5 MODELOS DE GESTÃO TECNOLÓGICA	75
5.1 MODELO DE GESTÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	76
5.2 MODELO DE GESTÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	86
5.3 MODELO DE GESTÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	96
5.4 MODELO DE GESTÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	103
6 PROPOSTA PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	111
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
7.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	123
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

I. INTRODUÇÃO

Governos de países em desenvolvimento e desenvolvidos já perceberam a importância da inovação para estarem inseridos nos mercados mundiais, através da ciência, da tecnologia e da inovação que servem de incentivo para processos de desenvolvimento econômico, social, cultural e político, alavancando o fator competitivo dos países no mercado mundial.

A inovação tem sido fator chave para a construção do meio de vida da sociedade contemporânea. Sem a inovação o mundo não seria o que é hoje, tendo em vista que essa é uma das bases do modo de vida dos seres humanos que ao longo do tempo fazem uso de produtos gerados por inovações.

A ciência nos séculos XVIII e XIX trazia pouco impacto tecnológico e pouco retorno econômico, a tecnologia encontrava-se nas mãos de pessoas dotadas de recursos financeiros e suas contribuições não foram normalmente reconhecidas. Até que uma mudança nas leis de patentes permitiu aos "inventores" reclamar parte do retorno econômico que as mudanças tecnológicas geravam (STOKES, 2005, p 63).

Interferências como essas têm o objetivo de encontrar formas para facilitar a entrada da indústria local em novos setores e promover o desenvolvimento nacional, o estado constrói vantagens competitivas com dotações institucionais e políticas industriais a fim de alavancar sua gama de produtos (EVANS, 2004).

O Governo Federal brasileiro tem apoiando a cooperação entre empresas e Instituição Científica e Tecnológica (ICT) como uma das ações estratégicas a promoção de inovação tecnológica no setor produtivo a fim de criar vantagens competitivas internas e externas, instigando o Brasil à liderança mundial e à conquista de mercados. Essas ações têm se evidenciado na agenda de políticas públicas nas últimas décadas, o tema é pauta de forma crescente, elevar a capacidade de inovação das empresas é um desafio para a sustentabilidade do crescimento do país.

As estratégias brasileiras são reflexos de um cenário de competitividade global, com transformações constantes de negócios com a criação

de novos produtos e processos. Essas transformações geralmente se dão por meio de contratações de funcionários com experiência em tecnologia, parcerias com universidades e centros de pesquisas (SANTOS; TOLEDO e LOTUFO, 2009). “Países exportadores de tecnologia têm sua capacidade tecnológica, e seu desenvolvimento freqüentemente creditados à capacidade que tiveram de conectar seus sistemas científicos com os sistemas produtivos” (VELHO, 1996, p.41).

O interesse pela inovação e pela pesquisa científica é verificado tanto por parte dos estudiosos e pesquisadores, quanto por parte dos proponentes, formuladores e apoiadores de políticas públicas, para Santos; Toledo e Lotufo (2009, p.) “[...] é possível verificar um interesse crescente em relação aos processos de transferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo baseados na produção científica e tecnológica das universidades de pesquisa”.

Para Velho (1996) a universidade é um espaço de produção social de conhecimentos que devem ser coletivamente apropriados, e ainda dentro dessa lógica as parcerias e transferência de tecnologia vêm se tornando cada vez mais importante para a universidade para colocar a pesquisa realmente a serviço da sociedade.

É preciso dar ênfase em um fator determinante no sucesso de cooperações entre setor produtivo e acadêmico que é o perfil dos pesquisadores brasileiros, provedores de inovação, ciência e tecnologia (C,T&I) são na sua grande maioria, associados ou pertencentes e ainda patrocinados pelo Governo, de acordo com Santos; Toledo e Lotufo (2009), 65% dos pesquisadores estão em universidades públicas, para efeito de comparação nos Estados Unidos 80% deles estão em empresas privadas.

Um dos mecanismos das políticas industriais brasileiras, criada em 2004, na tentativa de melhor explorar o papel da universidade e direcionar a pesquisa ao desenvolvimento do país é a Lei nº. 10.973, conhecida como ‘A Lei de Inovação’. De acordo com a mesma, em atenção ao Art. 16, as ICT's do Brasil deverão dispor de órgãos específicos chamados de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), com a finalidade de gerir sua política de inovação, dentre outros objetivos, disseminando a cultura da inovação, da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia.

Os investimentos oriundos de agências de fomento nas ICT's após três anos da criação da lei de inovação cresceram 86%, que segundo Santos,

Toledo e Lotufo (2009), sinalizam o estímulo à criação dos NIT, logo, o incentivo a cultura da inovação dentro das universidades.

Podem ser demonstradas inúmeras vantagens para a universidade que possui em sua cultura de pesquisa o perfil de inovação tecnológica, entre elas o aumento de recursos para pesquisas, o oferecimento de laboratórios mais modernos para discentes, de bolsas de pesquisa, além de contato direto com empresas que futuramente poderão ser seus futuros empregadores.

É mister salientar que não existe um modo singular ou exato para estruturar ou otimizar a gestão da inovação tecnológica de uma universidade, a lei de Inovação prevê o primeiro passo que é a criação e algumas competências do NIT, mas faculta à universidade a condução do mesmo. De acordo com Santos; Toledo e Lotufo (2009), os trabalhos do núcleo devem-se adaptar da melhor forma a determinada instituição, de acordo com suas necessidades e realidades locais e regionais.

Araújo, M.A. (2009), destaca a importância de examinar os elementos e as combinações dentro e fora da organização, por meio de métodos e técnicas que as ajudem no estudo da adoção de padronizações. Está é uma forma de responder a mudanças externas reorganizando e melhorando seus processos e, um importante meio para o sucesso de uma organização que deseja implantar um processo de gestão (CAMPOS, 2003).

A partir dessa situação esse trabalho busca apresentar uma proposta para condução da inovação tecnológica na universidade, a partir de padronizações, adoções de rotinas e formalização de processos.

1.2 Problemática

O governo brasileiro vem desenhando um novo padrão de desenvolvimento industrial calcado em inovação tecnológica, porém, o sucesso de suas políticas ainda sofre reflexos de um passado no qual o processo de industrialização brasileira, foi pautado primeiro em barreiras protecionistas à importação e depois na importação tecnológica e não na inserção competitiva da economia internacional.

Paralelo a esse cenário, no período da ditadura militar os melhores cientistas das universidades, aderiram à estratégia política de não admitir o regime autoritário desenvolvendo atividades científicas que nada tinham a ver com as necessidades sociais do país, reafirmando posição de independência e não comprometimento ao regime político brasileiro. Como os cursos de pós-graduação surgiram nesse período, eles têm em sua essência essa atitude academista, “[...] isolados das demandas sociais e tecnológicas do país” (VELHO, 1996, p. 118).

Enquanto o Brasil passava por esse processo político, nos países centrais a atividade científica assumia novos papéis, a universidade “[...] deixou de ser uma atividade filosófica especulativa, passando a assumir o papel de fator de produção [...]” objetivando a competitividade internacional, o estado por sua vez criou políticas de incentivo estimulando aproximação entre universidade e empresa. Com isso, as universidades foram se redesenhando suas funções, reorganizando atribuições docentes e capitalizando os conhecimentos (VELHO, 1996, p. 134).

Todos esses acontecimentos levam o Brasil a um estado de atraso tecnológico, comparados com países desenvolvidos e, a resistência às pesquisas e desenvolvimento tanto por parte dos empresários como por parte dos pesquisadores e o distanciamento de ambos, como reflexos dessa época.

Tendo em vista que o número de patentes é reflexo do processo inventivo de um país, em um comparativo de pedidos de patentes de invenção depositados na base dos Estados Unidos (EUA) a *United States Patent and Trademark Office* (USPTO) no ano de 2007, o Brasil aparece em 150º com 385 pedidos, já os Estados Unidos surge com 247.898 pedidos em 10º lugar (MCT, 2009). No próprio Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a base brasileira, os depósitos de origem não residentes de 1997 a 2006 têm uma média de 40% mais pedidos em relação aos pedidos nacionais.

E é com base nessa realidade que o governo federal vem buscando métodos para acelerar os processos que propiciem um ambiente favorável a pesquisas, com pessoas e organizações preparadas e estruturadas a fim de estimular a criatividade e a novas idéias.

1.3 Justificativa

No intuito de atender a legislação federal, a Lei de Inovação, fez-se necessária a criação do NIT da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Criada em dezembro de 2007, a Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (APITT) surge como meio propulsor para gerir os processos de inovação tecnológica da universidade.

Em um levantamento de pesquisas desenvolvidas na UFMS em 2009 existiam 729 projetos de pesquisa em andamento, desses 64% estavam alinhados espontaneamente dentro dos programas das Políticas de Desenvolvimento Produtivo (PDP). No entanto, apenas 23% tinham algum tipo de financiamento, seja oriundo de agências de fomento governamentais ou do setor privado. A pesquisa foi realizada com o intuito de mensurar o comprometimento da universidade com os assuntos de natureza aplicada, a conclusão foi de que a cultura de inovação ainda não está totalmente inserida na comunidade acadêmica.

Conhecer a cultura de uma instituição, seus sistemas de valores e suas práticas são, segundo Daft (1999) *apud* Campeão *et al*, essencial para definir as mudanças que a instituição poderá suportar naquele momento.

Em um ranking nacional de dispêndio público com cursos de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Ministério da Educação (MEC) com pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a região Centro-Oeste aparece com aproximadamente 13% do investimento nacional, nesse contexto a UFMS, uma das cinco IFES da região centro-oeste, aparece com 7,45% dos investimentos regionais (MCT, 2010). Projetos de P&D são potenciais geradores de inovações tecnológicas, logo desenvolver esse tipo de pesquisa torna-se importante para uma universidade que queira elevar seu comprometimento com a sociedade.

É preciso dar ênfase ao fato de que a universidade atende a lei de inovação não significa dizer que a mesma tenha alterado suas políticas e aspectos culturais já existentes, de acordo Silva (2000) normas institucionalizadas pelos governos não prevêm que a ciência possui graus de liberdade e motivacionais, além do sistema econômico, social e político do país.

Outro fator que motivou esse trabalho foi que, em 2009, a APITT realizou seu primeiro processo de pedido de patente, antes esses processos eram

conduzidos por um escritório terceirizado especialista em proteção intelectual. Em virtude de ser uma nova atividade e sem rotinas pré-estabelecidas, o processo transitou na universidade entre vários órgãos deliberativos, o fluxo do processo está no APÊNDICE I, do trabalho. Foram identificados alguns problemas como retrabalho, demora no processo, desconhecimento da legislação, falta de formulários, estabelecimento dos procedimentos, atividades que não agregam valor ao processo.

Fatores como, demora no processo, isto é, demora no depósito de patente podem gerar consequências insatisfatórias para toda a comunidade, nesse caso a instituição pode perder todo o direito do resultado de uma pesquisa. Na seção 3.1.1 serão apresentados os requisitos para uma patente e um deles é a novidade, caso seja depositado um pedido de patente antes e o resultado for igual ou semelhante, o segundo pedido será indeferido.

Contudo, não há como ignorar que o país tem um potencial de pesquisa nas universidades e uma deficiência seja econômica, política, social ou tecnológica. Nesse contexto, torna-se uma oportunidade o potencial gerador de produtos e serviços da UFMS e a importância dessa inovação tecnológica para o Brasil. Além do impacto e benefício local, tanto para a UFMS como para o estado de Mato Grosso do Sul, que as tecnologias podem trazer.

Mas, quais são os processos e mecanismos que podem potencializar a gestão da inovação tecnológica da UFMS? Quais as ações que podem elevar os índices de proteção intelectual e a transferência de tecnologia na UFMS?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Propor um modelo de gestão do processo de inovações tecnológicas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul identificando seus aspectos positivos e críticos à sua implementação.

1.4.2 Objetivos específicos

- i) Identificar junto à comunidade acadêmica quanto ao grau de conhecimento a respeito de propriedade intelectual e seus aspectos formais;
- ii) Prospectar, junto aos pesquisadores da UFMS, demandas passíveis de proteção intelectual e/ou transferência de tecnologia;
- iii) Identificar métodos ou modelos de gestão das inovações tecnológicas existentes em outros NIT's;
- iv) Propor procedimentos administrativos para proteção intelectual da criação de produtos e serviços oriundos da inovação tecnológica gerados na UFMS.

2. MÉTODO

Neste capítulo é descrito o procedimento metodológico utilizado nessa pesquisa a fim de elucidar os objetivos supracitados no item 1.4. Na seção 2.1 é exposto o plano de ação da pesquisa, na seção 2.2 o método de pesquisa, na seção 2.3 aponta-se o método de procedimento, na seção 2.4 apresenta-se a caracterização da amostra, na seção 2.5 é exposta a técnica de coletas de dados, na seção 2.6 é descrito a técnica de desenvolvimento e análise de processo 5W2H e, por fim, na seção 2.7 a técnica de análise de resultados.

O método de pesquisa a ser utilizado é o método indutivo, como método de procedimento foi utilizado o estudo de caso, a técnica de coletas de dados primários é a *survey* e, entrevistas em profundidade e diagnósticos organizacionais foram obtidos por meio de *Benchmarking*, além de dados secundários.

A análise dos resultados do *Benchmarking* é feita com base no método 5W2H e a análise dos resultados dos *survey* por meio de codificação. A aplicação dos questionários possibilita a resposta do objetivo específico i) e ii) e os

levantamentos dos modelos atendem ao objetivo específico iii) e possibilitam a construção do objetivo iv).

2.1 Plano de Ação da Pesquisa

Para uma visão mais clara de como deve ser conduzida a inovação tecnológica nas universidades, segundo a lei de inovação, foi construído um plano de ação que facilitou o diagnóstico. O plano de ação apresentado na figura 1 foi desenvolvido com base no art. 16 da Lei de Inovação o qual dispõe sobre as competências mínimas do NIT.

Portanto, o principal objetivo dessa pesquisa foi estruturado e construído seguindo esse plano de ação e seus macroprocessos, toda intervenção na instituição, coleta e análise de dados, também.

Cada macroprocesso possui processos, subprocessos e atividades desenhadas dessa forma, foram mais claras a identificação de problemas e a proposição de melhorias, esse método denominado Metodologia Integrada de Transformação Organizacional (MITO) é utilizado para transformações organizacionais e são fundamentais para uma visão sistêmica e mudança cultural (CAMPEÃO *et al*, 2000).

Para ilustrar o plano de ação da pesquisa a figura 1 apresenta os macroprocessos da gestão da inovação tecnológica segundo a lei de inovação.

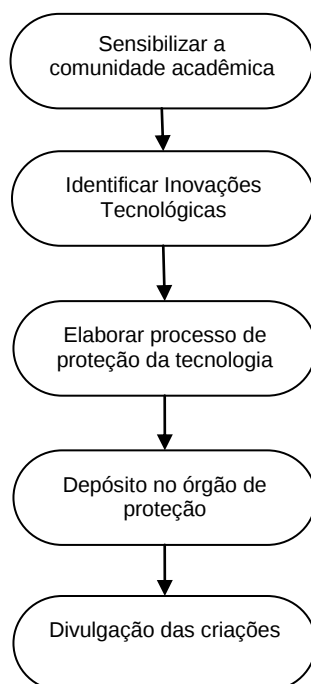


Figura 1 – Plano de ação de gestão de inovação tecnológica.
Fonte: Elaborado pela autora.

2.2 Método de Pesquisa

A essência desse estudo é qualitativa, de acordo com as idéias de Rossman e Rallis (1998) *apud* Creswell (2007), uma vez que a pesquisa ocorre em um cenário natural permitindo um nível de detalhes sobre o local e a possibilidade de estar altamente envolvido nas experiências reais dos participantes.

Em relação ao objetivo, este é de natureza exploratória visa à descoberta de novos métodos e práticas que modificarão as existentes, uma vez que investiga os procedimentos adotados e busca formular um modelo adequado, estudando e avaliando uma prática e difundindo conhecimento sobre o tema.

O estudo é exploratório pelo fato de a introdução de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) em universidades brasileiras ser um fenômeno recente, conforme será exposto no capítulo 3 dessa pesquisa, de modo que há necessidade de familiarização com o objetivo e de obtenção de uma nova compreensão deste para atender os objetivos da pesquisa (CRESWELL, 2007). A própria produção acadêmica nacional e internacional oferece pouco subsídio para processos de

formalização institucional de proteção intelectual na universidade, o que indica a necessidade da realização de pesquisas exploratórias para o aumento de conhecimento sobre o tema, conforme já apresentado na seção 1.

O método indutivo caracteriza-se por ser um processo que parte de dados particulares para a inferência de uma verdade geral ou universal (LAKATOS; MARCONI, 1991), ou seja, parte-se do específico para o geral.

A natureza do raciocínio indutivo é uma explicação passível de outras, ou seja, a conclusão é uma ou mais hipóteses. Baseadas em uma concordância inferencial além da prova apresentada. Por isso a tarefa da pesquisa é “[...] (1) determinar a natureza das provas necessárias para confirmar ou rejeitar as hipóteses e (2) designar métodos pelos quais descobrir e medir essa outra prova” (COOPER E SCHINDLER, 2003, p. 49).

2.3 Método de Procedimento

Este estudo utilizará o método tipológico e o método de estudo de casos como métodos de procedimento. Segundo Lakatos e Marconi (1991), o método tipológico consiste na construção de um tipo ou modelo ideal, a partir da análise de outros modelos, e de seus aspectos essenciais. O tipo ideal não existe na realidade, mas serve de modelo para a análise e compreensão de casos concretos, reais.

YIN (1997) define o estudo de caso como “[...] uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro do seu contexto de vida-real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são usadas”.

O estudo de casos é um procedimento de pesquisa onde a abordagem qualitativa se faz presente. No entanto, não se classifica o estudo de caso como uma abordagem unicamente qualitativa, pois para a construção da pesquisa são utilizados dados qualitativos e quantitativos, o que contribui para uma melhor aplicabilidade do método.

Os estudos de caso estão sendo cada vez mais utilizados como ferramenta de pesquisa, contribuindo de forma decisiva para a compreensão dos fenômenos individuais e organizacionais, priorizando a compreensão dos fatos em detrimento da mensuração dos mesmos.

De acordo com Godoi, Mello e Silva (2006) o estudo de caso tem sido utilizado nos estudos que visam propor tipos e estratégias de pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais. Godói e Balsini *apud* Godoi, Mello e Silva (2006, p. 115) em uma análise da produção científica brasileira concluíram que a maior parte dos estudos qualitativos brasileiros foi declarada como estudo de caso ou multicaseos. O que demonstra a validade do método adotado.

O estudo de caso orienta o processo investigativo, depois de estabelecido o caso, torna-se importante definir as fronteiras de interesse do pesquisador como onde, quando, quem, o que e como observar Godoi, Mello e Silva (2006, p. 128).

Em busca de um procedimento de pesquisa dentro de um contexto local e real, fica definido o estudo de caso, a fim de explicar como funcionam as organizações e seus processos, o processo de implantação de um novo método. Onde a unidade caso é a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A escolha da unidade partiu pelos problemas já expostos na seção 1.3 desse trabalho, confirmando os problemas detectados por via de uma série de estudos do Projeto “Rede NIT's do Centro-Oeste”, financiado pela FINEP, focados no potencial de inovação tecnológica da UFMS.

2.4 Caracterização da Amostra

A técnica para seleção da amostra na UFMS foi não-probabilística intencional por conveniência. Segundo Cooper e Schindler (2003) embora uma amostragem aleatória possa representar a população, esse pode não ser o objetivo da pesquisa. Quando não há o desejo de generalizar o parâmetro de uma população a amostra não probabilística pode atender satisfatoriamente aos objetivos da amostragem.

As amostras não probabilísticas irrestritas são as chamadas amostras por conveniência. Normalmente são utilizadas para testar idéias ou para ter idéias sobre o assunto de interesse, normalmente utilizadas em pré-testes ou propostas de pesquisa (COOPER E SCHINDLER, 2003).

As amostras não probabilísticas que atendem certos critérios são as chamadas amostras intencionais. Os membros da amostra são selecionados em um grupo viesado para fins de filtragem que atendam os desafios da pesquisa (COOPER E SCHINDLER, 2003).

O primeiro passo que determinou o critério utilizado na seleção dos entrevistados foi a identificação de grupos de pesquisa com potencial de inovação tecnológica. Esse critério foi uma sugestão do Projeto “Rede NIT's do Centro-Oeste” para identificar o potencial de inovação tecnológica da UFMS. Os próximos entrevistados foram pesquisadores/docentes desenvolvedores de pesquisas com potencial de inovação tecnológica, identificados com base nas referências dos questionários aplicados na primeira amostra.

Dessa forma o plano amostral da pesquisa constituiu-se em 49 entrevistados, como o objetivo da pesquisa tratou de inovações tecnológicas, se considerado apenas as áreas do conhecimento com potencial de geração de inovações tecnológicas, na ocasião da pesquisa existiam na UFMS 547 docentes registrados no Sistema de Informação de Ensino (SIEN) lotados em centros e faculdades com esse potencial.

Para escolha das instituições também foi utilizado um critério de seleção, Fischer (2003, p. 18) defende que é necessário “[...] examinar as melhores da classe, ou seja, aquelas empresas que possuem uma reconhecida reputação de liderança no gerenciamento do processo [...]”, com isso o primeiro critério adotado foi o *ranking* de universidades que mais depositam patentes no Brasil junto ao INPI, logo, as universidades que já possuem *Know-How* nos processos de proteção.

De acordo com dados do INPI (2009) no período de 1997 a 2007, a ICT que mais depositou patente foi a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com 470 no total, seguida de 283 depósitos da Universidade de São Paulo (USP) e 219 da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A reputação de liderança nos processos de proteção dessas instituições já havia sido identificada em outros trabalhos como o de Nunes e Oliveira (2007) que apontou que a utilização do sistema de patentes das

universidades brasileiras no período de 2000 a 2004 eram lideradas por cinco depositantes que eles identificaram como as maiores, são elas: a Unicamp, a UFMG, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a USP e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Utilizando o critério das líderes de depósitos de patentes no INPI foram selecionadas as universidades Unicamp, USP e UFMG. Em uma busca mais recente na base de patentes do INPI em agosto de 2010 a Unicamp aparecia com 644 pedidos, a UFMG com 307, a UFRJ com 238, a USP com 548 e a UFRGS com 107 processos.

Velho (1996, p. 5 e 64) em sua pesquisa utilizou do mesmo critério de escolha, ou seja, inquiriu universidades em destaque em outros trabalhos acadêmicos. Das universidades que inquiriu estavam a Universidade de Brasília (UnB) e a UNICAMP o critério de escolha foi por serem reconhecidas e mencionadas em outros trabalhos nacionais como instituições consideradas pela autora como “[...] um bom padrão de interação com o setor produtivo [...]”.

Com base na publicação de Velho e por uma questão de conveniência e acesso as informações foi selecionada também a UnB. Na base de patentes do INPI, em agosto de 2010, a UnB possuía 56 depósitos, nesse período era a universidade da região Centro-oeste que mais depositava pedidos de patentes.

2.5 Técnica de Coleta de Dados

Para responder os objetivos desse estudo foram necessárias três fases de coleta de dados. A primeira foi apoiada em dados secundários na busca de informações por meio de pesquisa documental e bibliográfica, de teorias e discussões do tema proposto, a segunda com aplicação de questionários com pesquisadores/docentes da UFMS e por último o uso de um *Benchmarking* com o mapeamento de rotinas institucionais de proteção de tecnologias em algumas universidades.

A primeira técnica de coleta de dados foi apoiada por meio de informações levantadas em pesquisa documental, bibliográfica, *sites* eletrônicos e com o uso de dados primários levantados pelo NIT da UFMS.

A pesquisa qualitativa é um multimétodo utilizando várias fontes de informações que de acordo com Yin *apud* Godoi (2006, p. 133) podem ser coletadas de seis fontes diferentes e de diferentes formas, são eles os documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

Na segunda fase a coleta de dados aconteceu por meio de *survey*, técnica esta que permite o uso de um mesmo questionário para todos os entrevistados garantindo anonimato aos mesmos com a finalidade específica de levantar o potencial de geração de inovações, opiniões, atitudes e comportamentos na UFMS.

As entrevistas utilizaram um roteiro (Apêndice I) semi-estruturado, são entrevistas em profundidade com docentes desenvolvedores de pesquisas com potencial inovação tecnológica da UFMS. O Apêndice I constante nesse trabalho foi utilizado nas entrevistas, apresentado por escrito, porém preenchido pelo pesquisador desse trabalho.

O questionário foi construído para atender os objetivos estabelecidos com base nas informações obtidas no referencial teórico e em modelos pré-estabelecidos como o da UnB (anexo 1). Após a adaptação a realidade local, as perguntas foram focadas na identificação das potenciais tecnologias desenvolvidas e o conhecimento a respeito de propriedade intelectual e inovação tecnológica do inquirido.

Para garantir a validade do questionário foi adotado um pré-teste. Foram entrevistados cinco coordenadores de pesquisas. O questionário mostrou-se eficiente na coleta de potenciais inovações tecnológicas, permitiu mensurar o conhecimento de inovação tecnológica e propriedade intelectual dos inquiridos a fim de definir mecanismos de sensibilização compatíveis com a realidade da universidade, e permitiu a identificação dos docentes-pesquisadores desenvolvedores de pesquisas passíveis de tecnologias e o grau de conhecimento a respeito dos processos de proteção no país.

O uso do *Benchmarking* é aqui utilizado como a terceira fase de coleta de dados. Para Fischer (2003) *Benchmarking* é qualquer ação que serve como padrão para que outras possam se guiar, desde que possa ser mensurado comparativamente, permitindo formular para si aprendizado e regularidade dos processos adotados.

Foi realizado um *Benchmarking* com outros órgãos universitários responsáveis pela proteção de tecnologia. Harrington (1997) define *Benchmarking* como estratégia de um “[...] competidor habilidoso [...]”, não do ponto de vista de competição entre instituições universitárias e sim pelo estudo de outras instituições no intuito de aprender com quem já passou por essa etapa na tentativa de minimizar gargalos. Araújo, M.A, (2009) afirma que essa é uma ferramenta de gestão que consisti em estudar organizações que implementaram idéias inovadores, a intenção é considerar todas as práticas positivas passíveis de execução levando em consideração os recursos disponíveis.

Para atender essa fase, foram realizadas entrevistas em profundidade com gestores e funcionários e diagnósticos organizacionais identificando macroprocessos e diretrizes das instituições. Também foram coletados dados em *sites* eletrônicos das três universidades selecionadas, documentos acadêmicos e aplicação do método com colaboradores dos núcleos responsáveis pela proteção das tecnologias. Os contatos foram feitos via mensagem eletrônica (*e-mail*), via telefone e/ou visitas nas unidades.

2.6 Técnica de Desenvolvimento e Análise do Método 5W1H

Essa seção trata da análise dos dados coletados nas instituições referência, proporcionando resposta aos objetivos iii e iv desta pesquisa. Depois de identificado os métodos e os modelos de gestão de inovações tecnológicas existentes em outros NIT's, os mesmos foram traduzidos em mapas de processos ou fluxograma, esse formato facilitou a identificação das atividades, das rotinas e dos processos.

Esses fluxogramas foram divididos em macroprocessos, processos e subprocessos com base no plano de ação exposto na seção 2.1. O arcabouço teórico referente a processos é apresentado na seção 3.3.1.

Depois de desenhado os fluxos foram feitas análises das atividades adotando o método 5W1H, muito utilizado para o desenvolvimento de plano de ações, trata-se de uma das ferramentas de gestão mais utilizadas na administração. Basicamente é um *checklist* de atividades a serem desenvolvidas, que funciona

como um mapeamento das mesmas. A utilização da ferramenta é muito útil em situações na qual não são tão claros os processos e seus problemas, possibilitando após o reconhecimento a implantação de um plano de ações para combatê-los com finalidade de melhoria (MAUÉS, 1996).

A escolha do método se deu porque ele tanto verifica um problema, como elabora um plano de ação, a vantagem dessa ferramenta é que ela evita a dispersão direcionando o trabalho ao objetivo inicial, outro benefício do método é que ele permite o agrupamento dos assuntos em famílias (COLETTI *et al*, 2010). Na seção 3.3 são expostas as principais ferramentas de gestão utilizadas para soluções de problemas e em projetos de melhorias.

Maués (1996) fez uso da ferramenta 5W2H na tentativa de determinar o que deveria ser feito para eliminar ou diminuir problemas na unidade caso. A técnica permitiu avaliar ações e propor as necessárias para o processo estudado. Para a execução da tarefa foi inquirido apenas o administrador central da empresa caso.

A técnica consiste em uma sequência de questionamentos aplicados na instituição inquirida. A ferramenta recebe o nome 5W2H em virtude de serem as iniciais, em inglês, desses questionamentos. De acordo com Machado (2008), existem dois tipos de plano de ação, os pontuais aplicados uma só vez para responder objetivos específicos e os rotineiros que descrevem ações que repetem sempre permitindo a criação de indicadores e metas.

A base dos questionamentos são *What* (O que), *Who* (Quem), *Where* (Onde), *When* (Quando), *Why* (Porque), *How* (Como) e *How much* (Quanto). Para esse estudo não foi necessário a utilização do último questionamento “quanto”, isto porque segundo a resolução 81/2007 da UFMS exposta no capítulo 4 deste trabalho, toda dotação financeira deverá ser custeada pela universidade. O quadro 1 representa de que forma será desenhada a avaliação das rotinas.

Macroprocesso					
O que?	Quem?	Quando?	Onde?	Por quê?	Como?
Descrição da iniciativa	Descrição do responsável pela ação	Descrição do cronograma, periodicidade	Descrição do local da realização	Descrição da justificativa da ação	Descrição do modo de realização da ação

Quadro 1 – Análise dos macroprocessos pela ferramenta 5W1H.

Fonte: Adaptação da ferramenta 5W2H de Machado (2008).

Com os resultados das análises da técnica 5W1H, foram feitos agrupamentos dando ênfase aos pontos positivos e aos pontos negativos de cada instituição, apresentados em quadros. Com essa última análise foi possível demonstrar de forma mais explícita os aspectos que formaram a proposta do modelo de gestão para inovações tecnológicas da UFMS.

2.7 Técnica de Análise de Resultado

A técnica da análise de dados foi escolhida em virtude do método de procedimento tratar-se de um estudo de caso, ela é feita nesse trabalho com base nas proposições de Yin (2001), como estratégia a combinação entre esses dados e as evidências em fontes múltiplas. Segundo o autor devem ser consideradas três estratégias analíticas, a primeira baseada em proposições teóricas, a segunda o desenvolvimento de uma estrutura descritiva a fim de organizar o estudo de caso e por último o estabelecimento de comparabilidade.

No primeiro momento foram considerados os problemas, a justificativa, os objetivos geral e específico expostos no capítulo 1 desse trabalho, devidamente desdobrados em categorias analíticas, intermediados pelo referencial teórico apresentado no capítulo 3.

Por último, depois de estabelecida a estrutura descritiva, foi feita uma divisão de dados, o que possibilitou evidenciar comparações e frequência de casos, que segundo o ator fortalece a fundamentação das descobertas, tornando as teorias mais confiáveis e precisas.

Para tornar mais claro as comparações, foi utilizada a codificação com o resultado dos questionários (apêndice II). A codificação atribui números ou símbolos para as respostas, de forma que elas possam ser trabalhadas em agrupamentos ou classes que contenham informações necessárias para análise e resposta dos objetivos propostos. Os códigos são eficientes para mostrar relações e proporcionam o processamento de dados menos propensa a erros tanto às questões fechadas como às questões abertas (COOPER E SCHINDLER, 2003).

É importante ressaltar que as informações são coletadas na percepção do inquirido. Para análise e atendimento do primeiro objetivo específico,

serão utilizadas as respostas das questões 2, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21 e 22. A questão número 2 trata de resultados de pesquisa e deixam em aberto ao inquirido opções de resposta. Por esse motivo as análises serão feitas com base em prioridades dos pesquisados e expostas em percentuais que não atingirão somatórias.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Inovação Tecnológica

Fazer o novo, ter uma idéia, criar, pensar o que jamais fora feito, ir além do estabelecido por uma sociedade e de seus limites geográficos. A condição do novo é essencial para promover desenvolvimentos econômicos, sociais e culturais de forma contínua a um país.

Para Lotufo (2005), a inovação não é apenas uma nova idéia, esta tem que ser concretizada em uso da sociedade. Esta definição abrangente de inovação compreende um amplo conjunto de inovações possíveis. Um aspecto geral da inovação é que ela deve ter sido implementada. Um produto novo ou melhorado é implementado quando introduzido no mercado. Novos processos, métodos de *marketing* e métodos organizacionais são implementados quando eles são efetivamente utilizados nas operações das empresas.

Pimentel (2010) aborda inovação desde o mais simples aperfeiçoamento, melhorias nos serviços e mercadorias, até os novos produtos, processos, organização e *marketing*. Sendo assim, ela não está vinculada à proteção intelectual e nem às tecnologias avançadas.

A Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OECD) trabalha para dirimir problemas comuns e auxiliar no desenvolvimento dos países, a partir de 1980 iniciaram trabalhos a respeito de inovação e, assim, em 1992 foi lançado o primeiro Manual de Oslo, que se tornou referência em conceitos, definições e metodologia no assunto. Já em sua primeira edição a inovação

tecnológica já era foco do estudo, em versões mais recentes foi incorporada ao manual, a discussão da inovação não tecnológica.

De acordo com o Manual de Oslo (2005, p. 55):

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Tendo em vista que inovação é um conceito oriundo do empresariado e que as empresas são organizações que atendem alguma necessidade humana, a evolução de definições apresentadas cronologicamente no Manual de Oslo é a prova da necessidade de mudanças que a própria sociedade enfrenta. Com isso, quando Pimentel (2010, p. 82) define que “[...] Inovação não é ter uma idéia brilhante para ficar guardada no laboratório e sim a capacidade de transformá-la em algo real que movimente a economia” demonstrando o quão volátil é a inovação e que a idéia de inovar vem se fortalecendo tanto no empresariado como no governo e nas instituições de pesquisa.

Nesse contexto, o conhecimento torna-se essencial aos processos econômicos e a inovação é a aplicação desse conhecimento. É possível que o conhecimento já exista, mas a aplicação não esteja disponível ainda. A aplicação bem sucedida desse conhecimento faz toda diferença no sucesso do mercado em questão, estimulá-lo deve ser o maior objetivo em uma política de desenvolvimento, esses são princípios de nações fortes que gerenciam efetivamente seus ativos (Mobit, 2007).

Em todo o mundo a idéia de inovar é cada vez mais forte, no Brasil a Lei de Inovação é uma tentativa de estímulo para a construção de um ambiente inovador, para isso a lei considera inovação como a “[...] introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços”.

Mas para produzir novos produtos, processos ou serviços é necessário que o Brasil detenha uma vasta gama de tecnologia. A Tecnologia advém de conhecimentos canalizados e é um conjunto ordenado de conhecimentos científicos, técnicos, empíricos e intuitivos empregados no desenvolvimento, na produção e na utilização de bens e ou serviços, fator que demanda uma série de competências, sobretudo infra-estrutura (VALERIANO, 1998).

De acordo com o Manual de Oslo há dois tipos de Inovação tecnológica: de produto, que é a implantação/comercialização de um produto com características de desempenho aprimorados de modo a fornecer objetivamente ao consumidor serviços novos ou aprimorados, incluindo bens e serviços e; de processo tecnológico, que é a implantação/adoção de métodos de produção ou comercialização novos ou significativamente aprimorados. Podendo envolver mudanças de equipamento, recursos humanos, métodos de trabalho ou uma combinação destes.

O tema, inovação tecnológica, adquire cada vez mais notoriedade perante meios científicos, acadêmico, empresarial e governamental. Para Rocha, (2003) um dos motivos atribuídos a este fato é a sua posição central frente às transformações ligadas ao novo "padrão de acumulação capitalista", também conhecidas por Sociedade da Informação ou do Conhecimento, bem como por influir competitivamente nas empresas, países e regiões.

Segundo Rocha (2003), a inovação tecnológica empresarial nos países tecnologicamente periféricos pode ser discriminada quando comparada àquela que se sucede nas economias centrais, enquanto nestas, as empresas agem na fronteira superior do conhecimento tecnológico mundial (tendência radical às inovações), naqueles apresenta-se como um processo cumulativo e gradual (tendência incremental).

Com base nos resultados e transformações que uma inovação tecnológica pode trazer à sociedade, são criados mecanismos para estimular a geração de novas tecnologias, entre eles a proteção pela propriedade intelectual (PI), apresentada na seção 3.1.1.

3.1.1 Propriedade Intelectual

A propriedade intelectual (PI) em uma das suas vertentes tem a função social de assegurar ao estado a proteção dos resultados de pesquisa e desenvolvimento de origem no país. Outro aspecto da PI, semelhante a um ativo intangível, é a sua atuação como um regime disciplinador de concorrência leal,

tornando-se uma garantia de apropriação do investimento aos agentes econômicos (PIMENTEL, 2010).

A inovação tecnológica, como meio propulsor do sistema produtivo, tem ganhado cada vez mais espaço nos orçamentos de empresas competitivas. Assim, um instrumento cada vez mais utilizado como insumo estratégico são as bases de patentes; esses documentos contêm informações fundamentais que auxiliam na tomada de decisão poupando tempo e gastos desnecessários. Segundo o INPI, a documentação de patente é mais completa entre as fontes de pesquisa, permitindo a pesquisadores e empresas monitorar o que está sendo desenvolvido (INPI, 2010b). Por se tratar do principal meio de proteção da inovação tecnológica, ainda nessa seção, será dada mais ênfase ao processo de proteção de patentes.

É importante ressaltar que assim como o direito adquirido da PI, o solicitante, em contrapartida, tem que revelar o seu segredo, tornando o público, assim com o final do período do direito de exclusividade, todos poderão utilizar-se da invenção.

A propriedade intelectual (PI), de acordo com Teixeira (2006), trata do direito que qualquer cidadão, empresa ou instituição tem sobre tudo o que resultar de sua inteligência ou criatividade, surgindo desde os primeiros manifestos artísticos humanos, e evoluindo, com o tempo, à defesa comercial do intelecto humano.

Mas foi em 1883 que normas de proteção como patentes, marcas e desenhos industriais foram estabelecidas em um tratado internacional, conhecido como “Convenção de Paris”, sendo o Brasil um dos países integrantes (TEIXEIRA, 2006).

Outro importante marco para a construção da PI foi a “Convenção de Berna” em 1886, que tratou exclusivamente de direitos autorais. Da mesma forma que a “Convenção de Paris”, a “Convenção de Berna” tem sido atualizada em outras edições das respectivas convenções (WACHOWICZ, M. & WINTER, L. A. C, 2006).

Embora a história da PI já tenha um passado de direito e evolução que perduram a mais de um século, é recente o reconhecimento mundial relacionado ao direito de propriedade intelectual. Aconteceu em 1994, em Marrakesh, o acordo no qual 127 países assinaram o “*Trade-Related Intellectual Property Rights*” (TRIPs), um pacto internacional que faz parte do tratado que criou a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os países membros do TRIP’s possuem

prazos de adaptação das leis nacionais às normais do acordo referentes a patentes, marcas registradas, direitos autorais, desenhos industriais, segredos comerciais, indicações geográficas, produtos farmacêuticos, circuitos integrados e softwares de computador (TEIXEIRA, 2006).

Conforme as normas e a regulamentação brasileira, a Propriedade Intelectual está subdividida em: i) Proteção de Programa de Computador, ii) Proteção de Cultivar, iii) Direito do Autor e iv) Propriedade Industrial.

O órgão responsável pelas concessões e registros dos Programas de Computador e da Propriedade Industrial é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), criado em 11 de dezembro de 1970, pela Lei nº 5.648, trata-se de uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Para solicitar os direitos de uma criação e, dependendo do tipo de PI mantê-lo, o INPI recolhe taxas, as tabelas de retribuições estão disponíveis nos anexos desse trabalho. O INPI atua de acordo com as leis de Propriedade Industrial nº 9.279/96, a lei de *Software* nº 9.609/98 e a lei nº 11.484/07, conforme apresentado a seguir.

i) Proteção de programa de computador e *software*;

Embora o registro da proteção de programa de computador seja de competência do INPI, ela também é regulamentada pelo direito do autor, dessa forma regida além da lei de *software* nº 9.609/98, pela lei nº 9.610/98, a lei do direito do autor, o mesmo conferido às obras literárias. Logo, a proteção dos direitos que trata a lei é independente do registro no INPI.

Ao autor fica assegurado o direito à obra, durante 50 anos contados a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente da publicação ou da criação. Optando pelo registro no INPI o valor de solicitação do mesmo é único sem pagamentos de anuidades, valor disponível no anexo II desse trabalho, e regulamentado pelo decreto nº 2.556/98.

Pimentel (2010, p. 319) explicitou o que seria o programa de computador como “[...] o conjunto de instruções que determina como o *hardware* deverá executar suas funções. Em outras palavras, é o código-fonte e o código-

objeto do *software* [...]”. O *software* possibilita o gerenciamento de informações, podendo ser utilizado em maquinários tecnológicos, instrumentos de divulgação de informações, gestão financeira, contábil, de produção, entre outros.

A lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998, Art. 1º define Proteção de Programa de Computador como:

[...] a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

ii) Proteção de cultivar

A cultivar é um termo técnico internacional que diz respeito a uma variedade de planta obtida por técnicas de melhoramento. Em PI indica a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal superior. Embora a definição de gênero ou espécie vegetal seja baseada nas características morfológicas, fisiológicas, ou moleculares, a identificação de cultivar é distinguida por características visuais marcantes como formato, cor e tamanho e, diferenciadas e atestadas pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC) (PIMENTEL, 2010).

O marco que dispõe sobre os critérios para proteção de Cultivar é a lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997. A definição de proteção dos direitos de cultivar está disposta no Art. 2º da lei, e é “[...] considerado bem móvel para todos os efeitos legais e única utilização de plantas ou de suas partes de reprodução ou de multiplicação vegetativa, no País”.

A proteção se efetua mediante a concessão de Certificado de Proteção de Cultivar emitido pelo SNPC vinculado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento e vigorará a partir da data de concessão do certificado durante 15 anos, exceto videiras, as árvores frutíferas, as árvores florestais e as árvores ornamentais que serão concedidos durante 18 anos.

O pedido de proteção poderá se referir a uma única cultivar contendo: a espécie botânica, o nome da cultivar, a origem genética, relatório descritivo mediante preenchimento de todos os descritores exigidos, declaração garantindo a existência de amostra viva à disposição do órgão competente e sua

localização para eventual exame, o nome e o endereço do requerente e dos melhoristas, comprovação das características de DHE, para as cultivares nacionais e estrangeiras, relatório de outros descritores indicativos de sua distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade, ou a comprovação da efetivação, pelo requerente, de ensaios com a cultivar junto com controles específicos ou designados pelo órgão competente, prova do pagamento da taxa de pedido de proteção, declaração quanto à existência de comercialização da cultivar no País ou no exterior, declaração quanto à existência, em outro país, de proteção, ou de pedido de proteção, ou de qualquer requerimento de direito de prioridade, referente à Cultivar cuja proteção esteja sendo requerido, extrato capaz de identificar o objeto do pedido (Lei nº 9.456/1997, art.14).

iii) Direito do autor

O Direito do Autor no Brasil é regulamentado pela lei nº 9.610 de 19 de maio de 1998. Definido no Art. 7º, como “[...] obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro”.

Para que uma obra seja protegida pela lei não é requisito registro no INPI, basta a obra ser original, não ser cópia de outra, e que seja materializada. Idéia sem materialização não é passível de proteção. Uma opção de registro é a Biblioteca Nacional, que pode ser imprescindível no caso de algum litígio (PIMENTEL, 2010).

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN), vinculada ao Ministério da Cultura, realiza o registro de obras por meio de preenchimento de formulários específicos disponíveis no endereço eletrônico da fundação e pagamento de taxa, a tabela de valores encontra-se no anexo III desse trabalho. A FBN é também a agência nacional da *International Standard Book Number* (ISBN), coordenando e incentivando o uso do sistema internacional de numeração de livros, além de atribuir códigos às editoras e às publicações nacionais para efeito de divulgação e comercialização.

iv) Propriedade Industrial

De acordo com a lei nº 9.279, a Propriedade Industrial, criada em 14 de maio de 1996, abrange a proteção de atividades, produtos, idéias ou símbolos que estejam relacionados a um processo industrial ou comercial que atendidos a critérios estabelecidos pelo INPI tem registro e garante propriedade nacional de uso ao criador.

Como supracitado, o INPI é responsável pelos registros de Programas de Computador e pela proteção da Propriedade Industrial, esta última subdividida em registros de marcas, concessão de patentes, desenho industrial e indicações geográficas (INPI, 2010).

A marca, quando registrada, garante ao seu proprietário o direito de uso exclusivo em território nacional em seu ramo de atividade econômica. O desenho industrial é a forma plástica ornamental de um objeto que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração. A indicação geográfica que é a identificação de um produto ou serviço originário de um local, região ou país, quando determinada reputação, característica e/ou qualidade possam ser vinculadas essencialmente a esta sua origem particular. E por último as patentes, essas são criações de novos produtos, patente de invenção ou aperfeiçoamento de algo que já exista e patente de modelo de utilidade (INPI, 2010; Lei nº 9.279/1996).

As marcas são perceptíveis sinais distintos são elas categorizadas pela lei de Propriedade Industrial como marca de produto ou serviço, marca de certificação que atesta conformidade de normas ou especificações técnicas e, marca coletiva utilizada para identificar fabricação de determinada entidade. O período de vigência da marca será de dez anos contados a partir da concessão do registro, renováveis por iguais períodos sucessivamente. No pedido da marca deverá referir-se a um único sinal distintivo contendo 'requerimento', 'etiquetas' e comprovante de pagamentos.

De acordo com a lei de Propriedade Industrial o Desenho industrial é passível de registro quando exista na forma ou em um conjunto de linhas e cores a novidade, não compreendidos no estado da técnica e sejam aplicáveis a um produto em escala industrial. O estado da técnica é constituído de tudo aquilo que se tornou acessível ao público antes do registro ou depósito no INPI. Para esse tipo de pedido ou depósito como trata a lei, o INPI não considera como divulgação da invenção, se

promovida pelo inventor, ou pelo INPI ou por terceiros com base nas informações do inventor até 180 dias antes da solicitação.

O pedido de acordo com as condições do INPI deverá se referir a um único objeto contendo requerimento, relatório descritivo e reivindicações (se for o caso), desenhos ou fotografias, campo de aplicação do objeto e comprovante de pagamento. Contados da data do pedido, a vigência do registro será de dez anos, prorrogáveis por três períodos sucessíveis de cinco anos, mediante pedido de prorrogação formal e comprovante de pagamento.

A Indicação Geográfica está segundo a lei nº 9.279/1996 subdividida em Indicação de Procedência e Denominação de Origem. A primeira é o nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade de um território que represente as características atribuídas pela qualidade e reputação de uma produção, extração ou fabricação de um produto ou ainda de uma prestação de serviço. A Denominação de Origem que também é um nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade de um território está relacionada às características ou qualidade de um produto ou serviço, nos quais são atribuídas exclusivamente ao meio no qual está inserido, sejam fatores naturais ou humanos.

A lei estabelece que os critérios de registro deverão ser estabelecidos pelo INPI, segundo o instituto o associativismo é regra para o pedido de registro, o nome geográfico não deve ser utilizado de forma individual, dessa forma o nome será de titularidade dos produtores locais e prestadores de serviço da região. A vigência para Indicações geográficas é o mesmo da existência do produto ou serviço.

A patente é um título de propriedade temporária que garante ao titular o retorno do investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, em contrapartida é necessário revelar o conteúdo técnico da matéria protegida. Devem atender aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Para os casos de invenção a vigência da patente será de 20 anos contados da data de depósito e, 15 anos para modelos de utilidade.

Esses requisitos são estabelecidos pela Lei de Propriedade Industrial e para efetuar depósito de patente junto ao INPI é aconselhável uma busca prévia, ou seja, uma pesquisa a respeito da tecnologia, para a avaliação de anterioridade. Essas buscas devem ser efetuadas nas Bases de Patentes do INPI e internacionais. A busca deve ser feita de forma criteriosa com múltiplas palavras-

chave, de modo a se realizar uma busca em documentos que possuam relação tecnológica com a patente que está sendo preparada para depósito. É fundamental que seja assegurada e evidenciada a novidade apresentada pela nova patente frente aos artigos científicos, patentes e produtos que já são conhecidos. Tal descrição e diferenciação detalhada são imprescindíveis para fortalecer as reivindicações da patente, reduzindo as chances de indeferimento do pedido pelo examinador.

Na lei brasileira, assim como no pedido de desenho indústria, fica estabelecido que não será considerado como estado da técnica as divulgações feitas também pelo inventor, pelo INPI ou por terceiros desde que as informações tenham sido fornecidas pelo inventor, no prazo de no máximo 12 meses antes do pedido de depósito.

De acordo com a lei de propriedade industrial, o pedido de patente no INPI deverá conter **‘Requerimento’, ‘Relatório descritivo’, ‘Reivindicações’, ‘Desenhos’ e ‘Resumo’**. Esse aspecto formal é essencial para o deferimento do pedido, além da comprovação de pagamento, os pagamentos acontecerão durante todo o processo de análise e vigência da concessão da patente seguindo uma seqüência de valores conforme tabela de retribuições, disponível no anexo IV desse trabalho.

Para a preparação do relatório descritivo, o mesmo deverá iniciar pelo título que deverá ser claro e preciso, identificando o objeto do pedido de patente. Existe um campo nomeado ‘Campo de Invenção’ no que faz se a introdução do pedido de patente. Descreve-se, em poucas palavras (em média dois parágrafos), o objeto da invenção e, de forma não exaustiva, a finalidade deste objeto, deixando clara a sua aplicação industrial. Após a introdução, a invenção deve ser fundamentada por meio de um histórico da tecnologia relacionada com o objeto da invenção, descrevendo em linhas gerais, os dispositivos e/ou processos que existem atualmente no mercado na mesma área do invento, mencionando os problemas técnicos que eles apresentam.

Ainda no relatório descritivo, em versão em inglês e português, deve ser feita uma breve descrição da invenção de forma reduzida à solução propriamente dita da invenção, apresentando todos os objetos presentes nesta solução (modalidades) que se deseja serem protegidos pela patente. Deixando

claro, em texto corrido, as vantagens que serão obtidas com a utilização deste invento em relação ao que foi descrito nos Fundamentos da Invenção.

Os desenhos, fluxogramas, diagramas, esquemas gráficos, fotografias e quaisquer outras representações gráficas, assim como esquemas de circuitos e diagramas em bloco devem conter legendas e informações necessárias de cada um, o mesmo acontece para tabelas, fórmulas químicas estruturais e equações matemáticas quando inseridas no texto.

É essencial a descrição detalhada da invenção no qual deve descrever o objeto da invenção de forma consistente, precisa, clara e suficiente, de maneira a diferenciar ao máximo sua invenção das já existentes. Deve apresentar exemplos ilustrativos das formas factíveis da invenção, apresentar todos os materiais, condições, intermediários. Descrever numa redação contínua como é constituído o invento, ou seja, como se ele estivesse sendo construído no momento da redação, detalhando como os vários elementos constituintes do invento são interligados.

O quadro reivindicatório é responsável pela descrição do real objeto da invenção a ser protegida. O Resumo deve ser apresentado nas versões na língua portuguesa e inglesa, contendo um texto claro e conciso de cinquenta a duzentas palavras. De preferência inserindo ao longo do texto o maior número de palavras chaves relacionadas com a invenção.

De acordo com as instruções de reivindicações da Unicamp (2009) e Pimentel (2010), o relatório técnico da patente deve conter uma explicação clara e completa do objeto do pedido de patente, mencionando a existência de pedidos semelhantes, seja brasileiros ou estrangeiros, mostrando claramente em que o objeto da patente em questão é diferente, o estado da técnica. O relatório deve ser suficiente, ou seja, conter todos os detalhes necessários para permitir a um técnico da área possa reproduzir o objeto. As reivindicações de uma patente definem o objeto da invenção ou modelo de utilidade para o qual a patente está sendo solicitada e, suas características técnicas genuínas, aquelas que não existem nas anteriores.

A produção tecnológica de patentes é um dos principais indicadores de produção do desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, o valor intrínseco que a produção de patentes gera para o desenvolvimento do país é de significativa importância. A patente funciona como um fator de proteção impedindo que um bem

seja produzido ou que um novo processo seja utilizado sem que haja autorização específica do titular da patente, viabilizando dessa forma, os investimentos na pesquisa científica. Com isso, o detentor da patente recebe um título de propriedade temporária, outorgados pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação (TEIXEIRA, 2006).

3.2 A relação da Pesquisa Científica com a Universidade

3.2.1 A pesquisa científica

Para entender fatores motivacionais que alinham as pesquisas no âmbito universitário faz-se necessário compreender o que é a pesquisa para a comunidade científica. Em meados dos anos 50 e 60, surge a hegemonia mertoniana da ciência, vista com regras e normas próprias definidas pelos próprios cientistas, não sujeitas a determinações externas, independente das outras estruturas sociais.

De acordo com o precursor da nova hegemonia, Merton *apud* Silva (2000), a ciência possui uma função social e a define como um conjunto de conhecimentos compartilhados por toda uma sociedade, a qual julga a credibilidade da verdade científica de acordo com suas expectativas e valores éticos e morais próprios. Todavia, a decisão final da ação científica não seria da sociedade, e sim do indivíduo, o Cientista. Assim, para ter suas idéias e ações socialmente aceitas, o cientista precisa adequar seus próprios valores éticos e morais aos da sua sociedade. A sociologia da ciência seria orientada pela ação individual do cientista, que seria julgado pelas expectativas e valores de sua sociedade.

Na sociologia, a expectativa social sobre o indivíduo, isto é, os valores que o indivíduo precisa seguir para ter suas ações aceitas pela sociedade são chamados de *ethos*. Segundo Merton, o *ethos* do cientista, ou seja, os princípios que este precisa seguir para ter seu trabalho reconhecido pela sociedade são compostos de quatro normas básicas: o universalismo, o comunismo, o desinteresse e o ceticismo. O universalismo, segundo o qual os trabalhos científicos devem seguir padrões universais de avaliação, o comunismo, segundo o qual o conhecimento

proporcionado pelo trabalho científico é um patrimônio comum da humanidade, e não propriedade privada de algum indivíduo, o desinteresse, segundo o qual o único objetivo em curto prazo do trabalho científico é a ampliação do conhecimento humano e, o ceticismo organizado, segundo o qual o cientista deve ser privado de qualquer forma de preconceito e de conclusões precipitadas sobre seus trabalhos (STOKES, 2005).

A "boa ciência" de Merton teria condições de se manter íntegra, livre e independente, graças ao cumprimento de seus valores institucionais, o que colocaria a Ciência acima de qualquer forma de conflito social e tornaria possível a realização da causa final da Ciência, ou seja, a melhoria da sociedade.

Mas o modelo mertoniano coloca a Ciência sob uma forte tensão com a sociedade. Se por um lado os princípios institucionais protegem a Ciência contra interesses particulares e contra os mais diversos tipos de preconceitos e más interpretações, por outro acaba afastando a mesma do dia-a-dia da sociedade, isto é, das suas reais demandas. Isso acaba, por fim, por causar desinteresse por parte da sociedade sobre a Ciência, o que, colocando a mesma sob um conflito social, influencia negativamente o seu verdadeiro papel social, o qual, em última instância, resume-se em melhorar a sociedade.

A passagem do capitalismo à etapa dita monopólica agrega à pesquisa uma orientação que sublinha o conteúdo utilitário produtivista do conhecimento em relação a sua dimensão puramente cultural, extensão produtiva e transporta, ainda, a idéia de eficácia e produtividade que contraria os dogmas de Merton, deste modo abre-se a discussão quanto ao papel da pesquisa na universidade (STOKES, 2005).

Se hoje os conceitos de pesquisa de Merton podem parecer algo intrínseco às universidades, nem sempre foi assim. A institucionalização da mesma só aconteceu entre o final do século XIX e o início do século XX na universidade de Berlim na Alemanha, e foi a partir desse momento que a pesquisa se toma uma qualificação necessária para a carreira docente. Antes desse período a ciência estava vinculada a igreja ou ao estado conforme a época e "[...] os cientistas eram vistos como filósofos ou pessoas com interesses exóticos e sem qualquer significação social" (BEM-DAVID *apud* VELHO, 1996, p.).

O processo no qual a pesquisa científica foi transformada em uma atividade universitária, foi considerada por Etzkowitz (1900) como a primeira

revolução acadêmica. Nesse período as pesquisas eram essencialmente conduzidas por pesquisa básica, com o objetivo de procurar ampliar o campo do entendimento fundamental, na busca do entendimento de um dado objeto de pesquisa.

Stokes (2005) afirma que muito antes desse período de integração da pesquisa com a universidade esses princípios já eram utilizados. Citando a passagem da Metafísica na qual Aristóteles afirma que, visto que os homens filosofavam para escapar à ignorância, eles estavam evidentemente buscando a ciência com o objetivo de conhecer, não por qualquer fim utilitário.

Mas esse contexto de pesquisa 'pura' logo foi alterado. Com a globalização houve a transformação de hierarquias e hegemonias sociais e institucionais. As universidades que são vistas como comunidades universais de idéias ajudaram a construir essas mudanças (ZELEZA, 2005). Assim, a pesquisa básica é cada vez mais afetada por interesses privados dominantes e que induzem a acessos restritos, dificultando assim a fidelidade aos paradigmas de Merton (LESSA, 1999).

De maneira geral, a pesquisa científica objetiva contribuir para a evolução do conhecimento humano. A pesquisa desenvolve-se por meio de escolhas e a distinção entre pesquisa básica e a pesquisa aplicada gira em torno dos critérios dessas escolhas. Enquanto a pesquisa básica procura ampliar o campo do entendimento fundamental, a pesquisa aplicada volta-se para alguma necessidade ou aplicação por parte de um indivíduo, grupo ou sociedade. Conceitualmente ou analiticamente não se pode duvidar que esses tipos de pesquisas sejam diferentes, se o objetivo da pesquisa básica consiste no "entendimento", o da pesquisa aplicada na "utilização" (VELHO, 1996).

A epistemologia da pesquisa reflete o lado utilitarista da ciência enquanto atividade humana. A pesquisa desenvolve-se por meio de escolhas, embora as atividades por meio das quais a pesquisa científica produz novas informações ou novo conhecimento sejam extraordinariamente variados, eles envolvem sempre uma sequência de decisões ou escolhas, tais escolhas estão baseadas em um tipo específico de objetivo, sejam eles a busca pelo entendimento do fenômeno, pesquisa básica, ou a pesquisa inspirada por considerações de uso, pesquisa aplicada (STOKES, 2005).

De acordo com John Ziman *apud* Velho (1996), existem dois tipos de pesquisadores situados em pólos opostos na carreira científica, nos quais ele

transformou em um modelo dividido em SAVANTS e QSEs. Os SAVANTS, com atuação direta nas universidades ou nas Instituições Acadêmicas de Pesquisa, com valores estabelecidos por Merton, quais sejam Comunalidade, Universalidade, Desinteresse, Originalidade e Ceticismo. Noutro, os QSEs, cientistas que trabalham nos laboratórios de empresas, engenheiros e Cientistas Qualificados, fundamentando-se nos valores de Ziman como Propriedade, Localismo, Autoritarismo, Encomendas e Especialização.

3.2.2 A relação universidade e sociedade

A parceria entre universidade, sociedade e empresas é um processo recente oriundo do processo de globalização. Com a globalização houve a transformação de hierarquias e hegemonias sociais e institucionais. Nesse contexto, as universidades que são vistas como comunidades universais de idéias ajudam a construir essas mudanças (ZELEZA, 2005).

É cada vez mais atual um cenário de competitividade global, de reconfiguração de negócios com a criação de novos produtos e processos. Essas transformações geralmente se dão por meio de contratações de funcionários com experiência em tecnologia, parcerias com universidades e centros de pesquisas (SANTOS; TOLEDO e LOTUFO, 2009).

A partir dos interesses privados, foi sendo selada ao longo dos anos a parceria universidade sociedade. No período pós-guerra as universidades foram chamadas a exercer papel mais direto na inovação industrial. Nos Estados Unidos, com propósito militar, foram criados institutos nas áreas de engenharia, voltados ao desenvolvimento tecnológico, aumento do financiamento público à pesquisa acadêmica, refletindo em expansão das atividades de pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior. A Bélgica, em 1947, promoveu a criação de instituições voltadas à pesquisa aplicada e ligadas a uma ou mais universidades (GIULIO, 2008).

Etzkowitz (1900), em seu modelo para análise dos impactos das parcerias entre universidades e empresas, denominou de "segunda revolução" acadêmica as modificações que aconteceram nas universidades no século XX.

Enquanto a "primeira revolução acadêmica" inseriu a pesquisa no âmbito universitário tornando professores em pesquisadores, a segunda revolução está fazendo com que a universidade exerça a função de agente de desenvolvimento econômico.

Essa segunda revolução, também denominada pesquisa aplicada, volta-se para alguma necessidade ou aplicação por parte de um indivíduo, de um grupo ou da sociedade (VELHO, 1996).

A relação universidade, indústria e governo é definida por Etzkowitz (1990) como o modelo da tríplice hélice. Segundo ele, esses são os principais atores da sociedade contemporânea, na qual a universidade tem o papel de geradora de conhecimento e formação de pessoas, o governo tem o papel de promotor de desenvolvimento, mobilizador de atores, financiador e definidor de políticas e, as empresas têm o papel de comercialização e geração de riqueza de inovação.

Nesse novo contexto de globalização, onde a universidade começa a exercer um novo papel, vem à tona dentro da universidade o termo inovação, que antes restringia-se ao ambiente de negócios. Trazer este enfoque ao ambiente acadêmico leva à discussão dos objetivos da pesquisa no âmbito das universidades, embora as atividades por meio das quais a pesquisa científica produz novas informações ou novo conhecimento sejam extraordinariamente variadas, elas envolvem sempre uma seqüência de decisões ou escolhas (VELHO, 1996).

Os critérios que governam as escolhas estão relacionados à distinção da pesquisa básica e da aplicada, como a inovação está relacionada à pesquisa aplicada, essas discussões são calcadas principalmente no fato que as universidades estão sendo pressionadas a adotar o discurso do empresariado em prejuízo à liberdade da pesquisa universitária, já que a maioria das inovações ocorre através de melhorias incrementadas já existentes na indústria, não na universidade.

Outra preocupação que permeia neste meio é o fato de que uma importante forma de proteger inovações, como já apresentados na seção 3.1, é proteção intelectual, logo o sigilo dos resultados durante um período comprometendo a publicação do mesmo à sociedade, segundo Stephen Hill e Tin Turpin *apud* Velho, 1996, p. 27, essa é uma crise de identidade das universidades do mundo todo, já que as publicações são prejudicadas em virtude de sigilo das proteções intelectuais e dos critérios de prioridade comercial, não sendo levado em consideração o valor social, modificando a base do conhecimento.

Publicações em revistas, periódicos, entre outros meios de divulgação científica não são mais a única forma de socializar o conhecimento, o fato é que as universidades não conseguiram, de fato, transferir o conhecimento “acumulando-o mais nas prateleiras das agências de financiamento ou em bibliotecas, do que o tornando público”, servindo principalmente para legitimar os cientistas perante seus pares. Com os consorciamentos, a transferência do conhecimento gerado em pesquisas torna-se mais eficaz (VELHO, 1996, p. 127).

Segundo Pereira (2007), com o aparecimento da pesquisa aplicada em busca de uma solução de problemas ou uma demanda mercadológica nas universidades, começam a surgir as *spin-offs* universitárias. Segundo a autora, os resultados de pesquisas tornam-se geradores de propriedade intelectual, que ainda podem gerar uma nova empresa, ou um sub-projeto tecnológico originário de uma tecnologia maior, ou ainda um licenciamento de exploração da tecnologias. Ainda segundo a autora são essas *spin-offs* as grandes responsáveis pelo aparecimento de escritórios avaliadores de tecnologias no âmbito acadêmico.

Um dos riscos da intensificação das relações universidade e empresa (UE) é o da apropriação privada de conhecimentos gerados com recursos públicos (VAVAKOVA; HILL e TURPIN; ZIMAN *apud* VELHO, 1996, p. 127). “Afirma-se, então, que recursos que foram pagos por toda a sociedade são aplicados em atividades do interesse privado das empresas”.

Em todo o mundo, o interesse de empresas por pesquisas acadêmicas vem se intensificando em busca de novos conhecimentos, inovações tecnológicas nos quais o setor produtivo é incapaz de desenvolver sozinho. Para a universidade é uma forma de angariar fundos para pesquisas no qual o estado não é capaz de sustentar sozinho. Com todas essas parcerias, as universidades conseqüentemente acabam alterando a natureza de suas pesquisas, isto é, organização e objetivos. O que em contrapartida acaba auxiliando o crescimento do comprometimento com as questões regionais e nacionais (VELHO, 1996).

Mas as dificuldades não são apenas a burocracia e as barreiras criadas por parte da comunidade acadêmica, elas advêm da natureza das instituições, e das diferenças de ambientes. De acordo com Velho (1996) à medida que a interação universidade e empresa surge como atividade relevante nas atribuições acadêmicas, surge a necessidade de modificações organizacionais, alterações nas normas, criações de fundações, criações de escritórios de

transferência de tecnologia e incubadoras, promoções de seminários e feiras, todos com o intuito de explorar cada vez mais os consorciamentos.

3.2.3 A história da educação e da pesquisa nas universidades brasileiras

A história da educação e da ciência brasileira está subdividida iniciando na sua descoberta até os anos 30, deste período até meados dos anos 60 e pós-golpe militar de 1964 até os dias atuais. O Brasil, em virtude do estilo de colonização exploratória que foi submetido, teve na origem de sua comunidade científica adversidades em relação a países desenvolvidos, o que não assegurou à ciência, um lugar privilegiado perante outras atividades. Enquanto países como México e Chile fundaram suas primeiras universidades em 1538 e 1738, no Brasil somente na década de 30 que se iniciou o processo de educação universitária, com a reforma de Francisco Campos de 1931 e com a criação da USP em 1934 (VELHO, 1996).

Foi nesse período que o órgão competente para gerir o ensino, tanto básico como superior, no Brasil, foi criado no ano de 1930 no governo de Getúlio Vargas, um marco na história da educação brasileira. O Ministério da Educação e Saúde Pública tinha, portanto, como objetivo principal no âmbito educacional, estabelecer normas e padrões para o desenvolvimento da educação no país, visando o progresso da sociedade brasileira.

Atualmente, a educação no Brasil é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), que contempla todos os níveis educacionais, da educação infantil ao ensino superior. Porém, para se chegar à atual estrutura, diversos debates fizeram-se necessários ao longo do tempo.

A primeira LDB entrou na pauta de discussões do Congresso no ano de 1948. Segundo Saviani, p. 14 "[...] desde sua entrada no Congresso o projeto original das Diretrizes e Bases da Educação esbarrou na correlação de forças representada pelas diferentes posições partidárias que tinham lugar no Congresso Nacional". Isso mostra que sua concepção esteve também ligada a interesses políticos, talvez até mais do que o simples desejo de progresso social.

Outro importante balizador da história da ciência no Brasil é a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), ambas em 1951. Criadas para fortalecer a política de Ciência e Tecnologia (C&T), na prática a política de industrialização era feita através da importação, primeiro de bens de consumo e, posteriormente, de bens de capital (VELHO, 1996, p. 42).

Mas é somente nos anos 60 que a pesquisa ganha espaço nas universidades, antes elas possuíam papel secundário em relação à atividade de ensino, e assim começa-se organizar um sistema nacional de ciência e tecnologia, com a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na tentativa de proteger os cientistas e suas condições de trabalhos e uma forma de afirmar a importância da ciência no Brasil.

Com o golpe militar de 1964, a educação viu-se na iminência de passar por novas alterações estruturais, no entanto, o governo militar não as achou necessárias, naquele momento, o ensino foi ajustado com o novo quadro político, como um instrumento de ordem socioeconômica (SAVIANI, 1998).

O primeiro grande movimento neste sentido foi o da Reforma Universitária, idealizado inicialmente pelos estudantes universitários, e de fato levada a cabo pelo governo militar. Porém, a Reforma Universitária que os estudantes almejavam apresentava diferenças quando comparada à reforma do governo. Para conceber tais ajustes, o governo militar nomeou um 'Grupo de Trabalho da Reforma Universitária', com alguns políticos e pesquisadores integrando este grupo, além de nomear dois estudantes universitários, que teriam trinta dias, a partir do decreto presidencial baixado em 2 de julho de 1968, para o término dos estudos e apresentação de uma proposta de reforma universitária (SAVIANI, 1999).

Apesar dos esforços do governo para obter a participação oficial dos estudantes, estes se recusaram a participar como membros do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Esta recusa deu-se muito mais pelo caráter oposicionista ao regime militar, que caracterizava os grupos estudantis, única resistência explícita ao regime militar e cujas principais bandeiras de mobilização era a reforma universitária.

Após discussões, e apresentação da proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, o projeto é aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República, porém com alguns vetos. "O texto

mutilado pelos vetos foi promulgado em 28 de novembro de 1968, convertendo-se na lei 5.540/68, conhecida como a lei da reforma universitária. Sua implantação se deu através do Decreto-Lei 464 de 11 de fevereiro de 1969" (SAVIANI, 1998, p. 24).

O projeto de reforma universitária procurou atender a demanda dos jovens estudantes universitários e dos professores e a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar de 1964. Os primeiros reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade. Do outro lado, o segundo grupo que buscava vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em harmonia com o comércio internacional.

Nota-se que, apesar das conquistas tidas pelos estudantes e professores, de cunho um tanto quanto "libertário", a contrapartida, que gerou um controle político velado direcionando o ensino superior aos "requerimentos do capitalismo internacional", de certa forma anula a conquista estudantil/docente.

Após o golpe militar, no final dos anos 60, iniciou-se a operação retorno, o sistema universitário brasileiro foi identificado como o parceiro mais eficiente e propulsor do desenvolvimento tecnológico do país. Uma rede de pós-graduação foi formada o "Programa nacional de Pós-graduação", via CAPES em universidades federais. No entanto, esses programas e institutos de pesquisa dedicavam-se à chamada pesquisa básica inclusive pela falta de demanda por parte do setor produtivo (VELHO, 1996).

Por parte da academia, essa era a forma de equiparar a atividade científica nacional com a internacional, e conforme os cientistas participavam dos órgãos como CNPq, CAPES e FINEP, maior era o número de recursos para a pesquisa teórica. Com isso, a participação dos cientistas foi importante para fortalecer os programas de pós-graduação, com forte viés à pesquisa básica em detrimento da aplicada, já que essa última era vista como de pouca contribuição para o avanço do conhecimento.

Novamente embora o discurso governamental fosse propulsor a pesquisa tecnológica e a integração entre academia e setor produtivo, na prática as agências utilizavam critérios totalmente opostos. A própria política econômica era desconectada da científica, já que a primeira favorecia a importação e a segunda

tentava estimular o desenvolvimento de tecnologias, além de um empresariado disposto apenas a investir no curto prazo.

Com isso, devido a forte influência política que a história de formação da educação e da ciência brasileira foram submetidas, as parcerias entre universidade e sociedade foram afastadas, enquanto em países não capitalistas, como a China, adquiriram as parcerias como alternativa de modernização tecnológica, no Brasil essas instituições não se tangenciavam (VELHO, 1996).

No Brasil, a primeira iniciativa de parceria entre universidade e sociedade iniciou na década de 70, envolvendo a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), relacionada ao *hardware* do primeiro computador nacional. Em 1973, foi criada a Digibrás, *holding* estatal, visando à promoção da indústria brasileira de computadores (GIULIO, 2008).

Nota-se que as primeiras demandas surgiram de empresas estatais, nas quais o governo gerava a própria demanda e esse foi um padrão até o final da década de 80. Nos anos 90, começaram surgir políticas de incentivos que iniciariam o favorecimento de cooperações universidade e empresa, com a Lei de incentivos fiscais (8.661/1994) para empresas que investirem em tecnologia e melhoria de processos e técnicas de produção.

As universidades alteraram o foco até então acadêmico de sua política de ciência e tecnologia (C&T), para atender também à pesquisa e desenvolvimento (P&D) do setor empresarial. Ao tentar assegurar a competitividade das empresas nacionais, foi possível perceber um avanço quanto à constituição de instrumentos legais e institucionais de apoio à inovação. É importante destacar que todas essas ações de incentivo da Ciência e Tecnologia no Brasil, foram necessárias em virtude do modelo econômico adotado pelo país de importação de tecnologias após a segunda guerra (VELHO, 1996).

Mas apesar de todo o esforço das agências de fomento do governo federal em atribuir importância à inovação, os pressupostos básicos do comportamento do pesquisador pautado em valores tradicionais da comunidade científica e que moldam sua formação ainda direciona seus objetos de pesquisa para a ciência pura em detrimento à pesquisa aplicada (VELHO, 1996).

As barreiras para essas cooperações não são somente encontradas na academia, no Brasil as empresas vêem a universidade como formadora de mão-de-obra e não como formadora de P&D, o que normalmente ocorre é a busca por

respostas de questões técnicas e, ainda a procura não é pela universidade e sim por um professor conhecido. As empresas brasileiras não têm cultura comprometida com a inovação científica e tecnológica, possuem visão imediatista e com o menor risco.

O fato é que, em virtude de toda a história recente de educação, pesquisa e consorciamentos entre universidade e empresa no Brasil, as universidades continuam sofrendo transformações estruturais, culturais e políticas e exige ainda um grande trabalho de estabelecimento de normas de institucionalização destas. Com isso, segundo Velho (1996) não existem modelos padrões de gestão, eles tendem a variar de uma instituição para a outra, adaptados a realidade das próprias universidades.

3.3 O fortalecimento da Competitividade Brasileira

Antes de abordar as estratégias do governo brasileiro para alavancar a competitividade do país, faz-se necessário compreender o que motiva líderes governamentais criar ações de interferência no mercado.

3.3.1 A intervenção estatal no domínio econômico

No mundo contemporâneo espera-se que o estado garanta a transformação econômica e níveis mínimos de bem estar social e não somente guerrear e assegurar a ordem interna, como Weber e Gilpin entendiam ser o papel do estado. "O desempenho econômico é, em si mesmo, uma fonte de legitimidade, vai além de ser um meio de cumprir os objetivos clássicos de garantir a sobrevivência militar e a ordem interna" (EVANS, 2004, p.).

Na tentativa de sintetizar o que é um estado, surgem conceitos como sua importância para a necessidade de bens coletivos. Nessa perspectiva que países pobres e de terceiro mundo se apóiam no papel de instituição e ator social do estado. O que reforça mais ainda o caráter do estado de fomentar o crescimento industrial. "Na medida em que a sobrevivência política e a paz interna dependem

cada vez mais da economia, os Estados tornaram-se responsáveis pela transformação econômica" (EVANS, 2004, p.).

Políticas de fortalecimento da competitividade, políticas industriais, e seus mecanismos, são formas de intervenção estatal. A intervenção do estado geralmente acontece na tentativa de dirimir falhas de mercado. Que segundo Buchain (2006, p. 21):

[...] embora se entenda que o mercado seja por mesmo viável e operacional, tal operacionalidade estaria na dependência de inúmeros pressupostos que nem sempre se fazem presentes na estrutura liberal, conferindo ao sistema determinadas falhas que, ao longo do tempo, se tornaram inaceitáveis.

Dentre os direitos de livre iniciativa econômica privada, a liberdade de criação e gerência de empresas sem interferência estatal é uma delas. A intervenção do Estado na economia, em caráter de exceção, deve ser vista como defesa do direito fundamental, como no caso da regulação da concorrência que visa preservar o acesso ao mercado e ao pleno exercício da atividade empresarial, “[...] o manto da política econômica, como o zoneamento industrial, licenciamento de estabelecimentos de natureza econômica, proteção às pequenas e médias empresas, e inclusive, a defesa da concorrência”, tendo em vista que existem falhas do mercado (BUCHAIN, 2006, p 20).

Buchain (2006, p 19) parte desse princípio onde o Estado intervém em prol do bem estar social, defesa do mercado concorrencial e da política de defesa do consumidor, por exemplo:

O sistema capitalista sustenta-se sobre dois pilares: a propriedade privada e a livre iniciativa. O Estado, com a revolução burguesa, assume o papel de protetor desse sistema, que se desenvolve a partir da consagração da liberdade de apropriação de bens e dos meios de produção, liberdade que se mantém intangível até o princípio deste século, quando se pôs em questionamento a necessidade do bem-estar coletivo.

Para Stokes (2005), não há nada de auto-exploração na oportunidade de fortalecer a ponte entre a ciência e o governo pela conjunção da inspiração que a ciência básica pode retirar das necessidades insatisfeitas da sociedade com o alto valor que a comunidade de políticas atribui à capacidade da ciência de solucionar problemas.

3.3.2 As políticas industriais de inovação brasileiras

Uma das primeiras ações de intervenção estatal do governo Federal brasileiro no tocante à inovação deu-se em 1969 com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) com a finalidade de dar apoio financeiro aos programas de desenvolvimento científicos nacionais (PIMENTEL, 2010). Na sequência, em 1980, a criação do programa de Inovação Tecnológica e do CNPq, mas foi somente em 1990, que a Política Industrial e do Comércio Exterior tornou relevante à associação de empresas e universidades na modernização tecnológica do parque industrial nacional e no aumento da participação do setor privado nos investimentos em C&T (GIULIO, 2008).

No sentido de desenvolvimento econômico e bem comum a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) encomendou ao Observatório da Inovação e Competitividade, no IEA/USP, e executada a partir do contrato firmado com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), a pesquisa de “Estratégias Internacionais de Inovação (MOBIT)”. Esta contou com uma análise das estratégias de inovação de sete países, Estados Unidos, Canadá, Irlanda, Reino Unido, Finlândia, França e Japão.

Na pesquisa MOBIT, tentou-se analisar a compreensão do que seja inovação e das políticas públicas de estímulo e mobilização pela inovação nos 7 países pesquisados. Embora as diversidades existentes entre os países, às políticas públicas enfatizam a inovação como foco propulsor de desenvolvimento econômico e do aumento de competitividade das empresas. O consenso é crescente entre políticas de mercado (*policy makers*), empresariado e comunidade científica no que se considera inovação.

O relatório MOBIT apontou, também, a relevância dos debates do papel das Universidades em cooperação com empresas e o papel econômico e social nas agendas de pesquisas nos sete países. No Brasil foram apontados em entrevistas com empresários e pesquisadores alguns obstáculos para inovação e dentre elas a frágil relação universidade–empresa, em virtude de pesquisadores estarem mais envolvidos com a produção de *papers* e não tanto na aplicação do conhecimento gerado, forma no qual é avaliada sua produção. As mesmas entrevistas geraram sugestões e propostas com formas de incentivar o

empreendedorismo dentro das universidades, por meio de concessão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado com fim específico de desenvolvimento de produtos ou processo com potencial inovador.

Com a necessidade de a indústria incrementar a política de inovação brasileira, necessitando assim cada vez mais investir em pesquisa e desenvolvimento, o Governo Federal, juntamente com os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, lançaram em 26 de novembro de 2003, as Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), com o objetivo de aumentar a eficiência econômica, desenvolvimento e a difusão de tecnologias do país, um crescimento de forma sustentável, com a melhoria do bem-estar e da distribuição de renda da população (MCT, 2009).

O lançamento da PITCE marcou o retorno de políticas voltadas para o desenvolvimento competitivo na indústria brasileira a fim de recuperar a capacidade de formulação e coordenação do estado brasileiro com ações integradas, afirmando a questão da inovação e do avanço científico-tecnológico como estratégia de enfrentamento da competição e ampliação da inserção externa. A nova política surge não mais calcada na instituição estatal em detrimento da instituição privada, e sim, como um estado paternalista da ação privada em determinados setores.

Foi a partir da PITCE que se deu início a um conjunto de iniciativas voltadas aos desafios de desenvolvimento produtivo brasileiro, como a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004), a Lei do Bem (Lei 11.196/2005), a Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) e a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (Decreto 6.041/2007). Vieram contribuir com a competitividade em seus respectivos setores, tendência essa que já havia iniciado no começo da década a exemplo da Lei do setor de tecnologia da informação (Lei 10.176/2001).

A PITCE, que vigorou de 2003 a 2008, explicitava a importância da inovação como fator chave para o crescimento da competitividade industrial e nacional, orientada aos padrões de competitividade internacional e o apoiada a programas de investimento em P&D&E (pesquisa, desenvolvimento e engenharia). Focada no aumento da eficiência da estrutura produtiva brasileira, no aumento da capacidade de inovação das empresas e na expansão das exportações, por meio de mecanismos de acesso ao crédito e atração de investimentos.

Esta é a base para uma maior inserção do País no comércio internacional, estimulando setores em que o Brasil tem maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas. As diretrizes foram estabelecidas em uma política horizontal para todos os setores econômicos, voltada para a modernização e competitividade das empresas, inserção internacional, inovação em pesquisa e tecnologia, e aumento da capacidade das empresas e da escala produtiva. E também políticas verticais para quatro setores identificados como estratégicos para o desenvolvimento da economia brasileira e para uma maior inserção do país no comércio mundial: microeletrônica, *software*, fármacos e bens de capital. Estes setores participam pouco do comércio exterior brasileiro e ao mesmo tempo, contribuem para a elevada concentração de déficits na balança comercial.

Em 2009 foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) a fim dirimir as dificuldades de coordenação da PITCE. A PDP foi calcada em três eixos: ampliação do investimento, da inovação e das exportações. Em suas ações, um dos instrumentos utilizados é a regulação técnica, econômica e concorrencial. A PDP na verdade é uma continuidade evoluída da PITCE.

Os resultados positivos após os primeiros meses de instituição da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que foi criada para articular, promover e executar as ações da PITCE sinaliza que o País está desenhando um novo caminho para o desenvolvimento sustentado. A ABDI coordena um dos 3 níveis da Política de Desenvolvimento Produtivo e definiu, e trabalha, em dois eixos estratégicos de ação: o Aumento da Capacidade Inovadora das Empresas e o Fortalecimento e Expansão da Base Industrial Brasileira.

Além desses programas coordenados pela ABDI, existem vários programas em andamento que são convergentes e estruturantes, que fazem parte de um dos níveis da Política de Desenvolvimento Produtivo e que visam dar sustentabilidade necessária ao novo ciclo de crescimento do País. Devido à diversidade da estrutura produtiva do País, os Programas Estruturantes para os Sistemas Produtivos são orientados por objetivos estratégicos, de acordo com cada cadeia produtiva e aprimoram e dão maior abrangência aos objetivos da PITCE. Os Programas Estruturantes para os Sistemas Produtivos são agrupados de 3 formas: Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas; Programas para Consolidar e Expandir a Liderança e; Programas para Fortalecimento da Competitividade.

Ainda há outro nível, o nível sistêmico, da Política de Desenvolvimento Produtivo que é coordenado pelo Ministério da Fazenda que são ações focadas em dois eixos e em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da atividade produtiva e que fazem uma integração com programas em curso que abrange Infra-Estrutura, Energia, Transporte e Logística; Infra-Estrutura de Ciência e Tecnologia e ainda Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos; e novas medidas que abrange dimensões de Medidas Tributárias de Estímulo ao Investimento; Legislação de Acordos Internacionais de Comércio; Financiamento e Renda Variável; Apoio à Inovação; Fundo Soberano e ainda Ambiente Jurídico: Investimento e Inovação.

Todas essas ações são a evolução do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Mas é a Lei de Inovação que trata especificamente e serve de catalisador no processo de cooperação entre agentes econômicos que anteriormente não se comunicavam como universidades, institutos de pesquisas, empresas e governo.

Essa comunicação é uma estratégia voltada para a solução de problemas econômicos e sociais de inovação tecnológica, resultado de ações governamentais, que na literatura foi definida por Etzkowitz como a hélice tríplice, exposta na seção 3.2.

3.3.2.1 A lei de inovação

O ambiente que gere C&T de ponta, exercendo influência direta e indireta no setor produtivo originando inovação tecnológica, dá-se em uma economia sólida, através de P&D produzidos nas empresas. Mas, no Brasil, é possível notar a insipiência aos estímulos para o desenvolvimento deste campo no setor empresarial, refletidos na produção científica nacional, em especial oriunda das universidades públicas. Assim é necessário estabelecer condições favoráveis para que o país evolua de maneira consistente na área tecnológica, através de mudanças institucionais, econômicas e culturais. Para este avanço, deve-se incentivar o aumento da produção científica e tecnológica nacional, inicialmente por meio da

criação de instrumentos que regulem a relação (PEREIRA E KRUGLIANSKAS, 2005).

Nesse sentido, entre outras articulações políticas surge a Lei de Inovação, Lei nº. 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo (Dec. nº 5.563 de 11.10.2005), organizada em torno de três eixos: a constituição de ambiente propício às parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o estímulo à inovação na empresa.

Além da subvenção, a lei estabelece os dispositivos legais para a incubação de empresas no espaço público e a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento tecnológico e a geração de produtos e processos inovadores, cria regras claras à participação do pesquisador público nos processos de inovação tecnológica desenvolvidos no setor produtivo.

O artigo 1º da Lei dispõe sobre medidas de incentivo à inovação e pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, conforme almejado por Pereira e Kruglianskas (2005). A lei atende os artigos 218 e 219 da constituição, ao Estado cabe a promoção e incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e capacitação tecnológica nacionais de modo alinhado com a política externa.

É a lei de inovação que estabelece que Instituição Científica e Tecnológica (ICT) possua um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Os NIT's são constituídos com a finalidade de gerir a política de inovação das ICT's. competem aos NIT's, art. 16, § único:

- i) zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- ii) avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;
- iii) avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;
- iv) opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- v) opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual e;
- vi) acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

A titularidade das invenções conforme previsto na Lei de Propriedade Industrial pertence ao empregador, por isso quando não for de interesse da universidade proteger a criação desenvolvida na instituição, a mesma poderá ceder seus direitos de PI ao inventor após a avaliação do NIT e sob manifestação da autoridade máxima da ICT.

Aos criadores são asseguradas as participações mínimas de 5% e no máximo 1/3 dos ganhos econômicos oriundos da tecnologia, entre eles *royalties*, remuneração ou quaisquer benefícios, deduzidas as despesas decorrentes da proteção intelectual. A outra parte dos valores, segundo a lei, deve ser investida exclusivamente em pesquisa, desenvolvimento e inovação da universidade.

Outra questão importante prevista em lei é que o inventor, ou dirigente, ou qualquer servidor da ICT não poderá divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto da criação que tenha tomado conhecimento por sua atividade, sem antes obter autorização da ICT. Por esse motivo muitas universidades utilizam termos de sigilo de todos os envolvidos no processo de criação e proteção das tecnologias.

Embora a lei estabeleça a criação de NIT nas ICT's é facultado a elas a celebração de contratos de transferência e o licenciamento de tecnologias, todavia, optando pela celebração de contratos, a lei prevê a existência de chamadas públicas para negociações de tecnologias no qual a empresa exija exclusividade.

A ICT também poderá decidir do estabelecimento de prestação de serviço a cargo da autoridade máxima da instituição, assim como a celebração de acordos de parcerias tanto com instituições públicas ou privadas. Optando pela parceria, as partes deverão prever em contrato o percentual de titularidade da PI, assim como a participação nos resultados se houver exploração comercial futura.

Porém, a carência de políticas nas ICT's, configura-se como um "gargalo" inicial que os NIT's devem ultrapassar para, da melhor forma, atingir seus objetivos, de manutenção da política institucional e de estímulo à proteção de criações e inovação. Subtende-se nessa linha, que de acordo com a Lei de Inovação, a ICT deve gozar de uma "Política de Inovação e uma Política de Propriedade Intelectual" (SANTOS; TOLEDO e LOTUFO, 2009).

Conforme Santos (2009), o Brasil que ainda não tem uma "cultura" de transferência de tecnologia, além da problemática das ICT's com relação à estruturação de seus núcleos de inovação, ora pela ausência de uma política voltada

a sensibilizar as instituições sobre a importância de inovar, ou pela ausência de um corpo qualificado de pessoas com conhecimento específico, deve atentar para a criação de um planejamento estratégico que culmine para um grau elevado de satisfação das variadas missões da ICT.

Gouveia (2008) contesta a lei alegando que o país não possui um conjunto de inovação eficaz e sim um conjunto desarticulado de ações pontuais. Para ele, o fator chave da discussão é a falta de aproximação entre o lado acadêmico e o lado empresarial, que deveria ser orientada a P&D. A lei de inovação não se revelou eficaz o suficiente para promover um processo mais eficiente para a cooperação entre universidades e empresas (CARLOS AMÉRICO PACHECO *apud* GOUVEIA, 2008).

Reforça este quadro, a opinião de Schettino (2009), para o qual a lei federal de Inovação não atende a todas as particularidades de um país continental como o Brasil, e devido a isto, o arcabouço legal federal necessitaria ser ampliado através das legislações estaduais e municipais, no sentido de tirar maior proveito de suas potencialidades, de acordo com a realidade de cada região.

3.4. Gestão da Qualidade

Em geral empresas e instituições sofrem influências de adequações aos novos padrões de qualidade, em busca da excelência decidem por implantar projetos de melhorias de qualidade na prestação de serviços.

Foi nesse sentido, como exposto na seção 1.3, que se optou por desenvolver uma proposta de gestão da inovação tecnológica na UFMS a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados e aumentando a produtividade do NIT, como apresentado, responsável pela inovação tecnológica da universidade.

Para Paladini (1998), a gestão da qualidade é um conjunto de estratégias que visam produzir qualidade em processos, produtos e serviços, desde que organizadamente desenvolvidas.

De acordo com Paladini (1998), desde os primeiros movimentos da administração científica de Taylor foram utilizadas noções básicas que depois iriam sustentar os mecanismos de gestão. Entre eles estão: o homem é um ser

essencialmente racional, conhecendo todas as possibilidades de ação ele seleciona a melhor alternativa antes de tomar uma decisão; as decisões são motivadas por elementos econômicos; os trabalhos devem ser guiados em processos de desenvolvimento garantindo sua máxima eficiência, padrões de produção supervisionados; analisar cada atividade antes de estabelecer um padrão; eliminar ou reduzir elementos inúteis e aperfeiçoar os úteis e, dividir as atividades em preparo e desenvolvimento.

Segundo Paladini (1998), as causas que conduzem ao insucesso de programas de qualidade nas organizações estão associadas ao desconhecimento dos conceitos de qualidade, das estratégias e das ferramentas utilizadas em processos gerenciais de qualidade.

3.4.1 Ferramentas de gestão

Para atender o principal objetivo desse trabalho foi necessário conhecer as principais ferramentas de gestão utilizadas nas organizações. Phall *et al. apud* Franco (2009) afirma que para uma gestão eficiente são necessários alguns elementos para sua implantação. A princípio ferramentas de apoio de decisões e ações gerenciais aliadas a técnicas para sua aplicação, além do gerenciamento do processo e estruturas conceituais para guiar o pensamento a respeito do gerenciamento da tecnologia.

A importância de institucionalizar processos como ferramenta gerencial é o aspecto formal e a padronização que eles submetem a atividade, que segundo Fernandes (2005) auxilia as equipes evitando problemas de dispersão e falha na comunicação, a tornando mais eficiente, porém, o excesso de padronização pode ocasionar o engessamento do processo criativo e o descumprimento de normas. Na formalização de procedimentos é importante que sejam adotadas filosofias que sirvam como motivações e orientação para as equipes, os procedimentos devem ser estruturados de forma a funcionarem em harmonia como uma linguagem comum entre os indivíduos e setores (BONNER *apud* FERNANDES, 2005).

Procedimentos bem definidos e formalizados é uma estratégia eficiente para o trabalho em equipes, pois, viabilizam o desenvolvimento adequado de produtos e serviços (FERNANDES, 2005).

Para solucionar problemas dessa natureza existem ferramentas administrativas, mas que segundo Meireles (1949); Campeão *et al* (2000), é necessário atentar-se qual a mais adequada para cada caso, quais os problemas nos processos e métodos, associado à estrutura, a cultura, aos recursos humanos e financeiros de cada organização. Que segundo Juran & Gryna *apud* Coletti, Bonduelle e Iwakiri (2010) devem proporcionar melhorias significativas em termos de eficiência, segurança, controle de qualidade e desempenho de gestão.

Para identificar quais as ferramentas de coleta e análise mais adequada ao caso da UFMS foram identificados na literatura às ferramentas mais utilizadas na implantação de projetos de gestão, segundo os autores estudados, algumas ferramentas são essenciais e garantem a qualidade do programa de gestão, como o *Brainstorming*, Gráfico de Pareto, Gráfico de Ishikawa ou espinha de peixe, 5W2H, Ciclo PDCA, Estratificação, Fluxograma, Diagrama de causa e efeito, Diagrama de dispersão, Histograma, 5S, Carta de Valor e Análise de Valor (BONDUELLE, 2007; CAMPEÃO *et al* 2000; MEIRELES, 1949).

Ferramentas de gestão mais utilizadas:

O *Brainstorming* ou tempestade cerebral busca a solução de um problema, a ferramenta estimula os participantes a produzirem várias idéias (não aplicável em um primeiro momento ao caso da UFMS, já que a equipe não possui *Know-How* em processos de proteção) (COLETTI *et al*, 2010). A proposta do método é que sejam realizadas reuniões com grupos de pessoas, todas as idéias são copiladas e nenhuma é rejeitada, posteriormente passam por um processo de análise até o amadurecimento das mesmas até que sejam encontradas soluções definitivas.

O Gráfico de Pareto trata-se de uma técnica que auxilia na tomada de decisão, prioriza e sugere melhorias em atividades, erros e recursos que mais necessitam (COLETTI *et al*, 2010). São extraídas várias causas ou características de defeitos de um problema, os números ou os custos do fenômeno são apresentados em ordem decrescente por meio de um gráfico de barras do tamanho proporcional (BARBOSA, 19--).

O Diagrama de causa e efeito, também conhecido como gráfico de Ishikawa ou espinha de peixe mostra a relação dos problemas na organização e suas causas, em um primeiro momento o problema é selecionado, posteriormente as causas são relacionadas sistematicamente, na sequência as causas são desdobradas. Com base nas informações levantadas são feitos novos diagramas de causa e efeito sobre a causa principal. A montagem do diagrama é um processo educacional que desdobra todos os aspectos do problema, a partir desse momento todos os projetos da organização serão guiados pelo diagrama (BARBOSA, 19--). A técnica utilizada para identificar as possíveis causas de problema, embora também utilizada para melhoria de atividades (COLETTI *et al*, 2010).

O Histograma busca solucionar problemas, a técnica é muito utilizada para a organização de muitos dados, expondo de forma clara proporcionando comparações com padrões e entre o dados estratificados. A ferramenta proporciona cálculos médios e desvios padrões, o problema é apresentado no eixo horizontal por meio de um intervalo de valores, no eixo vertical são apresentadas barras que conforme o tamanho refletem a quantidade de dados de cada intervalo (BARBOSA, 19--; Behr, 2008).

Nesse sentido institucionalizar procedimentos torna-se viável representando diretrizes coerentes aos envolvidos, facilitando o fluxo de informações de forma encadeada.

3.4.2 Estudo de processos

Necessários também na aplicação dessas ferramentas são os indicadores de desempenho que qualificam e/ou quantificam os *outputs* de um processo. Segundo Barros Neto (2001) os processos são normas e padrões pré-estabelecidos destinados a produzir serviços ou produtos transformando entradas conhecidas em saídas desejadas, dessa forma para a realização de um processo é necessário que exista uma entrada, uma transformação e uma saída.

Na medida que são analisadas as entradas e saídas de uma organização é possível identificar os pontos fortes e os pontos críticos, um feedback do processo, fator fundamental para um planejamento estratégico da organização (ARAUJO, 1992).

Puccini e Lima Filho (1999) conceituam processo como um grupo de tarefas interligadas logicamente, que transformam os recursos para gerar resultados definidos e atender a clientes internos e externos, adicionando valor para estes. Para Davenport (1994, p. 6 e 7) um processo é “[...] uma ordenação específica das atividades de trabalho no tempo e no espaço, com um começo, um fim, e *inputs* e *outputs* claramente identificados: uma estrutura para a ação”.

Para Davenport (1994, p. 8), o desempenho dos processos pode ser medido através de: tempo e custo de execução, utilidade, coerência, variabilidade e ausência de defeitos dos “*inputs*” e “*outputs*”, etc. Para ele “[...] os processos dotados de uma estrutura clara podem ter várias de suas dimensões medidas”. E acrescenta: “A adoção de uma abordagem de processo significa a adoção do ponto de vista do cliente. Os processos são a estrutura pela qual uma organização faz o necessário para produzir valor para seus clientes. Em consequência, uma importante medida de um processo é a satisfação do cliente com o produto desse processo”.

Os estudos de procedimentos geralmente se dão em virtude da existência de falhas numa dada rotina. A técnica mais utilizada no mapeamento de processos ou estudo de rotinas administrativas de acordo com Araújo (1992) é o fluxograma ou também conhecido como gráfico de processos ou procedimentos. Um fluxograma permite indicar os problemas na rotina, os pontos de estrangulamento, as ineficiências, as razões dos motivos de acúmulo de papéis e dos atrasos no processo.

Segundo Araújo (1992) há uma estratégia para o estudo de rotina que nada mais é do que um conjunto de etapas que dirigem a ação do investigador. Primeiro é feita a ‘escolha da rotina a estudar’ com a formulação de questões às pessoas que operam diretamente na rotina procurando dados que justifiquem a mesma. Em um segundo momento é realizado a “coleta dos passos e sua representação gráfica” que busca passo a passo o papel de cada operador, aonde faz e como faz. Esse detalhamento das tarefas define o movimento da rotina que permitirá a fluxogramação.

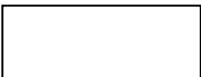
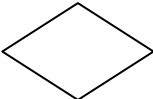
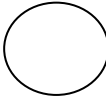
Na sequência é realizada a ‘análise dos métodos empregados no processo atual’ nessa etapa são incluídas as pessoas envolvidas, as atividades realizadas por elas e a visão das mesmas em relação a sua parte do processo e do todo no qual devem emergir as críticas do método seguido, que servirá de base para

alternativas futuras como a ‘implantação de nova rotina’ e a ‘manualização da Rotina’.

Segundo Araújo (1992) existem inúmeras técnicas de fluxogramação. O fluxograma de blocos permite na análise das etapas da rotina a representação positiva ou negativa da ação o que facilita o trabalho de compreensão do processo.

O diagrama de blocos é o mais simples dos fluxogramas, indicando apenas as atividades realizadas sem diferenciá-las, permite a visualização rápida do processo, podem ser montadas verticalmente ou horizontalmente ou em ambas as direções, sendo que as frases utilizadas devem ser curtas informando a atividade (RODRIGUES, 20--).

Na literatura é possível observar um padrão de simbologia utilizado em fluxos de blocos para as principais análises problemas, conforme apresentado no quadro 2:

Símbolo	Significado
	Operação
	Ponto de decisão
	Documento impresso
	Mais de um documento impresso
	Sentido do fluxo
	Limites (início ou fim)
	Quando o fluxo não cabe em uma única página

Quadro 2: Simbologia de fluxogramas.

Fonte: Adaptação das simbologias utilizadas por Rodrigues (20xx) e Araújo (1992).

São a partir da compreensão das análises das situações problemas que são feitas o planejamento e execução de propostas (PINTO; CARVALHO; DIOGO). Por esse motivo, esse trabalho adota a simbologia proposta por Araújo (1992); Rodrigues, (20--), para fluxos de blocos.

4. A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Para propor um modelo de gestão organizacional para os processos de inovação tecnológica com a efetiva aplicação na UFMS, de forma que professores, departamentos e setores possam realizar atividades com o mesmo propósito de transferência de conhecimento à sociedade, mas não somente por meio de ensino e publicação de pesquisas, faz-se necessário à adoção de um processo formal, através do compartilhamento de informações e da aprendizagem de rotinas administrativas.

Nesse sentido conhecer os agentes de inovações e o cenário da UFMS faz-se necessário, para a implantação das mesmas, baseando-se na teoria apresentada de por Araújo (1992). No intuito de atender a Lei de Inovação, em dezembro de 2007, ocorreu a criação de um NIT na UFMS, por meio da Resolução n. 81/2007. Assim surgiu a Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (APITT).

A APITT está vinculada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPP), como uma unidade técnica, a implantação ocorreu por meio de financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do projeto “Implantação da Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia”.

É necessário dar ênfase ao fato de que ao contrário do que aconteceu em universidades como USP, Unicamp e UnB, apresentadas no capítulo 5, nos quais seus NIT's tiveram suas construções em virtude de uma necessidade da universidade ou ainda na identificação de um potencial de aplicação das pesquisas. Na UFMS a constituição da APITT aconteceu em resposta uma lei determinando a criação dos núcleos de inovação nas IFES e não por uma demanda da universidade.

Isto não significa que a UFMS não tenha potencial de inovações tecnológicas, mas indica e comprova o que Santos; Toledo e Lotufo (2009); Gouveia (2008) e; Schettino (2009) defendem, que devido à carência de políticas de inovações nas ICT's e um trabalho de disseminação da cultura de inovação nas universidades, a implantação de uma lei não é suficiente para a criação de ambientes propícios à inovação.

O objetivo da APITT é “[...] dar suporte técnico e operacional às atividades de proteção à transferência ao ambiente produtivo ou social dos conhecimentos em forma de produtos, processos e serviços gerados no âmbito da UFMS e de suas parcerias [...]” (RESOLUÇÃO 81/2007, UFMS).

Baseado no objetivo da agência entende-se que a administração superior da instituição está formalmente propensa a parcerias e proteções de inovações tecnológicas oriundas das pesquisas da universidade. Ainda, segundo a referida resolução, a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPP) dará todo o suporte estrutural para o funcionamento do núcleo, entre eles espaço físico, equipamentos, móveis, utensílios, pessoal necessário e inclusive dotação orçamentária para custeio e investimento.

Das competências da APITT, de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 81/2007:

- i) zelar pela manutenção das normas institucionais de estímulo à proteção das criações, à inovação, ao licenciamento e outras formas de transferência de tecnologia;
- ii) orientar e dar apoio a docentes, técnicos administrativos e discentes quanto a procedimentos para registro de propriedade intelectual bem como para transferência do conhecimento gerado no âmbito da UFMS;
- iii) desenvolver procedimentos e atividades de instrução processual dos pedidos de proteção do conhecimento gerado na UFMS;
- iv) desenvolver procedimentos e atividades de instrução processual para transferência ao ambiente produtivo ou social do conhecimento gerado no âmbito da UFMS;
- v) divulgar amplamente os resultados obtidos com os projetos de inovação desenvolvidos no âmbito da UFMS, resguardando o dever de sigilo previsto em contratos, convênios ou em termos firmados pela UFMS;
- vi) desenvolver procedimentos e atividades de identificação e incentivo, junto à sociedade, das oportunidades de realização de projetos de inovação que poderão ser executados em parceria com a UFMS;
- vii) desenvolver procedimentos e atividades preliminares de avaliação e classificação dos resultados decorrentes do desenvolvimento de projetos de pesquisas voltados para inovação tecnológica;
- viii) desenvolver procedimentos e atividades preliminares de avaliação de solicitações de inventores independentes para adoção de invenções nos termos do Artigo 23 do Decreto n. 5.563;
- ix) dar apoio técnico e operacional a Comissão Permanente de Gestão de Inovação em suas atividades.

Nas competências da APITT é reafirmado o interesse da universidade em inovação tecnológica, na pesquisa aplicada, em proteção das

criações e no licenciamento ou transferência das mesmas. É possível observar que a universidade apóia a adoção de invenções já depositadas no INPI de inventores independentes, isto é, aqueles que não estão vinculados à instituição. A adoção das criações poderá ocorrer após avaliação realizada pela agência, o prazo de resposta ao inventor é de no máximo de seis meses.

Essa adoção é viável à universidade nos casos em que a criação tem potencial de retorno à sociedade, seja ela financeira, ou resolva algum problema local, regional ou nacional. Os ganhos econômicos serão divididos entre universidade e inventor independente, mediante contrato. Em observância ao apoio da APITT no processo de proteção de tecnologias elaboradas por inventores independentes conclui-se que não está previsto em lei e nem nas competências da UFMS esse tipo de relação, mas que também não se trata de uma atividade vetada legalmente e nem na instituição.

Para ponderar a relação da UFMS com o ambiente produtivo e social em benefício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi criada, por meio da Portaria 703, de 14 de dezembro 2007, a Comissão Permanente de Gestão de Inovação (COPERGI), também vinculada a PROPP. A comissão foi criada para atuar junto à APITT nas questões de proteção e licenciamento bem como na política de inovação da UFMS. Na portaria supracitada, integrarão a comissão de docentes que figurem como representantes das grandes áreas de conhecimento e dos centros universitários da UFMS: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas e Centro de Ciências Humanas e Sociais.

Na ocasião da pesquisa observou-se a pouca interação entre APITT e COPERGI, a comissão ainda incipiente em seus trabalhos, encontra-se em processo de aprendizagem e amadurecimento organizacional.

Por estar sob as decisões da COPERGI é necessário que a cada processo de proteção, a APITT solicite a COPERGI parecer quanto à conveniência do mesmo, sendo aprovado pela comissão, a agência deverá emitir a Guia de Recolhimento da União (GRU) e solicitar à PROPP a liberação de recursos orçamentários. Na seqüência a PROPP irá solicitar nota de empenho à Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN), esta última efetuará pagamento após processo nas unidades internas para conclusão do mesmo, devolvendo o processo a APITT que finalmente deposita ou registra no INPI.

Para ilustrar o fluxo de informação na UFMS utiliza-se como exemplo nesta pesquisa, o primeiro processo de proteção realizado pela APITT em 2009, apêndice I, e o que se observa nos pareceres e encaminhamentos do mesmo é a falta de embasamentos técnicos, mercadológico ou científico nas decisões, dando ênfase de como os processos de proteção intelectual ainda são incipientes, enfatizando que embora existam leis federais, um NIT na universidade e, resolução na UFMS que institua a inovação tecnológica e os processos de proteção nota-se que pouco se sabe a respeito do tema, já que não há um fluxo de informação de qualidade dentro da organização e que não estão incorporados práticas ou processos internos no cotidiano da instituição.

Chegou-se a essa conclusão em virtude do referido processo, APÊNDICE I, de após ter sido encaminhado ao gabinete da PROPP, que encaminhou à PROPLAN, que encaminhou à unidade técnica DIOR, retornou à APITT solicitando providências. Dessas providências estava incluso a solicitação de emissão de empenho, no qual fez o processo circular pela Divisão de Execução Orçamentária (DIEO), pela Divisão de Compras, pela Gerência de Recursos Materiais (GRM), e para o Pró-reitor de Administração. O retorno a APITT aconteceu duas (2) vezes, desses retornos, observou-se que uma (1) das vezes eram falhas de procedimentos ocasionados na APITT. Observa-se no fluxo do processo a quantidade unidades e setores nos quais o mesmo retornou. Gargalos esses ocasionados por falta de estabelecimento de rotinas administrativas, desconhecimento das resoluções da própria universidade e desconhecimento de procedimentos para proteção no INPI.

Os procedimentos para proteção de inovações, como apresentado na seção 3.1.1, envolvem conhecimentos específicos por parte dos integrantes, nesse caso professores e os vários setores e departamentos da universidade, além da subjetividade que cada um possui para interpretar informações diferentes, ainda mais se tratando de leis e regimentos.

Estudar a cadeia da inovação tecnológica dentro da UFMS e as características positivas e críticas foram necessários para auxiliar o atendimento do principal objetivo deste trabalho, no próximo tópico é apresentada a percepção a respeito da propriedade intelectual por parte dos pesquisadores docentes da universidade, primeiro agente da mesma.

4.1 Análise da percepção a respeito da propriedade intelectual de pesquisadores docentes

No intuito de compreender o grau de conhecimento específico das interações dos indivíduos com o processo de proteção das tecnologias, tentou-se mensurar o grau de conhecimento de pesquisadores docentes, principais clientes e agentes da inovação tecnológica, a respeito de propriedade intelectual e seus aspectos formais. Utilizou-se das informações coletadas no questionário, apêndice II, de como são conduzidas as pesquisas em que participam, relacionado-as à noção de propriedade intelectual.

Foram utilizadas as questões relativas às expectativas do resultado das pesquisas, os requisitos para proteção, o conhecimento a respeito da lei de inovação, o interesse em patentear, o conhecimento sobre patentes, o apoio da UFMS no processo de patentes, se já depositou patente, já fez busca em bases de patentes e habilidade em redação de patentes.

Observou-se nas entrevistas com pesquisadores, apêndice II questão 14, o desconhecimento da existência de profissionais na universidade que poderiam apoiá-los nessa atividade. Dos pesquisadores entrevistados, 45% já foram usuários da APITT de alguma forma, seja no processo de proteção, capacitação ou orientação a respeito de suas tecnologias, 26% já ouviram falar, em alguns relatos confessavam que não sabiam a função exata da agência e, 29% desconheciam a existência do núcleo na UFMS. Contudo, quando indagados se existe interesse em conhecer melhor a atribuição da APITT, 99% deles mostraram-se interessados.

Esses resultados demonstram que parte da comunidade acadêmica com potencial tecnológico não conhece os requisitos para a proteção de tecnologias na UFMS e desconhece a Lei de Inovação que prevê os NIT's, dessa forma demonstrando não possuir a cultura de proteção dos resultados de pesquisa.

Quando indagados a respeito do conhecimento da lei de inovação, 52% afirmam conhecê-la, no entanto, quando questionados a respeito do interesse em prestar serviços pela universidade, prevista na lei de inovação, era quase que unânime o questionamento por parte dos inquiridos da possibilidade da mesma, 91%

deles declaram atrativo a idéia de prestar serviços remunerados pela UFMS, mas que desconheciam os mecanismos para tal.

Quanto às prioridades da expectativa do resultado de pesquisas, questão 2 do questionário, é importante ressaltar que as informações foram coletadas na percepção do inquirido e foram selecionadas quanto ao grau de interesse, tendo eles mais uma opção de escolha.

Dentre outros interesses na expectativa do resultado das pesquisas, 71% dos inquiridos declaram interesse em protegê-las. Já os que declararam interesse exclusivo em proteger o resultado de suas pesquisas, 26% dos entrevistados. Esse resultado demonstra tendência de um novo padrão de comportamento por parte da comunidade acadêmica da UFMS de interesse na aplicação das pesquisas, já que a disponibilização das mesmas à sociedade, não se dá exclusivamente da forma tradicional de publicações acadêmicas, pois, os inquiridos que priorizavam exclusivamente publicar somavam apenas 13% deles.

Quanto ao conhecimento a respeito de proteção, embora 74% dos pesquisados afirmaram interesse em patentear ou registrar o resultado de suas pesquisas, 61% demonstram nenhum ou baixo conhecimento sobre o assunto. Dos inquiridos, 68% afirmaram saber que um dos requisitos para a proteção é a novidade, no entanto, apenas 23% não publicam os resultados de suas pesquisas.

O interesse em proteger suas criações reafirma a tendência dos pesquisadores docentes da UFMS estarem dispostos à aplicação e proteção intelectual de suas pesquisas. No entanto, reconhecem não possuir conhecimento no assunto e demonstram isso com o número de publicações das pesquisas em andamento, já que um dos requisitos para proteção é a novidade, conforme apresentado na seção 3.1.1.

Dos indagados, 19% já tinham ou estavam realizando algum processo de proteção, 35% já realizaram busca em bases de patentes e 32% declaram alguma habilidade na elaboração de redação de patentes, lembrando que essa é a percepção do pesquisado.

Embora os resultados demonstrem que os inquiridos possuam algum conhecimento a respeito dos mecanismos de busca em bases de patentes e de proteção nos órgãos competentes, conclui-se que a comunidade acadêmica com pesquisas com potencial em inovação tecnológica as desconhece. Essa conclusão se justifica com o resultado de publicações dos pesquisados, 77% deles publicam os

resultados de pesquisas antes de proteger, sendo que um dos requisitos para proteção é o ineditismo, conforme exposto na seção 3.1.1.

Observa-se que esses pesquisadores foram identificados pelo potencial de pesquisa aplicada de seus grupos de pesquisa e, em um segundo momento por indicação de outro entrevistado. A escolha da amostra pode ter favorecido a escolha de pesquisados com perfil que enfatizam a inovação tecnológica, logo, já sinalizam suas atividades e interesses para esse campo, o mesmo não pode ser estendido a todos os pesquisadores da universidade.

4.2 AS CRIAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL COM POTENCIAL DE PROTEÇÃO NO CURTO PRAZO

Para atender um dos objetivos desse estudo, o de identificar demandas passíveis de proteção intelectual e ou transferência de tecnologia foi prospectado junto a pesquisadores da UFMS se seus projetos de pesquisa possuem potencial para tal.

Os critérios adotados foram se nas pesquisas em finalização, os resultados possuem algum potencial de inovação tecnológica sejam elas passíveis de proteção intelectual ou de transferência à sociedade por meio de *Know-How* ou prestação de serviço, conforme percepção do inquirido. O quadro 3 apresenta um panorama dessa situação, é preciso dar ênfase que esse é um retrato da situação na ocasião da pesquisa, ou seja, a curto prazo.

Patente de invenção	Patente Modelo de Utilidade	Programa de Computador	Desenho Industrial	Marca	Prestação de serviço	<i>Know-How</i>
5	12	11	0	2	54	4

Quadro 3 – Potencial de inovações tecnológicas no curto prazo da UFMS

Fonte: elaborada pela autora.

No momento das pesquisas, o questionário também gerava orientação para os inquiridos a respeito de propriedade intelectual, como exemplos, os questionamentos feitos a eles a respeito de publicação e sobre o conhecimento do quesito novidade para proteção, assim pesquisadores-docentes que não

conheciam a agência acabavam se interessando por mais informações, alguns durante a conversa se atentavam para os resultados de suas pesquisas.

A pesquisa de campo durou um intervalo de um (1) ano para ser realizado, nesse período o fluxo de processos de proteção da agência aumentou, já foram depositados quatro (4) pedidos de patentes e dois (2) registros de *software* no INPI, processos realizados pela APITT. Parte desses processos é resultado da sensibilização ocasionada pela aplicação de questionários. Essa é uma informação que demonstra a validade dos resultados.

5 MODELOS DE GESTÃO TECNOLÓGICA

Para dar início a essa etapa da pesquisa, as informações foram analisadas por meio da ferramenta 5W2H na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e na Universidade de Brasília (UNB) os critérios adotados estão descritos na seção 2.6. O levantamento dos modelos atende ao objetivo específico (iii) e possibilitam a construção do objetivo (iv).

A comparação entre as rotinas das universidades tem o objetivo de apresentar um panorama de práticas em propriedade intelectual a fim de destacar pontos comuns e diversos, permitindo uma reflexão acerca de alternativas à proposição de um modelo de práticas de gestão para a UFMS.

5.1 Modelo de Gestão de Inovações Tecnológicas da Universidade de São Paulo

Por meio da resolução USP nº 5175 de 18 de fevereiro de 2005 foi criada a Agência USP de Inovação, NIT da USP previsto pela Lei de Inovação. A agência é ligada diretamente ao gabinete da reitoria da universidade, definida como uma rede de cooperação organizada em pólos e, atua no processo de proteção de patente, de marca, direito autoral de livros, *softwares*, músicas, cultivares e desenhos industriais (USP, 2010a).

No que diz respeito às ações da agência na universidade, são prioridades o incentivo à inovação, a prospecção em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), comunicação e difusão da inovação e foco na propriedade intelectual e nos projetos tecnológicos. Em uma perspectiva de interação com a sociedade, a agência busca priorizar parcerias público-privadas, internalizar pesquisas nas empresas, dar suporte ao empreendedorismo, além de cooperações nacionais e internacionais (DUDZIAK, 2007).

Um importante marco, na história da USP, de disseminação da cultura de propriedade intelectual foi um estudo realizado em 1999 pela Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE) que identificou o grau de conhecimento dos pesquisadores sobre o tema, chegando a conclusões que naquele momento os mesmos rejeitavam a possibilidade de patenteamento por não entenderem o processo. Outra falta de motivação nos processos de proteção apontada no estudo é que os pesquisadores não vêem o retorno de investimentos no curto-prazo, desta forma, este motivou a adoção de práticas e mecanismos de sensibilização na universidade (SANTANA, 2005).

Santana (2005, p. 151) destacou que como resultado das entrevistas realizadas na tentativa de mensurar as percepções dos pesquisadores sobre o tema “[...] algo parece não ter atingido os pesquisadores entrevistados”, isso porque em um primeiro momento a universidade realizava palestras nos diversos campi da USP, exclusivamente, e somente com a divulgação da Agência USP a comunicação começou surtir efeito, isto porque a mesma foi feita via *outdoors*, faixas, cartazes o que abriu caminhos para os pesquisadores sanar dúvidas a respeito das competências da agência e proteção de suas tecnologias.

GADI *apud* Santana (2005) enfatiza que o processo de sensibilização foi reforçado com a distribuição de material informativo, promoção de encontros e exposições.

Contudo, ao longo de sua história, a USP desenvolveu mecanismos de sensibilização da comunidade acadêmica, periodicamente é desenvolvido um ciclo de eventos a fim de disseminar a cultura de propriedade intelectual, dessa forma o processo de identificação de inovações tecnológicas e de elaboração do processo de proteção da tecnologia é feito de forma mais pró-ativa por parte do pesquisador-inventor da tecnologia.

De acordo com Massambani *apud* Dudziak (2007) no processo de disseminação da cultura da inovação é dada uma atenção especial aos programas de pós-graduação, pois estes possuem papel importante na geração de conhecimento da universidade, além disto, as práticas de cooperação entre universidade e empresas (UE), a transferência de tecnologias e a proteção das criações contribuem ao processo de inovação.

A agência possui endereço eletrônico no qual disponibiliza informações direcionadas à comunidade acadêmica como orientações dos processos de proteção e transferências de tecnologias, além de acesso as principais bases de pesquisa. Para difundir a importância e a existência de bases de pesquisa de patentes, a USP elaborou em 2007 um tutorial para auxiliar os pesquisadores no processo de familiaridade.

Com todo o trabalho de sensibilização junto com a comunidade acadêmica, a identificação da tecnologia passível de proteção fica a cargo do pesquisador que inicia o processo de proteção por meio de um requerimento que o pesquisador-inventor encaminha à reitoria e à Agência USP de Inovação. Todos os modelos do requerimento, ofícios e documentos encontram-se disponíveis no *site* da Agência USP de Inovação.

A Agência USP de inovação, desde o tempo do Grupo de Assessoramento ao Desenvolvimento de Inventos (GADI), atua em todo o processo de proteção, uma das suas principais funções “[...] é efetuar todos os procedimentos necessários para que se deposite uma patente no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), assim como acompanhar esse processo até o seu encerramento [...]”. O grupo desde sua criação em 1986 já atuava do início da pesquisa até o processo de transferência da tecnologia para a sociedade. (SANTANA, 2005, p. 52).

Para identificar se a tecnologia é passível de proteção o inventor irá verificar se a invenção atende aos requisitos seja de patenteabilidade previsto na Lei de Propriedade Industrial ou dos outros tipos de registro, já apresentado na seção 3.1.1, por meio da busca prévia feita em endereços eletrônicos de bases de patentes.

Caso a criação atenda aos requisitos, o inventor deve elaborar ofício solicitando autorização para o processo de proteção ao diretor de sua unidade. A unidade, com ciência do chefe de departamento, encaminha ofício à Reitora solicitando proteção da tecnologia. Ambos os ofícios seguem modelo disponível no

site da agência e devem conter o título do invento e qualificação dos titulares, havendo participação de terceiros é necessário também o preenchimento de um formulário, apresentado no ANEXO V desse trabalho, e cópia de documentos que comprovem parceria como termo de outorga, convênio entre as partes, contrato social, entre outros. O inventor deve também preencher em um formulário sua qualificação e deve encaminhar junto com os ofícios, disponíveis no ANEXO VI desse trabalho.

Após o recebimento da documentação exigida e da deliberação institucional por parte da reitoria, a agência abre processo de elaboração do pedido junto ao INPI.

O docente-inventor deverá elaborar um termo de revelação da criação, esse termo trata-se de um relatório contendo o título da invenção, a área técnica / campo de aplicação da invenção, o levantamento das anterioridades obtidas através da busca prévia na literatura e banco de patentes, a descrição detalhada da invenção, as soluções e as vantagens que a invenção apresenta comparada às anterioridades e o avanço tecnológico que a invenção propõe.

O inventor encaminha, via *e-mail*, o relatório para o responsável jurídico de propriedade intelectual da agência. A Agência USP de Inovação recebe e anexa o relatório ao processo de elaboração do pedido junto ao INPI.

São promovidos dois tipos de análise das invenções que chegam à agência antes de completar a transferência das tecnologias, esses denominados 'Diligência da aplicabilidade de formas de proteção' e 'Diligência do valor inovativo e potencial de mercado'. O primeiro visa identificar a(s) forma(s) de proteção da invenção respeitando a legislação vigente, já apresentado na seção 3.1.1. O segundo processo, realizado em paralelo ao primeiro, visa identificar a aplicabilidade industrial e seus impactos no mercado, por meio de estudos de produtos similares, cadeia produtiva da tecnologia e potenciais empresas interessadas. O processo como um todo é chamado de 'Diligência Tecnológica' e para a execução do segundo processo foi constituído um comitê interno de análise que procede a busca de oportunidades de transferência de tecnologia (USP, 2010b).

Em posse de toda a documentação encaminhada, deliberação da reitoria e relatório, a agência agenda entrevista técnica com pesquisador-inventor, nota-se que este é o primeiro contato presencial entre inventor e NIT. A entrevista serve para sanar eventuais dúvidas que se tenha a respeito da tecnologia e para

elaboração do pedido, incluindo a redação de patentes (se esse for o caso da invenção).

Com base na entrevista a agência elabora o relatório descritivo necessário para o pedido, na sequência encaminha-o ao pesquisador-inventor juntamente com documentos que autorizam a agência efetuar depósito junto ao INPI. Após o recebimento, o inventor deverá analisar e executar correções caso se faça necessárias, aprovando ou não o relatório. O inventor deverá assinar os documentos de autorização e reconhecer firma das mesmas.

O inventor encaminha a documentação à agência, que confere a documentação e a encaminha ao INPI para depósito.

Para contratos de exclusividade, a agência divulga em seu portal e no diário oficial.

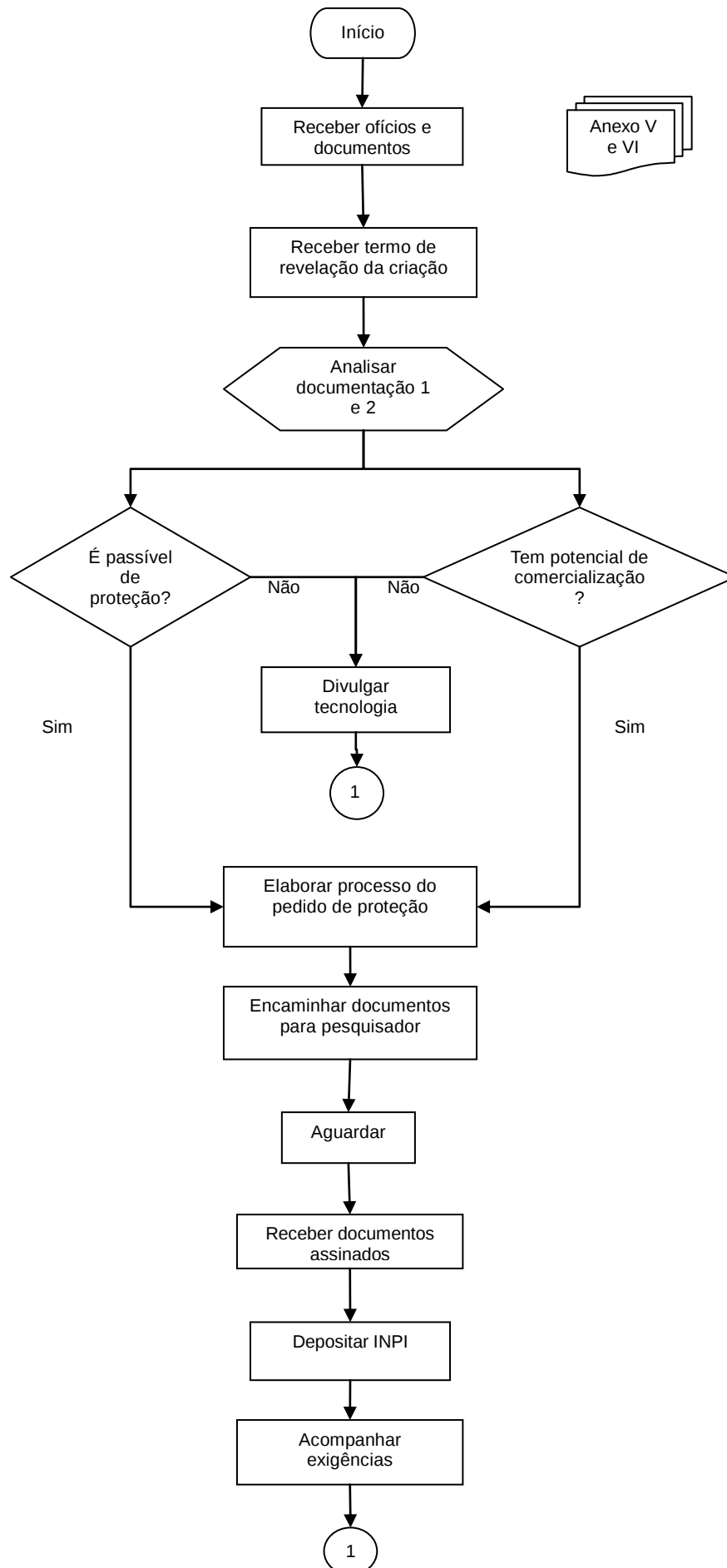
Os resultados financeiros são divididos 50% para o inventor, 40,5% para o departamento aplicado em pesquisa, 4,5% para a unidade e 5% para a reitoria.

Todos os contratos e convênios são elaborados pela consultoria jurídica da USP, normalmente as negociações de cooperação acontecem por meio de encontros informais, no caso de grandes empresas são formalizados programas e consórcios de pesquisa conjunta (DUDZIAK, 2007).

De acordo com Dudziak (2007), existia uma forte tendência de terceirização da redação de patentes.

A agência interage com a sociedade de várias formas, entre elas disponibilizando o programa 'Disque Tecnologia', orientado à micro, pequenas e médias empresas. Outra forma de retorno à sociedade são as transferências de tecnologias que podem ocorrer por meio de licenciamento, contratos de transferência de *Know-how*, exploração de marcas, direitos autorais, convênios nos quais se atendam às demandas de empresas em parceria com a universidade, além das tradicionais publicações acadêmicas e formação de pessoas. As receitas oriundas dessas interações são geridas pela fundação de apoio da região, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (USP, 2010b).

A figura 2 apresenta o fluxo das criações em processo de proteção realizadas na USP. O fluxograma foi construído orientado pelo plano de ação exposto na seção 2.1.



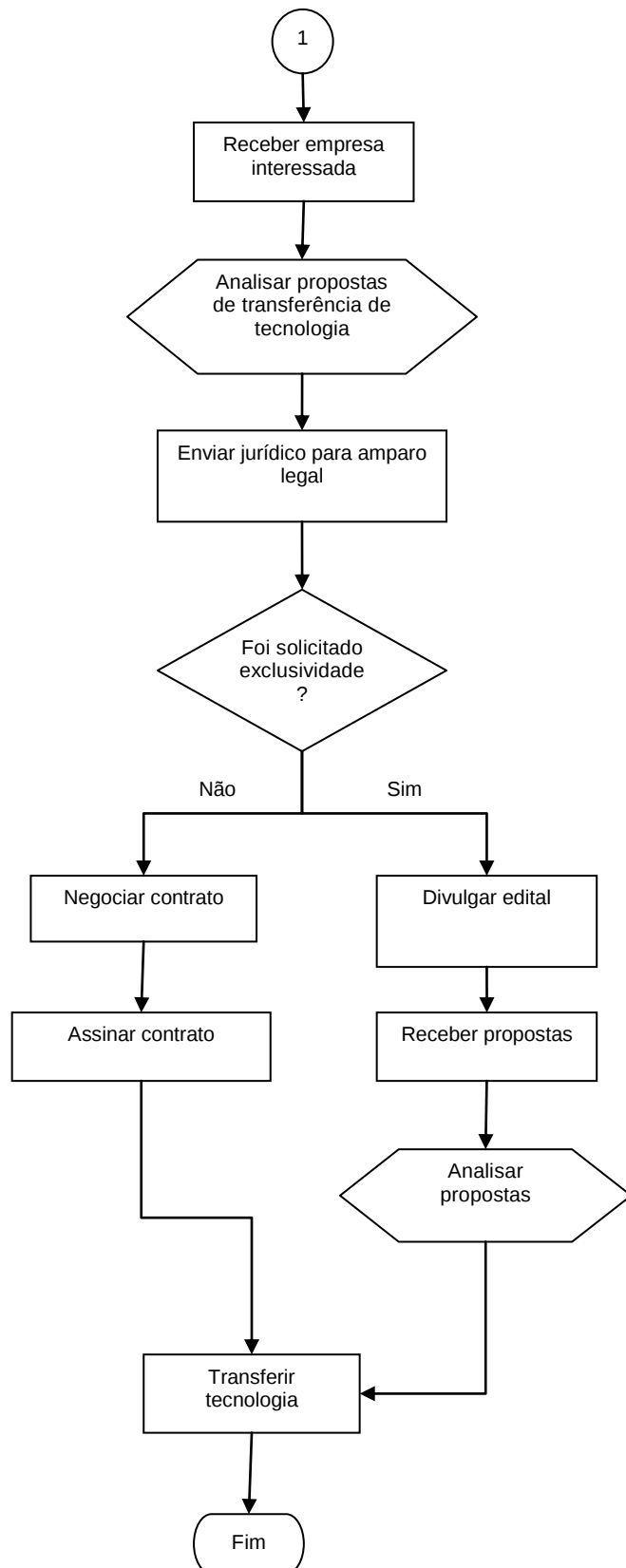


Figura 2: Fluxograma da Gestão de Inovações Tecnológicas da USP
Fonte: elaborada pela autora.

Na figura 2 foram identificados os macroprocessos: a identificação das inovações tecnológicas, a elaboração dos processos de proteção das tecnologias, o depósito no órgão de proteção e as divulgações das criações da USP, no quadro 4 é realizada a análise, por meio da ferramenta 5W1H exposta na seção 2.6, dos processos e subprocessos referentes aos macroprocessos identificados na figura 2.

MacroProcesso:		Identificar Inovações Tecnológicas Elaborar processo de proteção da tecnologia Depósito no órgão de proteção Divulgação das criações			
O que?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quem?
Receber ofícios e documentos (1)	Sempre que tiver demanda	Para padronizar rotinas administrativas	Setor de PI	Ofícios pré definidos	Colaborador setor de PI
Receber termo de revelação da criação (2)	Sempre que deferido pela reitoria de pedido de proteção	Servirá de base para redação do documento de proteção	Setor de PI	Via <i>e-mail</i> , com senha de proteção.	Colaborador setor de PI
Analisar documentação 1 e 2	Após receber de posse da doc. 1 e 2	Para garantir forma de proteção correta com deferimento no INPI e a viabilidade comercial	Setor de PI e; Comitê Interno de Análises mercadológicas	Via documentos 1 e 2; com base na legislação vigente e; estudo do posicionamento da tecnologia no mercado	Colaborador do setor de PI e o Comitê Interno
Divulgar tecnologia	Sempre que houver tecnologia sem restrição de divulgação	Para transferir a tecnologia para a sociedade	Site da Agência USP de Inovação; diário oficial	Editais de exclusividade; contato com potenciais empresas interessadas (<i>networking</i>)	Colaborador do setor de TT
Elaborar processo do pedido de proteção	Sempre que a tecnologia atender os requisitos de proteção e possuir potencial de comercialização	Exigência INPI (proteção)	Setor de PI	Redação de documentos, emissão de autorizações e preenchimento formulários INPI	Colaborador do setor de PI, pesquisador-inventor.
Encaminhar documentos para pesquisador	Sempre que documentação de proteção estiver completa	Para garantir que todo o processo está correto e a ciência dos inventores (exigência INPI)		Via processo	Colaborador Setor de PI
Receber documentos	Sempre que a documentação estiver assinada	Para depositar no INPI	Agência USP de Inovação	Via processo	Colaborador Setor de PI
Depositar INPI	Sempre que a documentação estiver assinada	Para garantir exclusividade no direito de comercialização	No INPI	Via processo	Colaborador Setor de PI
Acompanhar exigências	Semanalmente	Para não perder a possibilidade de	No INPI	Via revistas do INPI; base de	Colaborador do Setor de PI

		garantir exclusividade no direito de comercialização		patentes do INPI;	
Pagar anuidade	Anualmente	Para garantir exclusividade no direito de comercialização	No INPI	Via GRU	Colaborador do Setor de PI
Receber empresa interessada	Sempre que houver demanda	Para transferir tecnologia	No setor de transferência de tecnologia	Atendimento	Colaborador do Setor de PI
Analisar propostas de transferência de tecnologia	Sempre que houver demanda	Para atender a legislação; e verificar a viabilidade.	No setor de transferência de tecnologia	Comitê Interno	Colaborador do Setor de TT;
Enviar jurídico para amparo legal	Sempre que houver possibilidade de TT	Seguir legislação	Jurídico USP	Processo administrativo	Colaborador do Setor de TT;
Negociar contrato	Sempre que deferido pelo Setor de TT	Para atender a legislação e garantir direitos.	No setor de transferência de tecnologia	Análise da proposta	Colaborador do Setor de TT;
Assinar contrato	Sempre que documentação o completa	Para atender a legislação e garantir direitos.	Na Agência USP de Inovação	Via documentos	Representante empresa e representante USP.
Divulgar edital	Sempre que houver exigência de exclusividade	Para atender a legislação	Site da Agência USP de Inovação; diário oficial	Editais de exclusividade	
Receber propostas	Sempre que lançado edital	Para atender legislação	Na Agência USP de Inovação	Documentação exigida	Colaborador setor de TT
Analisar propostas	Sempre que houver demanda de editais	Para apontar a empresa que melhor atende os critérios do edital	Na Agência USP de Inovação	Documentação exigida	Colaborador setor de TT
Transferir tecnologia	Sempre que houver empresa interessada	Para transferir à sociedade e garantir retorno de pesquisas	Na USP	Via licenciamento, incubadora ou disponibilização via domínio público	

Quadro 4: Análise da Gestão de Inovações Tecnológicas da USP

Fonte: elaborada pela autora.

Com base na análise de cada processo e subprocesso do quadro 4 foi possível identificar gargalos e atividades estruturadas que favorecem o processo de proteção na USP. Com essas informações, foram elencadas no quadro 5, pontos positivos e negativos à gestão da inovação tecnológica.

Pontos positivos	Pontos negativos
Análise mercadológica em paralelo com a análise de proteção intelectual	O primeiro contato presencial entre pesquisador e NIT acontece após a deliberação institucional.
Rede de contatos de empresas	
Elaboração de comunicação da agência	
Prioriza programas de pós-graduação	

Quadro 5: Aspectos positivos e negativos do modelo de gestão da inovação tecnológica da USP

Fonte: elaborado pela autora.

No rol dos pontos positivos foi apontado a análise mercadológica em virtude de essa rotina proporcionar a indicação de tecnologias com potencial de retorno financeiro ou social de forma que compense as despesas com a manutenção dos pedidos e deferimentos de proteção.

Posto também no mesmo rol foi o *networking* que a agência possui. Essa rotina facilita o conhecimento da demanda de tecnologias que a sociedade local possui, além de tornar mais eficiente os processos de transferência das tecnologias.

Outro ponto positivo do processo da USP é a elaboração de material de divulgação da agência, incluindo o Tutorial de buscas em base de patentes que tem auxiliado no processo de sensibilização da comunidade acadêmica e proporcionado que o inventor aja de forma mais ativa e independente no processo de busca de anterioridade.

Visto também como uma atividade importante, no processo de sensibilização comunidade acadêmica, identificado como um subprocesso na gestão de inovação tecnológica da USP existe um trabalho de sensibilização não só dos docentes pesquisadores, mas também dos discentes dos programas de pós-graduação, isto porque segundo dados do CTIT da UFMG, de todas as invenções protegidas na UFMG 32% são de responsabilidade de alunos inventores da pós-graduação. E de acordo Massambani *apud* Dudziak (2007) essa também é uma realidade da USP.

A identificação do ponto negativo aconteceu porque um processo no qual se inicia com a solicitação de ofícios e documentos para pedido de depósito poderia desmotivar o pesquisador que por algum motivo ainda não conhece os requisitos para a proteção de tecnologias nos órgãos competentes, nem os mecanismos de busca em bases de patentes.

5.2 Modelo de Gestão de Inovações Tecnológicas da Universidade Federal de Minas Gerais

Assim como a USP, a UFMG, no quesito sensibilização da comunidade acadêmica, também desenvolve uma série de eventos que disseminam a cultura de propriedade intelectual favorecendo o processo de identificação de inovações tecnológicas e de elaboração do processo de proteção da tecnologia pelo próprio pesquisador- inventor da tecnologia.

Esses eventos são voltados ao público discente, docente e funcionários da UFMG, sendo realizados periodicamente por meio de cursos, palestras e treinamentos sobre propriedade intelectual e a importância de proteção do conhecimento em todos os departamentos e áreas do conhecimento da universidade. Além disso, são distribuídos materiais impressos como panfletos, cartilhas e manual de boas práticas e notas no Boletim – UFMG, distribuído na universidade semanalmente.

De acordo com Pereira (2007), no que se refere o ensino e a pesquisa, ainda existia resistência de parte da comunidade acadêmica na aplicação das pesquisas, além da insatisfação de usuários da Coordenadoria de Transferência de Inovação Tecnológica (CTIT) pesquisados no referido estudo, mesmo a UFMG se tratando de uma referência nacional de depósitos de patentes. Esse cenário, em virtude de intensivos trabalhos de disseminação da cultura de propriedade intelectual e transferência de tecnologia na universidade têm alterado a percepção acadêmica a respeito da transferência à sociedade do conhecimento gerado na universidade, a prova disso é o aumento de usuários e funcionários do CTIT, além do número de proteções realizadas pelo órgão.

Na UFMG o pesquisador entra em contato com o CTIT assim que identifica que sua pesquisa é passível de proteção intelectual. A partir desse momento o inventor segue instruções para proceder à proteção da tecnologia, essas instruções e todos os formulários necessários para iniciar a proteção encontram-se disponíveis no *site* do CTIT.

No primeiro momento o inventor preenche o formulário de consulta (anexo VI, disponível no final desse trabalho), contendo informações a respeito da invenção, como as palavras-chaves, aplicações, revisão da literatura, desenhos

representativos ou fluxograma de processos conforme o caso. O formulário de consulta é encaminhado ao CTIT por meio de endereço eletrônico. Na sequência é entregue fisicamente ao CTIT o termo de participação e a declaração do inventor, vide modelos no anexo VIII e XI.

As informações prestadas pelo inventor são necessárias para a realização da análise da tecnologia pelo CTIT, essa, é feita por meio de busca prévia em bases de patentes nacionais e internacionais, pagas e gratuitas e busca verificar se a tecnologia atende os quesitos estabelecidos pelo INPI para proteção.

Aliados à análise de proteção, o setor de Transferência de Tecnologia do CTIT realiza uma análise mercadológica com base em bases de dados específicas no intuito de avaliar o potencial de mercado que a tecnologia oferece.

Em um terceiro momento também é feita análise, por parte da Inova-Incubadora, a fim de se avaliar a pertinência de incubar a tecnologia desenvolvida, caso haja interesse por parte do inventor.

Com base nesses levantamentos, se a tecnologia atender os requisitos de proteção e possuir viabilidade comercial, o CTIT dá continuidade ao processo solicitando ao inventor uma relação de documentos para encaminhamento para ao INPI.

Toda a documentação exigida pelo o INPI, apresentada na seção 3.1.1, entre eles o relatório descritivo, reivindicação, desenhos ou fotografias, resumo e declaração do inventor, devem ser providenciados pelo próprio pesquisador-inventor e entregues ao CTIT em quatro vias.

Uma vez constituído o processo interno a CTIT efetua o depósito junto ao INPI. Na qualidade de coordenadoria, a CTIT é um órgão deliberativo de todo o processo de proteção das tecnologias.

A CTIT atende a docentes, discentes e funcionários da UFMG, além de pesquisadores independentes, atuando nos processos de proteção relativos à patente de invenção, patentes de modelo de utilidade, marcas, desenhos industriais, registro de software e *know how*.

A figura 3 evidencia o fluxo de informações do modelo de gestão da Inovação Tecnológica da UFMG.

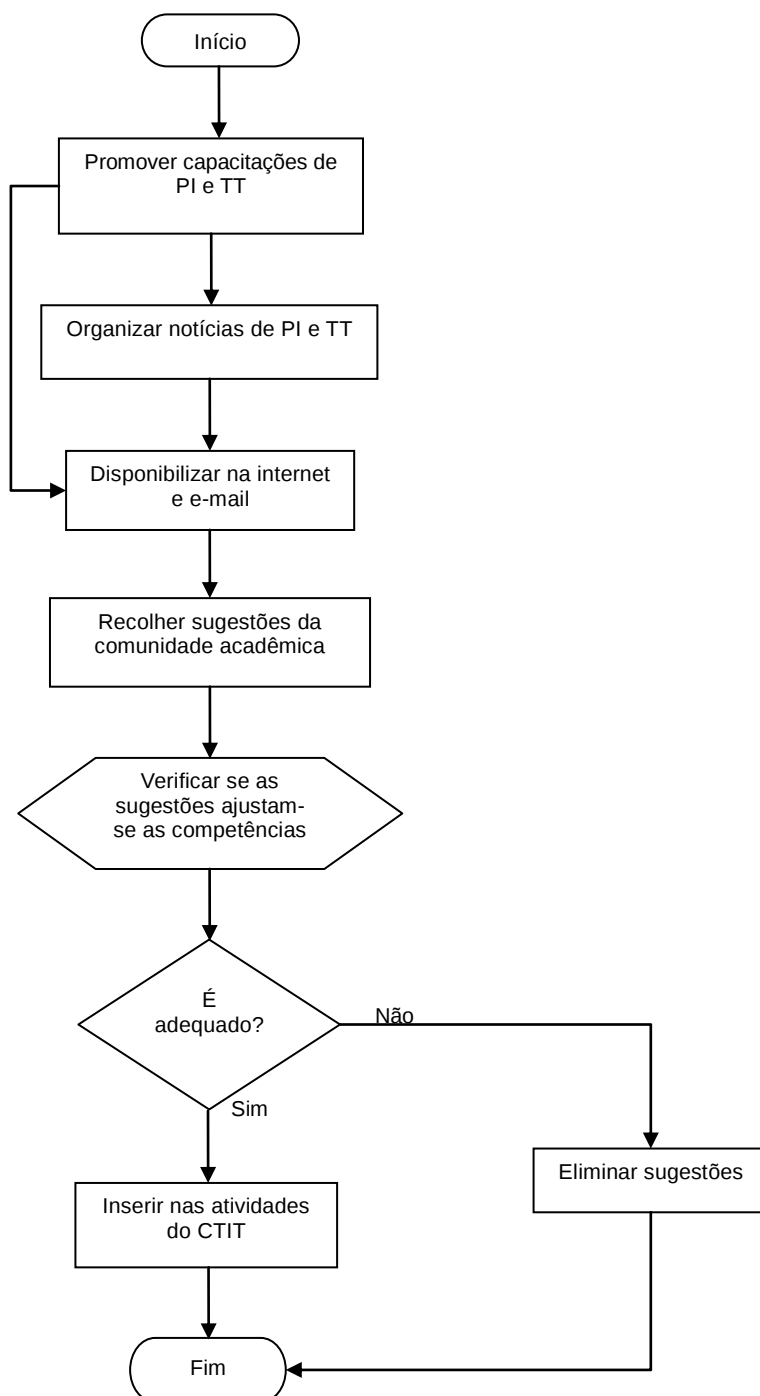


Figura 3: Fluxograma da Sensibilização da Comunidade Acadêmica, quanto a Inovação Tecnológica da UFMG
 Fonte: elaborada pela autora.

Por possuir claramente uma rotina de atividades de sensibilização da comunidade acadêmica, foi possível construir um fluxo único de informações da UFMG para esse macroprocesso. Sendo assim acreditou-se conveniente a análise individual do mesmo, conforme se pode observar no quadro 6.

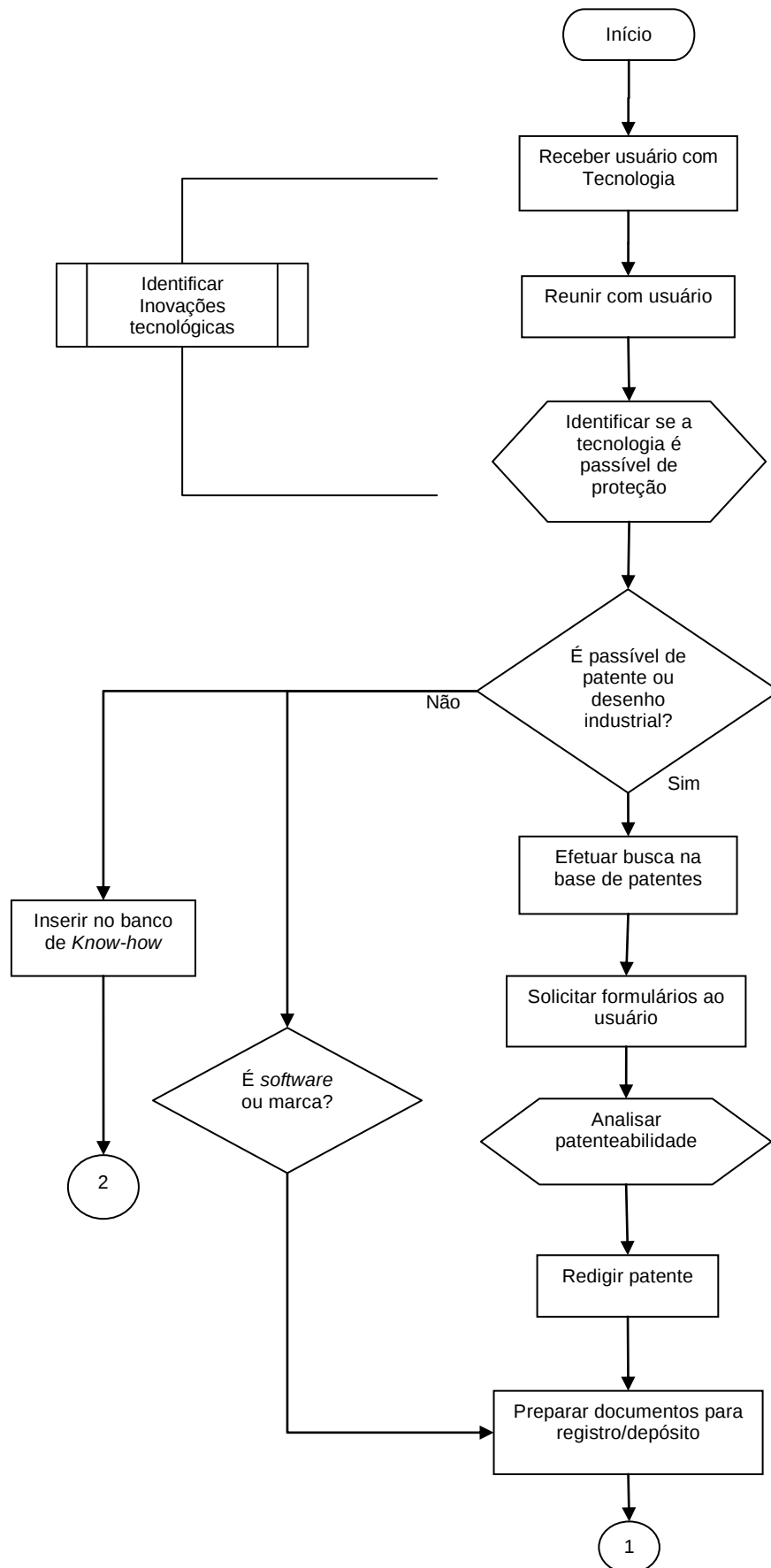
Macroprocesso:		Sensibilizar a comunidade acadêmica			
O que?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quem?
Promover capacitações de PI e TT	Anual	Disseminar a cultura de PI e TT	Nos departamentos	Via palestras, <i>workshops</i> , mini cursos	Colaborador CTIT
Organizar notícias de PI e TT	Sempre que houver demanda	Disseminar a cultura de PI e TT	Site CTIT	Via e-mail e site	Colaborador CTIT
Disponibilizar na internet e e-mail	Sempre que houver demanda	Disseminar a cultura de PI e TT	Site CTIT	Via e-mail e site	Colaborador CTIT
Recolher sugestões da comunidade acadêmica	Sempre que surgir alguma mudança legal ou estrutural	Para aumentar a interação com a comunidade acadêmica	Site CTIT	Via e-mail e site	Colaborador CTIT
Verificar se as sugestões ajustam-se as competências	Sempre que houver demanda	Para verificar se atendem as competências do CTIT	CTIT		Coordenadores CTIT
Inserir nas atividades do CTIT	Sempre que aprovado	Para aumentar a eficiência de atendimento do CTIT	Nas atividades do CTIT		Colaborador CTIT

Quadro 6: Análise da Sensibilização da Comunidade Acadêmica, quanto a Inovação Tecnológica da UFMG

Fonte: elaborada pela autora

Com a análise exposta no quadro 6 foi possível identificar algumas estratégias da UFMG para disseminar a cultura de PI. Além da utilização de ferramentas eletrônicas, palestras e *workshops*, a CTIT disponibiliza recursos que tragam *feedback* das ações voltadas para a comunidade.

Na figura 4, observa-se que o macroprocesso de identificação das inovações tecnológicas, inicia com o pesquisador buscando pelo serviço de proteção, isto é, a CTIT não possui um trabalho ativo de procura por inovações tecnológicas.



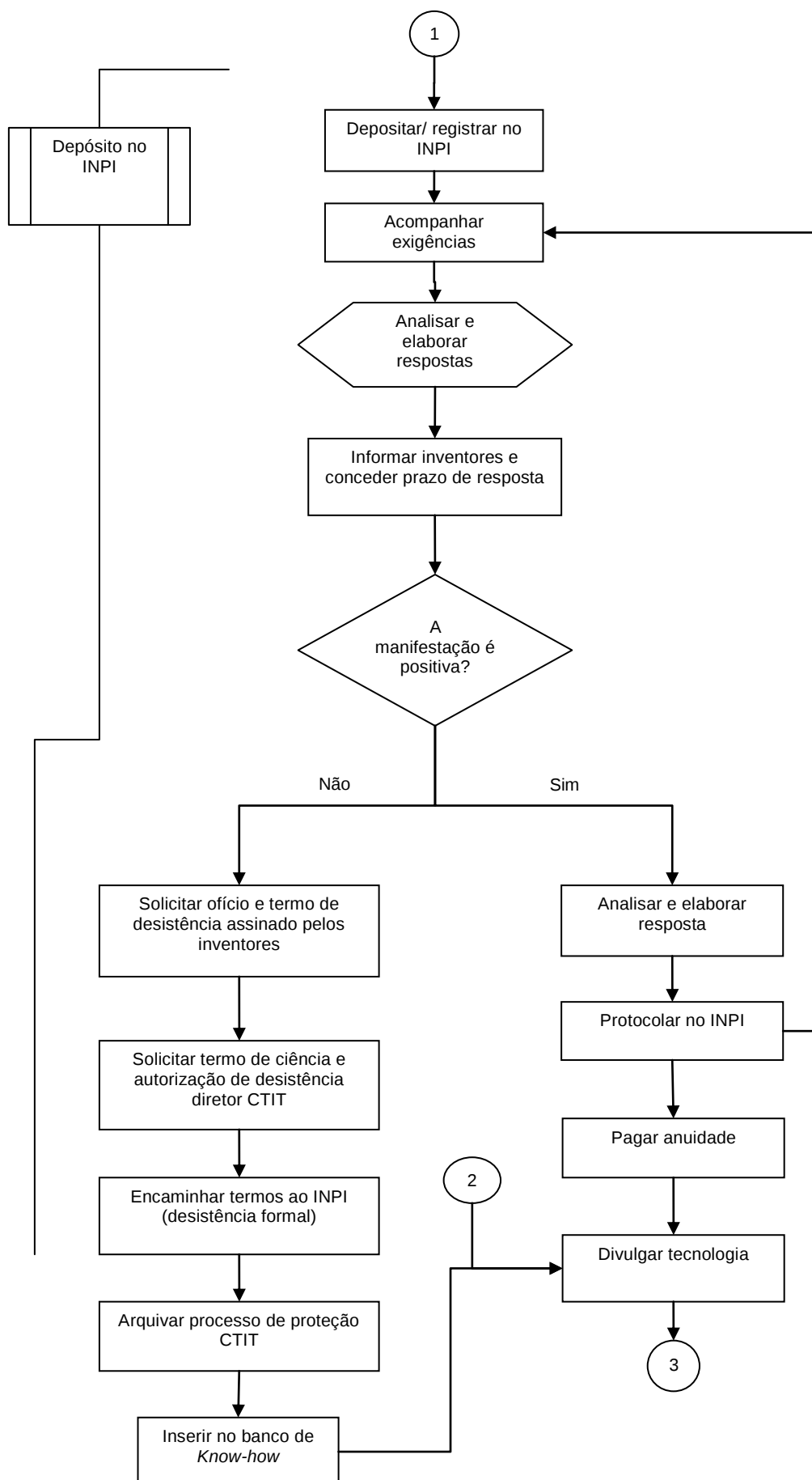


Figura 4: Fluxograma do Processo de Proteção de Inovações Tecnológicas da UFMG
 Fonte: elaborada pela autora.

Com a construção da figura 4 foi possível observar o fluxo de processos de proteção intelectual, conforme a categoria de propriedade intelectual as tecnologias seguem fluxos diferentes algumas com mais outras com menos atividades, as exigências e os diferentes tipos de PI já foram apresentados na seção 3.1.1.

No quadro 7 foi realizada as análises dos processos e as respectivas atividades executadas pela UFMG nos processos de PI.

Macroprocesso:		Identificar inovações tecnológicas; Elaborar processo de proteção da tecnologia e; Depósito no órgão de proteção.			
O que?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quem?
Receber usuário com Tecnologia	Sempre que tiver demanda	Competência do CTIT	Setor de patentes	Atendimento	Colaborador setor de patentes
Reunir com usuário	Após contato inicial	Identificar tecnologia	Setor de patentes	Reunião	Colaborador do setor de patentes e inventor
Identificar se a tecnologia é passível de proteção	Após reunião	Para verificar se é passível de proteção	Setor de patentes	Usando base de patentes	Colaborador setor de patentes
Inserir no banco de <i>Know-how</i>	Após análise de proteção	Se a tecnologia não for passível de proteção	Setor de patente	Digitação	Colaborador setor de patentes
Efetuar busca na base de patentes	Sempre que a tecnologia apresentar indícios de inovação	Exigência INPI	Setor de patentes	Em bases de patentes nacionais e mundiais	Colaborador Setor de Patentes
Solicitar formulários ao usuário	Quando a tecnologia atender os requisitos para proteção	Para iniciar de processo proteção	Setor de patentes	Via reuniões	Colaborador Setor de Patentes
Analisar patenteabilidade/mercado	Quando inventor entregar formulários	Para alimentar de processo proteção	Setor de transferência a de tecnologia	Via estudos mercadológicos	Colaborador Setor de transferência de tecnologia
Redigir patente	Após análise de mercado	Exigência INPI	Setor de patentes	Documento	Colaborador Setor de patentes
Preparar documentos para registro/depósito	Após análise de mercado	Exigência INPI	Setor de patentes	Documento	Colaborador Setor de patentes
Depositar/ registrar no INPI	Documentação estiver pronta	Para proteger criação	INPI	Via documentação	Colaborador Setor de Patentes
Acompanhar exigências	Semanalmente	Para deliberação do processo	Setor de patentes	Via revista INPI eletrônica	Colaborador Setor de patentes
Analisar e elaborar respostas	Sempre que houver exigências	Para deliberação do processo	Setor de patentes	Documento	Colaborador Setor de patentes
Informar inventores e conceder prazo de resposta	Sempre que houver exigências	Para deliberação do processo	Setor de patentes	Documento/ reunião	Colaborador Setor de patentes
Solicitar ofício de desistência	Sempre que os pesquisadores desistirem	Para oficializar desistência	Setor de patentes	Documento/ reunião	Colaborador Setor de patentes
Solicitar termo de ciência desistência	Sempre que os pesquisadores desistirem	Para oficializar desistência	Setor de patentes	Documento/ reunião	Colaborador Setor de patentes
Encaminhar termos ao INPI	Quando a documentação de desistência estiver pronta	Para oficializar desistência no INPI	INPI	Documentos para desistência	Colaborador Setor de patentes
Arquivar processo de proteção	Quando a documentação de desistência	Para oficializar desistência	CTIT	Documentos para desistência	Colaborador Setor de patentes

	estiver pronta				
Protocolar no INPI	Quando a exigência for atendida	Para deferimento do processo	INPI	Via processo de proteção	Colaborador Setor de patentes
Pagar anuidade	Anual	Para ter direito a criação	INPI	Via GRU	Colaborador Setor de patentes
Divulgar tecnologia	Sempre que uma tecnologia for protegida	Para transferir a tecnologia	Site CTIT e editais UFMG	Edital e banco de dados	Setor de transferência de tecnologia

Quadro 7: Análise do processo de proteção intelectual de inovações tecnológicas da UFMG

Fonte: elaborada pela autora

A análise do Quadro 7 permitiu observar que a CTIT possui atividades padronizadas e divisão de trabalho, as rotinas são claras a todos os envolvidos no processo. Pela especificidade do trabalho, a divisão de trabalho torna os processos mais eficientes, os mesmos são concluídos com maior qualidade.

O macroprocesso, divulgação das criações, é apresentado na figura 5, já que esse fluxo não está diretamente ligado ao processo de proteção.

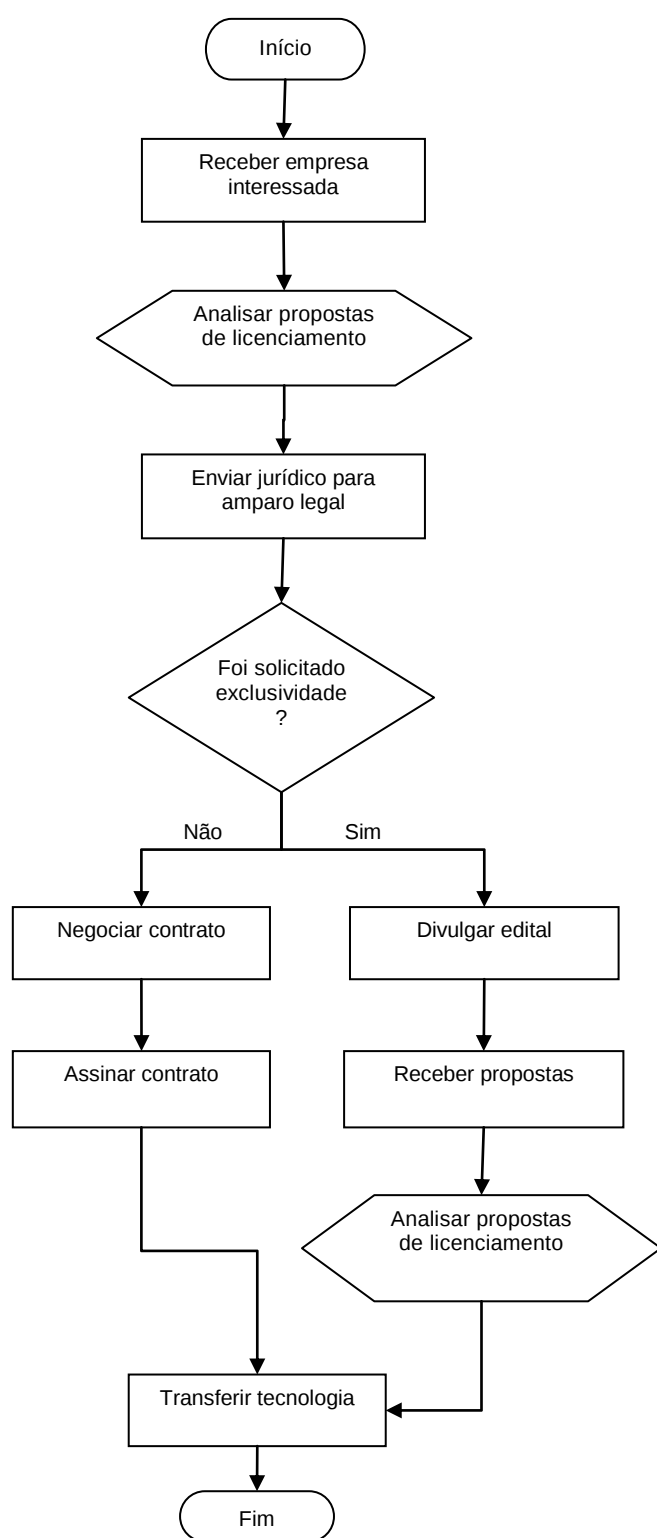


Figura 5: Fluxograma da divulgação das inovações tecnológicas da UFMG
Fonte: elaborada pela autora.

Macroprocesso:		Divulgação das criações			
O que?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quem?
Receber empresa interessada	Sempre que houver demanda	Para transferir conhecimento	CTIT	Agendamento de reunião	Colaborador do setor de TT
Analisar propostas de licenciamento	Sempre que houver demanda	Para transferir conhecimento	CTIT	Agendamento de reunião	Colaborador do setor de TT
Enviar ao jurídico para amparo legal	Sempre que houver demanda	Para esclarecer eventuais dúvidas futuras	Jurídico CTIT	Enviando documentação	Colaborador do setor de TT
Divulgar edital	Sempre que houver interesse em exclusividade	É previsto em lei	Jurídico CTIT	Divulgando o Edital em boletim oficial	Colaborador Jurídico CTIT
Receber propostas	Sempre que houver resposta ao edital	É previsto em lei	CTIT	Via documentação dos interessados ao CTIT	Colaborador CTIT
Analisar propostas de licenciamento	Sempre que houver resposta ao edital	É previsto em lei	CTIT	Via documentação dos interessados ao CTIT	Colaborador CTIT
Negociar contrato	Sempre que houver interesse na tecnologia e de TT	Traz retorno financeiro a universidade	Setor de TT	Reunião das partes	CTIT, pesquisador e empresa
Assinar contrato	Sempre que a tecnologia for negociada	Requisito legal	Jurídico CTIT	Reunião das partes	Jurídico CTIT, pesquisador e empresa

Quadro 8: Análise da divulgação das inovações tecnológicas da UFMG

Fonte: elaborada pela autora

Na pesquisa foi possível identificar o fluxo de informações a partir do momento que o empresário procura a universidade, a informação de como o mesmo chega à CTIT, isto é, as rotinas e atividades que divulgam as tecnologias à sociedade, não é padrão. Dessa forma, a análise do quadro 8 conseguiu apenas apresentar o fluxo interno da coordenadoria.

O quadro 9 apresenta o rol de positivos e negativos observados com as análises dos macroprocessos, processos e subprocessos da UFMG discutidos nessa seção.

Pontos positivos	Pontos negativos
Feedback da comunidade	Todo o processo é realizado pelo NIT
Matéria semestral	
Banco de <i>know-how</i>	
Análise de mercado	
Formalização de documentação após todas as análises	
Divisão de Trabalho	

Quadro 9: Aspectos positivos e negativos do modelo de gestão da inovação tecnológica da Universidade Federal de Minas Gerais

Fonte: elaborado pela autora.

No rol dos pontos positivos a interação com a comunidade é feita sempre que existem mudanças legais ou simplesmente para receber um *Feedback* da mesma para aprimorar os trabalhos para melhor atendê-la.

Outro ponto que auxilia no processo de sensibilização da comunidade acadêmica é a disponibilização de matéria semestral a toda universidade. Segundo dados da UFMG, 71% dos inventos em processo de patente tem participação de alunos, além de ser um meio de formar pessoas com *know-how* no assunto, que eventualmente acabam fazendo parte do quadro de colaboradores do CTIT.

A utilização de todas as tecnologias apresentadas, também foi levantada como um aspecto positivo, o pesquisador sempre sai do CTIT com algum retorno, mesmo que a tecnologia não atenda os requisitos de proteção ela não será perdida, ainda existe a possibilidade de transferência de *know-how* para a sociedade.

Assim como na USP, a UFMG também faz uma avaliação mercadológica das tecnologias antes de submeter ao INPI, evitando gastos financeiros e desgastes com o processo.

Diferentemente da USP, a formalização de toda a documentação acontece após o deferimento da proposta dentro da universidade após todas as avaliações, pesquisas e buscas serem efetuadas, evitando um possível reflexo negativo de um processo negado.

O primeiro ponto negativo identificado é que todo o processo é realizado pelo CTIT, incluindo busca e redação de patentes, quando for o caso. Porém, isso só é possível em virtude do NIT possuir uma equipe multidisciplinar com *know-how* para efetuar buscas e redigir os inventos aliados ao conhecimento específico de cada área.

5.3 Modelo de Gestão de Inovações Tecnológicas da Universidade Estadual de Campinas

Uma particularidade da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) é a de que ela foi implantada com o objetivo de desenvolver intensa interatividade com o setor produtivo, com isso, desde cedo, em meados dos anos 70, já possuía órgãos administrativos para gerir as questões de UE nos padrões de países desenvolvidos (VELHO, 1996).

Criada em julho de 2003, por meio da RESOLUÇÃO GR Nº 51, a Inova Unicamp atua principalmente nas áreas de proteção intelectual, licenciamentos, pesquisas colaborativas, incubadora de empresas com base tecnológica, entre outros (Unicamp, 2010).

A Unicamp, assim como a USP e a UFMG, também desenvolve trabalho de sensibilização a respeito da cultura de propriedade intelectual envolvendo toda comunidade acadêmica em um ciclo de palestras, seminários, cursos e projetos destinados ao desenvolvimento de tecnologias. Essas atividades disseminam a cultura de PI, o que favorece o processo de identificação de inovações tecnológicas e aumentam a aproximação entre núcleo e pesquisadores.

Para iniciar a elaboração do processo de proteção da tecnologia a Inova estabeleceu um roteiro a ser seguido, disponível em seu *site* eletrônico, sob orientação dos procedimentos a ser seguido nos eventos realizados pela Inova, além do próprio *site*.

A primeira fase é denominada como 'Avaliação de anterioridade', e deve ser executada pelo pesquisador inventor. O pesquisador deve buscar nas bases de patentes, indicadas pela própria Inova, se a tecnologia atende aos requisitos estabelecidos pelo INPI. Após o pesquisador realizar as buscas ele deve preencher o formulário da Fase 1, disponível no ANEXO X desse trabalho, e, posteriormente, o relatório deve ser encaminhado à Inova por meio eletrônico.

Após receber o relatório, a Inova analisa os resultados das buscas de anterioridade efetuadas pelo pesquisador e, emiti um parecer recomendado ou não o depósito da patente pela Unicamp. Até a emissão deste parecer, o inventor não precisa tomar outras providências e, em caso de parecer negativo, o inventor

poderá respondê-lo. O processo dentro da Inova, todavia, somente terá prosseguimento após conclusão favorável.

O pesquisador-inventor recebe o parecer, sendo favorável este deverá dar prosseguimento com o preenchimento do formulário Fase 2, disponível no ANEXO XI desse trabalho. Para isso, é necessário que o pesquisador forme equipe técnica, essencial para o desenvolvimento dessa fase. A equipe deverá responder questões sobre as atividades de pesquisa na Unicamp que estão relacionadas ao pedido de patente, destacando as informações sobre a originalidade e viabilidade técnica do invento, potencial de mercado da tecnologia requerida, o que permitirá definir uma melhor estratégia de redação da patente.

Após o preenchimento do formulário Fase 2, o pesquisador encaminha o mesmo para a Inova em via eletrônica. A Agência de Inovação da Unicamp (Inova) recebe, analisa e contata o inventor para interpretação do conteúdo, se for o caso. Posteriormente a Inova defere ou não o pedido de patente, emitido comunicado ao inventor.

Estando o conteúdo aprovado pela Inova, o inventor deverá confeccionar o 'relatório técnico de patente', Fase 3, e a redação de patentes (se for o caso), exigências do INPI para proteção conforme apresentado na seção 3.1.1. Concluído o mesmo deve submeter à documentação a Inova em via eletrônica. A Inova agenda reunião com o pesquisador para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Após análise, havendo aprovação por parte da Inova, a mesma encaminha versão final dos relatórios para o pesquisador e solicita procuração do mesmo para poder efetuar depósito junto ao INPI. O quadro reivindicatório é de responsabilidade da Inova.

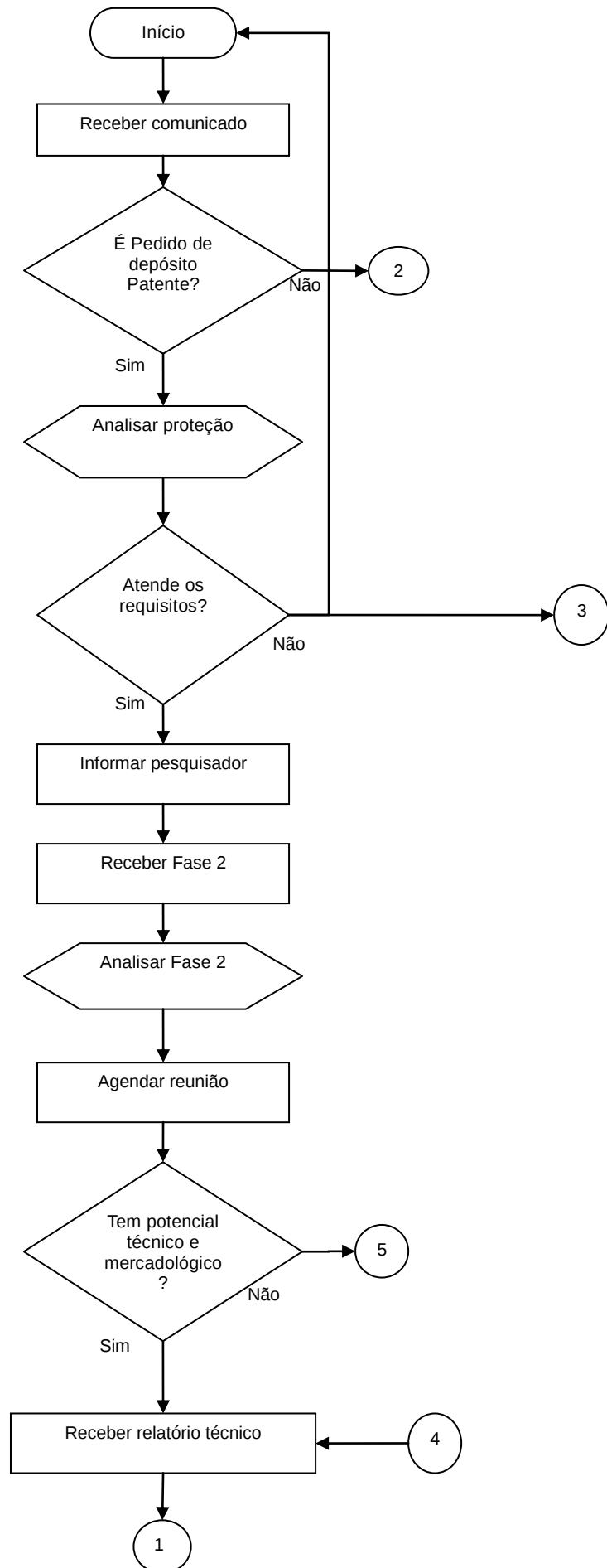
No levantamento das atividades realizadas na Inova Unicamp verificou-se ativa participação no processo de patenteamento por parte do pesquisador, técnico ou acadêmico da instituição, ou seja, o inventor, vide figura 6. Os atendimentos, por parte do NIT, são filtrados em virtude do envio eletrônico da documentação e da disponibilização da mesma no endereço eletrônico da Inova. Somente após análise prévia da documentação, atendimento dos requisitos de patenteabilidade, viabilidade técnica, potencial de mercado e estratégia da redação da tecnologia, é feito o agendamento da reunião entre pesquisador e a Inova.

Verificou-se, também, que a Inova tem autonomia nos processos de depósito de patentes evitando retrabalho com análises e pareceres de mais de um

setor da universidade. Isso diminui o fluxo de atendimento no NIT em virtude de filtrar atendimentos a tecnologias sem potencial de proteção. Porém, isso só é possível porque a Unicamp tem um trabalho de cultura de proteção por meio de palestras e seminários realizados constantemente (mecanismo de sensibilização).

O uso de recursos eletrônicos otimiza o trabalho interno do NIT no qual realiza todos os atendimentos de forma planejada por meio de agendamento prévio e conhecimento da tecnologia o que auxilia na direção das tarefas no quadro de pessoal do núcleo.

A figura 6 apresenta as rotinas da Unicamp nos processos de proteção.



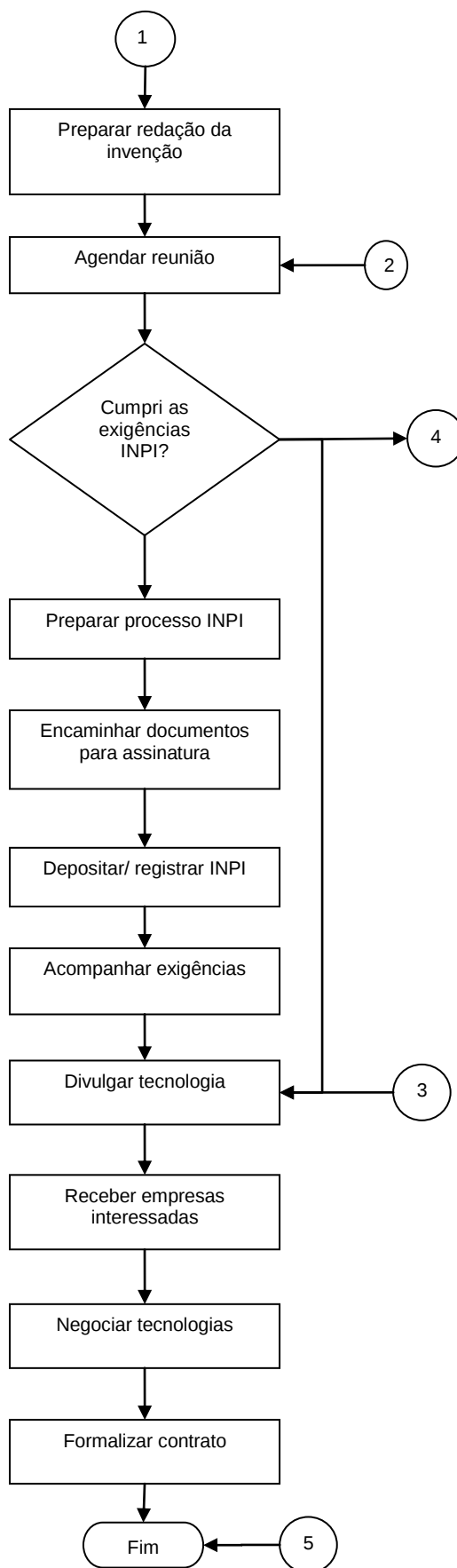


Figura 6: Fluxograma da gestão de inovações tecnológicas da Unicamp
Fonte: elaborada pela autora.

Para identificar como é realizada a proteção de tecnologias na Unicamp, figura 6, observa-se rotinas pré-estabelecidas e a utilização de formulários padrões. No quadro 10, são feitas as análises de todo o processo de proteção intelectual.

Macroprocesso:		Identificar inovações tecnológicas; Elaborar processo de proteção da tecnologia e; Depósito no órgão de proteção.			
O que?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quem?
Receber comunicado	Sempre que tiver demanda	Competência do NIT	Setor Equipe Propriedade Intelectual	Via e-mail	Colaborador Equipe Propriedade Intelectual
Analisar Proteção	Sempre que receber comunicado	Para garantir forma de proteção correta com deferimento no INPI e a viabilidade comercial	Setor Equipe Propriedade Intelectual	Via Comunicado e em bases de patentes	Equipe Propriedade Intelectual
Informar pesquisador	Após analisar comunicado	Para dar continuidade no processo	Setor Equipe Propriedade Intelectual	Via e-mail ou contato telefônico	Equipe Propriedade Intelectual
Receber FASE 2	Sempre que deferida a FASE 1	Para conhecer informações da pesquisa	Setor Equipe Propriedade Intelectual	Via e-mail	Equipe Propriedade Intelectual
Agendar reunião	Após analisar FASE 2	Para esclarecer detalhes da invenção	Na Agência de Inovação Inova Unicamp	Via e-mail ou contato telefônico	Equipe Propriedade Intelectual
Receber relatório técnico	Depois de aprovado FASE 2	Para construção da redação da invenção	Setor Equipe Propriedade Intelectual	Via e-mail	Equipe Propriedade Intelectual
Preparar redação da invenção	Sempre que receber relatório técnico	Exigência INPI	Setor Equipe Propriedade Intelectual	Baseado na legislação vigente e no relatório técnico	Equipe Propriedade Intelectual
Agendar reunião	Sempre que surgirem dúvidas	Para esclarecer detalhes técnicos	Na Agência de Inovação Inova Unicamp	Via e-mail ou contato telefônico	Equipe Propriedade Intelectual
Preparar processo INPI	Sempre que a redação estiver pronta	Para atender o padrão do INPI de solicitação de proteção	Setor Equipe de Propriedade Intelectual	Formulários padrões INPI	Equipe de Propriedade Intelectual
Encaminhar documentos para assinatura	Sempre que a documentação de proteção estiver completa	Para atender o padrão do INPI de solicitação de proteção	Setor Equipe de Propriedade Intelectual	Via apoio logístico	Equipe de Propriedade Intelectual
Depositar /registra INPI	Sempre que a documentação completa de proteção estiver assinada	Para pleitear direito de exclusividade	Setor equipe de Propriedade Intelectual	Via pagamento GRU, entrega de documentos e formulários no INPI	Equipe de Propriedade Intelectual
Acompanhar exigências	Semanalmente	Para pleitear direito de exclusividade é necessário não perder os prazos	Setor equipe de Propriedade Intelectual	Via revistas do órgão competente	Equipe de Propriedade Intelectual
Divulgar tecnologia	Sempre que proteger uma inovação, ou possuir tecnologia disponível	Para transferir conhecimento à sociedade	Setor de transferência de tecnologia	Via editais, diário oficial, sites e redes de contatos de empresas	Equipe de transferência de tecnologia
Receber	Sempre que	Para transferir	Setor de transferência	Atendimento	Equipe de

empresas interessadas	houver demanda	conhecimento à sociedade	de tecnologia		transferência de tecnologia
Negociar tecnologias	Sempre que houver demanda	Para garantir atendimento da legislação e direitos	Setor de transferência de tecnologia	Análise da proposta	Equipe de transferência de tecnologia
Formalizar contrato	Sempre que deferido a proposta	Para garantir atendimento da legislação e direitos	Setor de transferência de tecnologia	Via documentos	Representantes empresa e Unicamp

Quadro 10: Análise da gestão de inovações tecnológicas da Unicamp.

Fonte: elaborado pela autora.

A análise do quadro 10, permitiu identificar divisão de trabalho por meio de equipes especializadas e rotinas administrativas estabelecidas. Com essa análise foi possível construir um rol de aspectos positivos e negativos na gestão de inovações de tecnológicas da Unicamp, apresentados no quadro 11.

Pontos positivos	Pontos negativos
Fases distintas de análise dos requisitos de proteção e de análise técnica	O pesquisador – inventor é responsável pela pesquisa de potencial de mercado
Elaboração dos documentos para proteção após análise de requisitos de proteção	O atendimento inicial é por meios eletrônicos
Pesquisador e NIT participam da elaboração da redação das criações	
Reuniões periódicas	

Quadro 11: Aspectos positivos e negativos do modelo de gestão da inovação tecnológica da Unicamp

Fonte: elaborado pela autora.

O primeiro aspecto positivo identificado no processo de gestão da Unicamp é o estabelecimento de fases distintas para identificação da tecnologia passível de proteção e para a elaboração do processo. Desde o início do processo o pesquisador tem uma visão da integralidade das atividades isso em consequência da forma na qual as rotinas estão estabelecidas.

Diferentemente da USP, a Unicamp solicita ao pesquisador os documentos para proteção somente depois de confirmar que a tecnologia atende os requisitos de proteção estabelecidos pela legislação vigente. É importante destacar que se trata de uma análise de confirmação por efeito de uma busca já realizada pelo pesquisador.

Outro ponto ressaltado como positivo é a interação entre pesquisador e NIT na elaboração da revelação da criação ao órgão de proteção. Com o pesquisador presente para execução dessa atividade, é possível ao redator

evidenciar as falhas e as minúcias da invenção que somente o inventor tem conhecimento, aliado ao conhecimento de técnicas de redação do redator.

Ainda no rol dos pontos positivos, a rotina é flexível conforme surgem necessidades de novos encontros para esclarecer eventuais dúvidas a respeito da tecnologia. Segundo informações da Agência de Inovação Inova Unicamp, essas reuniões acabam sendo mais esclarecedoras para a elaboração da redação das invenções do que o próprio preenchimento dos formulários, FASE 2 e relatório técnico.

Um aspecto negativo identificado nas rotinas da Unicamp é de que o pesquisador – inventor é responsável pela pesquisa de potencial de mercado, para isso é necessário que o mesmo crie uma equipe capaz de identificar os aspectos técnicos, condições de mercado e as estratégias de redação.

Identificado como uma falha, o atendimento inicial da Inova acontece via meio eletrônico, incluindo a disponibilização de formulários e busca nas bases de patentes mundiais. Para os pesquisadores que nunca realizaram processos de proteção intelectual, esse pode ser um empecilho devido ao alto grau de especificidade dos mesmos, um exemplo são as pesquisas nas várias bases de patentes internacionais, estas distintas umas das outras.

5.4 Modelo de Gestão de Inovações Tecnológicas da Universidade de Brasília

O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) é o órgão na UNB, criado em 1986, está vinculado à reitoria da universidade, gestor do Parque Científico e Tecnológico da UNB. Entre os programas permanentes que gere, mantém o Núcleo de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia (NUPITEC) responsável pela proteção e transferência do conhecimento gerado na universidade.

Beltrão (2008) enfatiza que desde o princípio o foco do CDT é fazer a gestão entre universidade e sociedade visando o desenvolvimento tecnológico. Os mecanismos de ação para alcançar ambos os públicos são divulgações em eventos e fóruns principalmente para o empresariado, e atuação direta nos departamentos, faculdades e institutos da universidade.

O CDT possui um trabalho não identificado nas outras universidades pesquisadas no processo de sensibilização e identificação das inovações tecnológicas, que é o mapeamento da universidade por meio de visitas aos laboratórios. É importante destacar que esse contato não é único, ele acontece semestralmente com novas visitas, o que permite acompanhar as pesquisas e identificar antecipadamente na sociedade a aplicabilidade da mesma.

Esse trabalho contribui também com os outros programas do centro, a Multincubadora, o Empreend, o Programa Jovem Empreendedor, o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), o Disque Tecnologia, o Programa Empresa Junior, o Núcleo e credenciamento de laboratórios (NACLI), o Núcleo de Inteligência competitiva e o NUPITEC.

Esses programas são focados na interação universidade, empresa e governo, e uma forma de fortalecer essa relação foi por meio da criação do NUPITEC em 1999 pela Resolução UNB 005/98. De acordo com Beltrão (2008, p.80) o “[...] Núcleo já apoiou mais de dez laboratórios e atua com resultado preciso, qualidade garantida e certificação Inmetro”.

No quesito transferência de tecnologia à sociedade, a UNB possui, desde 1989, a incubadora denominada, em 2004, com Multincubadora de Empresas, esse programa permite ao meio acadêmico e à comunidade local assessoria gerencial para o desenvolvimento de novos empreendimentos. Algumas áreas do conhecimento permitem ao pesquisador desenvolver inovações tecnológicas, porém, nem sempre possuem conhecimento específico de como levá-las até a sociedade (BELTRÃO, 2008).

Na UNB, com a criação do CDT e seus programas agindo de forma integrada, o processo de interação universidade sociedade tem obtido êxito, e nesse contexto o programa de incubação funciona como um mecanismo de conexão dos demais, na figura 7 é possível observar de forma sistêmica como essa relação é conduzida.

No início dos anos 90, o CDT tramitava um projeto de Fundação para resolver problemas de ineficiência administrativa da universidade em gerir contratos com o setor privado (VELHO, 1996).

De acordo com Velho (1996), o estímulo às interações empresa pública e privada nos departamentos da universidade aconteceu com exemplos de

convênios firmados inicialmente com o departamento de biologia molecular e outro com o Departamento de Biologia Celular, na própria universidade.

Aliados a isso é importante destacar que grande parte dos contratos de cooperação da UnB, antes das criações de fundações, foram realizados sem envolvimento da universidade em virtude do moroso processo e tramitações de papéis para se ter acesso a recursos resultantes dessas parcerias (VELHO, 1996). Parte dos pesquisadores apontava dificuldades no excesso de exigências da universidade.

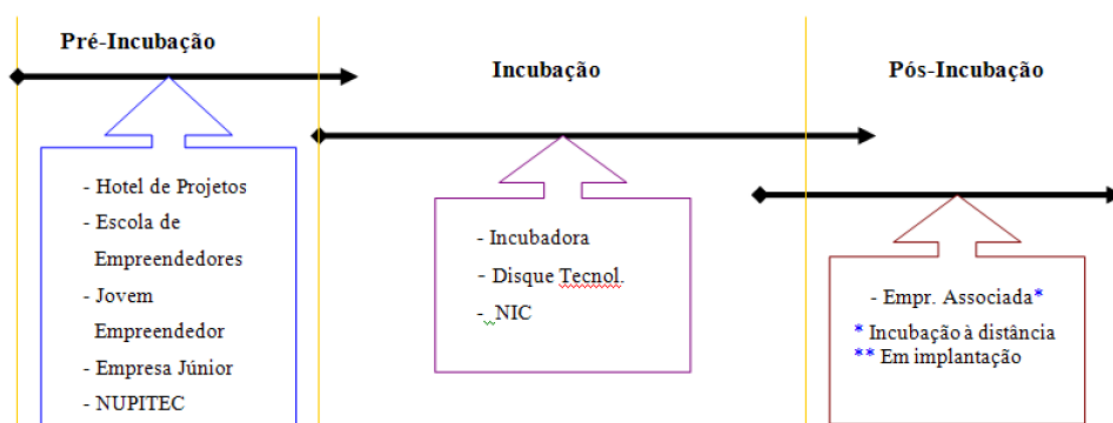
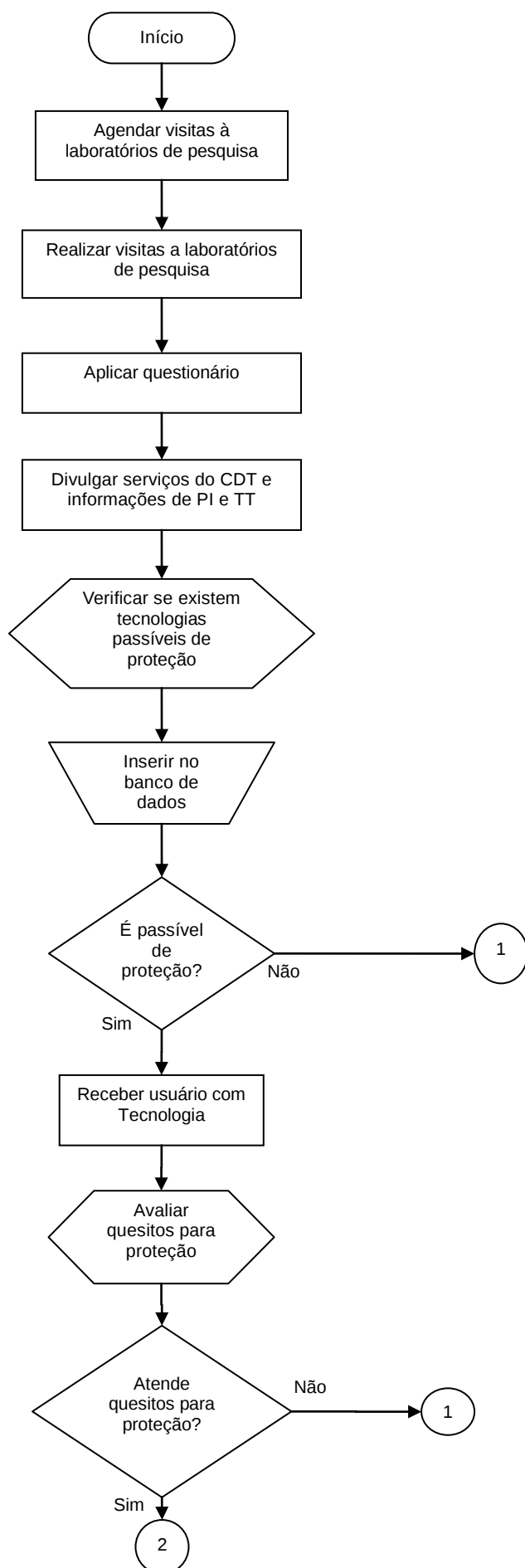


Figura 7: Fases de incubação e programas da Incubadora - CDT
 Fonte: CDT *apud* Beltrão (2008, p. 84).



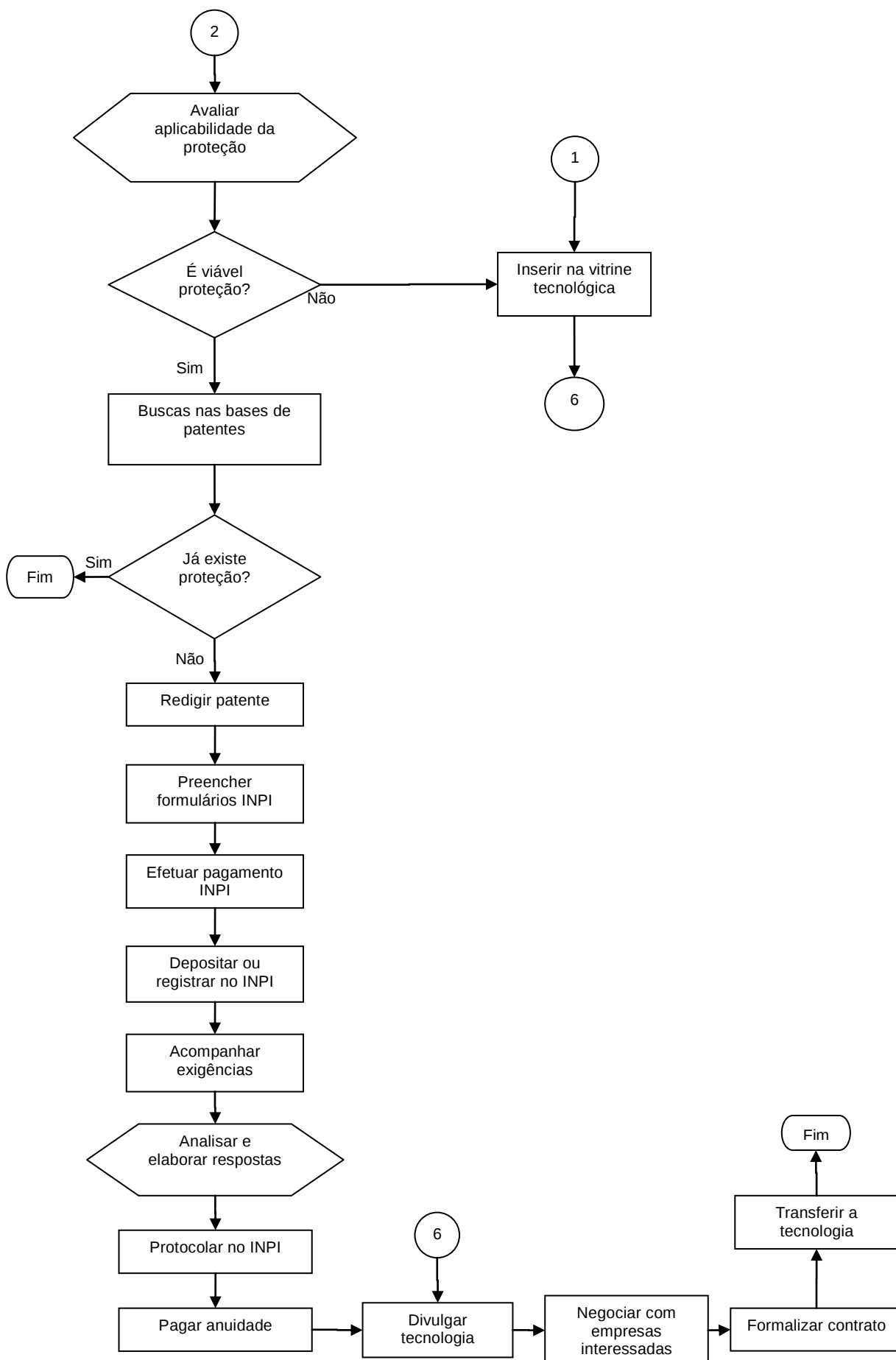


Figura 8: Fluxograma da gestão de inovações tecnológicas da UnB
 Fonte: elaborada pela autora.

Diferente das outras universidades, no fluxo de gestão de inovações tecnológicas da UnB foi possível identificar uma atividade que engloba tanto o macroprocesso de sensibilização da comunidade acadêmica como o de identificação de inovações tecnológicas.

No quadro 12 foi realizada a análise do caso da UnB, observa-se que o CDT não possui rotinas pré-estabelecidas e padrões de documentos.

Macroprocesso:		Sensibilização da comunidade acadêmica Identificar inovações tecnológicas; Elaborar processo de proteção da tecnologia e; Depósito no órgão de proteção.			
O que?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quem?
Agendar visitas à laboratórios de pesquisa	Semestral	Para identificar tecnologias	No CDT	Via telefone	Colaborador CDT
Realizar visitas aos laboratórios de pesquisa	Semestral	Para identificar tecnologias	Nos laboratórios de pesquisa	Aplicação de questionário estabelecido	Colaborador CDT
Divulgar serviços do CDT e informações de PI e TT	Sempre	Para disseminar a cultura de PI e TT e disponibilizar serviços CDT	Nos laboratórios de pesquisa e eventos da universidade	No momento da entrevista com os pesquisadores e em eventos da universidade	Colaborador CDT
Verificar se existem tecnologias passíveis de proteção	Sempre que aplicar questionário	Para proteger e/ou transferir a sociedade	No CDT	Com base na legislação vigente de proteção	Colaborador NUPITEC
Inserir no banco de dados	Sempre que houver questionários	Para controlar as inovações geradas na universidade	No CDT	Manualmente em planilha Excel	Colaborador CDT
Receber usuário com Tecnologia	Sempre que houver demanda	Competência do NIT	No CDT	Atendimento	Colaborador NUPITEC
Avaliar quesitos para proteção	Sempre que houver demanda	Competência do NIT	No CDT	Baseado na legislação vigente	Colaborador NUPITEC
Avaliar aplicabilidade da proteção	Sempre que houver demanda	Para garantir os requisitos de proteção	No CDT	Em bases de patentes, estudos de mercado (conforme a aplicação)	Colaboradores do CDT especialistas nos dois aspectos
Inserir na vitrine tecnológica	Sempre que a tecnologia não for passível de proteção	Para transferir à sociedade se for o caso	No endereço eletrônico (vitrine tecnológica)	Em banco de dados	Colaborador CDT
Buscas nas bases de patentes	Sempre que a tecnologia atender apresentar potencial de proteção	Para garantir os requisitos de proteção	No CDT	Em bases de patentes e publicações científicas, se for o caso	Colaborador NUPITEC
Redigir patente	Sempre que a tecnologia os requisitos de proteção e de aplicabilidade	Para pleitear o direito de exclusividade no INPI	No CDT	Com base nas informações prestadas pelo inventor e na busca nas bases de patentes e bibliográficas.	Colaborador NUPITEC
Preencher formulários INPI	Sempre a redação de patentes estiver completa	Para pleitear o direito de exclusividade no INPI	No CDT	Com base nos formulários do INPI	Colaborador NUPITEC
Efetuar	Sempre que	Para pleitear o	No CDT	Via GRU	Colaborador

pagamento INPI	a documentação o estiver completa	direito de exclusividade no INPI			NUPITEC
Depositar ou registrar no INPI	Sempre que a documentação o estiver completa	Para pleitear o direito de exclusividade no INPI	No CDT	Via GRU, formulários e documentos exigidos pelo INPI	Colaborador NUPITEC
Acompanhar exigências	Semanal	Para não perder os prazos caso haja exigências do INPI	No INPI	Via revistas do órgão	Colaborador NUPITEC
Analisar e elaborar respostas	Sempre que houver exigências	Para não perder os prazos caso haja exigências do INPI	No CDT	Documentos	Colaborador NUPITEC
Protocolar no INPI	Sempre que exigências cumpridas	Para pleitear o direito de exclusividade no INPI	No INPI	Documentos	Colaborador NUPITEC
Pagar anuidade	Anual	Para garantir e/ou pleitear o direito de exclusividade no INPI	No INPI	Via GRU	Colaborador NUPITEC
Divulgar tecnologia	Sempre que houver tecnologia disponível após análises	Para transferir à sociedade	No endereço eletrônico do CDT	No endereço eletrônico do CDT (vitrine tecnológica ou edital)	Colaborador NUPITEC
Negociar com empresas interessadas	Sempre que houver demanda	Para transferir à sociedade	No CDT	Reuniões	Representantes do CDT e da empresa
Formalizar contrato	Após negociação	Para garantir direitos	No CDT/Jurídico	Via documentos	Representantes do CDT e da empresa
Transferir a tecnologia	Após formalização	Para trazer ganhos à sociedade e a instituição	No CDT/UNB	Via licenciamento, incubação, consultoria, prestação de serviço.	

Quadro 12: Análise do modelo de gestão da inovação tecnológica da UnB

Fonte: elaborado pela autora

A análise demonstra falta de padrão nas rotinas da UnB, para pesquisadores, falta clareza quanto ao processo de proteção intelectual. Em contrapartida a prospecção auxilia com orientações ao pesquisador.

Os pontos mencionados no quadro 12 são um resumo dos principais aspectos identificados no modelo de gestão da inovação tecnológica da UnB.

Pontos positivos	Pontos negativos
Aplicação de questionários	Falta de clareza no processo de proteção
Interação incubadora e NIT	

Quadro 13: Aspectos positivos e negativos do modelo de gestão da inovação tecnológica da UnB

Fonte: elaborado pela autora.

Um aspecto positivo é a identificação de inovações tecnológicas de uma forma pró-ativa por parte do NIT com a aplicação de questionários. A aplicação do questionário tem tanto o papel de identificar inovações passíveis de transferência à sociedade quanto de disseminar a cultura de propriedade intelectual e

transferência de tecnologia. Serve também como forma de conhecer as potencialidades da universidade e acompanhar o desenvolvimento de pesquisas, facilitando a identificação de futuros licenciadores no mercado ou possíveis cooperadores das atuais pesquisas.

Uma característica importante da UnB é o foco empreendedor do CDT e a interação entre incubadora e NIT, nessa perspectiva as inovações são conduzidas conforme sua viabilidade econômica e social. A disseminação da cultura empreendedora, da transferência de tecnologia e da proteção intelectual são guiadas em conjunto.

De todas as universidades pesquisadas a UnB é quem apresentou mais falta de clareza no processo de proteção, não foram identificados formulários padrões e nem informações ao inventor no endereço eletrônico a respeito de proteção. As informações encontradas sempre foram mais voltadas ao empresariado do que aos pesquisadores da universidade, possivelmente isso deve ser sanado com o forte trabalho de disseminação da cultura de PI e TT.

6. PROPOSTA PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

No capítulo cinco (5) foi apresentada a forma como são conduzidas as gestões da inovação tecnológica em quatro universidades brasileiras, ressaltando aspectos positivos e negativos. No presente capítulo é apresentada uma proposta de condução da inovação tecnológica na UFMS, seguindo o plano de ação da seção 2.1.

No decorrer desse trabalho observou-se que o quesito sensibilização da comunidade acadêmica, trata-se de um processo de identificação de demandas, por esse motivo a questão da sensibilização ainda será tratada com certa prioridade, no entanto, não será feita uma análise do processo e dos subprocessos vinculados a ele. Dessa forma, sugere-se a adoção dos seguintes mecanismos:

- i. Realização de palestras nos cursos de pós-graduação;
- ii. Realização de seminários e palestras nos eventos realizados pela universidade;
- iii. Disponibilização de disciplina optativa aberta a toda universidade;
- iv. Prospecção de potenciais inovações com os pesquisadores, a serem realizadas anualmente;
- v. Elaboração de material de comunicação da agência;
- vi. Elaboração de cartilha com noções gerais de depósito de patente, incluindo busca em bases de patente e registro de software.

O primeiro item foi sugerido com base em uma ação realizada na USP e com dados da UFMG da importância da pós-graduação no número de inventos produzidos na universidade. Para atender o item ii sugere-se contato periódico com todos os departamentos e faculdades da universidade, realizados mensalmente.

Para atender o item iii, dado o fato que o núcleo não possui pessoal para essa atividade, ou seja, professor para ministrar a disciplina, seria necessário estabelecer algum tipo de convênio ou submeter projeto na linha de inovação tecnológica, especificamente, de sensibilização acadêmica, que contemplasse recursos financeiros para a realização das aulas.

Baseado em uma rotina da UNB o item iv possibilitaria a disseminação da cultura de PI e TT, traria um *feedback* da comunidade e facilitaria os processos de identificação de inovações tecnológicas e transferência à sociedade.

Tanto o item v como o iv facilitará o processo de sensibilização da comunidade acadêmica, criando impacto direto no processo de análise dos requisitos de proteção. A sugestão é baseada na elaboração de material de busca em base de patentes realizada na USP, conforme exposto na seção 5.1.

Quanto ao processo de identificação de tecnologias e processo de proteção sugere-se a implantação de rotinas administrativas como prática importante para o desenvolvimento da APITT. Dentre essas práticas a adoção de formulários padrão nos processos de proteção da UFMS. A adoção desses formulários possibilitará a condução dos processos de proteção evitando retrabalhos a cada novo processo.

Os formulários foram construídos utilizando os modelos já adotados pelas universidades inquiridas e modelos do INPI e fundamentalmente na legislação em vigor referente aos processos proteção, já apresentada na seção 3.1.1, e estão disponíveis nos apêndices desse trabalho.

Propõe-se a implantação de fases distintas para identificação da tecnologia e processo de proteção, como já estabelecido no modelo da Unicamp. Outra rotina importante é o estabelecimento de uma análise de mercado antes do início do processo de proteção, essa atividade é realizada nas quatro universidades inquiridas, porém, na USP ela é realizada em paralelo com a análise de proteção (se atende os requisitos de proteção) com o mesmo grau de importância.

Um aspecto importante da análise mercadológica é a já citada restrição no quadro de funcionários da APITT, portanto, sugere-se para essa demanda a formação de um grupo de pesquisas composto por acadêmicos da universidade com apoio de bolsas. Essa é uma solução para o problema da restrição no quadro de funcionários identificado em todas as universidades inquiridas.

Para os casos em que a tecnologia não é passível de proteção, um banco de *know-how* é o mecanismo da UFMG, e deve ser considerado para o caso da UFMS como uma medida de transferência à sociedade.

Propõe-se, ainda, que a elaboração da redação no processo de proteção seja realizada em conjunto entre NIT e pesquisador, ainda como uma solução para o número reduzido de funcionários do NIT.

Quanto ao depósito no órgão de proteção as universidades se atêm ao regimento interno, no caso da UFMS, sugere-se que a APITT solicite nota de empenho anualmente com previsão dos depósitos e registros para aquele período, aumentando a eficiência dos processos, evitando que cada novo processo de proteção intelectual passe por todo trâmite necessário da PROPLAN, conforme o fluxo de um processo de proteção, apresentados na seção 4.1 e no apêndice I.

A respeito da divulgação das criações, observou-se que nas universidades pesquisadas um importante mecanismo para tal é a comunicação via *site* próprio dos núcleos em constante atualização. E tão importante quanto essa comunicação é o estabelecimento de uma rede de contatos com empresas locais, instituições de apoio a empresários e instituições do estado e município.

Outra forma de divulgação e transferência das criações é a incubadora, com isso, assim como na UnB, propõe-se maior interação entre a Pantanal Incubadora Mista de Empresas (PIME) e a APITT. Nas pesquisas realizadas com os pesquisadores da universidade, houve casos de pesquisas com potencial empreendedor e com interesse pelo assunto. Havendo essa inteiração, seria possível desenvolver trabalho em conjunto de sensibilização da cultura de inovação e do empreendedorismo.

Com o intuito de explorar a capacidade criativa da equipe do núcleo sugere-se que no final de cada período seja feito o uso da ferramenta *Brainstorming*, método apresentado na seção 3.4.1, como auxílio do planejamento anual, dessa forma as sugestões e discussões irão auxiliar na melhoria dos processos de proteção.

Na figura 9, é apresentado o fluxo de informações proposto, nota-se que o primeiro macro-processo do plano de ação figura 1 desse trabalho, sensibilização da comunidade acadêmica, é apresentado aqui como um processo integrante do macro-processo identificação de demandas.

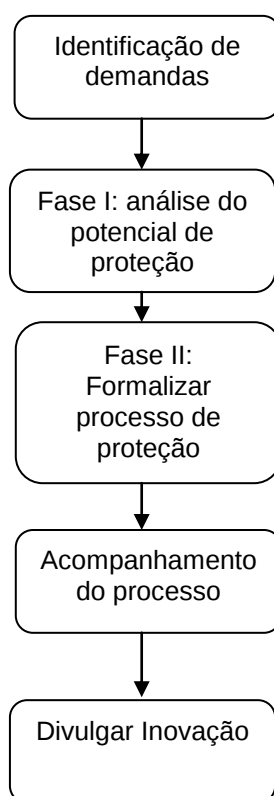


Figura 9: Fluxograma do macro-processo da gestão de inovações tecnológicas na UFMS

A figura 10 apresenta os subprocessos da gestão da inovação tecnológica da UFMS, relacionados aos processos de identificação de demandas e Fase I: análise do potencial de proteção. Na sequência é apresentada a figura 11 que trata dos demais processos, iniciando com Fase II: Formalizar processo de proteção e finalizando com acompanhamento do processo.

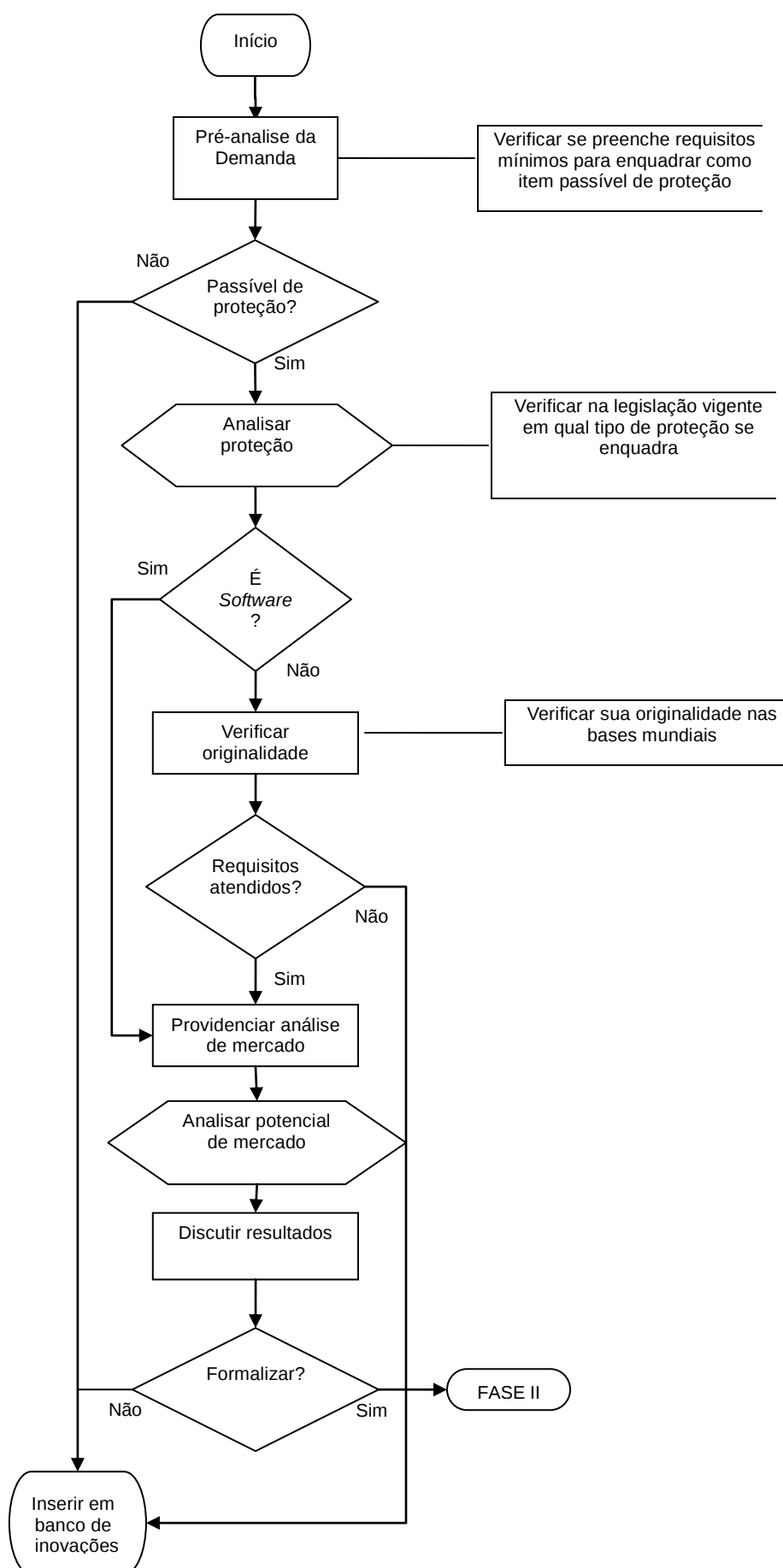


Figura 10: Fluxograma da gestão de inovações tecnológicas da UFMS – FASE I
 Fonte: elaborada pela autora.

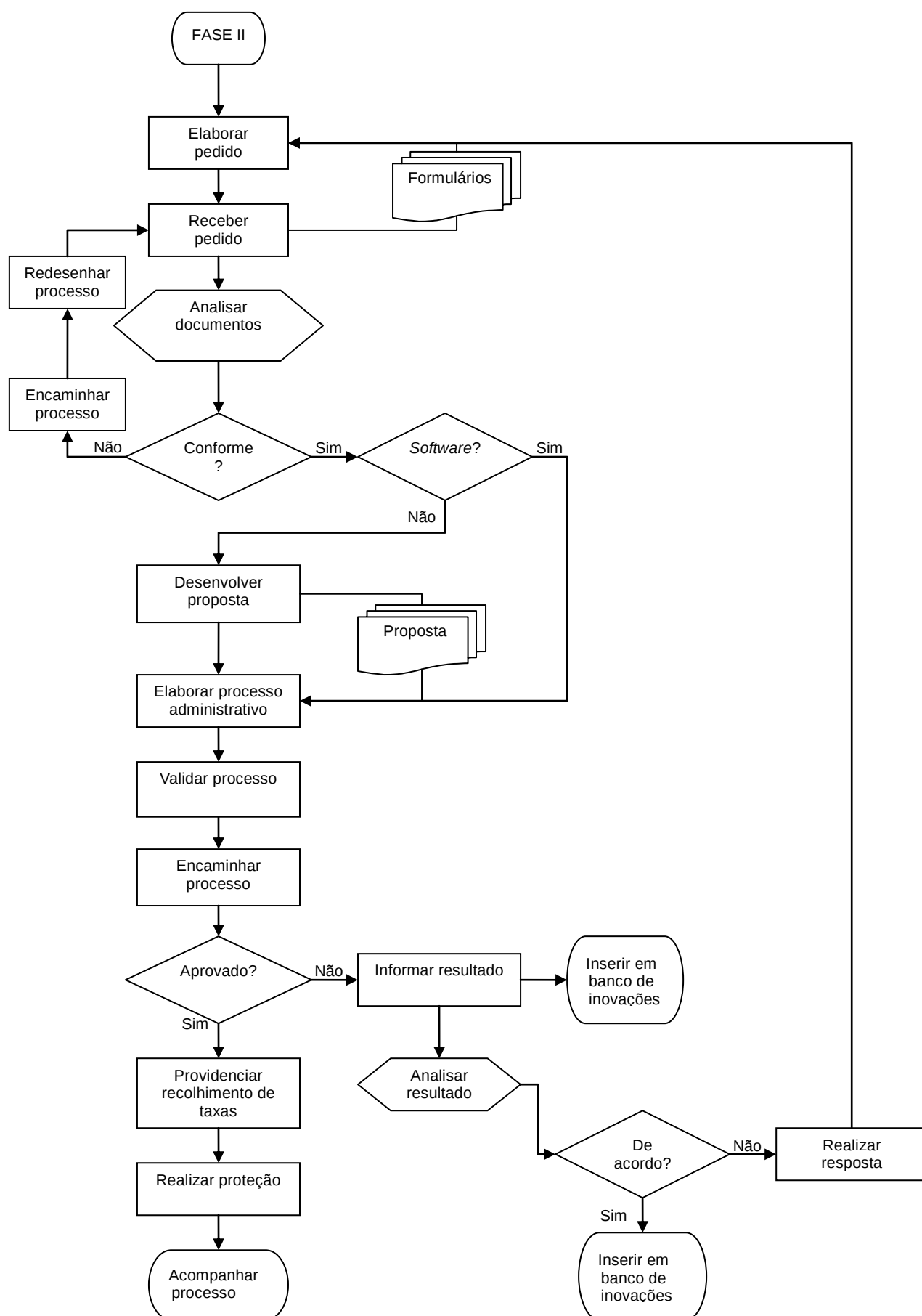


Figura 11: Fluxograma da gestão de inovações tecnológicas da UFMS – FASE II
 Fonte: elaborada pela autora.

No quadro 14 é apresentada a análise das rotinas propostas à UFMS como solução para os problemas expostos no primeiro capítulo desse trabalho.

Processo:		Identificar inovações tecnológicas; Elaborar processo de proteção da tecnologia e; Depósito no órgão de proteção.			
O que?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quem?
Pré análise da Demanda	Sempre que houver demanda	Para proteger e transferir a sociedade	Na APITT	Com base na legislação vigente de proteção (seção 3.1.1) e FASE I (apêndice III).	Técnicos administrativos do núcleo
Verificar originalidade	Depois da pré análise de proteção e se o resultado acusar como passível de patente	Para garantir o requisito novidade, exigido pela de Propriedade Industrial.	1º na APITT, como orientação, depois no departamento.	Utilizando as bases de patentes mundiais, disponíveis em endereços eletrônicos.	Técnico APITT e pesquisador docente.
Providenciar análise de mercado	Sempre que atender todos os requisitos de proteção.	Para evitar gastos desnecessários com proteção.	Na UFMS ou empresa de consultoria.	Utilizando as informações do inventor de empresas e setor interessados, mais ferramentas de análise financeira.	Colaborador APITT treinado para esse fim. Ou profissional especializado.
Discutir resultados	Sempre após análise de mercado da tecnologia em questão.	Para evitar gastos de proteção e dirimir dúvidas em relação à tecnologia.	Na APITT.	Utilizando as análises anteriores e termos de sigilo.	Com pesquisadores e colaboradores envolvidos.
Elaborar pedido	Sempre que o processo de proteção de atender os requisitos de originalidade e mercadológico.	Para atender exigências do INPI e da UFMS e dar continuidade no processo.	Na reunião, ou via eletrônica.	Utilizando formulários padrões denominados "FASE II" (Apêndice IV até IX)	Autor-inventor.
Analisar documentos	Sempre que receber a Fase II ou Pedido de Programa de computador	Para evitar exigências no INPI.	Na APITT	Analisando formulários padrões (Apêndice IV até IX para patente ou Apêndice X a XIV para programa de computador)	Técnico da APITT
Redesenhar processo	Sempre que o processo inicial "FASE II" encontrar falhas.	Para atender exigências do INPI e da UFMS evitando futuros entraves no INPI.	Na reunião, ou via eletrônica.	Utilizando formulários padrões denominados "FASE II" (Apêndice IV até IX)	Autor-inventor.
Desenvolver proposta	Sempre que a documentação do pedido estiver pronta.	Exigência do INPI de descrição técnica do invento.	1º na APITT, como orientação, depois no departamento.	Utilizando dados do invento descritos nas análises anteriores.	Inventor/autor com apoio técnico de colaborador da APITT.
Elaborar processo administrativo	Depois que todo o processo de pedido pronto.	Para cumprir resoluções da UFMS.	Na APITT	Utilizando modelo padrão de processo administrativo e documentos gerados anteriormente.	Colaborador APITT.
Validar processo	Quando processo administrativo pronto.	Para atender decreto 5.563/2005 UFMS, como órgão consultivo e normativo.	Reunião COPERGI.	Análise do processo de pedido de proteção.	APITT apresenta processo e membros COPERGI analisam.
Providenciar recolhimento de taxas	Quando parecer positivo da COPERGI.	Para garantir direito de exclusividade da tecnologia.	PROPLAN	Utilizando recurso empenhado nas dotações	Técnicos das Unidades técnicas da

				orçamentárias anuais.	PROPLAN.
Realizar proteção	Quando efetuado pagamento	Para garantir direito de exclusividade da tecnologia.	INPI	Indo até o INPI ou enviando via sedex.	Técnico da APITT
Acompanhar processo	Após depósito no INPI	Para não perder os prazos de respostas (normas do INPI).	Site INPI	Com número de pedido ou relatórios encaminhado programa INPI.	Técnico da APITT.
Informar resultado	Sempre que o processo for validado na COPERGI.	Para que inventor possa ter capacidade de resposta.	Na APITT	Via comunicado interno.	Técnico da APITT.
Realizar resposta	Sempre que o processo administrativo for indeferido.	Para argumentar importância da tecnologia.	No departamento ou faculdade do inventor ou APITT.	De acordo com o indeferimento ou exigência, comunicado interno ou ofícios.	Autor-inventor ou APITT (conforme indeferimento ou exigência.
Inserir em banco de inovações	Depois de depositado, registrado ou identificado como <i>know-how</i> .	Para transferir para a sociedade.	Site da APITT, e/ou editais de exclusividade.	Disponibilização da descrição das tecnologias.	Colaborador APITT.

Quadro 14: Análise da proposta de gestão da inovação tecnológica para a UFMS
Fonte: elaborado pela autora

As motivações da proposição de cada processo apresentado na figura 9 são resultados de toda discussão apresentada nos capítulos cinco e seis. Para o reduzido número de colaboradores efetivos do núcleo, propõe-se a alocação de graduandos da universidade por meio de bolsas de iniciação científica, graduados por meio de bolsas de desenvolvimento tecnológico e pós-graduandos com bolsas de pesquisa. Essa ação tornaria o grupo mais multidisciplinar, melhorando a qualidade da busca em bases de patentes e redações de patente.

Sugere-se que a execução de algumas atividades seja realizada por técnicos administrativos do núcleo, em função de exigir maior conhecimento e habilidades técnicas a respeito de propriedade intelectual, em geral bolsistas são rotativos.

Indica-se também a solicitação anual de dotação orçamentária para a APITT, inclusive para os novos processos, não somente para anuidades, evitando demora no processo de proteção. Para acelerar esse processo sugere-se ainda capacitação dos funcionários dos diversos setores e unidades da UFMS envolvidos nos processos proteção, a fim de sanar os gargalos de desconhecimento das leis e resoluções identificadas nesse trabalho.

Dos gargalos encontrados nos documentos do processo de depósito realizado pela UFMS no ano de 2009 foi à falta de clareza de em que momento foi elaborado a redação de patentes e a viabilidade técnica da tecnologia. Verificou-se

também que a APITT não realiza estudo mercadológico prévio para decisão a respeito do patenteamento.

Com isso sugere-se a prática de adoção de formulários padrões, reconhecidos pela UFMS, e a divisão de trabalho dos colaboradores da APITT, a fim de tornar as atividades de maior grau de dificuldade especializadas. Nos modelos das universidades apresentadas no capítulo cinco (5), essa é uma prática que aparece em quase todas IFES e sustentam o bom funcionamento dos NIT's.

Foi possível observar nessas universidades que a maior demanda de proteção é por patente e por programa de computador e por esse motivo elas já possuem processos e formulários padrões para esses casos. Baseando-se nesses modelos este trabalho sugere a adoção de formulários para esses dois casos.

Como proposta de formulários para o processo de pedido de depósito de patente é constituída de duas (2) fases, em observação ao modelo da Unicamp, a primeira facilita o processo de busca de anterioridade, conforme exposto na seção 3.1.1. A fase 2, compreende documentos exigidos pelo INPI e pela universidade, com isso para que um inventor solicite pedido de proteção na UFMS seria necessário passar pelas seguintes etapas e entrega dos documentos relacionados:

Fase I: Avaliação de Anterioridade (apêndice III): essa etapa auxilia na identificação da tecnologia, se a invenção tem potencial para proteção de patente;

Fase II: Pedido oficial a APITT de depósito de patente, constituída de:

- i) Pedido de Patente (apêndice IV): solicitação oficial à UFMS do depósito de patente, contendo *check-list* dos documentos apresentados;
- ii) Relatório de invenção (apêndice V): particularidades da invenção, contém informações técnicas, quantos inventores, se há outras instituições envolvidas;
- iii) Autorização (apêndice VI): autorização dos inventores para que a UFMS deposite no INPI. Embora a lei de propriedade industrial preveja que a titularidade é da instituição, essa é uma exigência do INPI;
- iv) Titularidade e Partilha (apêndice VII): para os casos em que a invenção seja oriunda de pesquisa com instituições parceiras;

- v) Procuração de inventor externo (apêndice VIII): para os casos em que o inventor não tem vínculo com a UFMS;
- vi) Procuração institucional (apêndice IX): quando houverem outras instituições envolvidas.

É prevista na lei de inovação a adoção de criações de inventores independentes, ou seja, transferir a titularidade de uma criação já depositada no INPI para outro titular, nesse caso ao UFMS. Nas competências da APITT é previsto o desenvolvimento de procedimentos e atividades preliminares de avaliação dessas solicitações. Sugere-se que essas criações passem pelas mesmas etapas de análise sugerida para os inventos da UFMS, mesmo elas já tendo depósito no INPI. É uma forma de verificar se a invenção realmente atende os requisitos do órgão de proteção e tem potencial de mercado.

Para os casos de inventores independentes que ainda não depositaram seus inventos, propõe-se que também sigam o mesmo fluxo, sendo este um serviço prestado pela agência, nesse caso o processo de proteção seria custeado pelo inventor e a titularidade seria do inventor. Para os casos em que os inventores ofertassem suas criações, caberia a universidade a adoção ou não e em caso positivo a titularidade seria da universidade.

A proposta de formulários para o processo de pedido de registro de programa de computador é constituída de fase única, essa situação é observada também nos modelos de outras universidades, já que para esse caso não é necessária busca de anterioridade, conforme exposto na seção 3.1.1. Dessa forma para que um autor solicite pedido de proteção na UFMS é necessária a entrega dos seguintes documentos:

- i) Carta de pedido de *software* (apêndice X): pedido oficial a APITT de registro do programa de computador;
- ii) Relatório de registro de programa de computador (apêndice XI): contém informações a respeito do desenvolvimento do *software*;
- iii) Termo de cessão de *software* (apêndice XII): cessão dos autores do programa de computador para a UFMS registrar no INPI;
- iv) Termo de participação dos autores (apêndice XIII): inclui partilha de ganhos oriundos de exploração de direitos;
- v) Procuração (apêndice XIV): quando houverem outras instituições envolvidas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho fez por objetivo propor um modelo de gestão para os processos de inovações tecnológicas. Para tanto adotou-se a estratégia de estudo de caso, identificando na UFMS, universidade caso, aspectos positivos e críticos à sua implementação. Pôde-se elaborar, tomando como referência a lei de inovação, um processo baseado em etapas e pontos de decisão adequados às atividades envolvidas, facilitando assim a análise do caso em questão. A implementação da proposta já iniciou, partes das ações estão sendo executadas pela APITT, conforme apresentado no capítulo 6.

Para direcionar esta pesquisa foram selecionados objetivos específicos e ações, a fim atender o objetivo geral do estudo. Nota-se que para identificar junto à comunidade acadêmica sem grau de conhecimento a respeito de propriedade intelectual e seus aspectos formais, foi essencial para conhecer o primeiro elo da cadeia, o pesquisador docente. Prospectar, junto aos pesquisadores da UFMS, demandas passíveis de proteção intelectual e/ou transferência de tecnologia, permitiu conhecer a demanda interna identificando aspectos positivos e críticos para a implementação da proposta.

Como a UFMS não possuía *Know-how* na gestão de inovações tecnológicas foi necessário fazer uso de um *Benchmarking* com outras instituições de referência do Brasil, terceiro objetivo do estudo. Para análise de cada subprocesso identificado foi feito o uso da ferramenta 5W1H, o qual permitiu identificar gargalos, eliminar atividades não aplicáveis a realidade local ou desnecessária, e evitando retrabalhos ocasionados por falta de conhecimento de todo o processo, na proposta apresentada.

Baseado na literatura de Velho (1996) e nas ICT's estudadas no capítulo 5, algumas universidades parecem estar superando o regime no qual foram criados o ensino superior e o programa de pós-graduação brasileiro, outras ainda se encontram no processo de transição. Nesse caso, a UFMS pertence a este último grupo, sendo possível observar nas entrevistas, interesse pela relação universidade empresa, proteção das pesquisas e transferência dos resultados à sociedade,

porém, além do *ethos* acadêmico de Merton (1967) no qual foram formados e do desconhecimento legal brasileiro, a instituição não oferece arcabouço jurídico e não há um padrão de como devem ser formalizados esses tipos de processos.

Dessa forma, além de todo o trabalho de disseminação da cultura de PI e transferência de tecnologia com os discentes e docentes da universidade, é necessário, também, desenvolver um trabalho junto à alta administração e funcionários das instituições de pesquisa a fim de adotar, na universidade, as medidas administrativas propostas como resultado desse trabalho.

Observa-se que as universidades estudadas como modelo de gestão em inovação tecnológica já possuem bem institucionalizados e formalizados os processos administrativos de proteção ou de transferência à comunidade, além de uma política de inovação institucional. Por isso, esse trabalho sugere a adoção de processos para análise das tecnologias a serem divulgados amplamente a toda comunidade acadêmica.

Nas universidades inquiridas, observa-se o crescente estabelecimento de parcerias em P&D, transferência de tecnologia e licenciamento de tecnologias protegidas sob a concessão do estado brasileiro. Em alguns casos, tanto empresas como instituições preferem utilizar-se do segredo industrial, dessa forma negociam tecnologias por meio de contratos de *Know-how*, contratos de prestação de serviços e projetos cooperativos.

Dessa forma entende-se que a inovação tecnológica não está vinculada somente à proteção jurídica da propriedade intelectual, ela pode ocorrer em todos os setores, não necessariamente vinculado à alta tecnologia. Embora os direitos de propriedade intelectual sejam uma estratégia interessante em boa parte dos casos, pois asseguram exclusividade para quem investiu, entretanto esta não é a única forma de transferir inovações tecnológicas à sociedade, constatando as afirmações de Pimentel (2010) e Manual de Oslo (2005).

A conclusão dessa pesquisa é que embora no Brasil os NIT's estejam previstos em lei com a finalidade de gerir inovação, lei nº 10.973/2004, com tendência a tornar-se não apenas uma política de governo, mas uma política de estado, ainda é possível observar barreiras tanto na comunidade acadêmica como na empresarial. Para a academia a aplicação de suas pesquisas (inovação) e para o empresariado investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D) ainda são atividades que sofrem vestígios de políticas econômicas e produtivas do passado. Mas uma

vez trabalhado a questão cultural nas instituições, estabelecido e formalizado claramente as diretrizes e as práticas quanto às inovações tecnológicas essas serão minimizadas com o tempo trazendo desenvolvimento local e avanço científico para a comunidade.

7.1 Sugestões para Trabalhos Futuros

Baseado na constatação de que a inovação tecnológica não está calcada apenas na proteção jurídica da proteção intelectual e que esse trabalho foi estruturado com base nas competências mínimas da lei de inovação, logo, focando principalmente nas proteções, sugere-se que para trabalhos futuros desenvolvam-se estudos relacionados ao processo de transferência de tecnologia.

Entre as conclusões resultantes da pesquisa identificou-se agentes na cadeia de inovação tecnológica da universidade essenciais ao processo de proteção, são eles os funcionários de outros departamentos que não os do NIT, responsáveis por pagamento, pareceres jurídicos, pró-reitorias de pesquisa, extensão, chefes de departamentos, entre outros. Tanto na literatura como nos resultados desse trabalho muito se falou da disseminação de cultura de PI e transferência de tecnologia na comunidade acadêmica, porém, todas as ações são sempre voltadas ao corpo docente e discente, e não para os colaboradores que estão em uma linha intermediária entre a alta administração e os desenvolvedores de pesquisa.

Dessa forma sugere-se, para trabalhos futuros, que seja feita uma extensão do assunto disseminação da cultura de inovação para toda comunidade acadêmica a fim de desenvolver estudos e ações voltadas também para colaboradores intermediários da universidade. Assim todas as práticas e ações propostas nesse estudo, na lei de inovação e nas políticas do governo poderiam ser aplicadas de forma mais eficiente, tornando o processo de inovação tecnológica mais integrado.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, L.C.G. **Organização e métodos: integrando comportamento, estrutura, tecnologia e estratégia**. São Paulo: Atlas, 1991.

ARAÚJO, M. A. **Administração de produção e operações: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=jQePfZ3_hBwC&pg=PA137&dq=ferramentas+d e+gest%C3%A3o&hl=pt-br&ei=Vtk9TYHHGsKB8gb-lcyTCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=8&ved=0CFsQ6AEwBw#v=onepage&q=ferramentas%20de%20gest%C3%A3o&f=false. Acesso em: jan 2011.

BARBOSA, E. F. Gerência de qualidade total na educação. Fundação Christiano Ottoni. UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.ufsm.br/ceq/arquivos/fonte_www.lgti.ufsc.br.pdf Acesso em: jan 2011.

BARROS NETO, J.P. de. **Teorias de administração: curso compacto: manual prático para estudantes & gerentes profissionais**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____. **Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9609.htm. Acesso em: abril de 2010.

_____. **Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997**. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9456.htm>. Acesso em: abril de 2010.

_____. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm. Acesso em: abril de 2010.

_____. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm. Acesso em: abril de 2010.

_____. Ministério da Cultura. **Fundação Biblioteca Nacional (FBN)**. Disponível em: http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11. Acesso em: fev 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/indicacao>. Acesso em: maio 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/indicacao>. Acesso em: 23 abr 2010. (INPI, 2010a).

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/informacao>. Acesso em: 02 agosto 2010. (INPI, 2010b).

BELTRÃO, K. **O Papel dos institutos de ciência e tecnologia no desenvolvimento sustentado das micro e pequenas empresas: o caso do CDT**. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília DF, 2008.

CAMPEÃO, P.; LIMA FILHO, D.; SPROESSER, R.; PUCCINI, E. **Operacionalização de ferramentas de qualidade na melhoria de processos de serviços**. Desafio: R. Economia e Administração, Campo Grande, MS, (2): 45 – 55, jul./dez. 2000.

CAPES.a. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Requisitos Gerais das Propostas de Cursos**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/RequisitosGerais__APC_N2007.pdf Acesso em: 10 jun 2010.

CAMPOS, E.R. **Metodologia de gestão por processos**. Campinas: UNICAMP, 2003.

CAPES.b. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2933-alunos-de-mestrado-e-doutorado-da-regiao-norte-e-centro-oeste-terao-bolsas-da-capes>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração**. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha – 7. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2003.

COLETTI, J.; BONDUELLE, G.M.; IWAKIRI, S. **Avaliação de defeitos no processo de fabricação de lamelas para pisos de madeira engenheirados com uso de ferramentas de controle de qualidade**. Acta Amazônica Vol. 40(1) 2010: 135-140.

CRESWELL, J. W.. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CTIT. **Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica**. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ufmg.br/ctit/propriedadeintelectual>. Acesso em: 30 jun 2010.

DAVENPORT, Thomas H. **Reengenharia de processos**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

DUDZIAK, E. A. **Lei de Inovação e pesquisa acadêmica: o caso PEA**. Tese de (doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção. Ed. São Paulo, 2007. 374p.

EVANS, P. **Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FIATES, G. G. S. **A utilização do QFD como suporte a implementação do TCQ em empresas do setor de serviços**. Departamento de Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

FRANCO, R.R. **O mapeamento tecnológico e a gestão de tecnologia no CNPDIA – Embrapa**. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2009.

FERNANDES, J. M. **A formalização de procedimentos e seu papel na integração da atividade projetual**. 2005. 209 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FISHER, J.G. **Benchmarking**. Tradução Sandra Couto. São Paulo: Clio Editora, 2003.

GIULIO, G. D. **Relação universidade-empresa: uma parceria que pode dar certo**. Revista conecta da ciência ao mercado, Campinas, p.20-23, jun. 2008.

GODOI, C.k.; MELLO, R.B. de; SILVA, A. B. da (Organizadores). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HARRINGTON, H. J. **Gerenciamento Total da Melhoria Contínua: A nova geração da melhoria do desempenho**. São Paulo: Makron Books, 1997.

INOVA UNICAMP. **Agência de Inovação da Unicamp**. Disponível em: http://www.inova.unicamp.br/paginas/visualiza_conteudo.php?conteudo=10. Acesso em: abril de 2010.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LESSA, Carlos. **A universidade e a pós-modernidade: o panorama brasileiro**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível: Scielo.

LOTUFO, Roberto de A. **O papel da universidade na Inovação Tecnológica: a experiência da Agência de Inovação da UNICAMP**. Palestra apresentada no XII

Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia Mecânica, 23ago05. <http://www.abcm.org.br/creem2005/>, 22 a 26 de agosto de 2005, Ilha Solteira – SP.

MACHADO, L.E. **Gestão estratégica para instituições de ensino superior privadas**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2008.

MANUAL de Oslo. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. – 3. Ed. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2005.

MAUÉS, L.M.F. **Metodologia de Organização interna e melhoria do processo produtivo em centrais de montagem de componentes: um estudo de caso**. 1996. f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1996.

MEIRELES, M. **Ferramentas administrativas para identificar, observar e analisar problemas: organizações com foco no cliente**. (1949) São Paulo: Arte & Ciência, 2001. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=-_fJYI3CwIIc&pg=PA17&dq=5w2h&hl=pt-br&ei=8_QuTabbAo-t8AaHq4zzCA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CDIQ6AEwAg#v=onepage&q=5w2h&f=false. Acesso em: 13 jan 2011.

MINISTÉRIO da ciência e tecnologia. **Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/2068.html>. Acesso em: jul. 2009.

MINISTÉRIO da ciência e tecnologia. **Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/27760.html>. Acesso em: jun. 2010.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Inovar e Investir para Sustentar o Crescimento (PDP)**. 235p.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)**. 26 de Nov 2003. 22p.

MOBIT. **Estratégias Internacionais de Inovação**. CEBRAP, 2007.

NUNES, J. da S; OLIVEIRA, L. G. de. **Universidades Brasileiras – Utilização do Sistema de Patentes de 2000 a 2004**. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Julho de 2007.

PEREIRA, J. M.; KRUGLIANSKAS, I. (2005). **Gestão de Inovação: A lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil**. ERA-eletrônica, v. 4, n.2, Art. 18. Disponível em: www.rae.com.br/electronica. Acesso em: 20 jul. 2009

PEREIRA, L. B. (2007) **Processo empreendedor de *spin-offs* universitárias: principais fatores determinantes**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração. 142 f.

PIMENTEL, L. O. **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio**. Org. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2 ed. rev e atual – Brasília: MAPA; Florianópolis: EaD/UFSC, 2010. ISBN: 978-85-7426-104-1.

PINTO, J.S.; CARVALHO, M. G.; DIOGO, V. P. **Análise do fluxo de informação entre os departamentos de vendas e operacional de uma empresa do ramo industrial químico**. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/156.pdf> Acesso em: março de 2011.

PUCCINI, Ernesto C. & LIMA FILHO, Dario O. **Programa de gestão da qualidade e melhoria dos processos**. Campo Grande: UFMS, 1999.

REGIMENTO Geral da **Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: < http://www.ufms.br/inform/regimento/regimento/55_2004-REGIMENTO.pdf> Acesso em: jul de 2009.

ROCHA, E. M. P. da. **Indicadores de Inovação Tecnológica Empresarial nas regiões do Brasil: Análise de dados da PINTEC 2003 - IBGE**. – UFMG, 2003.

RODRIGUES, J. F. A. **Fluxo de produção**. Apostila curso técnico de segurança do trabalho. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

SANTANA, E. E. P. **A transferência de tecnologia na USP: um estudo multicaso no Departamento de Física e Matemática e nas faculdades de medicina e odontologia – campus de Ribeirão Preto – e nas empresas do setor de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2005. 304p.

SANTOS, M. E. R. dos (Org.); TOLEDO, P. T. M. de (Org.); LOTUFO, R. de A. (Org.). **Transferência de Tecnologia: Estratégias para a estruturação e gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. – Campinas, SP: Komedi, 2009.

SAVIANI, D. (1998) **A nova lei da educação : trajetória, limites e perspectivas**. 4. Ed. Campinas, SP : Autores Associados.

SAVIANI, D. (1999) **Política e Educação no Brasil. O papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino**. 4. Ed. Campinas, SP : Autores Associados.

SCHETTINO, F. (2009). **Lei Estadual de Inovação: mais oportunidades, competitividade e sustentabilidade para o desenvolvimento capixaba**. Disponível em:<<http://www.revistaesbrasil.com.br/artigos/76-fernando-schettino/390-lei-estadual-de-inovacao-mais-oportunidades-competitividade-e-sustentabilidade-para-o-desenvolvimento-capixaba>>. Acesso em: 20 jul. 2009

STOKES, D. E. (2005) **O Quadrante de Pauster: a ciência básica e a inovação tecnológica**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

TEIXEIRA, F. **Tudo o que você queria saber sobre Patentes mas tinha vergonha de perguntar**. São Paulo: Interfarma, 2006.

UNB. **Universidade de Brasília. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico**. Disponível em: <http://www.cdt.unb.br/view/sobreCDT.php>. Acesso em: 12. nov. 2010.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Sociedade de conhecimento versus economia do conhecimento: conhecimento, poder e política**. Brasília: UNESCO, SESI, 2005. 212 p.

UFMS **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.ufms.br/index.php?id=12&modo=his>, acesso em 06.jul.2009.

Unicamp. **Universidade Estadual de Campinas. Agência de Inovação Inova Unicamp**. Disponível em: http://www.inova.unicamp.br/paginas/visualiza_conteudo.php?conteudo=1. Acesso em: 11. nov. 2010.

USP. **Universidade de São Paulo. Agência USP de Inovação**. Disponível em: <http://www.inovacao.usp.br/institucional/historico.php>. Acesso em: 08. nov. 2010a.

USP. **Universidade de São Paulo. Agência USP de Inovação**. Disponível em: <http://www.inovacao.usp.br/propriedade/transferencia.php>. Acesso em: 08. nov. 2010b.

VALERIANO, D. L. **Gerência em projetos: pesquisa, desenvolvimento e engenharia**. São Paulo: Makron Books, 1998.

VELHO, S. **Relações universidade-empresa: desvelando mitos**. – Campinas, SP: Autores Associados. – (Coleção educação contemporânea), 1996.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração** – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

ZELEZA, P. T. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Sociedade de conhecimento versus economia do conhecimento: conhecimento, poder e política**. Brasília: UNESCO, SESI, 2005, 212 p.

YIN, R. K. **Case Study research: design and methods**. 2 ed. USA: Sage Publications, 1997.

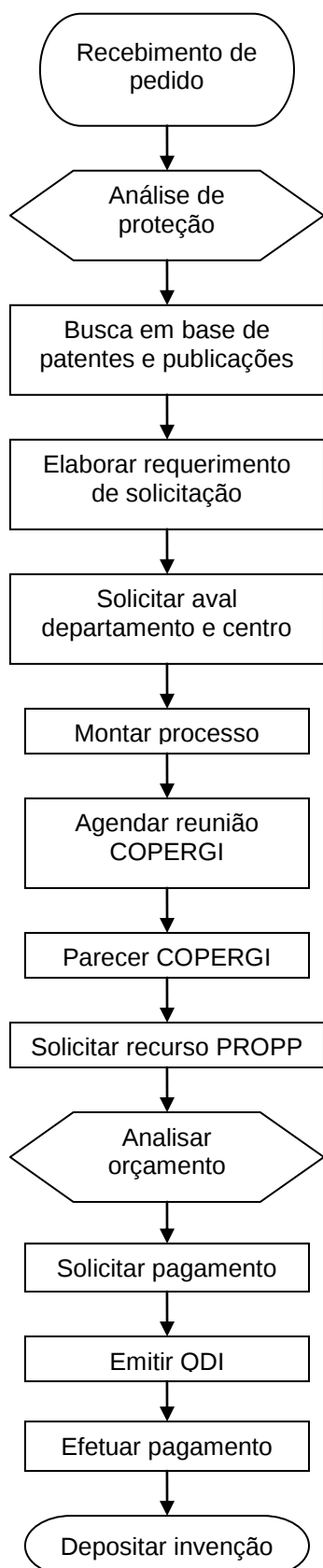
YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WACHOWICZ, M. & WINTER, L. A. C. **Os Paradoxos da Sociedade Informacional e os Limites da Propriedade Intelectual**. In: Congresso Nacional do CONPEDI,

XV, Manaus, Anais ISBN: 978-85-87995-80-3. Manaus: CONPEDI, 2006. Disponível em: http://conpedi.org/manaus/arquivos/anais/bh/luis_alexandre_carta_winter2.pdf. Acesso em: 29 abril 2010.

APÊNDICE I

Processo pedido ano 2009



Unidades /departamentos

Número de vezes que o processo foi realizado

APITT/ PROPP

1

APITT/ PROPP

1

APITT/ PROPP

2

APITT/ PROPP

1

APITT/ PROPP
e
departamento
inventor

1

APITT/ PROPP

1

APITT/ PROPP

1

1

APITT/ PROPP

2

Gabinete PROPP

2

PROPLAN

3

DIOR/ PROPLAN

2

CPQ/ PROPLAN

1

APITT/ PROPP

1

APÊNDICE II

Instrumento de coleta de dados

Atenção: as informações aqui prestadas serão apenas para uso da APITT/UFMS

Entrevistador:	
Data:	
Departamento:	
Laboratório:	
Endereço:	
Telefone:	

1) Perfil do Pesquisador Beneficiário

Pesquisador: _____

Telefone: _____

e-mail: _____

1.1) Qual o nível de formação do pesquisador:

() Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado () Pós-doutorado

1.2) Qual a idade do pesquisador: _____

1.3) Qual o tipo de vínculo do pesquisador com a UFMS:

() regime de dedicação exclusiva

() regime de tempo parcial

() voluntário

() bolsista

() aposentado

() professor contratado

() sem vínculo

() outro. Especifique: _____

1.4) Quantos anos na instituição? E de experiência? _____

1.5) Área de formação:

1.6) Linha de pesquisa:

2) Atuação Científica

2.1) Grupo de Pesquisa CNPQ: _____

2.2) Projetos/Pesquisas realizados no momento:

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	FASE		
	I	M	F
1-			
2-			
3-			
4-			
5-			

A tabela (2), a seguir, deve ser preenchida conforme o projeto acima e as legendas abaixo:

	Fonte de Financiamento	Integrantes	Bolsistas	Resultado (2.2.1)	Proteção (2.2.2)	Comercialização (2.2.3)	Publicação (2.2.4)
1-							
2-							
3-							
4-							
5-							

Legenda tabela (2):

2.2.1) Qual a expectativa quanto ao resultado dessas pesquisas?

(1) Publicar

(2) Proteger e transferir a tecnologia

(3) Criar uma empresa para produzir e comercializar essa tecnologia

(4) Fazer parceria com empresas interessadas (projetos cooperativos)

(5) Formação de docentes/Pesquisador

(6) Outros _____

2.2.2) Essas pesquisas possuem algum conhecimento com potencial de proteção?

Processo (1) Produto (2) Método (3) Outros: _____ Não há (4)

2.2.3) Qual a potencialidade de comercialização do produto ou serviço de inovação tecnológica gerado:

(1) Desenvolvimento de parcerias com empresas

(2) Produtos ou serviços a serem incubados na UFMS

(3) Prestação de serviços

(4) Nenhuma

2.2.4) Os resultados estão sendo publicados? (S) Sim

Não

(N)

3) Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

3.1) Sabia que um dos requisitos para proteção por patente é o da novidade (ineditismo)?

☐ Sim ☐ Não

3.2) Tem conhecimento de empresas que possam se interessar pelas tecnologias?

☐ Sim ☐ Não

Quais? _____

Segmento econômico: _____

3.3) Como busca financiamento para seus projetos?

3.4) Sabia que existem vários editais que financiam projetos cooperativos?

☐ Sim ☐ Não

3.5) Já obteve incentivo de fomento?

CNPQ ☐ FUNDECT ☐ UNESCO ☐ CAPES ☐ FINEP ☐ Nunca ☐
UFMS ☐ OUTROS ☐ Qual? _____

3.6) Tem interesse em participar de editais de fomento para captação de recursos?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo:

☐ Para pesquisa e desenvolvimento no laboratório

☐ Para projetos cooperativos

3.7) Se o interesse é criação de uma empresa, existe em seu laboratório espaço físico para incubar a empresa?

☐ Sim ☐ Não

3.8) Você estimularia seus alunos a criar uma empresa para produzir e comercializar tecnologias desenvolvidas no laboratório?

☐ Sim ☐ Não

3.9) Existe o interesse em prestar serviço remunerado?

☐ Sim ☐ Não

3.10) Em caso afirmativo, assinale a(s) área(s):

☐ Assessoria/Consultoria

☐ Fornecer orientação tecnológica

☐ Realizar análises laboratoriais

☐ Atuar em pesquisa e desenvolvimento

☐ Ministrando cursos e eventos

☐ Emitir pareceres e laudos

☐ Trabalhar em projetos para pequenos empreendedores

☐ Outros: _____

3.11) Existem no laboratório serviços que podem ser certificados por órgãos competentes?

☐ Sim ☐ Não

3.12) Em caso afirmativo, favor especificar o órgão:

() ANVISA () INMETRO () Min. Agricultura () ISO () Outros _____

3.13) Há interesse em desenvolver alguma outra linha de pesquisa? Sim () Não ()
Se sim, qual o motivo de não estar em desenvolvimento?

3.14) A universidade lhe proporciona apoio à pesquisa? Sim () Não ()

3.15) Quais os principais gargalos da universidade em relação à pesquisa?

3.16) Quais os principais gargalos da universidade em relação ao processo de proteção?

3.17) Conhece a “Lei do Bem” (Lei nº 11.196)? Sim () Não ()

3.18) Conhece a “Lei de Inovação” (Lei nº 10.973)? Sim () Não ()

4) Agência de Propriedade Intelectual

4.1) Você conhece o Núcleo de Inovação Tecnológica da UFMS?

() Sim. Sou usuário. () Sim. Não sou usuário. () Não. () Não sei.

4.2) Você conhece a política de propriedade intelectual implantada na UFMS?

() Sim () Não

4.3) Tem interesse em ter maior conhecimento das atribuições da APITT?

() Sim () Não

4.4) Tem interesse em patentear algum trabalho? Sim () Não ()

4.5) Classifique seu conhecimento sobre Patentes:

() Nenhum () Baixo () Regular () Bom () Alto

4.6) Qual a influência da APITT no seu conhecimento sobre patentes:

() Nenhum () Baixo () Regular () Bom () Alto

4.7) A universidade lhe proporciona apoio no que se refere ao processo de patente de seus trabalhos? Sim () Não ()

4.8) Já depositou algum? Sim () Não ()

O pedido de patente foi cedido:

() Sim

() Ainda está em análise

() Foi arquivado e não há interesse na concessão

() Não, foi negado

() Outro especifique:

4.9) O depósito foi requerido por qual depositante:

() UFMS.

() Inventor independente (próprio depositante)

() Em parceria com outra instituição. Qual:

4.10) Se sim, já fez buscas de patentes nas bases mundiais? Sim () Não ()
Quais?

() Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI): www.inpi.gov.br

() United States Patent and Trademark Office (USPTO): www.uspto.gov

() European Patent Office (Espacenet): <http://ep.espacenet.com>

() Derwent: <http://scientific.thomson.com/derwent/>

() Outra. Especifique:

4.11) Como você classifica sua habilidade em redigir redação de patentes?

() Nenhum () Baixo () Regular () Bom () Alto

4.12) Existem ou já existiram parcerias com empresas nos projetos de desenvolvimento de pesquisa? Sim () Não ()

4.13) Em relação à transferência de tecnologia, conhece os requisitos para:
Depositar uma patente () Licenciamento de patente () Know-how ()

4.14) Quais as estratégias adotadas para proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologias?

4.15) Qual o grau de importância da busca de parcerias empresariais para as pesquisas da universidade?

() Nenhum () Baixo () Regular () Bom () Alto

4.16) Houve transferência de tecnologia relacionada ao seu pedido de patente?

() Não

() Não. Houve exploração direta da tecnologia pelo titular do direito

() Sim. Transferência de tecnologia para centros de pesquisa e universidades

() Sim. Transferência de tecnologia para empresas nacionais

() Sim. Transferência de tecnologia para empresas estrangeiras

() Outro. Especifique.

4.17) Se positivo, assinale entre as alternativas abaixo como se deu a transferência de tecnologia:

() Cessão de patentes

() Contrato de fornecimento de tecnologia industrial

() Contrato de prestação de serviços de assistência técnica e científica

() Outro. Especifique.

() Contrato de licença para a exploração de patente

4.18) Assinale a fase em que se encontra a tecnologia relacionada ao seu pedido de patente:

() Pesquisa

() Finalização do desenvolvimento tecnológico

() Uso em escala pré-comercial

() Exploração comercial

() Outro. Especifique.

APÊNDICE III**FASE 1****AVALIAÇÃO DE ANTERIORIDADE**

Essa primeira fase proporciona ao pesquisador maior conhecimento das tecnologias já disponíveis no mercado, facilitando a identificação de argumentos que apontem o diferencial da invenção proposta. Proporciona também informações à APITT que irão auxiliar a identificar se a tecnologia é passível de proteção e se possui potencial de transferência para sociedade.

Para que uma tecnologia seja patenteada é necessário que ela cumpra alguns requisitos, os chamados requisitos de patenteabilidade são eles: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

DADOS DO(S) inventor (es) – nº de autores: ()

Nome completo: _____

Centro: _____

Departamento: _____

Fone comercial: _____

Fax: _____

E-mail: _____

(duplicar se houver mais inventores)

1 – Invento

1.1 Área de invenção:

() Engenharia () Química () Física () Biologia ()
Farmácia

() Medicina () Outra: _____

1.2 Linha de pesquisa: _____

1.3 Título Proposto para a Invenção: _____

1.4 Descreva detalhadamente o invento: incluir materiais e métodos, exemplo(s) de concretização da tecnologia, inclua gráficos (em preto e branco), tabelas, fotos (preto e branco), necessários para a sua compreensão (em português e inglês). Se você tiver outros documentos e/ou desenhos relacionados à invenção favor anexar.

1.5 Qual o problema resolvido pelo o invento?

1.6 Qual a principal aplicação da tecnologia?

1.7 Liste o máximo de palavras-chaves (em português e inglês) e combinações possíveis relacionados à tecnologia, procure utilizar palavras essenciais da invenção e não muito genéricas (no mínimo três palavras-chaves):

1.8 Cite publicações relacionadas a tecnologias semelhantes ou próximas a invenção proposta, entre eles artigos científicos, teses, trabalhos em congressos, entre outros. Relacione-as, apresente as diferenças e envie uma cópia de cada documento junto com este.

Referencia Bibliográfica	Diferença(s)	Vantagem(s) da invenção

--	--

Base	Número Documento	Data de Depósito	Diferença(s)	Problema(s) técnico(s) da tecnologia já existente	Vantagem(s) da invenção proposta

2.4 Diante a busca, qual o DIFERENCIAL da tecnologia proposta em relação às existentes?

3 Divulgação da invenção

As informações abaixo deverão ser respondidas com atenção, uma vez que a divulgação prévia pode afetar a possibilidade de obter direitos de patente.

3.1 - Há um Caderno de Laboratório disponível? ☐ Sim ☐ Não

3.1.1 - Se positivo, ele é usado freqüentemente? ☐ Sim ☐ Não

3.2 - Liste as divulgações referentes à invenção que já foram ou que ainda serão realizadas colocando suas respectivas datas. Inclua linhas na Tabela abaixo se necessário.

Item	Data	Tipo de divulgação (artigo, tese, exame de qualificação, resumo, trabalho completo em Congresso, pôster, entrevista, etc.)	Referência Completa
3.2.1			
3.2.2			
3.2.3			
3.2.4			
3.2.5			

3.3 Em relação às publicações acima listadas, a divulgação compreende:

() Divulgação PARCIAL da invenção, isto é, NEM TODO o conteúdo a ser protegido intelectualmente no presente Pedido de Depósito de Patente foi divulgado.

ESPECIFIQUE os número do item(s) relacionado(s):

() Divulgação TOTAL da invenção, isto é, TODO o conteúdo a ser protegido intelectualmente no presente Pedido de Depósito de Patente foi divulgado.

ESPECIFIQUE número do item(s) relacionado(s):

4. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

4.4 COMENTE A POTENCIALIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRESENTE INVENÇÃO. (Especifique áreas de aplicação e/ou produtos que imaginas que possam utilizar esta nova tecnologia. Se tiver conhecimento de empresas interessadas, setor econômico, informar).

APÊNDICE IV

FASE 2 (1)

À
 Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia - APITT
 Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPP
 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Senhor(a) (s),

Eu, (nome completo), (RG), (CPF), (professor / aluno de), (matrícula), (do Centro de), (do departamento de / curso de), encaminho a esta Unidade Técnica os documentos abaixo relacionados, a fim de dar início à avaliação de pertinência do pedido de depósito de patente denominado “(título da invenção)”.

Relação de documentos anexos:

	Material	Nº de páginas
()	Relatório de Invenção (assinado por todos os inventores com carimbo e assinatura do chefe de departamento e diretor da unidade).	
()	Termo de Titularidade e Partilha (se for o caso)	
()	Autorização (com firmas reconhecidas inclusive das testemunhas)	
()	Termo(s) de confidencialidade	
()	Procuração inventor externo (se for o caso)	
()	Procuração institucional com reconhecimento de firma de outras instituições envolvidas (universidades / centros de pesquisa / empresas) - (se for o caso)	

()	Cópia do contrato de direitos de propriedade intelectual firmado entre a UFMS, entidade(s) e empresa(s) participante(s), quando for o caso.	
()	Listagem de seqüências biológicas (se for o caso): arquivo eletrônico (nº de CD's ou DVD's) ou formato impresso (nº de folhas).	
()	Cópia da identidade funcional (UFMS) ou do holerite ou declaração emitida pelo DIRM/GRH	
()	Relatório descritivo	
()	Reivindicações	
()	Desenhos	
()	Resumo	
()	Publicações relacionadas à presente invenção (período de graça 1 ano) (se for o caso)	
()	Outros documentos julgados pertinentes:	

Campo Grande, dia de mês de ano.

Atenciosamente,

Assinatura (s)

APÊNDICE V**FASE 2 (II)****DADOS DO(S) TITULAR(ES)**

(Preencha somente se a invenção estiver em co-titularidade com empresa(s), órgão(s) público(s) ou pessoa(s) física(s) sem vínculo com a UFMS)

Nome da Instituição	CGC ou CPF
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	15.461.510/0001-33

Nome da Instituição:

CGC:	CONTATO:	
Fone:	Fax:	<i>E-mail:</i>
Endereço:		

1 - INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO (ÕES) EXTERNA(S)

1.1 Ocorreu desenvolvimento de alguma das etapas da invenção nesta instituição?
Em que momento?

1.2 Existiu ajuda financeira por parte desta instituição para o desenvolvimento da invenção?

1.3 Qual o vínculo do inventor externo (se houver) com esta instituição? Desde que data existe este vínculo?

1.4 Em algum momento este inventor externo esteve vinculado a UFMS? Qual foi o vínculo?

(Incluir todos os inventores, inclusive os que não possuem vínculo com a UFMS)

DADOS DO(S) INVENTOR (ES) – nº de autores: ()

Nome completo:

Centro:

Departamento:

Fone comercial:

Fax:

E-mail:

Identidade Nº:

Órgão expedidor:

Data de emissão:

CPF:

Data nascimento:

Estado Civil:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Endereço Residencial Completo:

Bairro:

CEP:

Telefone Residencial:

Celular:

Vínculo com a UFMS
(período de criação)

() Professor
() Técnico-
administrativo
() Aluno Graduação

() Aluno Especialização
() Aluno Mestrado
() Aluno Doutorado
() Outro:

Participante Externo
UFMS
(período de criação)

() Professor
() Técnico-
administrativo
() Aluno Graduação
() Aluno Pós-
Graduação
() Outro:

Informe Instituição:

% Contribuição no presente invento:

Projeto do qual originou o presente invento:

Reaplicar este quadro de cadastro no caso de haver mais de um inventor.

2 - INFORMAÇÕES SOBRE O INVENTO

2.1 TÍTULO DO INVENTO (Utilize termos técnicos)

2.2 PALAVRAS-CHAVE RELACIONADAS AO PRESENTE INVENTO:

PORTUGUÊS		INGLÊS	
1.		1.	
2.		2.	
3.		3.	
4.		4.	

2.3 DESCRIÇÃO DETALHADA DO INVENTO

Incluir materiais e métodos, exemplo(s) de concretização da tecnologia, gráficos (em preto e branco), tabelas, fotos (preto e branco) podem ser inclusos, necessários para a sua compreensão. Se você tiver outros documentos e/ou desenhos relacionados à invenção favor anexar.

2.4 DETALHE A INOVAÇÃO DO PRESENTE INVENTO

2.5 PROBLEMAS QUE O INVENTO RESOLVE OU VANTAGENS QUE APRESENTA

(Exemplo: Eficiência, Produtividade, Custo, Qualidade do produto, Redução de resíduos, etc.)

2.6 COMPARE O PRESENTE INVENTO COM A TECNOLOGIA ATUALMENTE UTILIZADA (Há produtos similares no mercado? Em caso positivo, quais as vantagens desta nova tecnologia?)

2.7 EM SUA OPINIÃO, QUAL O ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DE SEU INVENTO COM RELAÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO?

- ☐ Teórico
- ☐ Pesquisa preliminar
- ☐ Estágio avançado da pesquisa
- ☐ Finalizada completa em laboratório
- ☐ Protótipo de trabalho

2.8 TIPO DA INVENÇÃO

- ☐ Processo
- ☐ Produto
- ☐ Método
- ☐ Outro

3 - PARA TECNOLOGIAS QUE ENVOLVEM O USO DE “COMPONENTES DO PATRIMÔNIO GENÉTICO”

Caso a tecnologia não envolva o uso de plantas, continue o preenchimento a partir do item 5.

3.3 Já possui autorização do CGEN?

- ☐ Sim. ☐ Está em fase de protocolo. ☐ Não.

3.2 A presente invenção refere-se:

- ☐ A acesso a Componente do Patrimônio Genético sem acesso a Conhecimento Tradicional Associado.
- ☐ A acesso a Componente do Patrimônio Genético com acesso a Conhecimento Tradicional Associado.
- ☐ A acesso ao Conhecimento Tradicional Associado sem acesso a Componente do Patrimônio Genético.

Para fins de:

- ☐ Bioprospecção.
- ☐ Desenvolvimento Tecnológico.
- ☐ Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico.

3.3 O resultado esperado pela invenção pode ter aplicação em qual(is) setor(es)?

- ☐ Farmacêutico.
- ☐ Cosmético.
- ☐ Nutracêutico.
- ☐ Alimentício.
- ☐ Higiene pessoal.
- ☐ Perfumaria.
- ☐ Outros:

3.4 Quanto à origem de material biológico:

☐ *in situ*: Marque com um 'X' a categoria da área:

☐ Área Privada.

☐ Área Pública.

☐ Terra Indígena.

☐ Área de posse ou propriedade de comunidades locais.

☐ Unidade de Conservação (Federal).

☐ Unidade de Conservação (Municipal).

☐ Unidade de Conservação (Estadual).

☐ Mar Territorial, Plataforma Continental ou Zona Econômica Exclusiva.

☐ Outros – Especifique:

☐ *ex situ*: Marque com um 'X' a especificidade da área:

- () Herbário:
- () Banco de germoplasma:
- () Extratoteca:
- () Banco de DNA:
- () Comércio:
- () Outros:

Indique, marcando com um 'X', os biomas envolvidos:

- () Amazônia. () Caatinga. () Mata Atlântica. () Pampas.
- () Cerrado. () Pantanal. () Zona Costeira. () Zona Marinha.

Indique, marcando com um 'X', os tipos de amostras utilizados:

- () Folhas. () Sementes. () Ramos. () Flores.
- () Pelos. () Resinas. () Sangue. () Tecidos. () Outros.

3.5 Quanto ao Conhecimento Tradicional Associado:

Tipo de comunidade:

- () Indígena. Especifique:
- () Quilombola. Especifique:
- () Outra comunidade Local. Especifique:

4. SOMENTE PARA FÁRMACOS, FITOFÁRMACOS e COSMÉTICOS em geral

Caso a tecnologia não envolva as linhas de pesquisa listadas acima, continue o preenchimento a partir do item 5.

4.1 Quanto ao isolamento e síntese do princípio ativo:

O princípio ativo já foi isolado? ☐ Sim ☐ Não

O princípio ativo já foi sintetizado? ☐ Sim ☐ Não

4.2 Nível de conhecimento:

☐ Síntese total de composto conhecido (via alternativa).

☐ Síntese de análogo original (baseado em composto conhecido patentado).

☐ Síntese de molécula original para nova aplicação (inovação total).

☐ Nova formulação de composto conhecido.

☐ Isolamento da molécula a partir de produtos naturais.

☐ Processo biotecnológico.

☐ Outros:

4.3 Nível de conhecimento para fitofármaco:

☐ Confirmação do uso tradicional.

☐ Nova indicação para planta conhecida.

☐ Inovação total.

☐ Outros:

4.4 Nível em que está definida a aplicabilidade (indicação terapêutica):

☐ Ainda indefinida.

☐ Múltiplas aplicações.

☐ Única aplicação.

4.5 Quanto à especificidade em relação ao alvo como você classifica esse produto? (Marque com um 'X')

☐ Altamente específico* .

☐ Altamente seletivo**.

☐ Moderadamente específico.

☐ Moderadamente seletivo.

☐ Inespecífico.

☐ Não-seletivo.

* O termo específico, neste caso, refere-se ao local de ação do produto (por ex.; se é no fígado, no coração, etc.)

** O termo seletivo refere-se ao mecanismo de ação do produto.

Ensaio *in vitro* confirmando atividade biológica :

☐ Com protocolo ANVISA:	☐ Sem protocolo ANVISA:
☐ Não realizado.	☐ Não realizado.
☐ Realizado em alvos específicos.	☐ Realizado em alvos específicos.
☐ Realizados em alvos secundários.	☐ Realizados em alvos secundários.
☐ Outros. Especificar:	☐ Outros. Especificar:

4.6 Caso a tecnologia tenha sido aplicada *in vitro*, qual seria a eficácia para a indicação proposta?

☐ Resultados consistentes comprovam a indicação.

☐ Muitas evidências suportam a indicação, mas há necessidade de alguns estudos adicionais.

☐ Algumas evidências apontam para a indicação e há necessidade de muitos estudos adicionais.

4.7 Ensaio *in vivo* confirmando atividade farmacológica :

☐ Com protocolo ANVISA:	☐ Sem protocolo ANVISA:
☐ Não realizado.	☐ Não realizado.
☐ Realizado em alvos específicos.	☐ Realizado em alvos específicos.
☐ Realizados em alvos secundários.	☐ Realizados em alvos secundários.
☐ Outros. Especificar:	☐ Outros. Especificar:

4.8 Caso a tecnologia tenha sido aplicada *in vivo*, responda e/ou assinale as questões abaixo:

Em que animal(is) a tecnologia foi testada ? Especificar:

Qual seria a eficácia *in vivo* para a indicação proposta?

- () Resultados consistentes comprovam a indicação.
- () Muitas evidências suportam a indicação, mas há necessidade de alguns estudos adicionais.
- () Algumas evidências apontam para a indicação e há necessidade de muitos estudos adicionais.

4.9 Já existem ensaios pré-clínicos?

() Com protocolo ANVISA:	() Sem protocolo ANVISA:
() Não realizado.	() Não realizado.
() Realizado em roedores.	() Realizado em roedores.
() Realizados em roedores e não roedores.	() Realizados em roedores e não roedores.
() Outros. Especificar:	() Outros. Especificar:

4.10 á existem ensaios clínicos em Humanos?

() Com protocolo ANVISA:	() Sem protocolo ANVISA:
() Fase I.	() Fase I.
() Fase II.	() Fase II.
() Fase III.	() Fase III.
() Outros. Especificar:	() Outros. Especificar:

4.11 Toxicologia e segurança.

Durante os estudos em animais, houve óbitos que possam ser relacionados à substância ?

☐ Sim ☐ Não

Especificar:

Há alguma evidência de toxicidade para o SNC (sonolência, alterações comportamentais, alterações locomotoras, irritabilidade, vômitos, convulsões, alterações de temperatura corporal, etc.)? :

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Especificar:

Há alguma evidência de toxicidade para o sistema cardiovascular (dispnéia, edemas, alterações do EGC, cianose, etc.)?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Especificar:

Há alguma evidência de toxicidade para o sistema respiratório (taquipnéia, bradipnéia, cianose, respiração ruidosa ou difícil, alterações da hemoglobina ou dos gases sanguíneos, etc.)? :

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Especificar:

Há alguma evidência de que o produto não poderá ser administrado por via sistêmica (antigenicidade, citotoxicidade, etc.)?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Especificar:

Há alguma evidência de hepatotoxicidade ou nefrotoxicidade?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Especificar:

Se administrado por via oral o produto causa vômitos, diarreia ou obstipação?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

Especificar:

Há informações sobre mutagenicidade, oncogenicidade ou potencial teratogênico?

☐ Sim

☐ Não

Especificar:

Há informações de outros sinais de toxicidade que possam ser relacionados à substância além dos mencionados acima?

☐ Sim

☐ Não

Especificar:

4.12 Farmacocinética em animais:

☐ Não há dados.

☐ Baseado na duração da ação pode-se inferir algumas propriedades farmacocinéticas.

☐ Há dados farmacocinéticos analíticos (dosagens séricas ou plasmáticas).

Especificar:

4.13 Toxicologia e segurança

Já existem ensaios relacionados com o uso tópico?

☐ Sensibilização dérmica – Especifique:

☐ Irritação cutânea – Especifique:

☐ Irritação ocular – Especifique:

5 - FINANCIAMENTO DA PESQUISA

5.1 Foi feito contrato com órgão financiador ou gerido de acordo com um *Termo de Confidencialidade*?

5.2 Nome do agente financiador (órgão de fomento/empresa/etc.)

5.3 Número do contrato (**anexar cópia**):

5.4 Contato no órgão

5.5 O órgão financiador foi informado do invento?

5.6 Contrato via Fundação de Apoio da Universidade () sim () não

Concordo (amos) que todos os *royalties* e ganhos oriundos de exploração comercial derivados dessa invenção serão compartilhados de acordo com a Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004, art. 13º) e de acordo com o artigo 7º da RESOLUÇÃO Nº 31 de 02/12/2004, partilhados na seguinte proporção:

- 1) (Nome do inventor) – (Unidade/departamento) – 00%
- 2) (Nome do inventor) – (Unidade/departamento) – 00%
- 3) (Nome do inventor) – (Unidade/departamento) – 00%

Declaro(amos) que todas as informações acima descritas são verdadeiras. Concordo (amos) que em caso de ser efetivado o depósito de pedido de patente nos comprometemos a não divulgar os resultados obtidos, sem a prévia anuência da APITT/PROPP.

Ciência do(s) Inventor(es):

1) Nome:

Assinatura

2) Nome

Assinatura

Ciência do Chefe de Departamento/Coordenador de Pós-Graduação e do Diretor da Unidade:

Carimbo	Assinatura Chefe de Departamento ou Coordenador de Pós-Graduação	Data
Carimbo	Assinatura Diretor da Unidade	Data

APÊNDICE VI
FASE 2 (III)

Autorização

Declaro (mos) que tenho (mos) ciência conforme previsto na Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996, art. 88º) e de acordo com o artigo 2º da RESOLUÇÃO Nº 31 de 02/12/2004, que todos os direitos, títulos e interesses da invenção “(título da invenção)” pertencem à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com sede Campus Universitário s/n Cidade Universitária, Campo Grande – MS inscrita no CGC sob o nº 15.461.510/0001-33, assim como concordo (amos) em atribuir à UFMS os direitos em qualquer aplicação de patente derivada desta invenção, assim como estou (amos) ciente e autorizo (amos) a submissão na proteção nos órgãos competentes (INPI) e comercialização desta invenção. Concordo (amos) também em cooperar com a APITT nos respectivos processos.

Campo Grande, dia de mês de ano.

Atenciosamente,

Assinatura Inventor I

Assinatura Inventor II

APÊNDICE VII
FASE 2 (IV)

(Apenas para criações que envolvem instituições externas)

Declaração de Titularidade e Partilha

Declaro (mos) que conforme previsto na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004, art. 9º) e de acordo com o artigo 3º da RESOLUÇÃO Nº 31 de 02/12/2004, a invenção “(título da invenção)”, tem como titulares as instituições e/ou empresas abaixo relacionada(s), e a Titularidade deverá ser partilhada na seguinte proporção inclusive para distribuição de créditos decorrentes de uma eventual exploração comercial:

- 4) (Nome do titular) – (Empresa/Instituição) – 00%
- 5) (Nome do titular) – (Empresa/Instituição) – 00%
- 6) (Nome do titular) – (Empresa/Instituição) – 00%

Campo Grande, dia de mês de ano.

Atenciosamente,

Assinatura Inventor I

Assinatura Inventor II

APÊNDICE VIII
FASE 2 (V)

(Somente para inventores não vinculados a UFMS)

Procuração

Eu, (nome completo), (nacionalidade), (profissão), (estado civil), portador do RG nº, inscrito no CPF nº, residente à Rua (endereço residencial), abaixo assinado, na qualidade de inventor e de conformidade com a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996, art. 216), autorizo a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ nº 15.461.510/0001-33 e isenta de Inscrição Estadual, a representar-me perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial para assinar petições, guias e demais documentos referentes ao Pedido de Privilégio Intitulado “(título da invenção)”.

Campo Grande, dia de mês de ano.

Atenciosamente,

Assinatura

APÊNDICE IX
FASE 2 (VI)

(Para instituições vinculadas a tecnologia, exceto a UFMS)

Procuração

A (nome da empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, sob o nº. (nº CNPJ), com sede à (endereço, CEP, cidade), doravante denominada (nome), neste ato representada por (função), (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), portador da Carteira de Identidade RG nº (nº do documento) expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, do Ministério da Fazenda sob o nº. (nº CPF), residente à (endereço, CEP, cidade), por este instrumento particular de mandato, confere amplos poderes à **Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, sob o nº. 15.461.510/0001-33, com sede à Campus Universitário S/N - CEP 79.070-900 - Cidade Universitária - Campo Grande - MS, doravante denominada **UFMS**, neste ato representada pela sua Reitora, **CÉLIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**, brasileira, casada portador da Carteira de Identidade RG nº 7.819.621-8 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, do Ministério da Fazenda sob o nº. 018.751.938-20, residente em Campo Grande-MS, nomeado conforme ato do Presidente da República Federativa do Brasil do dia 07 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União – DOU do dia 10 de novembro de 2008

para, representar a(o) Outorgante no País e em outros países, perante a União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e seus órgãos de administração direta ou indireta, e perante o Poder Judiciário, para o fim de obter a proteção de direitos relativos à Propriedade Industrial e agir na defesa ativa e passiva dos interesses da(o) Outorgante podendo, para tais efeitos, requerer e obter o depósito de Patente intitulado " **(título da invenção)**" no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, de acordo com a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996, art. 2º), bem como pagar retribuições devidas; apresentar protestos, oposições, petições, recursos, réplicas e defesas, escritas ou orais; anotações de transferências de titularidade, de alterações de nome e/ou sede, a averbações de contratos de exploração de quaisquer dos direitos de Propriedade Industrial da(o) Outorgante, incluindo franquias e contratos de prestação de assistência técnica ou de transferência de tecnologia e quaisquer outras averbações relativas aos direitos de Propriedade Industrial da(o) Outorgante; desistir; receber e dar quitação, substabelecer e revogar, no todo ou em parte.

Campo Grande, dia de mês de ano.

Atenciosamente,

Assinatura

APÊNDICE X
I - PEDIDO DE SOFTWARE

À
 Agência de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia - APITT
 Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPP
 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Senhor(a) (s),

Eu, (nome completo), (RG), (CPF), (professor / aluno de), (matrícula), (do Centro de), (do departamento de / curso de), encaminho a esta Unidade Técnica os documentos abaixo relacionados, a fim de dar início à avaliação de pertinência do pedido de registro do programa de computador denominado “(título do programa)”

Relação de documentos anexos:

	Material	Nº de páginas
()	Relatório de registro de programa de computador	
()	Publicações relacionadas ao presente programa de computador	
()	Cópia do contrato de direitos de propriedade intelectual firmado entre a UFMS, entidade(s) e empresa(s) participante(s), quando for o caso.	
()	Código fonte: trechos do programa e outros dados suficientes para identificá-los e caracterizar a sua originalidade em arquivo PDF.	
()	Cópia da identidade funcional (UFMS) ou do holerite ou declaração emitida pelo DIRM/GRH	

()	Outros documentos julgados pertinentes:	
		
		
		

Campo Grande, 00 de ***** de 0000.

Atenciosamente,

Assinatura

APÊNDICE XI
II - RELATÓRIO DE REGISTRO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR

DADOS DO(S) TITULAR(ES)

(Preencha somente se o programa de computador estiver em co-titularidade com empresa(s), órgão(s) público(s) ou pessoa(s) física(s) sem vínculo com a UFMS)

Nome da Instituição	CGC ou CPF
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	15.461.510/0001-33

DADOS DO(S) AUTOR(ES) – nº de autores: ()

Nome completo:			
Centro:		Departamento:	
Fone comercial:	Fax:	E-mail:	
Identidade Nº:	Órgão expedidor:	Data de emissão:	
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:	
Nacionalidade:		Naturalidade:	
Endereço Residencial Completo:			
Bairro:		CEP:	
Telefone residencial:		Celular:	
Profissão:		Formação:	
Vínculo com a UFMS (período de criação)	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação	☐ Aluno especialização ☐ Aluno mestrado ☐ Aluno doutorado ☐ Outro:	

Participante externo UFMS (período de criação)	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno pós-graduação ☐ Outro:	Informe instituição:
% de contribuição no presente programa:		
Tem outro programa de computador registrado junto ao INPI: ☐ Sim ☐ Não		

Reaplicar este quadro de cadastro no caso de haver mais de um autor.

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE COMPUTADOR

1 – Título do programa de computador:

2 – Data da criação do programa (início da utilização):

3 – Regime de guarda: ☐ com sigilo, ☐ sem sigilo

4 – Linguagens de programação nas quais foi desenvolvido (máximo 3):

5 – Classificação do campo de aplicações, definindo áreas de aplicação (consulte http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/programa/pasta_classificacao):

Até 5 classificações:

6 – Classificação do tipo de programa (consulte http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/programa/pasta_classificacao/tipo_programa_html):

Até 5 classificações:

7 – O referido programa é modificação tecnológica ou derivação? Caso afirmativo, informe título do programa original (se houver) e número de registro.

8 – Este registro é composto por obra(s) de outra(s) natureza(s) de ordem intelectual? Caso afirmativo, assinale abaixo:

- ☐ Literária ☐ Musical ☐ Artes Plásticas
☐ Áudio-visual
☐ Arquitetura ☐ Engenharia

9 – Descrição funcional do programa de computador:

10 – Que problemas o programa de computador resolve ou vantagens que apresenta?

11 – Qual o uso presente e futuro do programa de computador?

12 – Conhece outro(s) programa(s) de computador com característica similar? Caso afirmativo, informe o nome.

13 – O presente programa já foi revelado fora da universidade (eventos, publicações científicas, comunicações informais, indústria, patentes, outros)?

14 – Têm conhecimento de interesse comercial no referido programa (informe nome, contato e telefone, se possível)?

15 – A pesquisa que gerou o programa de computador teve investimento de agências de fomento ou outro financiador? Este tem conhecimento do programa de computador?

16 - Comente a potencialidade de comercialização do presente programa de computador. (Especifique áreas de aplicação que possam utilizar o programa de computador desenvolvido)

Declaro(amos) que todas as informações acima descritas são verdadeiras.

Concordamos que em caso de ser efetivado o registro de programa de computador nos comprometemos a não divulgar os resultados obtidos, sem a prévia anuência da APITT/PROPP.

Ciência do(s) Autor(es):

1) Nome:

Assinatura

2) Nome

Assinatura

Ciência do Chefe de Departamento/Coordenador de Pós-Graduação e do Diretor da Unidade:

Carimbo e Assinatura

Chefe de Departamento ou
Coordenador de Pós-Graduação

Data

Carimbo e Assinatura

Diretor da Unidade

Data

APÊNDICE XII

III - TERMO DE CESSÃO DE SOFTWARE

Pelo presente instrumento de cessão e na melhor forma de direito, (nome do autor), CPF:000.000.000-00, residente e domiciliado na Rua xxxxxx, Campo Grande, Mato Grosso do Sul; (nome do autor), CPF: 000.000.000-00, residente e domiciliado na Rua xxxxxx, Campo Grande, Mato Grosso do Sul; e (nome do autor), CPF: , residente na Rua xxxxxx, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, **CEDEM E TRANSFEREM** o código fonte, sua propriedade intelectual e os direitos de comercialização do referido software, incluindo suas futuras modificações, aprimoramentos e variações, para a **Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS**, CNPJ: 15.461.510/0001-33, com sede na Cidade Universitária, s/n – Caixa Postal 549, CEP: 79.070-900, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, conforme Resolução nº 31 de 2 de dezembro de 2004 do Conselho Diretor da UFMS e previsto na lei 10.973/2004, para que esta Universidade possa comercialmente usufruir do referido software como melhor lhe convier, como venda, locação, cessão de uso temporário ou definitiva, transferência e cessão de titular, dentre outros atos referentes à propriedade intelectual do software.

E por ser a expressão da verdade, este documento em 3 (três) vias, é assinado perante duas testemunhas que também o assinam.

Campo Grande, 00 de ***** de 0000.

(nome do autor) (Reconhecer firma)

Cedente

(nome do autor) (Reconhecer firma)

Cedente

Cessionária

Testemunhas (Reconhecer firma)

(nome testemunha e CPF)

(nome testemunha e CPF)

APÊNDICE XIII

IV - TERMO DE PARTICIPAÇÃO DOS AUTORES

(nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da carteira de identidade n.º 000, expedida pelo xxx, e do CPF n.º 000.000.000.-00, residente e domiciliado na xxx, n.º 000, (complemento), Bairro xxx, Campo Grande-MS, doravante denominado Autor;

(nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da carteira de identidade n.º 000, expedida pelo xxx, e do CPF n.º 000.000.000.-00, residente e domiciliado na xxx, n.º 000, (complemento), Bairro xxx, Campo Grande-MS, doravante denominado Autor;

(nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da carteira de identidade n.º 000, expedida pelo xxx, e do CPF n.º 000.000.000.-00, residente e domiciliado na xxx, n.º 000, (complemento), Bairro xxx, Campo Grande-MS, doravante denominado Autor;

Vêm, na melhor forma de direito, nos termos do artigo 13 da Lei nº 10.973/2004, definir a participação pecuniária dos autores nos resultados financeiros obtidos com a exploração dos direitos decorrentes do programa de computador denominado “(nome do programa)” conforme abaixo:

Autor	Participação (%)
1º) Nome do Autor	
2º) Nome do Autor	
3º) Nome do Autor	

E por estarem de acordo com o presente Termo assinam na presença das testemunhas abaixo descritas.

Campo Grande - MS, 00 de ***** de 0000.

Autores:

Nome do Autor

Nome do Autor

Nome do Autor

Testemunha 1:

Testemunha 2:

1-

2-

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

APÊNDICE XIV

V - Procuração

(Para instituições vinculadas a tecnologia, exceto a UFMS)

Procuração

A (nome da empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, sob o nº. (nº CNPJ), com sede à (endereço, CEP, cidade), doravante denominada (nome), neste ato representada por (função), (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), portador da Carteira de Identidade RG nº (nº do documento) expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, do Ministério da Fazenda sob o nº. (nº CPF), residente à (endereço, CEP, cidade), por este instrumento particular de mandato, confere amplos poderes à **Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, sob o nº. 15.461.510/0001-33, com sede à Campus Universitário S/N - CEP 79.070-900 - Cidade Universitária - Campo Grande - MS, doravante denominada **UFMS**, neste ato representada pela sua Reitora, **CÉLIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA**, brasileira, casada portador da Carteira de Identidade RG nº 7.819.621-8 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoa Física, do Ministério da Fazenda sob o nº. 018.751.938-20, residente em Campo Grande-MS, nomeado conforme ato do Presidente da República Federativa do Brasil do dia 07 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União – DOU do dia 10 de novembro de 2008

para, representar a(o) Outorgante no País e em outros países, perante a União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e seus órgãos de administração direta ou indireta, e perante o Poder Judiciário, para o fim de obter a proteção de direitos relativos à Propriedade Intelectual e agir na defesa ativa e passiva dos interesses da(o) Outorgante podendo, para tais efeitos, requerer e obter o registro do Programa de Computador intitulado " **(título do programa)**" no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, de acordo com a Lei nº 9.609/1998, DECRETO nº 2.556/1998 art. 1º, bem como pagar retribuições devidas; apresentar protestos, oposições, petições, recursos, réplicas e defesas, escritas ou orais; anotações de transferências de titularidade, de alterações de nome e/ou sede, a averbações de contratos de exploração de quaisquer dos direitos de Propriedade Intelectual da(o) Outorgante, incluindo franquias e contratos de prestação de assistência técnica ou de transferência de tecnologia e quaisquer outras averbações relativas aos direitos de Propriedade Intelectual da(o) Outorgante; desistir; receber e dar quitação, substabelecer e revogar, no todo ou em parte.

Campo Grande, dia de mês de ano.

Atenciosamente,

Assinatura

ANEXO I

Questionário UnB - PESQUISA EM LABORATÓRIOS

As informações aqui prestadas serão apenas para uso do CDT/UnB.

Data:

Instituto/Departamento:

Laboratório:

End.:

Tel:

Fax:

E-

mail:

Coordenador / Líder de Grupo:

01 – Você conhece o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT?

() Sim

() Não

02 – Você sabe que o CDT é o órgão responsável pela proteção das tecnologias desenvolvidas nos laboratórios da UnB realizadas pela comunidade acadêmica?

() Sim

() Não

03 – Em seu laboratório existe tecnologia passível de proteção da propriedade intelectual?

() Sim

() Não

Modalidade:

() Patente

() Software

() Desenho industrial

() Cultivar

()

Direito Autoral

Qual? (Descrição sucinta)

04 – Existe a prática de busca nas bases de patentes (nacional e internacionais)?

() Sim

() Não

05 – Você sabe que o CDT apóia a comunidade acadêmica nas negociações com empresas para transferência de tecnologias geradas na UnB?

() Sim

() Não

06 – Quais são as linhas de pesquisa realizadas em seu laboratório e em que fase está?

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	FASE		
	I	M	F
1-			
2-			
3-			
4-			
5-			

* Caso necessite mais espaço, favor utilizar o verso da folha.

07 – Alguma dessas linhas de pesquisa envolve parceria com empresa privada ou pública? Quais?

() Sim

() Não

(Atenção entrevistador: identificar o segmento econômico de cada empresa)

08 – Qual a expectativa quanto ao resultado dessas pesquisas?

() Publicar

() Proteger e transferir a tecnologia

() Criar uma empresa para produzir e comercializar essa tecnologia

() Fazer parceria com empresas interessadas (projetos cooperativos)

() Outros _____

09 – Quanto à proteção e transferência:

- Os resultados estão sendo publicados? () Sim

() Não

- Sabia que um dos requisitos para proteção por patente é o da novidade (ineditismo)?

() Sim

() Não

- Tem conhecimento de empresas que possam se interessar pelas tecnologias?

() Sim

() Não

Quais? _____

Segmento econômico: _____

10 – Sabia que existem vários editais que financiam projetos cooperativos?

() Sim

() Não

11 – Tem interesse em participar de editais de fomento para captação de recursos?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo:

() Para pesquisa e desenvolvimento no laboratório

() Para projetos cooperativos

12 – Se o interesse é criação de uma empresa, existe em seu laboratório espaço físico para incubar a empresa?

() Sim

() Não

13 – Você estimularia seus alunos a criar uma empresa para produzir e comercializar tecnologias desenvolvidas no laboratório?

() Sim

() Não

14 – Existe o interesse em prestar serviço remunerado?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, assinale a(s) área(s):

() Assessoria/Consultoria

() Fornecer orientação tecnológica

() Realizar análises laboratoriais _____

() Atuar em pesquisa e desenvolvimento

() Ministrar cursos e eventos

() Emitir pareceres e laudos

() Trabalhar em projetos para pequenos empreendedores

() Outros: _____

15 – Existem no laboratório serviços que podem ser certificados por órgãos competentes?

() Sim

() Não

Em caso afirmativo, favor especificar o órgão:

() ANVISA () INMETRO () Min. Agricultura () ISO () Outros _____

ENTREVISTADOR: _____

ANEXO II

ANEXO da Resolução INPI nº 231, de 30 de novembro de 2009

TABELA DE RETRIBUIÇÕES PELOS SERVIÇOS DO INPI (valores em Reais)

SERVIÇOS DA DIRETORIA DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA E OUTROS REGISTROS - DIRTEC (REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR)			
Código	Descrição do Serviço	Retribuição 1	Retribuição 2 (*)
700	Pedido de Registro de Programas de Computador utilizando até 05 (cinco) invólucros	500,00	200,00
701	Pedido de Registro de Programas de Computador utilizando 06 (seis) até 15 (quinze) invólucros	1.000,00	400,00
702	Pedido de Registro de Programas de Computador utilizando 16 (dezesesseis) até 50 (cinquenta) invólucros Invólucro excedente a 50 (cinquenta), deve-se somar um adicional de R\$ 80,00 ou R\$ 30,00 (*) por invólucro.	2.500,00	1.000,00
703	Alteração de Nome, Razão Social, Sede e/ou Endereço Retribuição normal de R\$ 50,00 ou R\$ 20,00 (*) para até 10 (dez) processos. Acima deste total, deve-se somar um valor adicional de R\$ 5,00 ou R\$ 2,00 (*) por processo.	50,00	20,00
704	Anotação de Transferência de Titular	200,00	80,00
705	Certidão (isento conforme Resolução INPI nº 111, de 12/05/04)	Isento	Isento
707	Cumprimento de Exigência	100,00	40,00
708	Reiteração de Exigência, a cada Reiteração	100,00	40,00
709	Desistência ou Renúncia	Isento	Isento
710	Promulgação do Sigilo até 05 (cinco) invólucros	300,00	120,00
711	Promulgação do Sigilo utilizando 06 (seis) até 15 (quinze) invólucros	500,00	200,00
712	Promulgação do Sigilo utilizando 16 (dezesesseis) até 50 (cinquenta) invólucros Invólucro excedente a 50 (cinquenta) deve-se somar um adicional de R\$ 80,00 ou R\$ 30,00 (*) por invólucro.	1.000,00	400,00
713	Renúncia ao Sigilo	Isento	Isento
714	Recurso	320,00	130,00
718	Busca na base de dados do Registro, por objeto (titular, autor, título, data de depósito etc)	50,00	-
719	Solicitação de Levantamento do Sigilo	80,00	30,00
720	Outras Petições	100,00	40,00
721	Pedido de Retificação por erro de publicação na RPI	Isento	Isento
722	Depósito de Pedido de Registro de Programas de Computador com documentação técnica no formato eletrônico, em CD / DVD	300,00	120,00
723	Promulgação do Sigilo por CD / DVD	100,00	40,00
724	Promulgação do Sigilo com digitalização para até 200 (duzentos) envelopes	200,00	80,00
725	Promulgação do Sigilo com digitalização para mais de 200 (duzentos) envelopes	400,00	160,00
726	Expedição de segunda via de Certificado de Registro de Programas de Computador	120,00	-
727	Cópia da documentação técnica em meio eletrônico Serviço disponível somente para o titular dos direitos patrimoniais e cuja documentação técnica foi apresentada em formato eletrônico.	8,00	-
824-6	Cópia reprográfica simples Retribuição normal de R\$ 6,00 para até 4 (quatro) páginas. Acima deste total, deve-se somar um valor adicional de R\$ 0,20 por página. Após a avaliação final da retribuição, deve-se utilizar o serviço 800, "Complementação de Retribuição" para o pagamento total do serviço.	6,00	-
825-6	Cópia reprográfica autenticada Retribuição normal de R\$ 12,00 para até 4 (quatro) páginas. Acima deste total, deve-se somar um valor adicional de R\$ 0,40 por página. Após a avaliação final da retribuição, deve-se utilizar o serviço 800, "Complementação de Retribuição" para o pagamento total do serviço.	12,00	-
-	Impressos, Publicações e Cópias Reprográficas	Preço em Tabela própria	-

(*) Retribuição 2: redução proveniente da aplicação do artigo 2º desta Resolução.

ANEXO III

Fundação BIBLIOTECA NACIONAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Escritório de Direitos Autorais

Tabela de Preços

Tipo de Requerimento		Valores (R\$)		
		Requerente Pessoa Física	Requerente Pessoa Jurídica	Com Procuração e/ou Cessão de Direitos
Registro ou Averbação		20,00	40,00	40,00
Registro de Desenho/Personagem	Preto e branco	30,00	50,00	50,00
	Colorido (Apresentar no formato A4)	60,00	80,00	80,00
Requerimentos de Serviço				
Cópia xerox de obra (por página)	Comum	0,30	0,30	0,30
	Autenticada	0,50	0,50	0,50
Atualização de informação cadastral e informações		gratuito		
Via avulsa (Certificado ou Carta de Indeferimento e Dependência)		20,00	40,00	40,00
Busca de Anterioridade		20,00	40,00	40,00
Certidão de Inteiro Teor		20,00	40,00	40,00
Recurso de Indeferimento		20,00	40,00	40,00
Retificação de Dados (no caso de erro de preenchimento do formulário de requerimento de registro ou averbação por parte do autor)		20,00	40,00	40,00

Guia de Recolhimento da União
Impressão de GRU em www.bn.br/eda ou no endereço
www.stn.fazenda.gov.br (SIAFI – Guia de Recolhimento da União)

Preenchimento dos campos obrigatórios:

- CPF ou CNPJ, Nome do Requerente
- Unidade Favorecida: Fundação Biblioteca Nacional, Código: 344042, Gestão: 34209
- Recolhimento, Código: 28830-6 (Serviço Administrativo)
- Valor (de acordo com a tabela)

Atenção: Na impossibilidade de imprimir a GRU pela Internet, dirigir-se ao Banco do Brasil, e informar ao caixa os seguintes dados:

Transação: 210, Opção: 7, Cliente: Conta Única do Tesouro Nacional
Identificador 1: 3.440.423.420.928.830 6
Identificador 2: CPF ou CNPJ do Requerente
Valor (de acordo com a tabela)

Encaminhar comprovante original de recolhimento

Escritório de Direitos Autorais – FBN
Rua da Imprensa, 16 – 12º andar –
Castelo – Rio de Janeiro/RJ – 20030-120

Atendimento ao público:
De 2ª a 6ª feira, de 10 às 16h.
Tels (21) 2220-0039, 2262-0017, e-mail: eda@bn.br

ANEXO IV

TABELA DE RETRIBUIÇÕES PELOS SERVIÇOS DO INPI (valores em Reais)

SERVIÇOS DA DIRETORIA DE PATENTES – DIRPA (INVENÇÃO, CERTIFICADO DE ADIÇÃO E MODELO DE UTILIDADE)			
Código	Descrição do Serviço	Retribuição 1	Retribuição 2 (*)
200	Depósito de Pedido Nacional de Invenção (PI), Certificado de Adição de Invenção (C) ou Modelo de Utilidade (MU), e entrada na Fase Nacional de PCT	200,00	80,00
201	Transmissão de Depósito de Pedido Internacional nos termos do PCT	200,00	80,00
202	Publicação antecipada	200,00	80,00
203	Pedido de Exame de Invenção (PI) Retribuição normal de R\$ 500,00 ou R\$ 200,00 (*) para até 10 (dez) reivindicações. Acima deste total, deve-se somar um valor adicional de R\$ 50,00 ou R\$ 20,00 (*) por reivindicação da 11ª a 20ª; de R\$ 75,00 ou R\$ 30,00 (*) por reivindicação da 21ª a 30ª; e de R\$ 100,00 ou R\$ 40,00 (*) por reivindicação da 31ª em diante.	500,00	200,00
204	Pedido de Exame de Modelo de Utilidade (MU)	320,00	128,00
205	Pedido de Exame de Certificado de Adição de Invenção (C)	160,00	65,00
206	Cumprimento de Exigência decorrente de Exame Formal	Isento	Isento
207	Cumprimento de Exigência	100,00	40,00
208	Restauração de Pedido, Patente ou Certificado de Adição de Invenção (C)	500,00	200,00
209	Desarquivamento de pedido	500,00	200,00
210	Apresentação de subsídios ao Exame Técnico	300,00	120,00
212	Expedição de Carta-Patente ou Certificado de Adição de Invenção (C) no prazo ordinário	200,00	80,00
213	Expedição de Carta-Patente ou Certificado de Adição de Invenção (C) no prazo extraordinário	400,00	160,00
214	Recurso de Patente de Invenção (PI), Modelo de Utilidade (MU) ou Certificado de Adição de Invenção (C)	540,00	215,00
215	Nulidade ou Caducidade de Invenção (PI), Modelo de Utilidade (MU) ou Certificado de Adição de Invenção (C)	540,00	215,00
216	Manifestação ou Contestação de Invenção (PI), Modelo de Utilidade (MU), Certificado de Adição de Invenção (C)	220,00	90,00
217	Análise da subsistência do Certificado de Adição de Invenção (C)	300,00	120,00
218	Oferta de licença da patente para fins de exploração ou renovação de oferta	130,00	50,00
219	Certidão relativa ao andamento do pedido de patente no INPI e sua correspondência com a patente concedida no exterior, para fins de cumprimento parcial dos requisitos previstos no art. 70.9 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Industrial relacionados ao comércio	800,00	320,00
220	Anuidade de Pedido de Patente de Invenção (PI) no prazo ordinário	250,00	100,00
221	Anuidade de Pedido de Patente de Invenção (PI) no prazo extraordinário	500,00	200,00
222	Anuidade de Patente de Invenção (PI) do 3º ao 6º ano no prazo ordinário	660,00	265,00
223	Anuidade de Patente de Invenção (PI) do 3º ao 6º ano no prazo extraordinário	1.320,00	530,00
224	Anuidade de Patente de Invenção (PI) do 7º ao 10º ano no prazo ordinário	1.030,00	410,00
225	Anuidade de Patente de Invenção (PI) do 7º ao 10º ano no prazo extraordinário	2.060,00	825,00
226	Anuidade de Patente de Invenção (PI) do 11º ao 15º ano no prazo ordinário	1.390,00	555,00
227	Anuidade de Patente de Invenção (PI) do 11º ao 15º ano no prazo extraordinário	2.780,00	1.110,00

228	Anuidade de Patente de Invenção (PI) do 16º ano em diante no prazo ordinário	1.690,00	675,00
229	Anuidade de Patente de Invenção (PI) do 16º ano em diante no prazo extraordinário	3.380,00	1.350,00
230	Anuidade de Pedido de Certificado de Adição de Invenção (C) no prazo ordinário	90,00	35,00
231	Anuidade de Pedido de Certificado de Adição de Invenção (C) no prazo extraordinário	180,00	70,00
232	Anuidade de Certificado de Adição de Invenção (C) do 3º ao 6º ano no prazo ordinário	200,00	80,00
233	Anuidade de Certificado de Adição de Invenção (C) do 3º ao 6º ano no prazo extraordinário	400,00	160,00
234	Anuidade de Certificado de Adição de Invenção (C) do 7º ao 10º ano no prazo ordinário	310,00	125,00
235	Anuidade de Certificado de Adição de Invenção (C) do 7º ao 10º ano no prazo extraordinário	620,00	250,00
236	Anuidade de Certificado de Adição de Invenção (C) do 11º ao 15º ano no prazo ordinário	400,00	160,00
237	Anuidade de Certificado de Adição de Invenção (C) do 11º ao 15º ano no prazo extraordinário	800,00	320,00
238	Anuidade de Certificado de Adição de Invenção (C) do 16º ano em diante no prazo ordinário	510,00	205,00
239	Anuidade de Certificado de Adição de Invenção (C) do 16º ano em diante no prazo extraordinário	1.020,00	410,00
240	Anuidade de Pedido de Modelo de Utilidade (MU) no prazo ordinário	170,00	70,00
241	Anuidade de Pedido de Modelo de Utilidade (MU) no prazo extraordinário	340,00	135,00
242	Anuidade de Patente de Modelo de Utilidade (MU) do 3º ao 6º ano no prazo ordinário	340,00	135,00
243	Anuidade de Patente de Modelo de Utilidade (MU) do 3º ao 6º ano no prazo extraordinário	680,00	270,00
244	Anuidade de Patente de Modelo de Utilidade (MU) do 7º ao 10º ano no prazo ordinário	680,00	270,00
245	Anuidade de Patente de Modelo de Utilidade (MU) do 7º ao 10º ano no prazo extraordinário	1.360,00	545,00
246	Anuidade de Patente de Modelo de Utilidade (MU) do 11º em diante no prazo ordinário	1.020,00	410,00
247	Anuidade de Patente de Modelo de Utilidade (MU) do 11º em diante no prazo extraordinário	2.040,00	815,00
248	Alteração de Nome, Razão Social, Sede e/ou Endereço Retribuição normal de R\$ 50,00 ou R\$ 20,00 (*) para até 10 (dez) processos. Acima deste total, deve-se somar um valor adicional de R\$ 5,00 ou R\$ 2,00 (*) por processo.	50,00	20,00
249	Anotação de Transferência de Titular	100,00	40,00
250	Certidão de Atos Relativos aos Processos	70,00	-
251	Certidão de Busca por titular	70,00	-
252	Expedição de segunda via de Carta-Patente ou de Certificado de Adição de Invenção	120,00	-
253	Cópia oficial para efeito de reivindicação de prioridade unionista	150,00	-
256	Pedido de Devolução de Prazo por impedimento do interessado	100,00	-
257	Pedido de Devolução de Prazo por falha do INPI	Isento	Isento
258	Desistência ou Renúncia	Isento	Isento
259	Comprovação de Recolhimento de Retribuição (inclusive quando em cumprimento de exigência)	Isento	Isento
260	Outras Petições	100,00	40,00
261	Pedido de Retificação por erro de Publicação na RPI	Isento	Isento
263	Exame Prioritário	Isento	Isento
264	Cumprimento do art. 3º da Resolução INPI nº 134	Isento	Isento
265	Cópia de Parecer de Exame Técnico Gratuito aos depositantes ou seus procuradores	Isento	Isento
266	Busca Internacional nos termos do PCT (Regra 16 - PCT)	1.900,00	760,00

267	Adicional de Busca Internacional nos termos do PCT (Regra 40.2 - PCT)	1.530,00	610,00
268	Exame Internacional nos termos do PCT (Regra 58 - PCT)	710,00	285,00
269	Adicional de Exame Internacional nos termos do PCT (Regra 68.3 - PCT)	410,00	165,00
270	Cópia por página de documento relativo a Fase Internacional do PCT (Regras 44.3.b, 71.2 e 94.2 - PCT)	2,00	0,80
271	Restabelecimento de Direitos para entrada na Fase Nacional do PCT (Regra 49.6 - PCT)	100,00	-
272	Manifestação sobre Parecer Técnico Proferido em Grau de Recurso	Isento	Isento
275	Apresentação de listagem de sequências biológicas antes do requerimento do exame	Isento	Isento
824-4	Cópia reprográfica simples Retribuição normal de R\$ 6,00 para até 4 (quatro) páginas. Acima deste total, deve-se somar um valor adicional de R\$ 0,20 por página. Após a avaliação final da retribuição, deve-se utilizar o serviço 800, "Complementação de Retribuição" para o pagamento total do serviço.	6,00	-
825-4	Cópia reprográfica autenticada Retribuição normal de R\$ 12,00 para até 4 (quatro) páginas. Acima deste total, deve-se somar um valor adicional de R\$ 0,40 por página. Após a avaliação final da retribuição, deve-se utilizar o serviço 800, "Complementação de Retribuição" para o pagamento total do serviço.	12,00	-

SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Código	Descrição do Serviço	Retribuição 1	Retribuição 2 (*)
800	Complemento de Retribuição Utilize este serviço para complementar qualquer retribuição feita à menor ou que precise ser atualizada, acrescida de outras taxas, quando for o caso. Por exemplo, quando a complementação for proveniente de uma exigência deve-se recolher o valor do cumprimento de exigência cabível, utilizando-se uma guia para cada um dos serviços. É necessário informar o número da Guia de Recolhimento inicial ou preliminar ("Nosso Número").	Variável	-
801	Restituição de Retribuição Utilize este serviço para solicitar a restituição para qualquer retribuição indevida ou feita à maior. É necessário informar o número da Guia de Recolhimento inicial ou preliminar ("Nosso Número").	25,00	-
802	Remessa de taxas oficiais para um depósito de pedido de patente internacional nos termos do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT)	Variável	-
821	Outras Petições	60,00	-
-	Impressos, Publicações e Cópias Reprográficas	Preço em Tabela própria	-

(*) Retribuição 2: redução de 60% no valor de retribuição a ser obtida por: pessoas naturais; microempreendedor individual; microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas assim definidas em Lei; instituições de ensino e pesquisa; entidades sem fins lucrativos, bem como por órgãos públicos, quando se referirem a atos próprios, conforme estipulado nesta Resolução.

IMPRESSOS, PUBLICAÇÕES E CÓPIAS REPROGRÁFICAS		
Código	Descrição do Serviço	Retribuição
803	Revista da Propriedade Industrial (Papel) - exemplar avulso	35,00
804	Revista da Propriedade Industrial (CD-ROM) - exemplar avulso	18,00
809	Fomulários em blocos com 100 (cem) folhas - Marcas e Patentes	17,00
810	Fomulários em blocos com 100 (cem) folhas - Transferência de Tecnologia	17,00
812	Lei da Propriedade Industrial (9.279 / 96)	7,00

ANEXO V

QUALIFICAÇÃO DE TERCEIROS TAMBÉM TITULARES DO PEDIDO DE PATENTE.

AGENTE DE FOMENTO	☐	FUNDAÇÕES	☐
EMPRESAS	☐	OUTROS	☐
RAZÃO SOCIAL			
REPRES. LEGAL			
C.N.P.J.		INSC. ESTADUAL	
CONTATO			
TEL.		FAX	
E-MAIL			
ENDEREÇO			
CIDADE		U.F.	CEP:

✓ **OBS.: Caso os campos não sejam suficientes, favor continuar em outra folha em branco.**

ANEXO VI

QUALIFICAÇÃO DO(S) INVENTOR(ES)

NOME:		
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL:	
PROFISSÃO:		
R.G.:	C.P.F.:	
END. RESIDENCIAL:		
CIDADE:	CEP:	U.F.:
TELEFONE RES.: ()	CELULAR: ()	
E-MAIL:		
UNIDADE / EMPRESA:		
DEPTO:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	CEP:	U.F.:
TEL. COM.: ()	CELULAR: ()	FAX: ()
E-MAIL:		

ANEXO VII

FORMULÁRIO DE CONSULTA

ENGENHARIA

DATA: __/__/__

A) DADOS RELATIVOS AOS INVENTORES

INVENTORES DA TECNOLOGIA NA ORDEM DE APARECIMENTO NA PATENTE (Incluir todos os inventores, inclusive os que não têm vínculo com a UFMG)

1º Inventor:

Nome Completo:		
CPF:	Identidade nº:	Órgão expedidor:
Profissão:	Estado Civil:	Nacionalidade:
Telefone:	Celular:	E-mail:
Endereço Residencial:		
Vínculo com a UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia	Participante Externo UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia	A invenção foi desenvolvida no decorrer e/ou como parte de
Unidade: _____		
Departamento: _____	Instituição: _____	() Tese de Doutorado
	() Professor	() Dissertação de Mestrado
() Professor	() Técnico-administrativo	() Trabalho de iniciação científica
() Aluno Doutorado	() Aluno Graduação	() Trabalho de Graduação
() Aluno Mestrado	() Aluno Pós-Graduação	() Acordo de Cooperação Tecnológico ou Científico
() Aluno Mestrado	() Outros: _____	() Contrato de Prestação de Serviços
Profissionalizante		() Outros: _____
() Aluno Especialização		
() Aluno Graduação		
() Técnico-administrativo		
() Outros: _____		

2º Inventor:

Nome Completo:		
CPF:	Identidade nº:	Órgão expedidor:
Profissão:	Estado Civil:	Nacionalidade:
Telefone:	Celular:	E-mail:
Endereço Residencial:		
Vínculo com a UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia	Participante Externo UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia	A invenção foi desenvolvida no decorrer e/ou como parte de

Unidade: _____	Instituição: _____	() Tese de Doutorado
Departamento: _____		() Dissertação de Mestrado
() Professor	() Professor	() Trabalho de iniciação científica
() Aluno Doutorado	() Técnico-administrativo	() Trabalho de Graduação
() Aluno Mestrado	() Aluno Graduação	() Acordo de Cooperação Tecnológico ou Científico
() Aluno Mestrado Profissionalizante	() Aluno Pós-Graduação	() Contrato de Prestação de Serviços
() Aluno Especialização	() Outros: _____	() Outros:
() Aluno Graduação		
() Técnico-administrativo		
() Outros: _____		

Replicar este quadro de cadastro no caso de existirem mais de dois inventores.

B) DADOS RELATIVOS Á INVENÇÃO

1 – Título da invenção:

2 – Palavras-chave relativas à invenção (português e inglês):

Este item é de grande importância na busca de anterioridade, ressaltando que a descrição de sinônimos auxilia muito na busca.

3 – Descrever os pontos inovadores da invenção

4 – Descrever as aplicações da nova tecnologia

5 – A tecnologia proposta é: () Inovação radical () Inovação incremental

6 – Houve alguma fonte de fomento para a pesquisa/invenção?

() CNPq

() CAPES

() FAPEMIG

() Outros: _____

7 – A invenção já foi divulgada (artigos, congressos, apresentações, dissertações, teses, etc.):

() NÃO () SIM

Em caso afirmativo:

1. Onde foi publicado:
2. Qual a data da publicação:
3. Anexar publicação

8 – Revisão da literatura (Estado da Técnica)

A revisão da literatura se refere a informações científicas e técnicas existentes antes da data efetiva de um determinado pedido de patente. A mesma pode ser encontrada em qualquer documento público, como patentes, publicações, trabalhos de conferência, livretos de marketing, produtos, equipamentos entre outros.

Caso seja um processo: Descrever as etapas e inserir fluxograma do processo.

Caso seja um produto: Anexar desenhos representativos para ilustrar o objeto da patente, com a descrição das partes do desenho (Esses desenhos não podem conter dimensões e nenhum tipo de anotação. Apenas a indicação de números para cada componente, para descrição no texto do relatório. O desenho também não pode ser em 3D e nem possuir preenchimento para dar efeito de 3D).

9 – Relatar os pontos deficientes, encontrados na literatura, enfatizando como a invenção proposta resolve estes pontos

10 – Descrever detalhadamente a nova tecnologia (materiais, métodos, resultados e discussão). Se necessário, anexar material relacionado.

A descrição da tecnologia deve proporcionar uma explicação suficiente da invenção de forma que comprove sua redução à prática. Todos os resultados obtidos devem ser acrescentados a fim de definir o escopo de proteção da invenção.

OBSERVAÇÕES:

Este formulário deve ser completamente preenchido e enviado eletronicamente para o e-mail: info@ctit.ufmg.br, junto com os anexos.

FORMULÁRIO DE CONSULTA**DESENHO INDUSTRIAL**

INVENTORES DA TECNOLOGIA NA ORDEM DE APARECIMENTO NA PATENTE (Incluir todos os inventores, inclusive os que não têm vínculo com a UFMG)

1º Inventor:

Nome Completo:		Identidade nº:		Órgão expedidor:	
CPF:		Estado Civil:		Nacionalidade:	
Profissão:					
Telefone:	Celular:		E-mail:		
Endereço Residencial:					
Vínculo com a UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia		Participante Externo UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia		A invenção foi desenvolvida no decorrer e/ou como parte de	

Unidade: _____	Instituição: _____	() Tese de Doutorado
Departamento: _____		() Dissertação de Mestrado
	() Professor	() Trabalho de iniciação científica
() Professor	() Técnico-administrativo	() Trabalho de Graduação
() Aluno Doutorado	() Aluno Graduação	() Acordo de Cooperação Tecnológico ou Científico
() Aluno Mestrado	() Aluno Pós-Graduação	() Contrato de Prestação de Serviços
() Aluno Mestrado Profissionalizante	() Outros: _____	() Outros: _____
() Aluno Especialização		
() Aluno Graduação		
() Técnico-administrativo		
() Outros: _____		

Replicar esse quadro de cadastro no caso de existirem mais de um inventor.

1 – Título do desenho industrial**2 – Tipo de desenho industrial:**

- ☐ **desenhos industriais tridimensionais** (objetos)
- ☐ **desenhos industriais bidimensionais** (desenho de linhas e cores aplicável a um produto)
- ☐ **conjunto ou similar** (configuração aplicada em mais de uma peça. Ex: aparelho de jantar, conjunto de estofado)

3 – Fotos e desenhos (Se preferir, enviar em anexo – Qualidade mínima de 300dpi).

OBS: Os desenhos ou fotografias deverão ilustrar somente o objeto em sua forma montada revelando apenas sua configuração externa, sem destacar detalhes e partes, separadamente.

As figuras (desenhos ou fotografias) são obrigatórias na medida em que delimitam a proteção conferida ao registro. Podem ser apresentadas em preto e branco ou coloridas. Quando se tratar de um objeto tridimensional é necessária a apresentação da vista em perspectiva e vistas frontal, lateral, superior e inferior, para perfeita visualização do objeto.

4 – Descrever detalhadamente as características plásticas (definidas através de sua configuração externa) **indicando-as nos desenhos e, no caso de existirem variantes configurativas, também descrevê-las.**

5 – Resumo para publicação no *site* (português / inglês):**6 – Campo de Aplicação:**

☐ aeronave ☐ _____ agroveterinária : _____ ☐ _____	☐ material para construção civil ☐ material para laboratório e pesquisa ☐ mobiliário
--	---

aparelho: _____ _____ ☐ brinquedos ☐ embarcação ☐ equipamento cirúrgico ☐ equipamento eletrônico ☐ equipamento industrial veículo ☐ equipamento mecânico ☐ equipamento de segurança ☐ madeira ☐ material escolar	☐ ornamento ☐ órteses e próteses ☐ papel ☐ plástico ☐ topografias de circuitos integrados ☐ vidraria ☐ utensílio doméstico ☐ _____) Outros : _____
--	--

7 – Informar se houve alguma fonte de fomento para a pesquisa/invenção e citar qual (**CNPq, FAPEMIG, etc**).

8 – A invenção já foi divulgada (artigos, congressos, apresentações, etc.): () **NÃO** () **SIM**
 Em caso afirmativo, responder para todas as publicações:

4. Onde foi publicado:
5. Qual a data da publicação:

OBSERVAÇÕES:

Este formulário deve ser completamente preenchido e enviado eletronicamente para o e-mail do Coordenador do Setor de Redação de Patentes da CTIT junto com os anexos.

FORMULÁRIO DE CONSULTA

BIOTECNOLOGIA / FARMÁCIA / QUÍMICA

DATA: __ / __ / __

A) DADOS RELATIVOS AOS INVENTORES**INVENTORES DA TECNOLOGIA NA ORDEM DE APARECIMENTO NA PATENTE** (Incluir todos os inventores, inclusive os que não têm vínculo com a UFMG)**1º Inventor:**

Nome Completo:		Identidade nº:		Órgão expedidor:
CPF:		Estado Civil:		Nacionalidade:
Profissão:		E-mail:		
Telefone:	Celular:			
Endereço Residencial:				
Vínculo com a UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia		Participante Externo UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia		A invenção foi desenvolvida no decorrer e/ou como parte de
Unidade: _____		Instituição: _____		() Tese de Doutorado
Departamento: _____				() Dissertação de Mestrado
				() Trabalho de iniciação científica
() Professor		() Professor		() Trabalho de Graduação
() Aluno Doutorado		() Técnico-administrativo		() Acordo de Cooperação Tecnológico ou Científico
() Aluno Mestrado		() Aluno Graduação		() Contrato de Prestação de Serviços
() Aluno Mestrado Profissionalizante		() Aluno Pós-Graduação		() Outros: _____
() Aluno Especialização		() Outros: _____		
() Aluno Graduação				
() Técnico-administrativo				
() Outros: _____				

2º Inventor:

Nome Completo:		Identidade nº:		Órgão expedidor:
CPF:		Estado Civil:		Nacionalidade:
Profissão:		E-mail:		
Telefone:	Celular:			
Endereço Residencial:				
Vínculo com a UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia		Participante Externo UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia		A invenção foi desenvolvida no decorrer e/ou como parte de

Unidade: _____	Instituição: _____	() Tese de Doutorado
Departamento: _____	() Professor	() Dissertação de Mestrado
() Professor	() Técnico-administrativo	() Trabalho de iniciação científica
() Aluno Doutorado	() Aluno Graduação	() Trabalho de Graduação
() Aluno Mestrado	() Aluno Pós-Graduação	() Acordo de Cooperação Tecnológico ou Científico
() Aluno Mestrado Profissionalizante	() Outros: _____	() Contrato de Prestação de Serviços
() Aluno Especialização		() Outros: _____
() Aluno Graduação		
() Técnico-administrativo		
() Outros: _____		

Replicar este quadro de cadastro no caso de existirem mais de dois inventores.

B) DADOS RELATIVOS Á INVENÇÃO

1 – Título da invenção:

2 – Palavras-chave relativas à invenção (português e inglês):

Este item é de grande importância na busca de anterioridade, ressaltando que a descrição de sinônimos auxilia muito na busca.

3 – Descrever os pontos inovadores da invenção

4 – Descrever as aplicações da nova tecnologia

5 – Para o desenvolvimento da tecnologia houve o acesso a:

☐ Plantas☐ Material Genético☐ Conhecimento Tradicional*☐ Microrganismos☐ Nenhum

**Acesso a conhecimento tradicional: obtenção de informação sobre conhecimento ou prática individual ou coletiva, associada ao patrimônio genético, de comunidade indígena ou de comunidade local, para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção, visando sua aplicação industrial ou de outra natureza.*

Em caso de acesso, houve autorização do CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético)?

☐ NÃO ☐ SIM

6 – Houve alguma fonte de fomento para a pesquisa/invenção?

☐ CNPq☐ CAPES☐ FAPEMIG☐ Outros: _____

7 – A invenção já foi divulgada (artigos, congressos, apresentações, dissertações, teses, etc.):

☐ NÃO ☐ SIM

Em caso afirmativo:

6. Onde foi publicado:
7. Qual a data da publicação:
8. Anexar publicação

8 – Revisão da literatura (Estado da Técnica)

A revisão da literatura se refere a informações científicas e técnicas existentes antes da data efetiva de um determinado pedido de patente. A mesma pode ser encontrada em qualquer documento público, como patentes, publicações, trabalhos de conferência, livretos de marketing, produtos, equipamentos entre outros.

9- Relatar os pontos deficientes, encontrados na literatura, enfatizando como a invenção proposta resolve estes pontos

10 – Descrever detalhadamente a nova tecnologia (materiais, métodos, resultados e discussão). Se necessário, anexar material relacionado.

A descrição da tecnologia deve proporcionar uma explicação suficiente da invenção de forma que comprove sua redução à prática. Todos os resultados obtidos devem ser acrescentados a fim de definir o escopo de proteção da invenção.

OBSERVAÇÕES:

Este formulário deve ser completamente preenchido e enviado eletronicamente para o e-mail: patentes@ctit.ufmg.br, junto com os anexos.

ANEXO VIII

TERMO DE PARTICIPAÇÃO DOS AUTORES

_____ (nome), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º _____, apto. _____, Bairro _____, Belo Horizonte/MG, doravante denominado Autor;

_____ (nome), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º _____, apto. _____, Bairro _____, Belo Horizonte/MG, doravante denominado Autor;

_____ (nome), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º _____, apto. _____, Bairro _____, Belo Horizonte/MG, doravante denominado Autor;

Vêm, na melhor forma de direito, nos termos do artigo 7.º, I, da Resolução do Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais n.º 08/1998, definir a participação pecuniária dos autores nos resultados financeiros obtidos com a exploração dos direitos decorrentes do requerimento de patente _____ **(deixar em branco / Retirar esse comentário antes de imprimir)**, conforme abaixo:

Autor	Participação (%)
-------	------------------

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DO INVENTOR

_____(nome), estado civil, nacionalidade, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º ____, apto. ____, Bairro _____, CEP _____, Belo Horizonte/MG, doravante denominado Inventor, é pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais, declara, para os devidos fins de direito, que:

tem conhecimento do requerimento de patente, cujo objeto é a tecnologia
“ _____”(deixar em branco / Retirar
esse comentário antes de imprimir) **feito em nome da UFMG e dá pleno consentimento ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial para conceder o privilégio.**

Tendo em vista o acima exposto, o Inventor nada mais poderá reclamar em juízo ou fora dele qualquer direito referente à concessão do privilégio da patente da UFMG.

Este termo é assinado em condição irrevogável e irretratável.

Belo Horizonte, de de

Nome do Inventor

Testemunha 1:	Testemunha 2:
---------------	---------------

1- _____ Nome: CPF:	2- _____ Nome: CPF:
---------------------------	---------------------------

Declaração de concordância de inclusão de inventor

Declaramos que estamos de acordo com a inclusão do(s) inventor(es):

_____ (nome), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º ____, apto. ____, Bairro _____, CEP _____, Belo Horizonte/MG;

_____ (nome), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º ____, apto. ____, Bairro _____, CEP _____, Belo Horizonte/MG;

_____ (nome), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º ____, apto. ____, Bairro _____, CEP _____, Belo Horizonte/MG;

na patente intitulada “ _____”,
número (de PI ou de protocolo) _____, uma vez que o(s) mesmo(s)
teve(tiveram) participação no desenvolvimento da tecnologia supracitada.

Belo Horizonte, de de

Nome de Autor que já consta no pedido de patente

Nome de Autor que já consta no pedido de patente

Nome de Autor que já consta no pedido de patente

ANEXO X

FASE 1 – DESCRIÇÃO DO INVENTO E AVALIAÇÃO DA ANTERIORIDADE

	Inventores	
	Nome(s)/Unidade(s)/e-mail(s):	
	Quais inventores têm vínculo empregatício na Unicamp?	
	Nome e e-mail da pessoa que submeteu a tecnologia à Inova:	
	Data:	
	Campos a ser preenchido exclusivamente pela INOVA	
	Código:	
	Número do Processo:	

O roteiro para submissão de uma invenção para a Agência de Inovação da Unicamp está disponível no site www.inova.unicamp.br

Todos os campos devem ser preenchidos.

Norma de nomeação do arquivo FASE 1: Inclua FASE1_sobrenome do inventor principal_data. Ex. **FASE1_SILVA_010908.doc**

Ao encaminhar este FORMULÁRIO à Agência de Inovação da Unicamp através do patentes@nova.unicamp.br, os inventores envolvidos com a presente invenção declaram que todas as indicações feitas neste documento sobre seus conhecimentos são verdadeiras, assim como todas as informações e opiniões.

1. INVENTO

1.1 Área da Invenção:		() Física	() Medicina
() Engenharia	() Biologia	() Outra: _____	
() Química	() Farmácia		
1.2 Linha de pesquisa:			

1.3 Vertente tecnologia: () Biotecnologia () Nanotecnologia () Nenhuma das anteriores

1.4 - Título Proposto para a Invenção:

1.5 - Descreva DETALHADAMENTE o invento: incluir materiais e métodos, exemplo(s) de concretização da tecnologia, inclua gráficos (em preto e branco), tabelas, fotos (preto e branco), necessários para a sua compreensão (em <u>português</u> e <u>inglês</u>). Se você tiver outros documentos e/ou desenhos relacionados à invenção favor anexar.

1.6 - De forma geral, qual é o PROBLEMA resolvido pelo invento (em <u>português</u> e <u>inglês</u>)?
--

1.7 – Qual a principal APLICAÇÃO da tecnologia ? Liste outros possíveis usos, mais amplos que o verificado na presente invenção?

2 - BUSCA DE ANTERIORIDADE

Como pré-requisito para a submissão de uma invenção para a INOVA-Unicamp, o pesquisador deve realizar a busca de anterioridade, envolvendo artigos científicos, teses, trabalhos de congresso e/ou qualquer outro tipo de publicação e patentes. Faça todas as combinações possíveis de palavras-chaves. Lembre-se de utilizar palavras-chaves que realmente represente o DIFERENCIAL de sua tecnologia. A busca de patentes deverá ser realizada ao menos nas bases **Derwent, Esp@cenet e USPTO**.<http://www.inova.unicamp.br/paginas/visualiza_conteudo.php?conteudo=14>

Sugerimos adicionalmente, que a busca seja realizada na Base de Patentes da INOVA, pois existe a possibilidade de uma idéia similar ao Pedido de Depósito de Patente pretendido aqui na Unicamp e que está em fase de sigilo, não podendo ser localizada em outras bases a não ser em <<http://www.inova.unicamp.br/bancodepatentes/>>

O objetivo principal da busca de anterioridade é o garantir que a tecnologia proposta cumpre os requisitos de PATENTEABILIDADE (novidade absoluta e atividade inventiva). Além disso, a busca proporciona o delineamento do Estado da Técnica (tecnologias existentes) e, portanto permite ao inventor apontar o DIFERENCIAL de sua tecnologia. Argumentos estes, que serão imprescindíveis para a redação de um pedido de patente forte.

Para maiores informações visite o *site* da INOVA: www.inova.unicamp.br

2.1 - Liste as palavras-chave que foram empregadas na busca de anterioridade (em português e inglês). Obs: Procure não utilizar palavras muito genéricas, mas sim àquelas que estejam envolvidas com as características essenciais da invenção.

2.2 - RESULTADO DAS BUSCAS - Quais tecnologias semelhantes ou correlacionadas à tecnologia a ser patenteada foram encontradas nas buscas de anterioridade, realizadas segundo as instruções da Inova Unicamp? Preencha os quadros abaixo.

BUSCA - BASE DE PATENTES

Relacionar as Bases de Patentes Derwent, Esp@cenet, USPTO, Epoline, JPO, CIPO, Free Patents Online, INPI, Inova-Unicamp, cite as patentes encontradas pelo número de depósito, cite a(s) diferença(s) da tecnologia investigada em relação às encontradas. Como sugestão cite-as por ordem decrescente de relevância. Inclua mais linhas à tabela se necessário.

[illegible]

--	--	--	--	--	--

BUSCA - ARTIGOS CIENTÍFICOS, TESES, TRABALHOS EM CONGRESSO, ETC.

Cite as publicações relacionadas a tecnologias semelhantes ou próximas à tecnologia a ser patenteada. Apresente a(s) diferença(s) existente(s) com o pretendido invento. Como sugestão cite-as por ordem de relevância. OBS: Envie uma cópia de cada documento publicado listado abaixo juntamente com o presente formulário para patentes@inova.unicamp.br

Referencia Bibliográfica	Diferença(s)	Vantagem(s) da invenção

2.3 - Diante da Busca de Anterioridade, descreva a técnica correlacionada mais próxima.

2.4 - Diante da Busca de Anterioridade e do seu conhecimento sobre a área, como o problema é resolvido ou parcialmente resolvido hoje, isto é, que tecnologias/soluções (2.2) resolvem este problema (1.6)? *Estas tecnologias/soluções existentes devem ser descritas detalhadamente e os problemas de cada uma delas devem ser apontados, pois estas informações serão usadas como argumento a favor da presente invenção. Inclua as referencias (artigo, patentes, outros). Somente para casos de tecnologias/soluções amplamente conhecidas (convencionais) não há necessidade de referencias..*

3 – DIFERENCIAL DA INVENÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DA TÉCNICA

3.1 - Qual o DIFERENCIAL da tecnologia proposta em relação às existentes?

Diante da descrição técnica detalhada do invento (I.2) aponte a essência da invenção. *Por exemplo: de todo o processo, qual é a etapa essencial, condição operacional (dentro um intervalo, qual é o ponto ótimo), equipamento ou qualquer outro dispositivo (parte ou um todo), reagente/solvente nunca antes utilizado para o mesmo fim, composição/formulação responsável por efeito inesperado, produto, etc.*

4 – PEDIDOS DE PATENTE ANTERIORES

4.1 - Existem patentes anteriores, depositadas pelos mesmos inventores, relacionadas à tecnologia investigada? () Sim () Não.

Em caso positivo, relacione-as:

Pedidos depositados		Pedidos em tramite na INOVA-Unicamp	
Número Documento (protocolo ou PI ou PCT)	Data de Depósito	Data de Entrada	Título

5. CONCEPÇÃO E DIVULGAÇÃO AO PÚBLICO

As informações abaixo deverão ser respondidas com atenção, uma vez que a divulgação prévia pode afetar a possibilidade de obter direitos de patente.

5.1 - Há um Caderno de Laboratório disponível? () Sim () Não

5.1.1 - Se positivo, ele é usado freqüentemente? () Sim () Não

5.2 - Liste as divulgações referentes à invenção que já foram ou que ainda serão realizadas colocando suas respectivas datas. Inclua linhas na Tabela abaixo se necessário.

Item	Data	Tipo de divulgação (artigo, tese, exame de qualificação, resumo, trabalho completo em Congresso, pôster, entrevista, etc.)	Referência Completa
5.2.1			
5.2.2			
5.2.3			
5.2.4			
5.2.5			

5.3 Em relação às publicações acima listadas, a divulgação compreende:

() Divulgação PARCIAL da invenção, isto é, NEM TODO o conteúdo a ser protegido intelectualmente no presente Pedido de Depósito de Patente foi divulgado.

ESPECIFIQUE os número do item(s) relacionado(s):

() Divulgação TOTAL da invenção, isto é, TODO o conteúdo a ser protegido intelectualmente no presente Pedido de Depósito de Patente foi divulgado.

ESPECIFIQUE número do item(s) relacionado(s):

5.4 – Em caso de publicações mais restritas como as divulgadas em CD-Rom, Anais de Congresso ou Periódicos não disponíveis eletronicamente para a Unicamp, ENVIE COMO DOCUMENTO

DIGITAL juntamente com este formulário FASE 1. O nome do arquivo deverá conter a seguinte denominação: *FASE1_Sobrenome_PUBLICACAO_DATA*. Ex: **FASE1_SILVA_PUBLICACAO_031207.pdf**, para uma publicação divulgada em 3 de dezembro de 2007.

As mensagens encaminhadas para o e-mail patentes@inova.unicamp.br são respondidas em até 48 horas. Caso sua resposta ou confirmação de recebimento não seja encaminhada neste prazo, entre em contato **(19) 3521-5015** ou **3521-2601**.

ANEXO XI

FASE II

	Inventores	
	Nome(s)/Unidade(s)/e-mail(s):	
	Nome e e-mail da pessoa que submeteu a tecnologia à Inova:	
	Data:	
	Campos a ser preenchido exclusivamente pela INOVA	
	Código:	
	Número do Processo:	

As mensagens encaminhadas para o e-mail patentes@inova.unicamp.br são respondidas em até 48 horas. Caso sua resposta ou confirmação de recebimento não seja encaminhada neste prazo, entre em contato **(19) 3521-5015** ou **3521-2601**.

FASE 2 – FORMULÁRIO DE PEDIDO DE PATENTE

III - INFORMAÇÕES SOBRE OS INVENTORES	
1. Título da Invenção	2. Área de Pesquisa
2. Nome dos Inventores: informar os nomes na seqüência conforme grau de participação de cada inventor	

O item 3 deverá ser preenchido por **TODOS OS INVENTORES**:

Importante: A exatidão dos dados abaixo, principalmente as unidades envolvidas, terão repercussão direta na partilha dos créditos decorrentes de uma possível exploração comercial. Portanto, é fundamental o correto preenchimento por cada um dos inventores.

3. Dados pessoais: Cada inventor deverá **preencher** os campos abaixo com os seus **dados e o vínculo** que tinha com a **Unicamp à época do desenvolvimento da pesquisa** que resultou nesta solicitação de patente.

INVENTOR nº1

Nome:	Especifique o tipo de vinculação à Unicamp:
CPF:	Vínculo com a Unicamp (marcar com um 'X'):
RG:	☐ Docente Unicamp
Data de nascimento:	☐ Pesquisador / Funcionário Unicamp
Estado civil:	☐ Aluno graduação Unicamp
Naturalidade:	☐ Aluno pós- graduação Unicamp
Nacionalidade:	☐ Professor Colaborador (<i>Deliberação Consu A-23 de 12/11/2002</i>)
Endereço residencial:	☐ Pesquisador Colaborador (<i>Resolução GR 67 de 25/09/03</i>)
CEP:	☐ Outros. Especificar:
Bairro:	
Cidade/UF:	
Fone res.:	Sem vínculo com a Unicamp (marcar com um 'X'):
FAX res.:	
Instituição a que pertence:	☐ Outra instituição de ensino e pesquisa.
Departamento:	Especificar:
Instituto/Faculdade:	☐ Empresa. Especificar:
Ramal:	☐ Independente. Especificar:
E-mail:	☐ Outros. Especificar:

Carteira funcional: Profissão: Endereço comercial: CEP: Bairro: Cidade/UF: Fax comercial:		
INVENTOR nº2		
Nome: CPF: Data de nascimento: Estado civil: Naturalidade: Nacionalidade: Endereço residencial: CEP: Bairro: Cidade/UF: Fone res.: FAX res.: Instituição a que pertence: Departamento: Instituto/Faculdade: Ramal:	RG:	Especifique o tipo de vinculação à Unicamp: Vínculo com a Unicamp (marcar com um 'X'): ☐ Docente Unicamp ☐ Pesquisador / Funcionário Unicamp ☐ Aluno graduação Unicamp ☐ Aluno pós- graduação Unicamp ☐ Professor Colaborador (<i>Deliberação Consu A-23 de 12/11/2002</i>) ☐ Pesquisador Colaborador (<i>Resolução GR 67 de 25/09/03</i>) ☐ Outros. Especificar Sem vínculo com a Unicamp (marcar com um 'X'): ☐ Outra instituição de ensino e pesquisa. Especificar: ☐ Empresa. Especificar: ☐ Independente. Especificar: ☐ Outros. Especificar:

E-mail: Carteira funcional: Profissão: Endereço comercial: CEP: Bairro: Cidade/UF: Fax comercial:	
IV. SOBRE O INVENTO	
1. O que é o invento ? Produto () Processo () Equipamento () Sistema 2. Quais as vantagens do invento em relação às soluções existentes, isto é, o que faz esta tecnologia atrativa para o mercado? (em português e inglês). 3. Quais os requisitos/condições para o invento funcionar? (Por ex.; necessidade do uso de um equipamento específico, mudança de uma planta industrial, importação de um insumo específico, etc.) 4. Qual a principal aplicação da tecnologia (normalmente a que motivou a pesquisa)? Que outras aplicações são possíveis? Qual seria a de maior potencial? 5. A que indústria se destina o invento? Listar empresas do Brasil e exterior que: - Possam se interessar na fabricação ou utilização direta da tecnologia: - Possam ser usuárias finais da tecnologia (do equipamento/método): 6. Se conhecido, qual o nível de dificuldade para implementação do invento na indústria? Ex: - Se é possível explorar a tecnologia com os equipamentos usualmente já instalados na indústria alvo; - Se é necessário o desenvolvimento/uso de matérias-primas específicas; - No caso do invento ser um produto, se o uso do mesmo será dificultoso;	

- Se há regulamentação legal específica que limite/restringa a inserção e uso do produto no mercado.

7. Cite e especifique possíveis restrições para o uso da tecnologia:

() Técnicas.

() Legais.

() Comerciais.

8. Existe algum parceiro ou interessado na invenção?

Caso a tecnologia já esteja sendo utilizada (toda ou em parte) por terceiros, responda as perguntas abaixo:

(a) Já há um usuário da tecnologia? *(Por ex.; alguma empresa que já aplicou a tecnologia toda ou em parte)*

(b) Quais são os pontos fortes e fracos apontados por este usuário? É possível atestar essas informações?

(c) Quanto o usuário estaria disposto a pagar pela aplicação?

(d) A tecnologia foi comparada com alguma similar ou equivalente pelo usuário?

(e) Que pontos de melhorias foram apontados pelo usuário?

V. STATUS DO INVENTO

1. Qual o atual estágio de desenvolvimento da tecnologia? (marcar com um 'X')

- () Teórico/pesquisa básica;
- () Pesquisa avançada, mas com etapas críticas faltantes;
- () Em funcionamento – escala laboratorial;
- () Escala Piloto;
- () Protótipo já testado / Versão para testes;
- () Outros (especificar).

2. Quais as etapas e fases que faltam para o desenvolvimento da tecnologia? Listar todas, com um breve resumo. (em português e inglês)

3. Qual o valor necessário estimado (em reais) para financiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento, de forma que a tecnologia possa ser utilizada em escala industrial?

4. Estime quanto tempo levará para a tecnologia poder ser produzida em escala industrial.

5. Estime qual o valor (R\$) final do produto a ser gerado por esta tecnologia. (pode ser baseado em similares existentes no mercado).

VI. PREENCHIMENTO RESTRITO PARA TECNOLOGIAS QUE ENVOLVEM O USO DE “COMPONENTES DO PATRIMÔNIO GENÉTICO”

Caso a tecnologia não envolva o uso de plantas, continue o preenchimento a partir do item VII.

1. Já possui autorização do CGEN?

- () Sim. () Está em fase de protocolo. () Não.

2. A presente invenção refere-se:

- () A acesso a Componente do Patrimônio Genético sem acesso a Conhecimento Tradicional Associado.
- () A acesso a Componente do Patrimônio Genético com acesso a Conhecimento Tradicional Associado.

() A acesso ao Conhecimento Tradicional Associado sem acesso a Componente do Patrimônio Genético.

Para fins de:

- () Bioprospecção.
- () Desenvolvimento Tecnológico.
- () Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico.

3. O resultado esperado pela invenção pode ter aplicação em qual(is) setor(es)?

- () Farmacêutico.
- () Cosmético.
- () Nutracêutico.
- () Alimentício.
- () Higiene pessoal.
- () Perfumaria.
- () Outros:

4. Quanto à origem de material biológico:

- () *in situ*: Marque com um 'X' a categoria da área:
 - () Área Privada.
 - () Área Pública.
 - () Terra Indígena.
 - () Área de posse ou propriedade de comunidades locais.
 - () Unidade de Conservação (Federal).
 - () Unidade de Conservação (Municipal).
 - () Unidade de Conservação (Estadual).
 - () Mar Territorial, Plataforma Continental ou Zona Econômica Exclusiva.
 - () Outros – Especifique:

- () *ex situ*: Marque com um 'X' a especificidade da área:

() Herbário:

() Banco de germoplasma:

() Extratoteca:

() Banco de DNA:

() Comércio:

() Outros:

- Indique, marcando com um 'X', os biomas envolvidos:

() Amazônia.

() Caatinga.

() Mata Atlântica.

() Pampas.

() Cerrado.

() Pantanal.

() Zona Costeira.

() Zona Marinha.

- Indique, marcando com um 'X', os tipos de amostras utilizados:

() Folhas.

() Sementes.

() Ramos.

() Flores.

() Pelos.

() Resinas.

() Sangue.

() Tecidos.

() Outros.

5. Quanto ao Conhecimento Tradicional Associado:

- Tipo de comunidade:

() Indígena. Especifique:

() Quilombola. Especifique:

() Outra comunidade Local. Especifique:

VII. SOMENTE PARA FÁRMACOS, FITOFÁRMACOS e COSMÉTICOS em geral

Caso a tecnologia não envolva as linhas de pesquisa listadas acima, continue o preenchimento a partir do item VIII.

6. Quanto ao isolamento e síntese do princípio ativo:

O princípio ativo já foi isolado? () Sim () Não

O princípio ativo já foi sintetizado? () Sim () Não

7. **Nível de conhecimento:**

- () Síntese total de composto conhecido (via alternativa).
 () Síntese de análogo original (baseado em composto conhecido patentado).
 () Síntese de molécula original para nova aplicação (inovação total).
 () Nova formulação de composto conhecido.
 () Isolamento da molécula a partir de produtos naturais.
 () Processo biotecnológico.
 () Outros:

8. **Nível de conhecimento para fitofármaco:**

- () Confirmação do uso tradicional.
 () Nova indicação para planta conhecida.
 () Inovação total.
 () Outros:

9. **Nível em que está definida a aplicabilidade (indicação terapêutica):**

- () Ainda indefinida.
 () Múltiplas aplicações.
 () Única aplicação.

10. **Quanto à especificidade em relação ao alvo como você classifica esse produto? (Marque com um 'X')**

- | | |
|-------------------------------|-----------------------------|
| () Altamente específico* . | () Altamente seletivo**. |
| () Moderadamente específico. | () Moderadamente seletivo. |
| () Inespecífico. | () Não-seletivo. |

* O termo específico, neste caso, refere-se ao local de ação do produto (por ex.; se é no fígado, no coração, etc.)

** O termo seletivo refere-se ao mecanismo de ação do produto.

Ensaio *in vitro* confirmando atividade biológica :

☐ Com protocolo ANVISA:	☐ Sem protocolo ANVISA:
☐ Não realizado. ☐ Realizado em alvos específicos. ☐ Realizados em alvos secundários. ☐ Outros. Especificar:	☐ Não realizado. ☐ Realizado em alvos específicos. ☐ Realizados em alvos secundários. ☐ Outros. Especificar:

11. Caso a tecnologia tenha sido aplicada *in vitro*, qual seria a eficácia para a indicação proposta ?

☐ Resultados consistentes comprovam a indicação.

☐ Muitas evidências suportam a indicação, mas há necessidade de alguns estudos adicionais.

☐ Algumas evidências apontam para a indicação e há necessidade de muitos estudos adicionais.

12. Ensaio *in vivo* confirmando atividade farmacológica :

☐ Com protocolo ANVISA:	☐ Sem protocolo ANVISA:
☐ Não realizado. ☐ Realizado em alvos específicos. ☐ Realizados em alvos secundários. ☐ Outros. Especificar:	☐ Não realizado. ☐ Realizado em alvos específicos. ☐ Realizados em alvos secundários. ☐ Outros. Especificar:

13. Caso a tecnologia tenha sido aplicada *in vivo*, responda e/ou assinale as questões abaixo:

- Em que animal(is) a tecnologia foi testada ? Especificar:
- Qual seria a eficácia *in vivo* para a indicação proposta ?

☐ Resultados consistentes comprovam a indicação.

☐ Muitas evidências suportam a indicação, mas há necessidade de alguns estudos adicionais.

☐ Algumas evidências apontam para a indicação e há necessidade de muitos estudos adicionais.

14. Já existem ensaios pré-clínicos ?

☐ Com protocolo ANVISA:	☐ Sem protocolo ANVISA:

☐ Não realizado.	☐ Não realizado.
☐ Realizado em roedores.	☐ Realizado em roedores.
☐ Realizados em roedores e não roedores.	☐ Realizados em roedores e não roedores.
☐ Outros. Especificar:	☐ Outros. Especificar:

15. Já existem ensaios clínicos em Humanos ?

☐ Com protocolo ANVISA:	☐ Sem protocolo ANVISA:
☐ Fase I.	☐ Fase I.
☐ Fase II.	☐ Fase II.
☐ Fase III.	☐ Fase III.
☐ Outros. Especificar:	☐ Outros. Especificar:

16. Toxicologia e segurança.

- Durante os estudos em animais, houve óbitos que possam ser relacionados à substância ?

☐ Sim ☐ Não

Especificar:

- Há alguma evidência de toxicidade para o SNC (sonolência, alterações comportamentais, alterações locomotoras, irritabilidade, vômitos, convulsões, alterações de temperatura corporal, etc.)? :

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Especificar:

- Há alguma evidência de toxicidade para o sistema cardiovascular (dispnéia, edemas, alterações do EGC, cianose, etc.)?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Especificar:

- Há alguma evidência de toxicidade para o sistema respiratório (taquipnéia, bradipnéia, cianose, respiração ruidosa ou difícil, alterações da hemoglobina ou dos gases sanguíneos, etc.)? :

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Especificar:

- Há alguma evidência de que o produto não poderá ser administrado por via sistêmica (antigenicidade, citotoxicidade, etc.)?

() Sim () Não () Não sei

Especificar:

- Há alguma evidência de hepatotoxicidade ou nefrotoxicidade?

() Sim () Não () Não sei

Especificar:

- Se administrado por via oral o produto causa vômitos, diarreia ou obstipação?

() Sim () Não () Não sei

Especificar:

- Há informações sobre mutagenicidade, oncogenicidade ou potencial teratogênico?

() Sim () Não

Especificar:

- Há informações de outros sinais de toxicidade que possam ser relacionados à substância além dos mencionados acima?

() Sim () Não

Especificar:

17. Farmacocinética em animais:

() Não há dados.

() Baseado na duração da ação pode-se inferir algumas propriedades farmacocinéticas.

() Há dados farmacocinéticos analíticos (dosagens séricas ou plasmáticas).

Especificar:

18. Toxicologia e segurança.

- Já existem ensaios relacionados com o uso tópico?

() Sensibilização dérmica – Especifique:

() Irritação cutânea – Especifique:

☐ Irritação ocular – Especifique:

VIII. PATROCINADORES E/OU CO-TITULARIDADES

As informações exatas e completas dos patrocinadores são necessárias para cumprir obrigações de contratos de pesquisa e estabelecimento correto de co-titularidade na patente.

1. Há envolvimento de alguma outra instituição na pesquisa? ☐ Sim ☐ Não

1.1 Se sim, especifique o tipo de instituição:

☐ Agências de fomento. Cite:

☐ Outra instituição de pesquisa. Cite:

☐ Empresa(s). Cite:

2. Essa instituição colocou algum subsídio econômico ou financeiro? (o subsídio pode ser monetário, infra-estrutura, equipamentos)

☐ Sim ☐ Não

2.1 Se sim, a pesquisa foi:

☐ Totalmente financiada. ☐ Parcialmente financiada.

2.2 Se sim, houve algum acordo de Propriedade Intelectual entre as partes? Quais os termos de Propriedade Intelectual estabelecidos? Especifique:

3. Houve envolvimento da FAPESP na pesquisa com algum subsídio econômico ou financeiro?

☐ Sim ☐ Não

3.1 Se sim, marque com um 'X' o tipo de subsídio utilizado:

☐ Bolsas (Iniciação Científica, pós-graduação, etc.).

☐ Auxílio viagem

☐ Monetário

☐ Infra-estrutura

☐ Equipamentos

☐ Outros. Especifique:

4. Houve contribuição intelectual de outras instituições de ensino e pesquisa envolvidas na pesquisa e desenvolvimento da patente?

☐ Sim ☐ Não

4.1 Em caso afirmativo, especifique qual a instituição e descreva o tipo de envolvimento:

5. Foi firmado algum tipo formal (ex: convênio) de parceria entre as instituições?

☐ Sim ☐ Não .

5.1 Em caso afirmativo, especifique:

6. Foi firmado algum instrumento jurídico estabelecendo a titularidade dos direitos de patente, direitos sobre a exploração comercial e qual a instituição indicada para negociação e licenciamento da patente? ☐ Sim ☐ Não

6.1 Em caso afirmativo, especifique:

☐ Contrato.

☐ Convênio.

☐ Termo de Ajuste de Titularidade.

7. Para o desenvolvimento da tecnologia houve uso de materiais/informações/processos patenteados ou registrados por terceiros? OBS: atente para materiais biológicos e outros tipos de bens tangíveis, pertencentes a parceiros públicos e privados.

7.1 Se sim: Quais?

7.2 Foi firmado algum contrato de cessão/recebimento/autorização para o uso na pesquisa? Especifique.

7.3 Houve algum acordo de PI? Quais os termos de Propriedade Intelectual estabelecidos? Especifique:

8. Foram enviadas amostras de material referente à pesquisa (ex: material biológico, protótipos) para alguma outra instituição?

() Sim () Não

9. Foram fornecidas informações de forma oral ou escrita para alguma outra instituição?

() Sim () Não

10. Se sim (para IV.8 e IV.9), isto foi formalizado mediante algum contrato de cessão/recebimento/autorização de material ou acordo de sigilo ou similar?

11. Para continuar o desenvolvimento da tecnologia, vislumbra-se a necessidade de colaboração de outra instituição de pesquisa no futuro (ou seja, a Unicamp tem condições de dar continuidade sozinha à pesquisa)?

Declaro que todas as indicações feitas neste documento sobre meu conhecimento são verdadeiras, assim como todas as informações e opiniões.

Assinatura do inventor/pesquisador responsável / Data

Importante:

O Formulário de DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DA PATENTE e CESSÃO E PARTILHA DE CRÉDITOS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL deve ser impresso em uma única folha. **Dois vias originais** devem ser encaminhadas, uma ficará na pasta da patente e outra deve ser incluída no processo de licenciamento da patente para que a FUNCAMP tenha os dados para a distribuição da partilha.

DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DA PATENTE

Dados da Tecnologia

Título da patente:

Número do pedido de patente:

Data do protocolo:

A presente patente tem como Titular(res) a(s) Instituição(ões) e/ou Empresa(s) abaixo relacionada(s) e a TITULARIDADE deverá ser partilhadas na seguinte proporção:

	Nome do Titular da Patente	Unidade	% de Titularidade
1			
2			
3			

OBS: A mesma proporção estabelecida para a TITULARIDADE será considerada para a DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS decorrentes de uma eventual Exploração Comercial.

CESSÃO E PARTILHA DE CRÉDITOS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL

Somente para Pesquisadores UNICAMP

Dados da Tecnologia

Título da patente:

Número do pedido de patente:

Data do protocolo:

Eu (nós) concordo (amos) em atribuir todos os direitos, títulos e interesses desta invenção para a

Unicamp, assim como concordo (amos) em atribuir à Unicamp, os direitos em qualquer aplicação de patente derivada desta invenção. Concordo (amos) em cooperar com a Inova Unicamp na proteção e comercialização desta invenção. A Unicamp compartilhará todos os royalties derivados desta invenção com o(s) inventor(es), de acordo com a Lei de Propriedade Intelectual (Lei nº 9279/96, art. 88) e de acordo com o artigo 5º da RESOLUÇÃO GR Nº 75, de 14-11-2003.

A propriedade intelectual, bem como os créditos de correntes de uma eventual exploração comercial da tecnologia, deverão ser partilhadas entre os inventores na seguinte proporção:

	Nome do inventor	Unidade na qual foi desenvolvido o invento	% de contribuição/ remuneração
1			
2			
3			
4			

OBS: todos os inventores deverão assinar nos campos a seguir.

_____ Assinatura do Inventor 1 / Data _____ Assinatura do Inventor 3 / Data	_____ Assinatura do Inventor 2 / Data _____ Assinatura do Inventor 4 / Data
---	---



Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Agência de Inovação **Inova –Unicamp**

**Carta de Ciência e Autorização para Depósito de Patente, Certificado de Adição de Invenção,
Modelo de Utilidade ou Registro de Software.**

Eu, <nome e função> estou ciente e autorizo a submissão da invenção <título da invenção> de autoria dos pesquisadores, <nome e função>, <nome e função>, para fins de proteção nos órgãos competentes.

Cidade Universitária Zeferino Vaz, Unicamp,

Campinas-SP, <dia> de <mês> de <ano>.

Prof Dr <nome>

Diretor do/da Instituto/Faculdade de <nome>

ou

Chefe do Departamento de <nome>

ou

Coordenador do Centro/Núcleo de <nome>

Procuração

<Nome>, <nacionalidade>, <profissão>, <estado civil>, portador do RG nº<...>, inscrito no CPF nº <...>, residente à Rua <endereço residencial>, abaixo assinado, na qualidade de inventor e de conformidade com a Lei 9279/96 (Lei da Propriedade Industrial), autorizo a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, inscrita no CNPJ nº 46.068.425/0001-33 e isenta de Inscrição Estadual, a representar-me perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial para assinar petições, guias e demais documentos referentes ao Pedido de Privilégio Intitulado:

“<Título do invento>”

Campinas, <dia> de <mês> de <ano>

ANEXO XII

**COORDENADORIA DE TRANSFERÊNCIA E INOVAÇÃO TECNOLOGIA –CT&IT DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- UFMG**

FORMULÁRIO DE CONSULTA

SOFTWARE

DATA: __ / __ / __

1º Inventor:

Nome Completo:			
Data de Nascimento:			
CPF:	Identidade nº:		Órgão expedidor:
Profissão:	Estado Civil:		Nacionalidade:
Telefone:	Celular:	E-mail:	
Endereço Residencial:			
Vínculo com a UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia	Participante Externo UFMG à época do desenvolvimento da tecnologia	A invenção foi desenvolvida no decorrer e/ou como parte de	
Unidade: _____	Instituição: _____		
Departamento: _____			
() Professor	() Professor	() Tese de Doutorado	
() Aluno Doutorado	() Técnico-administrativo	() Dissertação de Mestrado	
() Aluno Mestrado	() Aluno Graduação	() Trabalho de iniciação científica	
() Aluno Mestrado Profissionalizante	() Aluno Pós-Graduação	() Trabalho de Graduação	
() Aluno Especialização	() Outros: _____	() Acordo de Cooperação Tecnológico ou Científico	
() Aluno Graduação		() Contrato de Prestação de Serviços	
() Técnico-administrativo		() Outros: _____	
() Outros: _____			

Replicar este quadro de cadastro no caso de haver mais de um autor.

DADOS DO PROGRAMA

1) Título:

2) Data de criação do programa:

3) Regime de guarda: com sigilo (), sem sigilo ()

4) Linguagens (no máximo 3):

5) Classificação do campo de aplicação (no máximo 5): Selecionar os campos de aplicação no documento abaixo.



Campo de aplicação

6) Classificação do tipo de programa (no máximo 5): Selecionar os tipos de programa no documento abaixo.



Tipo de programa

7) Este Programa é Modificação Tecnológica ou Derivação? Caso afirmativo, informe Título do Programa Original e (se houver) Número de Registro:

8) Este Registro é composto por obra(s) de outra(s) natureza(s) de ordem intelectual. Caso afirmativo assinale-a(s) abaixo:

Literária __, Musical __, Artes Plástica __, Áudio Visual __, Arquitetura __, Engenharia __.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
TERMO DE CESSÃO preenchido e assinado para cada autor (ANEXO 1)
TERMO DE PARTICIPAÇÃO DOS AUTORES (ANEXO 2)
CÓDIGO FONTE: trechos do programa e outros dados suficientes para identificá-lo e caracterizar a sua originalidade (não é necessário o banco de dados do programa).

OBSERVAÇÕES:

Este formulário deve ser completamente preenchido e enviado eletronicamente para o e-mail: info@ctit.ufmg.br, junto com os anexos

Campo de Aplicação**Registro de Software**

AD01-Administr	(desenvolv.organizacional, desburocratização);
AD02-Função Adm	(Planejamento governamental: estratégico, operacional, técnica de planej., organização administr., organização funcional, organograma, estrutura organizacional, controle administr. - análise de desempenho, avaliação de desempenho);
AD03-Modern Adm	(análise organizacional, O&M);
AD04-Adm Publ	(Administr. Federal, Estadual, Municipal, direito administr., reforma administr., intervenção do Estado na economia, controle da administr. pública);
AD05-Adm Empres	(administr., de negócios, privada, organização de empresas);
AD06-Adm Prod	(planejamento da fábrica, engenharia do produto, protótipo, planejamento da produção, controle de qualidade);
AD07-Adm Pes	(planejamento de pessoal - recrutamento, seleção, admissão, avaliação, promoção, etc);
AD08-Adm Materl	(planejamento de material, aquisição, armazenamento, almoxarifado, alienação, controle de material, de estoque, inventário, requisição de material);

AD09-Adm Patrim	(inventário patrimonial, fiscalização, conservação, manutenção do patrimônio);
AD10-Marketing	(mercadologia, administr. de marketing ou mercadológica, análise, e pesquisa de mercado, estratégia de marketing, composto do produto-marca-embalagem, administr. de vendas - planejamento de vendas - controle de vendas);
AD11-Adm Escrit	(serviços de escritório - comunicação administr., arquivo de escritório, etc).

2. Agricultura

AG01-Agricultur	(agropecuária, desenvolvimento rural, extensão rural, planejamento e política agrícola, zoneamento agrícola);
AG02-Ciênc Agrl	(agrologia, agronomia, agrostologia, edafologia, pomologia);
AG03- Adm Agricl	(imóvel rural: fazenda - granja empresa rural);
AG04-Econom Agríc	(economia agrícola);
AG05-Sist agríc	(agricultura extensiva, intensiva, itinerante, monocultura, policultura);
AG06-Eng agrícl	(construção rural: açude - barragem, estufa, habitação rural, drenagem irrigação);
AG07-Edafologia	(conservação de solo, controle da erosão, melhoramento, recuperação, tratamento, manejo do solo: adubação, fertilização);
AG08-Fitopatol	(doenças e pragas vegetais, defensivo agrícola);
AG09-Prod Veget	(produção agrícola, fitotecnia: cultura agrícola, lavoura, cultivo - técnica agrícola);
AG10-Prod Animl	(produto animal, zootecnia: tipos de criação, veterinária ou medicina veterinária, zoopatologia, produto veterinário; veterinária preventiva);
AG11-Ciênc Flor	Ciências Florestais (dasonomia, economia florestal, política florestal, produção vegetal, silvicultura; arboricultura-florestamento, reflorestamento, terra marginal);
AG12-Aquacultur	(aquacultura ou aquicultura animal, vegetal);
AG13-Extr Veget	Extrativismo vegetal (produto extrativo vegetal: celulose, cera, fibra, goma natural, madeira, látex);
AG14-Extr Animl	Extrativismo Animal (caça, pesca, prospecção produto extrativo animal: couro-pele-pescado).

3. Antropologia e Sociologia

AN01-Sociedade	(sistema social, estrutura, situação, mobilização, controle, mudança e reforma social);
AN02-Desenv soc	(planejamento social, política social, ação social, bem-estar social, nível ou padrão de vida);
AN03-Grupos soc	(tribo, bando, etnia, grupo local, desenvolvimento comunitário, nação, indivíduo);
AN04-Cultura	(civilização, cultura popular: folclore uso e costumes);
AN05-Religião	(doutrina, teologia, prática religiosa, etc.);
AN06-Antropolog	(antropologia física: antropometria-paleantropologia, enologia: etnografia - ernologia, etnografia, antropologia: economia - urbana - política);
AN07-Sociologia	(sistemática, comparada aplicada: urbana - rural - política - econômica - do trabalho - da educação - do direito, sociografia, pesquisa social, processo social).

4. Assentamentos Humanos

AH01-Assen Hum	(povoamento, núcleo populacional, invasão, assentamento rural, urbano, cinturão verde);
AH02-Cidade	(metrópole, região ou área metropolitana, rurópolis);
AH03-Org Territ	Organização Territorial (organização do espaço, rede urbana, conurbação);
AH04-Pol As Hum	Políticas de Assentamento Humanos (política demográfica, migratória, planejamento familiar, política de colonização, de desenvolvimento urbano ou política urbana);
AH05-População	(distribuição da população, mobilidade ou movimento da população, migração, dinâmica populacional);
AH06-Discip Aux	Disciplinas Auxiliares (demografia, geografia urbana, agrária, teoria dos limiares ou localização, teoria da polarização);

5. Biologia

BL01-Biologia	(ser vivo, substância orgânica, leis biológicas, biotipologia, biometria, bioclimatologia, parasitologia, filogenia ou evolução, geobiologia, histologia, limnologia);
----------------------	--

BL02-Genética	(citogenética, engenharia genética, genotipo, hereditariedade, melhoramento genético, gen, genética das populações);
BL03-Citologia	(ou biologia celular, célula, meiose, etc);
BL04-Microbiol	(bacteriologia, virologia, biogeografia);
BL05-Anatomia	(sistemas: cardiovascular - digestivo - tegumentar, etc, embriologia, secreção, excreção, órgãos dos sentidos);
BL06-Fisiologia	(nascimento, digestão, reprodução, sexualidade, nemofisiologia, metabolismo);
BL07-Bioquímica	(aminoácido, proteína, hormônio, fenômeno bioquímicos: biossíntese – fermentação - osmose, etc);
BL08-Biofísica	(bioenergética, biomecânica, eletrofisiologia).

6. Botânica

BT01-Botânica	(fitologia, vegetal, vegetação, morfologia, fisiologia vegetal, quimiossíntese, genética vegetal, fitossociologia, biologia floral);
BT02-Fitogeograf	(geografia botânica ou botânica geográfica, caatinga, cerrado, campo, mangue, etc.);
BT03-Botân Econ	(planta condimentícia, daninha ou nociva, aromática, feculenta, têxtil, cereal, legume, hortaliça, grão alimentício);
BT04-Botân Sist	(taxonomia vegetal).

7. Conhecimento e Comunicação

CO01-Filosofia	(metafísica, estética, ética, filosofia social, teoria do conhecimento, hermenêutica, lógica, dialética, doutrina filosófica);
CO02-Ciência	(ciências humanas e sociais, naturais, biológicas, geociência, política científica, desenvolvimento científico, história da ciência, filosofia da ciência, metodologia científica, metodologia, pesquisa ou investigação, pesquisa aplicada - indicar a área específica com outro código, instituição de pesquisa);
CO03-Ciênc Ling	(lingüística, geolinguística, sociolinguística e linguagem popular, linguagem: natural, artificial);
CO04-Comunic	(comunicação humana, escrita, visual, social: comunicação

	de massa, propaganda, relações públicas, meios de comunicação: radiocomunicação, imprensa; pesquisa de opinião, arte gráfica: editoração, editoração, impressão, edição);
CO05-Arte	(criação artística, patrimônio artístico, industrial, fotografia, aerofotografia, cinema, música, literatura);
CO06-História	(política, econômica, social, pesquisa histórica: arqueologia, numismática, genealogia, filatelia, epigrafia; patrimônio histórico).

8. Construção Civil

CC01-Construção	(construção civil: habitacional, comercial, industrial: construção industrializada ou pré-fabricada);
CC02-Proc Const	Processo Construtivo (tradicional, convencional, misto, evoluído, cantaria, adobe, alvenaria, concreto, máquina de construção, equipamento para construção);
CC03-Org Constr	Organização da construção (licitação de obra, custo da construção, memorial descritivo de obra, gerência de projeto de construção, execução da obra, fiscalização de obra, racionalização da construção, coordenação dimensional, coordenação modular, suprimento de obra);
CC04-Obra Públ	(engenharia civil, engenharia de avaliações, contrato de obra pública, licitação de obra pública, obra de grande porte, obra de arte; como engenharia civil);
CC05-Estrutura	(cálculo estrutural, análise de estrutura, mecânica das estruturas: esóstica, plana, retocila, etc; tipo de estrutura: concreto, aço, metálico, inflável, etc; armadura: estrutural, armadura para concreto armado);
CC06-Edificação	(prédio, edifício, elemento construtivo: fundação, pilar, viga, componente construtivo: painel, instalações, manutenção da construção, obra: de acabamento, melhoria, demolição);
CC07-Tecn Const	(ancoragem, apiloagem, caleamento estrutural, cimbramento, concretagem, escoramento, terraplanagem, pavimentação);
CC08-Hig Const	Higiene das construções (ventilação, iluminação, conforto térmico isolamento: acústico, térmico, e higroscópico);
CC09-Eng Hidrl	(obra hidráulica ou estrutura hidráulica; conduto hidráulico, tubulação, canal, reservatório: lago artificial, piscina, açude eclusa, dispositivos de controle de água: comporta, polder, reguladora de nível; barragem, drenagem, hidráulica do solo);
CC10-Solo	(mecânica das rochas, mecânicas dos solos, aterro, escavação, talude, movimento de terra, obra de terra;

	nivelamento de terra; obra de contenção: estrutura de arrimo, contenção de encosta).
--	--

9. Direito

DI01 -Legislação	(federal, estadual, municipal, hierárquica das leis; constituição, lei ordinária, etc; proteção da lei ou proteção legal, hermenêutica jurídica ou interpretação das leis);
DI02 -Dir Constl	Direito Constitucional (poder constituinte, organização nacional: união, estado, município, distrito federal, território federal, poderes do estado; legislativo, executivo, judiciário, declaração de direitos: nacionalidade, direitos políticos, etc; direito eleitoral);
DI03 -Disc Dr.	Outras Disciplinas do Direito (disciplinar, previdenciário, ecológico, urbanístico, econômico, financeiro, tributário: cálculo do tributo, evasão tributária, infração tributária, etc; direito processual civil, direito penal, direito processual penal, direito internacional público; direitos do homem ou humanos, litígio internacional; direito privado, direito civil, bens: propriedade pública, privada, patrimônio, semoventes, imóveis, públicos, direito de família, direito das coisas: direito autoral, enfiteuse ou aforamento, laudemio, registro imobiliário; direito sucessório: herança, sucessão, inventário, direito das obrigações: acordo, convênio, contrato, locação, arrendamento, fiança, direito agrário; direito do trabalho, direito comercial, direito industrial, direito marítimo, direito aeronáutico, direito internacional privado.

10. Ecologia

EL01 -Ecologia	
(biosfera, relação biótica, relação abiótica, ecologia agrícola, aquática, florestal, equilíbrio / desequilíbrio ecológico, fenômeno ecológico);	
EL02 -Ecofisiol	(ecofisiologia animal, vegetal, distrófico, digotrófico, eutrófico, etc.);
EL03 -Ecol Human	(ecodesenvolvimento, ecologia social, ecologia urbana);
EL04 -Ec Veg/Anm	Ecologia Vegetal/Ecologia Animal (autoecologia, sinecologia, habitat, vida selvagem);

EL05-Etologia	(migração; anodromo, catadromo, piracema, hibernação, comportamento animal, comportamento vegetal).
----------------------	---

11. Economia

EC01-Economia	(teoria econômica, metodologia da economia: modelos e econometria; análise econômica, sistema econômico);
EC02-An Microec	(microeconomia, teoria da oferta, teoria da produção, função da produção, economias de escala, teoria dos custos, elasticidade da oferta: preço e renda; teoria da demanda ou teoria do consumidor, teoria da utilidade ou análise cardinal, teoria dos mercados, teoria do preço ou do valor, teoria do equilíbrio econômico, teoria do bem-estar, ou economia social ou teoria da distribuição da renda, ótimo de pareto curva de Lorenz, custo social);
EC03-Teo Microe	(ou microeconomia ou teoria microeconômica, demanda agregada, oferta agregada, venda, nível de emprego);
EC04-Ativ Econm	(setor econômico ou setor de produção, setores: primário, secundário, terciário, público, privado, informal ou economia silenciosa ou invisível ou mercado informal; fator de produção, distribuição da renda, produtividade, superprodução, consumo, poupança, interna, externa, entesouramento, poupança forçada, investimento, formação de capital; recursos econômicos ou riqueza, indicador econ., indexação, desindexação, desenvolv. econ. local, regional, nacional, setorial, integrado, crescimento econ., desempenho econ., disparidade econ., acumulação de capital);
EC05-Contab Nac	(ou contabilidade social ou conta nacional, agregado econômico: PIB, PNB, PNL, PIL; renda nacional, análise de insumo - produto ou input - output ou de relações intersetoriais, ou análise de Leontief, ou insumo-produto);
EC06-Econ Monet	(moeda: criação, circulação, flutuação; sist. monetário: tipos de moeda e meios de pagto ou meio circulante; base monetária, unidade monetária, moeda divisionária; reforma monetária);
EC07-Mercado	(demanda, oferta, mercado consumidor, mercado externo ou externo ou exterior, mercado interno, internacional, produtor, paralelo, a termo, preço);
EC08-Bens Econom	(bens de consumo, de capital, insumo, bens: duráveis, não duráveis, tangíveis, intangíveis, inferiores, normais, de Giffen);
EC09-Eng/Din Ec	Engenharia econômica/dinâmica econômica (análise custo/benefício ou custo benefício, pay-out ou prazo de refluxo, ciclo econômico ou flutuação econômica, nível dos

	preços: inflação, deflação, conjuntura econômica);
EC10-Econ Espec	(ou ciência regional ou economia regional, economia local, urbana regionalização);
EC11-Propriedad	(propriedade do capital, da terra ou propriedade fundiária, estrutura agrária, loteamento);
EC12-Ec Internac	(ou relações econômicas, balanço de pagamentos: balança comercial, balança de serviços, movimento de capitais internacionais; protecionismo, livre comércio, câmbio: conversibilidade da moeda, controle cambial, câmbio livre, taxa de câmbio, estatização monetária, valorização da moeda, minidesvalorização, maxidesvalorização, mercado cambial; divisas, reservas monetárias, dívida externa, integração econômica internacional, zona monetária, cooperação econômica, bloqueio econômico);
EC13-Polít Econ	(política fiscal, monetária, de crédito, econômica internacional, de comércio exterior, de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento nacional, de distribuição da renda, agrária, de preços, estatização, privatização, planejamento econômico);
EC14-Empresa	(total, média, marginal, custo ou custo operacional: total, médio, etc; tipos de empresa: pública, privada, multinacional, estrangeira, microempresa, de pequeno, médio e grande porte, nacional, cooperativa; concentração econômica: holding, conglomerado de empresas, combinação de empresas, consórcio de empresas, truste, joint-venture).

12. Educação

ED01-Ensin Regl	Ensino regular (pré-escolar, 1º grau, 2º grau, superior, pós-graduação, orientação profissional);
ED02-Ensin-Supl	Ensino supletivo (alfabetização, aprendizagem; comercial, industrial, agrícola, suprimento: curso de atualização, de aperfeiçoamento, treinamento);
ED03-Adm/Pr Ens	Instituição/Administração/Processo de ensino (jardim escolar, escola maternal, jardim de infância, escola: de 1º grau, 2º grau, centro de ensino, de estudo supletivo, universidade, faculdade ou instituto superior de ensino, evasão escolar, serviços educacionais, equipamento escolar, método de ensino, didática: técnica de ensino, prática de ensino; ensino integrado, processo formal de ensino, processo não formal de ensino);
ED04-Formas Ens	Formas de ensino/material instrucional (ensino direto, teleeducação, por correspondência, radioeducação, ensino semi-indireto; módulo instrucional, equipamento didático,

	material audio-visual aprendizagem cognitiva, psicomotora, afetiva, autodidatismo);
ED05-Currículo	(currículo ou programa de ensino, reforma de ensino, currículo mínimo, etc; corpo docente, corpo discente, graus e diplomas);
ED06-Educação	(pedagogia, ensino, sistema educacional, rede de ensino, educação de adulto, educação de base, de massa, etc, política educacional; educação extra-escolar: educação comunitária, recuperadora).

13. Energia

EN01-Energia	(política energética, economia energética: consumo de energia, empresa de energia);
EN02-Rec Energ	Recursos/serviços/formas de energia (recursos hidrelétricos ou hidroelétricos, carboníferos, petrolíferos, uraníferos, serviços de energia elétrica, de gás canalizado; formas: energia elétrica, mecânica, química, radiante, luminosa, sonora, térmica, etc);
EN03-Combustível	(fóssil, de origem vegetal, biomassa, nuclear, sólido, líquido, gasoso);
EN04-Tecn Energ	Tecnologia e Energia (fonte de energia: convencional, alternativa; geração de energia, usina de energia, conversão de energia, armazenamento de energia, transporte de energia, distribuição de energia: eletrificação, engenharia elétrica, medição de energia);
EN05-Eng Eltrôn	(microeletrônica, circuito eletrônico, eletrônica industrial, semicondutor);
EN06-Eng Nucle	(tecnologia de reatores, reator nuclear).

14. Finanças

FN01-Finan Públ	(receita pública, orçamento público, sistema tributário, despesa pública, crédito público, administração fiscal);
FN02-Finan Priv	
FN03-Sist Finan	(instituição financeira, operações financeiras: operação de crédito, bancária, de fiança, de câmbio, de sero, open market, hedge, overnight, cobrança; mercado de capitais);
FN04-Rec/Instrum	Recursos/Orçamento/Instrumentos (aplicação de recursos, capital, recursos orçamentários, fundos; orçamento: analítico, de custeio de capital, empresarial ou privado,

	público, de aplicação, de caixa, de receita e despesa, familiar; título de crédito, ação, cartão de crédito, caderneta de poupança, financiamento);
FN05-Adm Finan	(administração financeira, juro, crédito, débito, loteria (planejamento financeiro, política financeira, controle financeiro, análise financeira; assistência financeira, juro de mora, taxa de juro, spread; crédito: especialização geral; público, internacional, tributário; débito, débito fiscal; loteria esportiva, loto);
FN06-Contabilid	(contabilidade, financeira, gerencial, técnicas contábeis, demonstração de resultado: receita/despesa, resultado contábil; balancete, demonstração de lucros e prejuízos acumulados, demonstração de origens e aplicações de recursos, depreciação, exaustão).

15. Física e Química

FQ01-Fís Partíc	Matéria/Física das Partículas/e dos íons (antimatéria, valência composição de matéria, estados da matéria, partícula ótica, partícula elementar, partícula carregada, ionização);
FQ02-Acúst/Ótic	(onda sonora, som; luz, ótica geométrica, microscópica, física, alidade microscopia, solametria);
FQ03-Onda	(amplitude, difração, frequência, modulação, demodulação, reflexão, refração, propagação, ressonância e tipos de onda);
FQ04-Metrologia	(unidade de medida, dimensão, análise dimensional, equação dimensional, sistema de medida, medição: macro e micro-medição);
FQ05-Mecânica	(estática, dinâmica, cinemática, cinética, espaço, tempo, movimento, momento, força, densidade, massa, volume, resistência dos materiais, trabalho (potência);
FQ06-Fis Solid	Física dos Sólidos/ dos Fluídos/ dos Plasmas (mecânica dos sólidos, propriedade dos sólidos, estrutura dos sólidos; mecânica dos fluídos, dinâmica dos fluídos, estática dos fluídos, cinemática dos fluídos, mecânica dos gases, hidromecânica, viscosidade; plasma-física);
FQ07-Termodinâm	(calor, calorimetria, temperatura, radiação térmica, tratamento térm., termologia, propried. termodinâmica);
FQ08-Eletrônica	(quântica, linear, não linear);
FQ09-Magn/Elmag	Magnetismo/Eletromagnetismo (campo, polo, circuito e propriedade magnética; interferência eletromagnética, propriedade eletromagnética, onda eletromagnética,

	radiação monocromática, micro-onda, polarização espontânea, onda hertziana);
FQ10-Fís SupDis	Física de Superfície/de Dispersão (tensão superficial, capilaridade; física coloidal);
FQ11-Radiação	(efeito da radiação, radiação atmosférica, radiação ionizante);
FQ12-Espectrosc	(espectrografia, espectrometria, espectroscopia atômica, molecular e ótica, espectrofotometria);
FQ13-Fís Molecl	Física Molecular (ou física atômica, reação nuclear, estrutura molecular, radiatividade, radiometria);
FQ14-Química	(composto químico, substância combustível, substância química, propriedade química, ligação química, radical químico, reação química, composição química, polímero inorgânico);
FQ15-Quím An/Po	Química Analítica / dos polímeros (análise químicas calorimetria, condumetria, cromatografia; polímero orgânico, polímero inorgânico);
FQ16-Fís-Quím	(análise físico-química, processos físicos-químicos);
FQ17-Quím Orgân	(composto orgânico, ácido, sal);
FQ18-Quím Inorg	(elemento químico, metal, gases raros, terras raras, composto inorgânico, nuclídeo).

16. Geografia e Cartografia

GC01-Geog Físic	(ou fisiografia, paleografia, geomorfologia, acidente geográfico, morfologia genética, morfologia fisiológica);
GC02-Geog Humna	(ou antopogeografia, geografia econômica, política, da população);
GC03-Geog Regio	(região: homogênea, elementar; zona geográfica: tórrida, subtropical);
GC04-Orient Geo	(pontos cardeais, colaterais, hemisfério);
GC05-Geodesia	(astronômica, espacial, gravimétrica, geométrica, levantamento geodésico);
GC06-Topografia	(topometria, planimetria, altimetria, acidente topográfico, sensoramento remoto ou monitoramento remoto);
GC07-Fotogramet	(fotogrametria terrestre, aerofotogrametria, etc);
GC08-Mapeamento	(fotogramia, mapa, carta, fotocarta, mosaico, etc);

GC09-Met Cartog	Métodos e Processos de Cartografia (processo astrogeodésico, método das direções, método de Schreiber, de Sterneck, etc.);
GC10-Plan Carto	Plano Cartográfico (azimute / posição / ponto meridiano, paralelo, círculo horário, etc, azimute de Laplace, geodésico, da carta, etc; triângulo de posição, polar, culminação, etc; polo geográfico, celeste, elevado, etc).

17. Geologia

GL01-Geol Físic	(dinâmica externa: intemperismo, eluviação, iluviação, erosão; dinâmica interna: tectonismo, magma, etc; geologia estrutural: anticlinal, sinclinal, dobra, junta, foliação);
GL02-Glaciolog	(ou criologia, glaciação, moraina);
GL03-Geotectonc	Geotectônica (tectônica, geodinâmica, sismologia);
GL04-Geol Marin	Geologia Marinha (fotogeologia: mapeamento geológico);
GL05-Geol Hist	(paleontologia, arcabouço tectônico da terra, sedimentologia, estratigrafia);
GL06-Geol Econ	(petrologia, petrografia, gênese de jazida: metalgenia, mineralização, jazida mineral, prospecção; mineralogia física, química, etc);
GL07-GeoQuiFiTe	Geoquímica / Hidrogeologia / Geofísica / Geotécnica (geoquímica dos solos, das rochas; água subterrânea; geofísica marinha, terrestre, sísmica, gravimetria; ensaio geotécnico);

18. Habitação

HB01-Habitação	(moradia, função habitacional, mercado habitacional, política habitacional);
HB02-Tipol Hapt	Tipologia Habitacional (habitação unifamiliar, multifamiliar, funcional, especial: para velhos, para estudantes; habitação provisória: alojamento, acampamento, tugurio, habitação móvel, espontânea, flutuante, etc).

HIDROLOGIA E OCEANOGRAFIA

HD01-Hidrologia	(água, ciclo hidrológico);
HD02-Hidrograf	(bacia hidrográfica, representativa, área de inundação, curso de água, bacia lacustre, etc);

HD03-Hidrometr	(fluviometria, pluviometria, evapometria, sedimentometria, estação hidrométrica, fluviométrica, etc);
HD04-Oceanograf	(ou oceanologia, ou talassografia, oceano, mar, tipos de oceanografia: física, química, biológica, geológica, batimetria);

INDÚSTRIA

IN01-Indústria	(política industrial, concentração industrial, produção industrial, pesquisa industrial, empresa industrial);
IN02-Tecnologia	(política tecnológica, cooperação técnica, pesquisa tecnológica, inovação tecnológica, tecnologia apropriada, química tecnológica);
IN03-Engenharia	(desenho técnico, engenharia metalúrgica, engenharia química, mecânica, automotiva, aeronáutica, naval, de produção, de teste);
IN04-Ind Ext Mi	Indústria Extrativa Mineral (política mineral, pesquisa mineral, engenharia e minas, mineração, extrativismo mineral, ou exploração mineral);
IN05-Ind Transf	Indústria de Transformação (indústria manufatureira, produto, industrialização, processo industrial, gênero da indústria: metalúrgica, de material elétrico, eletrônico, química, mecânica, de componentes, de armamento, têxtil, etc; estabelecimento industrial, produto industrializado, alimentício, etc; materiais e equipamentos).

IF01-Informação	
------------------------	--

19. Informação

	(científica, tecnológica, bibliográfica, estratégica, dados, etc);
IF02-Documentaç	(análise da informação, processamento de informação armazenamento, recuperação, disseminação, intercâmbio, bibliofilia, bibliologia, bibliometria);
IF03-Reprograf	(fotocópia, microfotografia, microfilmagem, micrografia);
IF04-Documento	(informação, registrada, ou material de informação, documento científico, confidencial, primário, secundário, não convencional, obra de referência, multimeio, material legível por máquina);

IF05-Biblioteco	(administração de biblioteca, processos técnicos);
IF06-Arquivolog	(ou arquivística, administração de arquivos);
IF07-Ciênc Info	(sistema de informação, rede de informação, teoria da informação, fluxo de informação);
IF08-Serv Info	(biblioteca, centro de documentação, arquivo, centro referencial, museu, etc);
IF09-Uso Inform	(usuário, estudo e perfil do usuário);
IF10-Genérico	(processamento de dados).

20. Matemática

MT01-Lógica Mat	(metamatemática, método matemático, processo matemático, teoria lógica);
MT02-Álgebra	(teoria dos conjuntos, teoria dos números, álgebra elementar, estrutura algébrica, tipos de álgebra);
MT03-Geometria	(geometria plana, geometria sólida, geometria analítica, trigonometria, geometria descritiva, geometria diferencial, etc);
MT04-Análís Mat	(topologia, análise real, análise numérica, análise complexa, vetorial, matricial, tensorial, funcional, transformação integral, equação);
MT05-Cálculo	(cálculo diferencial, integral, operacional, vetorial, matricial, tensorial, numérico, variacional);
MT06-Mat Aplic	(= modelo matemático. Especificar a aplicação: estatística, gráfico, cálculo de probabilidade, análise estatística, pesquisa operacional, matemática financeira atuarial).

21. Meio Ambiente

MA01-Meio Amb	(artificial, natural, política do meio ambiente);
MA02-Recurs Nat	(natureza: conservação, recursos naturais renováveis, não renováveis, área protegida);
MA03-Poluição	(tipos de poluição: atmosférica, bacteriológica, física, do solo, água, química, radioativa, sonora, etc; controle prevenção; nível de poluição; poluente);
MA04-Qualid Amb	(qualidade da vida, da água, do ar, monitoramento ambiental, engenharia ambiental, de defesa civil).

22. Meteorologia e climatologia

ME01-Metodolg	(física, dinâmica, aplicada);
ME02-Atmosfera	(ar, atmosfera inferior, superior, circulação e pressão atmosférica, previsão e estação metereológica, vento, tempestade, massa de ar, temperatura do ar, radiação solar, umidade do ar);
ME03-Climatolog	(clima, aclimatação, agroclimatologia, estação climatológica; tipos de clima).

22. Pedologia

PD01-Pedologia	(= ciência do solo; terra, solo: mineral ou orgânico);
PD02-Pedogênese	(fatores de formação do solo, processo pedogenético, perfil do solo: morfopedologia, física do solo: morfopedologia, física do solo, química do solo mineralogia do solo, biologia do solo, horizonte);
PD03-Tipos de Solo	

23. Política

PL01-Ciênc Pol	(teoria política, metodologia política);
PL02-Política	(sistema político, estrutura política, Estado (nação) soberania, formas de estado, governo, regime político, poder público, organização do poder, ação política, política de governo, doutrina política).

24. Previdência e Assistetência social

PR01-Previdênc	(seguridade social, política de previdência social, previdência social, previdência privada);
PR02-Benef Prev	(aposentadoria, auxílio ou assistência previdenciária, pecúlio, abono, etc);
PR03-Assist Soc	(médica, odontológica, alimentar, reeducativa, assistência habitacional, organizações de assistência social, serviço social).

25. Psicologia

PS01 -Psicologia	(= ciência do comportamento, psicologia do desenvolvimento, psicologia social, aplicada - clínica, psicoterapia, educacional; processos: sensorial, inteligência, cognitivo, reflexo);
PS02 -Comportamnt	(= conduta ou comportamento humano; motivação);
PS03 -Teor Psic	(sistema e teoria de psicologia, parapsicologia (associacionismo), behaviorismo, psicologia existencialista, do reforço, etc).

26. Saneamento

SM01 -Saneamento	(engenharia sanitária, saneamento básico);
SM02 -Resíduo	(detrito, dejetos ou efluente; lixo, resíduo: gasoso, líquido, orgânico, químico, térmico, tóxico);
SM03 -Limpeza	(limpeza pública, drenagem urbana (limpeza urbana, de logradouro, coleta de lixo, destinação do lixo, etc; rede de drenagem urbana));
SM04 -Abast água	(= sistema de abastecimento de água; serviços de água, captação de água, adução de água, tratamento de água, reservatório de água, distribuição de água, medição de água);
SM05 -Esgoto	(serviço de esgoto, esgoto sanitário, tratamento: preliminar, primário, secundário, terciário; remoção de sólidos, lodo, emissário, etc, esgoto industrial).

27. Saúde

SD01 -Saúde	(política de saúde, higiene, saúde física, mental, pública);
SD02 -Adm Sanit	(= administração de saúde; serviços básicos de saúde, serviços de saúde: hospital, centro de saúde, posto de saúde, de socorro, etc; sistema de saúde, levantamento sanitário, educação sanitária, campanha de saúde pública, equipamento médico);
SD03 -Doença	(congenita, infecciosa, do sistema reprodutor, do sistema glandular, etc);
SD04 -Defic Fís	(física, mental, inválido);

SD05-Assist Méd	(hospitalar, médico-domiciliar, ambulatorial, médico-sanitária);
SD06-Terap Diag	(terapia, diagnóstico médico (terapêutica, fisioterapia, hemoterapia, dieta, etc; diagnóstico: laboratorial, radiológico, síndrome, sintoma);
SD07-Medicina	(alopática, homeopática, preventiva, tropical, nuclear, medicina do trabalho, legal, de urgência);
SD08-Espec Med	Especialidades Médicas (cardiologia, endocrinologia, epidemiologia, ginecologia, oftalmologia, psiquiatria, patologia, dermatologia, radiologia, etc; medicina não-convencional: naturopática, caseira, acupuntura, do-in, etc);
SD09-Eng Biomed	Engenharia Biomédica, ciências paramédicas (bioengenharia, biotecnologia, enfermagem, optometria, fonoaudiologia);
SD10-Farmacolog	(assistência farmacêutica, toxicologia, farmacopeia, farmacognosia, medicamento);
SD11-Odontolog	(saúde oral, periodontias, prótese dentária, assistência odontológica).

SERVIÇOS

SV01-Serviços	(públicos especificar conforme o tipo: telefonia, telegrafia, etc: correio, serviços de energia elétrica, segurança pública, de água, de esgoto, etc - serviços privados: alojamento e alimentação, de reparo e manutenção, pessoais, de vigilância e guarda, etc, tarifa de serviços);
SV02-Seguro	(social, privado; quanto ao objeto; pessoal, patrimonial, de responsabilidade; contrato de seguro, seguradora, resseguro, co-seguro, corretora de seguro);
SV03-Comércio	(interno, exterior, ilícito, comercialização, corretagem ou serviços de corretagem, ensilagem, entrepostagem, intercâmbio comercial, especulação, mercadoria, zona franca, porte livre, política comercial);
SV04-Turismo	(política de turismo, turismo interno, externo, intercâmbio turístico, infra-estrutura turística: agência de turismo, rede hoteleira).

TELECOMUNICAÇÕES

TC01-Telecom	(política de telecomunicações, modelo de telecomunicações);
TC02-Sist Telec	(radiocomunicação, sistema de televisão, telefonia, telegrafia, sistema de radar, telemetria, transmissão de dados, comunicação por fio, teoria de telecomunicações

TC03-Eng Telec	(linha de comunicação, recepção, transmissão);
TC04-Serv/Redes	(serviços, redes estações e material de telecomunicações).

TRABALHO

TB01-Trabalho	(intelectual, técnico, manual, mecanizado, rural, doméstico, eventual, em condomínio, mão-de-obra, teoria do trabalho: método de trabalho, controle do trabalho, organização do trabalho);
TB02-Rec Human	(desenvolvimento de recursos humanos, pessoal trabalhador = operário, classe trabalhadora: trabalhador rural, autônomo, não qualificado, etc);
TB03-Merc Trab	Mercado de Trabalho (política empregatícia, salarial, pleno emprego, desemprego, subemprego, força de trabalho, emprego cíclico, fiscalização do trabalho, racionalização do trabalho);
TB04-Cond Trab	Condições de Trabalho (ergonomia ou engenharia humana; ambiente de trabalho);
TB05-Estr Ocup	Estrutura Ocupacional (ocupação, profissão liberal, sindicato, associação de empregos, conselho profissional, empresariado, emprego, cargo);
TB06-Lazer	(renovação, colônia de férias, etc).

TRANSPORTE

TP01-Transporte	(política de transporte, planejamento de transporte);
TP02-Sist Trans	(doméstico, regional, interregional, rural, urbano, integrado, etc; infra-estrutura transporte = rede de transporte, sistema viário, rede: aeroviário, dutoviário, hidroviária; corredor de transporte, via de transporte, terminal de transporte, equipamento de transporte, material de transporte);
TP03-Serv Trans	(transporte de carga, de passageiro, linha de transporte, empresa de transporte);
TP04-Eng Transp	(de tráfego, aeronáutica, ferroviária, rodoviária, naval, automotiva);
TP05-Mod Transp	Modalidades de Transporte (aéreo, terrestre, hidroviário, especial: dutoviário, vertical).

URBANISMO

UB01-Urbanismo	(= arte urbana, organização do espaço urbano, projeto urbanístico, forma urbana, planejamento urbano, história do urbanismo);
UB02-Solo urban	(imóvel urbano, terreno urbano, parcelamento do solo, cadastro imobiliário, avaliação imobiliária, tributação urbana, renda imobiliária, especulação imobiliária);
UB03-Área urban	(= zona urbana; sítio urbano, estrutura urbana, urbanização, uso do solo = apropriação do espaço, zoneamento urbano, renda imobil., especulação imobil.);
UB04-Circ Urban	Circulação Urbana (via de circulação, terminal de transporte, tráfego urbano; infra-estrutura urbana = equipamento urbano, serviços públicos urbanos, equipamento comunitário);
UB05-Arquitetur	(projeto de arquitetura, reconversão de uso; arquitetura: doméstica, industrial, de comércio, de administração, institucional, militar, tradicional, de interiores = decoração elemento formal, elemento funcional, elemento decorativo).

Tipo de Programa

Registro de software

SO01-Sist Operac	Sistema Operacional
SO02-Interf E&S	Interface de Entrada e Saída
SO03-Interf Disc	Interface Básica de Disco
SO04-Interf Com	Interface de Comunicação
SO05-Geren Usuar	Gerenciador de Usuários
SO06-Adm Dispost	Administrador de Dispositivos
SO07-Cont Proces	Controlador de Processos
SO08-Cont Redes	Controlador de Redes
SO09-Proc Comand	Processador de Comandos

LG01-Linguagem	Linguagens
LG02-Compilador	Compilador
LG03-Montador	Montador
LG04-Pré-Compld	Pré-Compilador
LG05-Comp Cruz	Compilador Cruzado
LG06-Pré-Proces	Pré-Processador
LG07-Interptd	Interpretador
LG08-Ling Procd	Linguagem Procedural
LG09-Ling N Prcd	Linguagem Não Procedural
GI01-Gerenc Info	Gerenciador de Informações
GI02-Gerenc BD	Gerenciador de Banco de Dados
GI03-Gerad Telas	Gerador de Telas
GI04-Gerad Relat	Gerador de Relatórios
GI05-Dicion Dad	Dicionário de Dados
GI06-Ent Val Dad	Entrada e Validação de Dados
GI07-Org Man Arq	Organização, Tratamento, Manutenção de Arquivos
GI08-Recup Dados	Recuperação de Dados
CD01-Com Dados	Comunicação de Dados
CD02-Emul Termnl	Emuladores de Terminais

CD03-Monitor TP	Monitores de Teleprocessamento
CD04-Ger Dispost	Gerenc. Disposit. e Periféricos
CD05-Ger de Rede	Gerenciador de Rede de Comunicação de Dados
CD06-Rede Local	Rede Local
FA01-Ferrm Apoio	Ferramenta de Apoio
FA02-Proc Texto	Processadores de Texto
FA03-Planil Elet	Planilhas Eletrônicas
FA04-Gerad Gráfc	Geradores de Gráficos
DS01-Ferrm Desnv	Ferramentas de Suporte ao Desenvolv. de Sistemas
DS02-Gerd Aplic.	Gerador de Aplicações
DS03-CASE	Computer Aided Softw Engineering
DS04-Desv c/Metd	Aplicativos Desenvolv. Sist. de acordo com determ. Metodologia
DS05-Bib Rotinas	Bibliotecas de Rotinas ("Libraries")
DS06-Apoio Progm	Apoio à Programação
DS07-Sup Documt	Suporte à Documentação
DS08-Convers Sis	Conversor de Sistemas
AV01-Aval Desemp	Avaliação de Desempenho

AV02-Cont Recurs	Contabilização de Recursos
PD01-Seg Prot Dd	Segurança e Proteção de Dados
PD02-Senha	Senha
PD03-Criptograf	Criptografia
PD04-Man Intg Dd	Manutenção da Integridade dos Dados
PD05-Cont Acess	Controle de Acessos
SM01-Simul & Mod	Simulação e Modelagem
SM02-Simulador	Simulador Vôo/Carro/Submarino/...
SM03-Sim Amb Op	Simuladores de Ambiente Operacional
SM04-CAE/CAD/CAM	CAE/CAD/CAM/CAL/CBT/...
IA01-Intlg Artf	Inteligência Artificial
IA02-Sist Especl	Sistemas Especialistas
IA03-Proc Lng Nt	Sistemas de Processamento de Linguagem Natural
IT01-Instrument	Instrumentação
IT02-Inst T&M	Instrumentação de Teste e Medição
IT03-Inst Biomd	Instrumentação Biomédica
IT04-Inst Analt	Instrumentação Analítica

AT01-Automação	Automação
AT02-Atm Esct	Automação de Escritório
AT03-Atm Comerc	Automação Comercial
AT04-Atm Bancar	Automação Bancária
AT05-Atm Indust	Automação Industrial
AT06-Contr Proc	Controle de Processos
AT07-Atm Manuf	Automação da Manufatura (Controle Numérico Computadorizado, Robótica, etc)
AT08-Elet Autom	Eletrônica Automotiva (computador de bordo, sistema de injeção e/ou ignição eletrônica, etc)
TI01-Teleinform	Teleinformática
TI02-Terminais	Terminais
TI03-Transm Dados	Transmissão de Dados
TI04-Comut Dados	Comutação de Dados
CT01-Comutação	Comutação Telefônica e Telegráfica
CT02-Impl Fun Ad	Implementador de Funções Adicionais
CT03-Ger Op&Man	Gerenciador Operação e Manutenção
CT04-Term Op&Man	Terminal de Operação e Manutenção de Central

UT01-Utilitários	Utilitários
UT02-Compress Dd	Compressor de Dados
UT03-Conv Arq	Conversor Meios de Armazenamento
UT04-Class/Inter	Classificador / Intercalador
UT05-Cont Spool	Controlador de Spool
UT06-Transf Arq	Transferência de Arquivos
AP01-Aplicativo	Aplicativos
AP02-Planejament	Planejamento
AP03-Controle	Controle
AP04-Auditoria	Auditoria
AP05-Contabiliz	Contabiliz
TC01-Aplc Tcn Ct	Aplicações Técnico-Científicas
TC02-Pesq Operac	Pesquisa Operacional
TC03-Recnh Padr	Reconhecimento de Padrões
TC04-Proc Imagem	Processamento de Imagem
ET01-Entrtmto	Entretenimento
ET02-Jogos Anim	Jogos Animados ("arcade games")

ET03-Gerad Desen	Geradores de Desenhos
ET04-Simuladores	Simuladores Destinados ao Lazer

TERMO DE CESSÃO DE SOFTWARE

Pelo presente instrumento de cessão e na melhor forma de direito, (nome do inventor), CPF: , residente e domiciliado na Rua , Belo Horizonte, Minas Gerais; (nome do inventor), CPF: , residente e domiciliado na Rua , Belo Horizonte, Minas Gerais; e (nome do inventor), CPF: , residente na Rua , Belo Horizonte, Minas Gerais, **CEDEM E TRANSFEREM** o código fonte, sua propriedade intelectual e os direitos de comercialização do referido software, incluindo suas futuras modificações, aprimoramentos e variações, para a **Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG**, CNPJ: 17.217.985/001-04, com sede na Avenida Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 31270-901, para que esta Universidade possa comercialmente usufruir do referido software como melhor lhe convier, como venda, locação, cessão de uso temporário ou definitiva, transferência e cessão de titular, dentre outros atos referentes à propriedade intelectual do software.

E por ser a expressão da verdade, este documento em 3 (três) vias, é assinado perante duas testemunhas que também o assinam.

Belo Horizonte,

(nome do inventor)

Cedente

(nome do inventor)

Cedente

(nome do inventor)

Cedente

Prof. Carlos Alberto Pereira Tavares

Cessionária

Testemunhas

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO DE PARTICIPAÇÃO DOS AUTORES

_____(nome), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º ____, apto. _____, Bairro _____, Belo Horizonte/MG, doravante denominado Autor;

_____(nome), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º ____, apto. _____, Bairro _____, Belo Horizonte/MG, doravante denominado Autor;

_____ (nome), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e do CPF n.º _____, residente e domiciliado na _____, n.º _____, apto. _____, Bairro _____, Belo Horizonte/MG, doravante denominado Autor;

Vêm, na melhor forma de direito, nos termos do artigo 7.º, I, da Resolução do Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais n.º 08/1998, definir a participação pecuniária dos autores nos resultados financeiros obtidos com a exploração dos direitos decorrentes do requerimento de patente _____ **(deixar em branco / Retirar esse comentário antes de imprimir)**, conforme abaixo:

Autor	Participação (%)
1º) Nome do Autor	X
2º) Nome do Autor	Y
3º) Nome do Autor	Z

E por estarem de acordo com o presente Termo assinam na presença das testemunhas abaixo descritas.

Belo Horizonte, de _____ de _____

Autores:

Nome do Autor

Nome do Autor

Nome do Autor

Testemunha 1: 1- _____ Nome: CPF:	Testemunha 2: 2- _____ Nome: CPF:
--	--

ANEXO XIII
DOCUMENTOS DE PROTEÇÃO UFMG
TERMO DE SIGILO

A _____, sediada na _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada conforme seu contrato social/ estatuto social por _____, residente e domiciliado na _____, portador da carteira de identidade _____, expedida pela _____, CPF nº _____, doravante denominada **EMPRESA**.

CONSIDERANDO:

- a) que a **EMPRESA** tem interesse em avaliar a tecnologia descrita na Cláusula Primeira *infra*, de titularidade da Universidade Federal de Minas Gerais – **UFMG**, para possível apresentação de proposta para exploração comercial da respectiva tecnologia;
- b) que para os propósitos da avaliação da tecnologia a **EMPRESA** terá acesso a Informações Confidenciais.

Firma a **EMPRESA** o presente **TERMO DE SIGILO**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto do presente termo o sigilo pela **EMPRESA** das informações técnicas confidenciais a que tiver acesso para fins de avaliação e possível elaboração de proposta comercial para a industrialização e comercialização da tecnologia _____ intitulada _____, desenvolvida pela equipe coordenada pela Professor _____, do Departamento _____, da Universidade Federal de Minas Gerais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONCEITO

A expressão “Informação Confidencial” abrange toda a informação revelada e associada à tecnologia citada na cláusula primeira *supra*, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios de comunicação, inclusive eletrônicos.

Parágrafo único: fica excluído do conceito “Informação Confidencial” todo o conteúdo que estiver sob domínio público antes de sua revelação à **EMPRESA**, ou que se tornar público pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI ou pelo Órgão competente em âmbito internacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente termo terá prazo coincidente ao da concessão da patente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI ou pelo Órgão competente em âmbito internacional.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

A **EMPRESA** compromete-se a:

- a) manter a “Informação Confidencial” sob sigilo, inclusive em relação a empresas coligadas, subsidiárias ou que a elas de alguma forma estejam vinculadas, usando-a somente para os propósitos da elaboração de proposta comercial para a industrialização e comercialização da tecnologia mencionada na Cláusula Primeira, com a exclusão de qualquer outro objetivo;
- b) não fazer cópia ou registro por escrito sobre qualquer parte da “Informação Confidencial” e garantir que esta esteja protegida de forma adequada contra revelação, cópia, registro ou uso indevido e não autorizado.
- c) não reclamar a qualquer tempo posse de direito relativo ao uso de produtos ou processos derivados da “Informação Confidencial”.
- d) devolver todos os documentos relacionados à “Informação Confidencial”, incluindo cópias, tão logo solicitado pela **UFMG**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

Caso a **EMPRESA** descumpra quaisquer das obrigações previstas no presente termo, a **UFMG** impetrará a respectiva ação indenizatória junto à autoridade competente, que aplicará as sanções de cunho civil e criminal cabíveis.

CLÁUSULA SÉXTA-DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, nos termos do inciso I, do art. 109, da Constituição Federal para dirimir dúvidas ou litígios oriundos do presente instrumento.

Belo Horizonte,

EMPRESA

Testemunhas:

1- _____

Nome:

CPF:

2- _____

Nome:

CPF:

TERMO DE SIGILO

_____,
nacionalidade, estado civil, portador da carteira de
 identidade nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na

 _____ doravante denominado
RECEPTOR DA INFORMAÇÃO.

CONSIDERANDO:

- a) que o **RECEPTOR DA INFORMAÇÃO** terá acesso à atividades desenvolvidas junto ao Departamento (preencher nome do departamento) da Universidade Federal de Minas Gerais – **UFMG** e que terá acesso à informações técnicas confidenciais relativas às pesquisas desenvolvidas no respectivo Departamento;
- b) que o **RECEPTOR DA INFORMAÇÃO** receberá informações confidenciais acerca de tecnologias de propriedade da Universidade Federal de Minas Gerais – **UFMG**;
- c) que a **UFMG** é titular dos direitos de propriedade intelectual porventura obtidos das pesquisas desenvolvidas na Universidade e, para resguardar tal direito, deve assegurar o atendimento ao requisito “novidade” exigido pela legislação pertinente;

Firmam o presente Termo de Sigilo, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto do presente termo o sigilo pelo **RECEPTOR DA INFORMAÇÃO** em relação a qualquer “Informação Confidencial” relacionada à pesquisas desenvolvidas na **UFMG** ou tecnologias de titularidade da **UFMG** a que tiver acesso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONCEITO

A expressão “Informação Confidencial” abrange toda a informação relativa às pesquisas desenvolvidas na **UFMG** a que o **RECEPTOR DA INFORMAÇÃO** tenha acesso, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios de comunicação, inclusive eletrônicos.

Parágrafo primeiro: Para fins do presente termo o conceito “Informação Confidencial” inclui materiais biológicos em espécie.

Parágrafo segundo: não será considerada “Informação Confidencial” aquela que estiver sob domínio público antes de ser revelada ou disponibilizada ao **RECEPTOR DA INFORMAÇÃO** ou a que for tornada pública pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI ou pelo Órgão competente em âmbito internacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente termo vigorará até que os direitos de propriedade intelectual das pesquisas desenvolvidas na **UFMG**, estejam devidamente protegidos junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e/ou junto ao Órgão competente em âmbito internacional.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO RECEPTOR DA INFORMAÇÃO

O **RECEPTOR DA INFORMAÇÃO** compromete-se a:

- a) manter a “Informação Confidencial” sob sigilo, usando-a somente para os propósitos do exercício de suas atividades junto à **UFMG**, com a exclusão de qualquer outro objetivo;
- b) não fazer cópia ou registro por escrito sobre qualquer parte da “Informação Confidencial” e garantir que esta esteja protegida de forma adequada contra revelação, cópia, registro ou uso indevido e não autorizado;
- c) devolver todos os documentos relacionados à “Informação Confidencial”, incluindo cópias, tão logo solicitado pela **UFMG**;
- d) não disponibilizar o material biológico a terceiros sem o consentimento por escrito do chefe de departamento.

e) não reclamar a qualquer tempo posse de direito relativo ao uso de produtos ou processos derivados da “Informação Confidencial”.

CLÁUSULA QUINTA- DAS PENALIDADES

Caso o **RECEPTOR DA INFORMAÇÃO** descumpra quaisquer das obrigações previstas no presente termo, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG impetrará a respectiva ação indenizatória junto à autoridade competente, que aplicará as sanções de cunho civil e criminal cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA- DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, nos termos do inciso I, do art. 109, da Constituição Federal para dirimir dúvidas ou litígios oriundos do presente instrumento.

Belo Horizonte, de _____ de 2010.

RECEPTOR DA INFORMAÇÃO

Testemunhas:

1- _____

2 - _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

TERMO DE SIGILO

_____,
nacionalidade, estado civil, portador da
carteira de identidade n.º _____, CPF
n.º _____, residente e domiciliado na

_____,
doravante denominado **MEMBRO DE
BANCA EXAMINADORA**.

CONSIDERANDO:

a) que o **MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA** terá acesso à atividades desenvolvidas junto ao Departamento (preencher nome do departamento) da Universidade Federal de Minas Gerais – **UFMG** e que terá acesso à informações técnicas confidenciais relativas às pesquisas desenvolvidas no respectivo Departamento;

b) que o **MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA** receberá informações confidenciais acerca de dissertações/teses apresentadas por alunos da Universidade Federal de Minas Gerais – **UFMG**;

Firma o **MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA** o presente Termo de Sigilo, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto do presente termo o sigilo pelo **MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA** é manter o sigilo em relação à informações a que tiver acesso na qualidade de membro da banca examinadora constituída para análise de *dissertação/tese* intitulada (completar título da dissertação/tese), desenvolvida pelo *mestrando/doutorando* (incluir nome), da Unidade (preencher unidade), da Universidade Federal de Minas Gerais – **UFMG**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONCEITO

A expressão “Informação Confidencial” abrange toda a informação relativa às pesquisas desenvolvidas na **UFMG** a que o **MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA** tenha acesso, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios de comunicação, inclusive eletrônicos.

Parágrafo primeiro: Para fins do presente termo o conceito “Informação Confidencial” inclui materiais biológicos em espécie.

Parágrafo segundo: não será considerada “Informação Confidencial” aquela que estiver sob domínio público antes de ser revelada ou disponibilizada ao **MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA** ou a que for tornada pública pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – **INPI** ou pelo Órgão competente em âmbito internacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O presente termo vigorará até que os direitos de propriedade intelectual das pesquisas desenvolvidas na **UFMG** estejam devidamente protegidos pela **UFMG** ou junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e junto ao Órgão competente em âmbito internacional.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO RECEPTOR DA INFORMAÇÃO

O **MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA** compromete-se a:

- a) manter a “Informação Confidencial” sob sigilo, usando-a somente para os propósitos do exercício de suas atividades junto à **UFMG**, com a exclusão de qualquer outro objetivo;
- b) não fazer cópia ou registro por escrito sobre qualquer parte da “Informação Confidencial” e garantir que esta esteja protegida de forma adequada contra revelação, cópia, registro ou uso indevido e não autorizado;
- c) devolver todos os documentos relacionados à “Informação Confidencial”, incluindo cópias, tão logo solicitado pela **UFMG**.
- d) não disponibilizar o material biológico a terceiros sem o consentimento por escrito do chefe de Departamento.
- e) não reclamar a qualquer tempo posse de direito relativo ao uso de produtos ou processos derivados da “Informação Confidencial”.
- f) usar as informações a que tiver acesso apenas com o propósito de avaliação da dissertação/tese, não as revelando a qualquer título ou sob nenhum pretexto a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA- DAS PENALIDADES

Caso o **MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA** descumpra quaisquer das obrigações previstas no presente termo, a Universidade Federal de Minas Gerais – **UFMG** impetrará a respectiva ação indenizatória junto à autoridade competente, que aplicará as sanções de cunho civil e criminal cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA- DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, nos termos do inciso I, do art. 109, da Constituição Federal para dirimir dúvidas ou litígios oriundos do presente instrumento.

Belo Horizonte,

MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA**Testemunhas:**

1- _____

2 - _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ANEXO XIV

Ao

Departamento de Inovação Tecnológica - DIT

Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão - PRPE

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Senhora Professora,

Eu, (nome completo), (RG), (CPF), (professor/aluno de), (do departamento de/curso de), encaminho a este Departamento os documentos abaixo relacionados, a fim de dar início a avaliação de pertinência do pedido de depósito da Patente de invenção denominada “ ”

Relação de documentos anexos:

	Material	Nº de páginas
()	Relatório de Invenção	
()	Desenhos, se necessário	
()	Publicações relacionadas ao presente invento	
()	Cópia de material de divulgação e/ou atestados de participação em eventos e/ou cópia de anais, onde o invento tenha sido divulgado/apresentado.	
()	Cópia do contrato de Direitos de Propriedade Industrial firmado entre a UFSC e Empresa(s) participante(s), quando for o caso.	
()	Outros documentos julgados pertinentes: - -	

Florianópolis, xx de xxx de 2009.

Atenciosamente,

Assinatura

Ilma. Sra.

Rozangela Curi Pedrosa

Diretor da DIT/PRPE/UFSC

Nesta Universidade

DADOS DO(S) TITULAR(ES)

(Preencha somente se a patente for em co-titularidade com empresas, órgãos públicos ou pessoas físicas sem vínculo com a UFSC)

<i>Nome da Instituição</i>	<i>CGC ou CPF</i>
Universidade Federal de Santa Catarina	83.899.526/0001-82

DADOS DO(S) INVENTOR(ES)

Nome civil completo:		
Centro:		Departamento:
Fone comercial:	Fax:	E-mail:
Identidade Nº:	Órgão expedidor:	Data de emissão:
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:
Nacionalidade:		Naturalidade:
Formação Acadêmica:		Profissão:
Endereço Completo:		
Bairro:		CEP:
Telefone residencial:		Celular:

Vínculo com a UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno especialização	☐ Aluno mestrado ☐ Aluno mestrado profissionalizante ☐ Aluno doutorado ☐ Aluno pós-doutorado
Participante externo UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno pós-graduação	Informe Instituição:
% Contribuição no presente invento:		

Nome civil completo:		
Centro:		Departamento:
Fone comercial:	Fax:	E-mail:
Identidade Nº:	Órgão expedidor:	Data de emissão:
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:
Nacionalidade:		Naturalidade:
Formação Acadêmica:		Profissão:
Endereço Completo:		
Bairro:		CEP:
Telefone residencial:		Celular:
Vínculo com a UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno especialização	☐ Aluno mestrado ☐ Aluno mestrado profissionalizante ☐ Aluno doutorado ☐ Aluno pós-doutorado
Participante externo UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno pós-graduação	Informe Instituição:
% Contribuição no presente invento:		

Nome civil completo:	
Centro:	Departamento:

Fone comercial:	Fax:	E-mail:
Identidade Nº:	Órgão expedidor:	Data de emissão:
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:
Nacionalidade:	Naturalidade:	
Formação Acadêmica:	Profissão:	
Endereço Completo:		
Bairro:	CEP:	
Telefone residencial:	Celular:	
Vínculo com a UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno especialização	☐ Aluno mestrado ☐ Aluno mestrado profissionalizante ☐ Aluno doutorado ☐ Aluno pós-doutorado
Participante externo UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno pós-graduação	Informe Instituição:
☐ % Contribuição no presente invento:		

Nome civil completo:		
Centro:	Departamento:	
Fone comercial:	Fax:	E-mail:
Identidade Nº:	Órgão expedidor:	Data de emissão:
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:
Nacionalidade:	Naturalidade:	
Formação Acadêmica:	Profissão:	
Endereço Completo:		
Bairro:	CEP:	
Telefone residencial:	Celular:	
Vínculo com a UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno especialização	☐ Aluno mestrado ☐ Aluno mestrado profissionalizante ☐ Aluno doutorado ☐ Aluno pós-doutorado

Participante externo UFSC	() Professor	Informe Instituição:
	() Técnico-administrativo	
	() Aluno graduação	
	() Aluno pós-graduação	
% Contribuição no presente invento:		

INFORMAÇÕES SOBRE O INVENTO

(PARA ESTA SEÇÃO, SE NECESSITAR DE FOLHA ADICIONAL, IDENTIFIQUE-A COMO ANEXO 1)

- TÍTULO DO INVENTO *(Utilize termos técnicos)*

- PALAVRAS-CHAVE RELACIONADAS AO PRESENTE INVENTO:

Português	Inglês
1.	1.
2.	2.
3.	3.
4.	4.
5.	5.
6.	6.

- DESCREVA OBJETIVAMENTE O CAMPO DE INVENÇÃO
(Identificar o setor técnico que a invenção esta se referindo, deve-se utilizar apenas um conceito inventivo, mesmo que a patente se refira a mais invenções inter-relacionadas. Ex.: novo uso do equipamento, processo para tratamento de efluentes, equipamento para..., etc.).

- ANTECEDENTES DA INVENÇÃO

(Descrever o estado da técnica, citar os documentos de patentes encontrados na busca de anterioridade, produtos/processos, que tenham relação com o pedido, citando seus principais problemas técnicos e desvantagens. Os documentos de patente citados no relatório devem seguir

uma ordem cronológica.) Ato normativo INPI 127, Item 15.1.2; d) descrever o estado da técnica que possa ser considerado útil à compreensão, à busca e ao exame da invenção, citando, sempre que possível, os documentos que o reflitam, destacando os problemas técnicos existentes;

- **DEFINIR OS OBJETIVOS DA INVENÇÃO**

(Definir os objetivos da invenção e descrever, de forma clara, concisa e precisa, a solução proposta para o problema existente, bem como as vantagens da invenção em relação ao estado da técnica; ressaltar, nitidamente, a novidade e evidenciar o efeito técnico alcançado; ex. eficiência, produtividade, custo, qualidade do produto, redução de resíduos, etc)

- **DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FIGURAS**

(Listar os desenhos, figuras, gráficos, fluxogramas; desenhos: traços indelévels firmes, uniformes e sem cores, desenhos técnicos, permita sua reprodução, isentos de textos, conter apenas termos indicativos).

- **DESCRIÇÃO DETALHADA DO INVENTO**

(Apresente seu invento com suficiência descritiva e indique, quando for o caso, a melhor forma de execução. Dependendo da área de invenção, descreva a composição, processo de preparação, posologia, forma de administração, efeitos adversos, direção do fluxo, descrição detalhada das peças, passo-a-passo do processo, listar todas as aplicações, etc.)

- **DIÁRIO DE LABORATÓRIO**

(Importante apresentar a descrição do invento em faixas de valores – exemplo: 12°C a 15°C. Informe alguns exemplos de ensaios realizados até chegar às faixas ideais, inclusive informando os valores trabalhados e identificando a faixa preferencial ou ideal.)

INFORMAÇÕES SOBRE O INVENTO

(PARA ESTA SEÇÃO, SE NECESSITAR DE FOLHA ADICIONAL, IDENTIFIQUE-A COMO ANEXO 2)

- **REIVINDICAÇÕES** *(O quadro reivindicatório deve descrever o que realmente precisa ser protegido, detalhar a inovação do presente invento, descrever a novidade). Ex.: (Título da patente), seguido da expressão "Caracterizado por" (seguido de detalhes da novidade expressa na invenção).*

- **RESUMO** *(Deve conter preferencialmente de 50 a 200 palavras, apresentando um sumário do que foi exposto no relatório descritivo, nas reivindicações e nos desenhos).*

- **DESVANTAGENS E/OU LIMITAÇÕES DO INVENTO**

- **USO PRESENTE E FUTURO DO INVENTO**

- **NA SUA OPINIÃO, QUAL O ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DE SEU INVENTO COM RELAÇÃO A COMERCIALIZAÇÃO?**

() Estado embrionário (Precisa muito trabalho para levá-lo ao mercado)

() Parcialmente desenvolvido (Poderá ser levado ao mercado com um investimento razoável)

() Desenvolvido (Pode ser levado ao mercado com um mínimo

investimento)

- DATAS DE EVENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO INVENTO:

EVENTO	DATA APROXIMADA
Concepção	
Croquis e Desenhos	
Primeira Descrição (relato)	
Modelo (protótipo) em operação	
Primeira Publicação	
Primeira Apresentação Oral	

	<i>Sim</i>	Não sei
1. Conhece um outro invento com característica similar?		
2. Houve alguma patente depositada/requerida de um invento similar		
3. Há pesquisa bibliográfica relacionada com o invento		
4. Há alguma proteção de propriedade intelectual aplicada a esta invenção?		

- Se 1 for afirmativo, indique as principais referências bibliográficas relacionadas ao presente invento, anexando, se possível, cópia:

	<i>Sim</i>	Não
1. A presente invenção já foi revelada fora da Universidade?		
2. Esteve pessoalmente envolvido em outro processo de patente?		

3. O presente invento já foi revelado à indústria?		
4. Foi demonstrado interesse comercial?		

- Se 1 for afirmativo, informe detalhadamente, as circunstâncias e anexe cópia do trabalho. (Exemplo: apresentação em conferências, publicações científicas em revistas, comunicações informais, patentes, normas)

Alertamos que a divulgação de aspectos da invenção que por ventura não tenham sido comunicados a este Escritório podem prejudicar a expedição da carta-patente no Brasil, assim como eventuais solicitações de patenteamento no Exterior.

- Se 2 for afirmativo, informe quando, onde, e que tipo de invento:

- Se 4 for afirmativo, informe nome, contato e telefone da empresa:

INVESTIMENTOS NA PESQUISA

- Órgãos de Fomento Envolvidos (Apoio CNPq, CAPES, etc)
- Foi feito contrato com órgão financiador ou gerido de acordo com um *Termo de Confidencialidade*?
- O órgão financiador foi informado do invento?

- Suporte Interno (Fundos de Pesquisa da UFSC, Unidade ou do Departamento):

AVALIADORES

Indique três profissionais externos à UFSC e preferentemente ligados à indústria, para avaliar o presente pedido de patente de invenção:

Nome:

Instituição:

Fone:

E-mail:

Nome:

Instituição:

Fone:

E-mail:

Nome:

Instituição:

Fone:

E-mail:

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

- **COMENTE A POTENCIALIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRESENTE INVENÇÃO.** *(Especifique áreas de aplicação e/ou produtos que imaginas que possam utilizar esta nova tecnologia)*

- **CITE MERCADOS OU EMPRESAS QUE PODERIAM TER INTERESSE EM CONHECER ESTA NOVA TECNOLOGIA**

Declaro(amos) que:

1. Todas as informações acima descritas são verdadeiras;
2. Todos os participantes no desenvolvimento do presente invento foram devidamente relacionados, ISENTANDO O DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A UFSC DE QUALQUER RESPONSABILIDADE POR EVENTUAL EQUÍVOCO OU OMISSÃO VERIFICADA QUANTO AOS AUTORES E ORIGINALIDADE DO INVENTO DESENVOLVIDO;
3. Estou(amos) ciente(s) da legislação pertinente à matéria, bem como das normas internas da UFSC relacionadas à Propriedade Intelectual.

Ciência do(s) Inventor(es):

1) Nome: _____

Assinatur

a

2) Nome _____

Assinatura _____

3) Nome _____

Assinatura: _____

Ciência do Chefe de Departamento/Coordenador do Curso de Pós-Graduação e do Diretor do Centro/ Unidade:

Local/Data

Assinatura e Carimbo

Chefe de Departamento ou

Coordenador de Curso

Local/Data_____
Assinatura e Carimbo

Diretor do Centro/ Unidade

Ao

Departamento de Inovação Tecnológica - DIT

Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão - PRPE

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Senhora Professora,

Eu, (nome completo), (RG), (CPF), (professor / aluno de), (matrícula), (do Centro de), (do departamento de / curso de), encaminho a este Departamento os documentos abaixo relacionados, a fim de dar início a avaliação de pertinência do pedido de registro do programa de computador denominado “(título do programa)”

Relação de documentos anexos:

	Material	Nº de páginas
--	----------	---------------

()	Relatório de registro de programa de computador	
()	Publicações relacionadas ao presente programa de computador	
()	Cópia do contrato de direitos de propriedade intelectual firmado entre a UFSC, entidade(s) e empresa(s) participante(s), quando for o caso.	
()	Outros documentos julgados pertinentes: - - -	

Florianópolis, xx de xxx de 2009.

Atenciosamente,

Assinatura

Ilma. Sra.

Rozangela Curi Pedrosa

Diretor da DIT/PRPE/UFSC

Nesta Universidade

DADOS DO(S) TITULAR(ES)

(Preencha somente se o programa de computador for em co-titularidade com empresa(s), órgão(s) público(s) ou pessoa(s) física(s) sem vínculo com a UFSC)

Nome da Instituição	CGC ou CPF
Universidade Federal de Santa Catarina	83.899.526/0001-82

DADOS DO(S) AUTOR(ES)

Nome civil completo:		
Centro:		Departamento:
Fone comercial:	Fax:	E-mail:
Identidade Nº:	Órgão expedidor:	Data de emissão:
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:
Nacionalidade:		Naturalidade:
Endereço Residencial Completo:		
Bairro:		CEP:
Telefone residencial:		Celular:
Profissão:		Formação:
Vínculo com a UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação	☐ Aluno especialização ☐ Aluno mestrado ☐ Aluno mestrado profissionalizante ☐ Aluno doutorado

Participante externo UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno pós-graduação	Informe instituição:
☐ % Contribuição no presente programa:		
Tem outro programa de computador registrado junto ao INPI: ☐ Sim ☐ Não		

Nome civil completo:		
Centro:		Departamento:
Fone comercial:	Fax:	E-mail:
Identidade Nº:	Órgão expedidor:	Data de emissão:
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:
Nacionalidade:		Naturalidade:
Endereço Residencial Completo:		
Bairro:		CEP:
Telefone residencial:		Celular:
Profissão:		Formação:
Vínculo com a UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação	☐ Aluno especialização ☐ Aluno mestrado ☐ Aluno mestrado profissionalizante ☐ Aluno doutorado
Participante externo UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno pós-graduação	Informe instituição:
☐ % Contribuição no presente programa:		
Tem outro programa de computador registrado junto ao INPI: ☐ Sim ☐ Não		

Nome civil completo:		
Centro:		Departamento:
Fone comercial:	Fax:	E-mail:
Identidade Nº:	Órgão expedidor:	Data de emissão:
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:
Nacionalidade:		Naturalidade:
Endereço Residencial Completo:		
Bairro:		CEP:
Telefone residencial:		Celular:
Profissão:		Formação:
Vínculo com a UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação	☐ Aluno especialização ☐ Aluno mestrado ☐ Aluno mestrado profissionalizante ☐ Aluno doutorado
Participante externo UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno pós-graduação	Informe instituição:
% Contribuição no presente programa:		
Tem outro programa de computador registrado junto ao INPI: ☐ Sim ☐ Não		

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE COMPUTADOR

- TÍTULO DO PROGRAMA DE COMPUTADOR

NOTA 1: não utilize expressões designativas das funções executadas pelo programa. Por exemplo: gerenciador de bases de dados, editor de texto.

NOTA 2: a proteção ao nome comercial do programa de computador pode ser obtida concomitantemente às providências relativas ao registro, bastando informar o nome comercial como título do programa de computador.

- DATA DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMPUTADOR

NOTA: entende-se por data de criação a primeira utilização do programa ou sua disponibilização à terceiros

- LINGUAGEM(S) DE PROGRAMAÇÃO NA(S) QUAL(IS) FOI DESENVOLVIDO E ESTÁ DISPONIBILIZADO O PROGRAMA:

- O PRESENTE PROGRAMA DE COMPUTADOR É UMA MODIFICAÇÃO TECNOLÓGICA OU DERIVAÇÃO (NOVA VERSÃO) DE OUTRO JÁ EXISTENTE?

Sim (☐) Não (☐)

Caso afirmativo, informe o título do programa original:

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE COMPUTADOR

- DESCRIÇÃO FUNCIONAL DO PROGRAMA DE COMPUTADOR:

- INFORME TRECHOS DO PROGRAMA OU OUTROS ELEMENTOS ESSENCIAIS DO PROGRAMA QUE SEJAM CAPAZES DE CARACTERIZAR A CRIAÇÃO INDEPENDENTE E IDENTIFICAR O PROGRAMA (Anexar o código fonte):

- INFORME O CAMPO DE APLICAÇÃO DO PRESENTE PROGRAMA DE COMPUTADOR, DEFINIDO ÁREAS DE APLICAÇÃO (Consulte http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/programa/pasta_classificacao)

• INFORME A CLASSIFICAÇÃO DO TIPO DE PROGRAMA (Consulte http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/programa/pasta_classificacao/tipo_programa_html)

• QUE PROBLEMAS O PROGRAMA DE COMPUTADOR RESOLVE OU VANTAGENS QUE APRESENTA?

• QUAL O USO PRESENTE E FUTURO DO PROGRAMA DE COMPUTADOR?

ANTECEDENTES DO PROGRAMA DE COMPUTADOR

	<i>Sim</i>	Não sei
1. Conhece um outro programa de computador com característica similar?		
2. Há pesquisa bibliográfica relacionada com o programa de computador		

• Se 1 for afirmativo, informe o nome do programa de computador:

	<i>Sim</i>	Não
1. O presente programa de computador já foi revelado fora da Universidade?		
2. O presente programa de computador já foi revelado à indústria?		
3. Foi demonstrado interesse comercial?		

- Se 1 for afirmativo, informe detalhadamente as circunstâncias e anexe cópia do trabalho. (Exemplo: Apresentação em conferências, publicações científicas em revistas, comunicações informais, patentes, normas)
- Se 3 for afirmativo, informe nome, contato e telefone da empresa:

INVESTIMENTOS NA PESQUISA

- Órgãos de Fomento Envolvidos (Apoio CNPq, CAPES, FAPESC, etc)
- Foi feito contrato com órgão financiador ou gerido de acordo com um *Termo de Confidencialidade*?
- O órgão financiador foi informado do programa de computador?
- Suporte Interno (Fundos de Pesquisa da UFSC, Unidade ou do Departamento):

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

- DÊ SUA OPINIÃO SOBRE A POTENCIALIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO INCLUINDO SUGESTÕES A LONGO PRAZO. ESPECIFIQUE ÁREAS DE APLICAÇÃO QUE POSSAM UTILIZAR O PROGRAMA DE COMPUTADOR DESENVOLVIDO:

- CITE MERCADOS OU EMPRESAS QUE PODERIAM TER INTERESSE EM CONHECER ESTA NOVA TECNOLOGIA

Declaro(amos) que:

4. Todas as informações acima descritas são verdadeiras;
5. Todos os participantes no desenvolvimento do presente programa de computador foram devidamente relacionados, ISENTANDO O DEPARTAMENTO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E A UFSC DE QUALQUER RESPONSABILIDADE POR EVENTUAL EQUÍVOCO OU OMISSÃO VERIFICADA QUANTO AOS AUTORES E ORIGINALIDADE DO PROGRAMA DESENVOLVIDO;
6. Estou(amos) ciente(s) da legislação pertinente à matéria, bem como das normas internas da UFSC relacionadas à Propriedade Intelectual.

Ciência do(s) Autor(es):

1) Nome:	
Assinatura	
2) Nome	
Assinatura	
3) Nome	
Assinatura	
4) Nome	
Assinatura	
5) Nome	
Assinatura	

Ciência do Chefe de Departamento/Coordenador de Pós-Graduação e do Diretor da Unidade:

Carimbo

Assinatura

Data

Chefe de Departamento ou

Coordenador de Pós-
Graduação

Carimbo

Assinatura Diretor da Unidade

Data

Ao

Departamento de Inovação Tecnológica - DIT

Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão - PRPE

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Senhora Professora,

Eu, (nome completo), (RG), (CPF), (professor/aluno de), (do Departamento de/Curso de), encaminho a este Departamento os documentos abaixo relacionados, a fim de dar início a avaliação de pertinência do pedido de registro da marca denominada “”

Relação de documentos anexos:

	Material	Nº de páginas
()	Relatório de criação da marca	
()	Desenhos, se marca figurativa ou mista	
()	Publicações relacionadas à marca	
()	Cópia de material de divulgação e/ou atestados do uso da marca.	
()	Cópia do contrato de Direitos de Propriedade Industrial firmado entre a UFSC e Empresa(s) participante(s), quando for o caso.	
()	Outros documentos julgados pertinentes: - -	

Florianópolis, xx de xxx de 200x.

Atenciosamente,

Assinatura

Ilma. Sra.

Rozangela Curi Pedrosa

Diretora da DIT/PRPE/UFSC

Nesta Universidade

DADOS DO(S) TITULAR (ES)

(Preencha somente se a marca for em co-titularidade com empresas, órgãos públicos ou pessoas físicas sem vínculo com a UFSC)

Nome da Instituição	CGC ou CPF
Universidade Federal de Santa Catarina	83.899.526/0001-82

DADOS DO(S) ENVOLVIDO(S) COM A CRIAÇÃO DA MARCA

Nome civil completo:			
Centro:		Departamento:	
Fone comercial:	Fax:	E-mail:	
Identidade N°:	Órgão expedidor:	Data de emissão:	
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:	
Nacionalidade:		Naturalidade:	
Formação Acadêmica:		Profissão:	
Endereço Completo:			
Bairro:		CEP:	
Telefone residencial:		Celular:	

Vínculo com a UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno especialização	☐ Aluno mestrado ☐ Aluno mestrado profissionalizante ☐ Aluno doutorado ☐ Aluno pós-doutorado
Participante externo UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno pós-graduação	Informe Instituição:

Nome civil completo:			
Centro:		Departamento:	
Fone comercial:	Fax:	E-mail:	
Identidade N°:	Órgão expedidor:	Data de emissão:	
CPF:	Data nascimento:	Estado civil:	
Nacionalidade:		Naturalidade:	
Formação Acadêmica:		Profissão:	
Endereço Completo:			
Bairro:		CEP:	
Telefone residencial:		Celular:	
Vínculo com a UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno especialização	☐ Aluno mestrado ☐ Aluno mestrado profissionalizante ☐ Aluno doutorado ☐ Aluno pós-doutorado	
Participante externo UFSC	☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Aluno graduação ☐ Aluno pós-graduação	Informe Instituição:	

(Caso seja necessário acrescentar mais pessoas envolvidas na criação da marca, copiar e colar mais tabelas abaixo)

INFORMAÇÕES SOBRE A MARCA

- NOME/ FIGURA DA MARCA

- DADOS DA MARCA (Pode ser marcada mais de uma categoria - havendo dúvida favor deixar em branco)

APRESENTAÇÃO: () NOMINATIVA () MISTA () FIGURATIVA
() TRIDIMENSIONAL

NATUREZA: () DE PRODUTO () DE SERVIÇO () COLETIVA
() CERTIFICAÇÃO

- PRODUTOS E OU SERVIÇOS RELACIONADOS À MARCA:

1.		5.	
2.		6.	
3.		7.	
4.		8.	

- CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS E SERVIÇOS
– NCL (8):

Consultar:

(http://pesquisa.inpi.gov.br/MarcaPatente/jsp/marcas/marcas_produtos_internacionais.jsp)

-

NCL (8)

--

- CLASSIFICAÇÃO DE VIENA CFE (4):

Consulta:

(http://pesquisa.inpi.gov.br/MarcaPatente/jsp/marcas/classificacao_viena/lista_de_categorias.jsp)

Categoria		Divisão		Seção	

- DESCREVA OBJETIVAMENTE O HISTÓRICO E CAMPO DE UTILIZAÇÃO DA MARCA

- DATAS DE EVENTOS NO USO DA MARCA:

EVENTO	DATA APROXIMADA
Concepção	
Croquis e Desenhos	
Primeira publicação	
Outros.	

	<i>Sim</i>	Não sei
--	------------	---------

1. Conhece uma outra marca com característica similar?		
2. Houve alguma marca similar depositada/requerida no INPI?		
3. Há pesquisa relacionada com a marca?		
4. Há alguma proteção de propriedade intelectual aplicada a esta marca, ex. direitos autorais?		

- Se 1 for afirmativo, indique as principais referências relacionadas, anexando, se possível, cópia:

INVESTIMENTOS NA MARCA

- Órgãos de Fomento Envolvidos (Apoio CNPq, CAPES, etc)
- Empresas, instituições ou fundações envolvidas?
- Suporte Interno vinculado (Fundos de Pesquisa da UFSC, Unidade ou do Departamento):

Ciência do Chefe de Departamento/Coordenador de Curso e do Solicitante (indicar função):

Local/Data

Assinatura/Carimbo

Chefe de Departamento ou

Coordenador de Curso

Local/Data

Assinatura/Carimbo do Solicitante

LABORATÓRIO [NOME DO LABORATÓRIO]

Eu, [nome completo], [solteiro/ casado/ separado], [empregado/ servidor – docente, pesquisador, técnico/ estudante/ prestador de serviço/ avaliador/ auditor ou fiscal], [setor da UFSC], cédula de identidade nº _____, expedida no dia ____/____/____, em [local], CPF nº _____, residente na [rua/ avenida, nº, apto, bloco, bairro, CEP, cidade, estado], a seguir “signatário”, **declaro**:

Estou ciente de que são e serão tratados como confidenciais os dados, informações e conhecimentos aportados para a execução de projetos, os resultados gerados na execução de projetos, durante e após a sua vigência, bem como todos os assuntos relacionados à pesquisa realizada no Laboratório [nome do laboratório], a seguir [sigla do laboratório].

Será considerado, sem limitar-se aos conceitos aqui expressos:

- a) DADO:** o elemento ou quantidade que servir de base à resolução de um problema; os números de uma amostra que têm as características definidas por um subconjunto do domínio de uma variável aleatória ou não; resultados de exames, testes, ensaios;
- b) INFORMAÇÃO:** o conjunto de dados logicamente concatenados para esclarecimentos acerca de procedimento para utilização do conhecimento;
- c) CONHECIMENTO:** o saber científico ou tecnológico, domínio teórico ou prático, porém referido especificamente a **Projeto**;
- d) TECNOLÓGICO:** o conjunto de instrumentos, métodos e processos específicos; o estudo sistemático das matérias-primas e dos procedimentos e equipamentos técnicos necessários para a transformação das matérias-primas em produto industrial;
- e) PROJETO:** o conjunto de atividades visando a gerar conhecimento ou informação ou dado, cujo resultado esperado é um produto ou processo novo para aplicar na indústria; poderá ser uma inovação; por isso “confidencial”.

§ 1.º A confidencialidade implica na obrigação de não divulgar ou repassar dados, informações e conhecimentos a terceiros que não atuam no **[sigla do laboratório]**, sem autorização expressa, por escrito, dos responsáveis pelo Laboratório e Departamento de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (**UFSC**) pelo período de dez (10) anos, ficando sujeito às sanções da Lei nº 9.279/1996, artigo 195, e Lei nº 9.609/1998, artigo 12.

§ 2.º Não serão tratados como confidenciais os dados, informações e conhecimentos que se tornarem de conhecimento geral pela publicação de pedido de patente ou registro público, quando exigido por lei ou de outra forma que não seja por meio do signatário

§ 3.º Os dados, informações e conhecimentos confidenciais cuja divulgação se torne necessária para obtenção de autorização governamental para comercialização dos resultados de projeto, quando necessária ao cumprimento de determinação judicial, governamental ou policial, serão acompanhados pelos responsáveis pelo Laboratório e Departamento de Inovação Tecnológica que deverão requerer sigredo no seu trato.

§ 4.º Quando algum resultado de projeto, ao amparo deste termo, for objeto de publicação, como tese, dissertação, monografia, trabalho de conclusão de curso, artigo, folheto ou relatório, com o objetivo de evitar a quebra de confidencialidade, o signatário deverá solicitar aos responsáveis pelo Laboratório e Departamento de Inovação Tecnológica da UFSC autorização para a divulgação ou publicação.

I – A solicitação será feita com trinta (30) dias de antecedência e deverá ser respondida no mesmo prazo.

II– Excepcionalmente, poderá haver defesa perante banca ou acesso aos documentos de projeto, mediante assinatura de termo de confidencialidade, sempre que autorizado pelos responsáveis pelo **[sigla do laboratório]** e Departamento de Inovação Tecnológica da **UFSC**.

§ 5.º O signatário está ciente de que, somente depois da publicação oficial do órgão competente pela outorga de patente, de registro ou de outra proteção legal da propriedade intelectual, poderá publicar ou divulgar resultado de projeto, não excedendo a descrição constante dos referidos documentos.

§ 6.º Qualquer exceção à confidencialidade prevista neste termo somente será possível com a autorização prévia dos responsáveis pelo Laboratório e Departamento de Inovação Tecnológica da **UFSC**.

§ 7.º O signatário declara conhecer a Resolução n.º 014/CUn/UFSC, de 25 de junho de 2002, e que é ou será propriedade da UFSC a criação intelectual desenvolvida no seu âmbito; bem como ter direito à participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da criação intelectual protegida na proporção fixada em projeto ou de acordo com a contribuição individual para o êxito da criação conjunta nos termos da Resolução, inclusive aqueles que forem objeto de pedido de proteção da propriedade intelectual (patente, registros, certificado) relacionado a projeto ou atividades do **[sigla do laboratório]** até um ano após o meu desligamento da UFSC.

§ 8.º Qualquer demanda que envolver a UFSC será apreciada pelo foro da Seção Judiciária de Florianópolis da Justiça Federal do Estado de Santa Catarina.

Assim, por considerar válida e eficaz a obrigação unilateral aqui expressa, assino perante as testemunhas abaixo o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, uma para a UFSC e outra para mim, para que produza os efeitos legais.

Florianópolis, UFSC, ____ de _____ de ____.

[nome completo – CPF – assinatura]

Testemunhas/Assinatura:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

DEFESA DE [QUALIFICAÇÃO, DISSERTAÇÃO ou TESE]

PROGRAMA DE [MESTRADO ou DOUTORADO]

[NOME DO CURSO]

[Qualificação, Dissertação do mestrando ou tese do doutorando]: [NOME POR EXTENSO]

Patente UFSC [a ser requerida ou já requerida]

Título: “_____”.

Os signatários declaram estar cientes de que a Universidade Federal de Santa Catarina (**UFSC**) é detentora de conhecimentos, informações e dados confidenciais, utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços que são ou poderão ser objeto de proteção por direitos de propriedade intelectual – especialmente o conteúdo da [Dissertação ou Tese] referida em epígrafe.

CONSIDERANDO que as pessoas que firmaram este documento tiveram acesso parcial ou total à [Dissertação ou Tese] ou assistiram à sua defesa.

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução nº 14 do Conselho Universitário da UFSC, 25/6/2002, que os signatários declaram ter conhecimento.

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.279, de 14/5/1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, artigo 195, incisos “XI” e “XII”, estabelece que comete crime de concorrência desleal quem divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos, informações ou dados confidenciais, utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços, excluídos aqueles que sejam de conhecimento público ou que sejam evidentes para um técnico no assunto, a que teve acesso mediante relação contratual ou empregatícia, mesmo após o término do contrato; também quem divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos ou informações obtidos por meios ilícitos ou a que teve acesso mediante fraude; prevendo aplicação de pena de detenção de três meses a um ano ou multa para o infrator.

CONSIDERANDO que a legislação penal e da propriedade intelectual prevê outros delitos que podem ser considerados crimes e aos quais se aplicam também sanções civis de caráter indenizatório e administrativo, sem prejuízo das penas criminais cabíveis.

CONSIDERANDO que temos o dever de informar à **UFSC** sobre qualquer determinação judicial, administrativa ou policial para dar testemunho sobre conhecimentos, informações ou dados a que tiver acesso direto ou indireto através da [Dissertação ou Tese].

DECLARAMOS que nos responsabilizamos pela manutenção da confidencialidade dos conhecimentos, informações e dados a que tivemos acesso, e que não os utilizaremos, individual ou coletivamente, total ou parcialmente, em benefício próprio ou de terceiros.

DECLARAMOS o pleno conhecimento das sanções previstas em lei relacionadas à propriedade intelectual no caso de revelar ou usar os conhecimentos, informações e dados, sem a prévia

autorização por escrito do responsável pelo Departamento de Inovação Tecnológica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da **UFSC**.

DECLARAMOS saber que qualquer demanda que envolver a **UFSC** será apreciada pelo foro da Seção Judiciária de Florianópolis da Justiça Federal do Estado de Santa Catarina.

ASSIM, por considerarmos válida e eficaz a obrigação aqui expressa, assinamos perante as testemunhas abaixo o presente instrumento para que produza os efeitos legais.

Florianópolis, UFSC, ____ de _____ de ____.

[nome completo/CPF/assinatura]

[assinam todos os membros da banca, suplentes e todas as pessoas que assistirem a defesa]

ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

Este Acordo de Confidencialidade (“Acordo”) é celebrado em --- de --- de 2009, entre:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, autarquia federal de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969), com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade, em Florianópolis (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.899-526/0001-82, neste ato representada pelo seu Reitor, Prof. Dr. Álvaro Toubes Prata, CPF nº 145.041.381-15, cédula de identidade nº 5.595.235/SC, adiante denominada UFSC;

[EMPRESA], com sede na [Rua/Avenida] ----, nº ----, na cidade de ----, Estado de --- --, inscrita no CNPJ/MF sob nº ----, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por ____ doravante simplesmente denominada “[EMPRESA]”, e

Considerando que:

(A) A **UFSC** e a **[EMPRESA]** (doravante conjuntamente denominadas como “Partes” ou, individualmente como “Parte”) pretendem estabelecer um relacionamento de cooperação científica e tecnológica, que pode abranger o licenciamento de tecnologia patenteada, registrada ou certificada, bem como dos respectivos pedidos de proteção jurídica em fase de sigilo (não publicados), mesmo

documentos com informações científicas e tecnológicas não publicadas e sob sigilo interno, bem como negociação de acordos de parceria, prestação de serviço, uso de equipamentos e laboratórios ou transferência de tecnologia, doravante simplesmente denominado “Cooperação Tecnológica”;

(B) Durante as negociações e durante a vigência de toda a Cooperação Tecnológica as Partes receberão, uma da outra, dados, informações e conhecimentos privilegiados e confidenciais, conforme definições da Cláusula 1 abaixo, doravante simplesmente denominadas “Informações Confidenciais”;

(C) As Partes não utilizarão e não permitirão que se utilizem as Informações Confidenciais para outros fins senão aqueles descritos no item “A” acima, a menos que sejam prévia e expressamente autorizadas pela Parte divulgadora;

(D) As Partes desejam proteger as Informações Confidenciais que sejam divulgadas sob este Acordo (antes, durante e após a data de assinatura deste Acordo), incluindo as Informações Confidenciais divulgadas por escrito, visualmente, verbalmente e ainda, através de gráficos, programas de computadores ou em outros formatos.

Resolvem, as Partes, de comum acordo celebrar o presente instrumento, que se regerá pelos seguintes termos e condições:

1. Todas e quaisquer informações pertinentes à Cooperação Tecnológica, incluindo sem se limitar às informações relativas: (a) à **UFSC**, (b) à **[EMPRESA]**, (c) a pedidos de patente, de registro ou de certificado no período de sigilo junto aos órgãos que os concedem, (d) aos termos e condições de qualquer contrato a ser discutido ou formalizado entre as Partes e (e) a toda e qualquer informação fornecida de uma Parte à outra relativa à Cooperação Tecnológica, deverá ser e efetivamente é considerada como Informação Confidencial.

2. Cada Parte obriga-se a:

a) manter em confidencialidade todas as Informações Confidenciais recebidas da outra Parte, incluindo a existência deste Acordo;

b) notificar a Parte divulgadora, se tiver conhecimento, a respeito de qualquer divulgação das Informações Confidenciais por terceiros de forma não autorizada neste Acordo;

c) proteger as Informações Confidenciais divulgadas pela outra Parte usando o mesmo grau de cuidado e proteção que dispensa às suas informações confidenciais contra a divulgação, sendo requerido, todavia, no mínimo um cuidado razoável;

d) não divulgar qualquer Informação Confidencial de que tiver conhecimento para

terceiros exceto: (i) para os auditores, advogados, outras empresas do grupo, desde que estes atestem sua concordância em manter todas as informações recebidas nos termos deste Acordo, ou (ii) conforme estabelecido na legislação aplicável, ou exigido através de sentença judicial, desde que a Parte que estiver obrigada a fazer tal revelação, ajude a Parte proprietária da Informação Confidencial a limitar a divulgação ao estritamente necessário ao cumprimento da lei ou da sentença e ainda notifique a Parte proprietária imediatamente de tal divulgação, para que esta possa tomar medidas apropriadas a fim de defender seus direitos.

e) não usar a Informação Confidencial recebida para outros fins além daquele previsto neste Acordo a não ser que esta utilização tenha sido previamente autorizada pela Parte proprietária da informação;

f) não divulgar as Informações Confidenciais para outras pessoas além daquelas estabelecidas no item 2.d exceto se tal divulgação seja efetivamente necessária para o cumprimento dos objetivos deste Acordo, sendo certo, no entanto, que tal divulgação deverá acontecer nos mesmos moldes estabelecidos neste Acordo.

3. As obrigações de confidencialidade não se aplicam para as informações que:

a) já sejam ou se tornem de domínio público, desde que esta situação não decorra de culpa ou dolo da outra Parte ou de quaisquer terceiros;

b) sejam desenvolvidas legal e independente pela Parte receptora, sem qualquer referência, influência ou conexão com as Informações Confidenciais divulgadas por uma das Partes.

4. O presente Acordo não concede a qualquer das Partes, de forma implícita ou expressa, quaisquer direitos, licenças ou relacionamentos entre as mesmas como um resultado da troca de Informação Confidencial.

5. As Partes não poderão, em nenhuma hipótese ou condição: (i) utilizar as informações confidenciais da outra parte e (ii) se eximir em cumprir as obrigações de confidencialidade assumidas neste Acordo, incluindo sem se limitar o acontecimento do seguinte: (i) a não formalização de qualquer contrato ou acordo entre as Partes relativo às Informações Confidenciais; (ii) a formalização e execução de qualquer contrato ou acordo entre as Partes relativo às Informações Confidenciais; (iii) a rescisão ou término de qualquer contrato ou acordo relacionado com as Informações Confidenciais; ou (iv) a rescisão ou término deste Acordo.

6. Toda informação revelada sob este Acordo, incluindo informações licenciadas e protegidas por patentes, direitos autorais, segredos de negócio, ou por qualquer outro direito de propriedade intelectual, transmitida sob qualquer forma de uma Parte à outra Parte, deve permanecer como propriedade da Parte divulgadora, exceto se de outra forma expressamente estabelecido entre as Partes. Se ocorrer o término deste Acordo, as Partes deverão devolver as Informações Confidenciais recebidas uma da outra e suas respectivas cópias, ou alternativamente, a pedido da Parte divulgadora, a Parte receptora poderá destruir todas as Informações Confidenciais e suas eventuais cópias, fornecendo para a Parte divulgadora um certificado de destruição de tais Informações Confidenciais.

7. Cada Parte deve garantir que seus empregados, diretores, contratados e sub-contratados e quaisquer outras pessoas que tenham conhecimento das Informações Confidenciais por seu intermédio, conforme definido neste Acordo, observem e se obriguem a cumprir todas as obrigações contidas neste Acordo, como se estes empregados, diretores, contratados e sub-contratados fossem parte deste Acordo. Cada Parte deve requerer que as pessoas (físicas e jurídicas) mencionadas nesta cláusula assinem um termo de conhecimento e aceitação deste Acordo, com exceção de seus empregados e diretores, desde que mencionada Parte possua uma política interna de confidencialidade aplicável aos mesmos.

8. O presente Acordo não confere a uma Parte, expressa ou implicitamente, o direito de fazer declarações ou comprometer-se em nome da outra Parte.

9. O presente Acordo não gera para as Partes a obrigação mútua de contratar ou sub-contratar ou estabelecer quaisquer negócios entre si ou terceiros.

10. Os direitos e obrigações do presente Acordo não poderão ser transferidos ou cedidos por qualquer das Partes, sob nenhum motivo, sem a prévia anuência, por escrito, da outra Parte.

11. As Partes declaram e garantem a adequação e o cumprimento de toda legislação aplicável relativa à exportação, re-exportação, transferência ou divulgação dos dados técnicos previstos neste Acordo, sem prejuízo do seguinte:

a) As Partes declaram e garantem que os dados ou informações, controlados por órgão de controle de exportação dos Estados Unidos da América ou de qualquer outro país, e/ou sujeito à jurisdição dos Estados Unidos da América ou de qualquer outro país, somente serão exportados, re-exportados, transferidos ou importados de um país para o outro em consonância com todos os requerimentos exigíveis para cada tipo de dado e informação, na forma de controle aplicável para cada caso.

b) A Parte divulgadora de dado ou informação sujeito a algum controle de exportação de alguma localidade deverá notificar a Parte receptora da existência de tais restrições e da obrigatoriedade de obtenção de licenças (se requeridas), informando ainda, quais são as licenças apropriadas ao caso e enviando cópias das mesmas para a Parte receptora da Informação Confidencial antes da divulgação da mesma.

12. O descumprimento por qualquer das Partes de qualquer obrigação deste Acordo não constituirá novação ou prejudicará o direito da Parte prejudicada em exigir o cumprimento de qualquer cláusula deste Acordo.

13. A **UFSC e a [EMPRESA]**, através do presente Acordo, autoriza as pessoas físicas abaixo qualificadas a terem acesso às Informações Confidenciais, ficando desde já estabelecido que, através da assinatura deste Acordo, as mesmas declaram estarem de acordo com os termos do presente instrumento e que irão cumprir com as obrigações de sigilo e confidencialidade aqui estipuladas.

UFSC: Profa. Dr. **Rozangela Curi Pedroza**

Diretor de Inovação Tecnológica

CPF 390.447.776 - 53

Telefone (+48) 3721-9628

[EMPRESA]

14. O presente contrato produz efeitos a partir da data de sua assinatura, sendo desde já estabelecido vigência de 5 (cinco) anos, contados da data da divulgação de cada Informação Confidencial.

15. Se uma ou mais disposições contidas neste Acordo forem consideradas inválidas, ilegais ou inexecutáveis, a validade, legalidade ou exequibilidade das demais disposições contidas neste Acordo não será, de forma alguma, afetada e continuará plenamente válida de acordo com o permitido pela legislação aplicável.

16. Para dirimir quaisquer dúvidas ou solucionar quaisquer controvérsias resultantes do presente Acordo fica, desde já, eleita a legislação aplicável da República Federativa do Brasil e o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina em Florianópolis, prevalecendo este sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as Partes assim justas e contratadas, assinam o presente Acordo em 3 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, -----

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Profa. Dra. Rozangela Curi Pedroza
Diretora do Departamento de
Inovação Tecnológica

[EMPRESA]

Nome:

Nome:

Título:

Título:

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

UFSC - [NOME DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO PARCEIRA]

PROJETO DE P&D “[Título do projeto]”

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS E DE CONFIDENCIALIDADE

Eu, _____ [NOME COMPLETO], _____
[SOLTEIRO, CASADO, SEPARADO ou DIVORCIADO], _____ [PROFISSÃO], cédula de identidade n.º
_____, expedida no Estado de _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado na

[Av/Rua, n.º, bairro, CEP, cidade], membro [ou COORDENADORA] do Grupo de Pesquisa.

a) a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a seguir denominada UFSC, celebrou um Termo de Cooperação para execução do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento denominado “[Título do projeto]”, a seguir P&D, com [NOME DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO], a seguir [SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO], tendo a [NOME DA FUNDAÇÃO, SE FOR O CASO], a seguir [SIGLA DA FUNDAÇÃO, SE HOUVER] como interveniente administrativa;

b) a UFSC é detentora de conhecimentos, informações e dados confidenciais, utilizáveis por empresas e por instituições de pesquisa, que são ou poderão ser objeto de proteção por direitos de propriedade intelectual, também sendo usuária de conhecimento, informações e dados de terceiros, especialmente da [SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO], sob sua responsabilidade, considerados sigilosos e confidenciais;

c) a Resolução n.º 14 do Conselho Universitário da UFSC, de 25 de junho de 2002, regula a propriedade intelectual no âmbito da UFSC, que o signatário declara ter conhecimento;

d) a Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, art. 195, XI e XII, estabelece que comete crime de concorrência desleal quem divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos, informações ou dados confidenciais, utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços, excluídos aqueles que sejam de conhecimento público ou que sejam evidentes para um técnico no assunto, a que teve acesso mediante relação contratual ou empregatícia, mesmo após o término do contrato; também quem divulga, explora ou utiliza-se, sem autorização, de conhecimentos ou informações a que se refere o considerando anterior, obtidos por meios ilícitos ou a que teve acesso mediante fraude; prevendo aplicação de pena de detenção de três meses a um ano ou multa para o infrator;

e) a legislação penal e da propriedade intelectual prevê outros delitos que podem ser considerados crimes e que se aplicam também sanções civis de caráter indenizatório e administrativo, sem prejuízo das penas criminais cabíveis;

CONSIDERANDO que:

f) tenho o dever de informar à **UFSC** sobre qualquer determinação judicial para dar testemunho sobre conhecimentos, informações ou dados a que tiver acesso direto ou indireto na geração de conhecimento mencionado neste termo;

g) a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para contratos da Administração Pública, estabelece no Art. 111 que a Administração só poderá contratar **P&D** ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos, e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no ajuste para sua elaboração, e que se o **P&D** referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, **P&D**, fixação em suporte físico de qualquer natureza ou digital e aplicação da obra.

DECLARO que tenho pleno conhecimento das sanções previstas em leis relacionadas à propriedade intelectual no caso de revelar ou usar os conhecimentos, informações ou dados de qualquer **P&D** ou trabalho técnico-científico desenvolvido ou em fase de **P&D** pela **UFSC**, especialmente entre a **UFSC** e a **[SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO]**, sem a prévia autorização por escrito das partes envolvidas.

DECLARO ainda que:

CLÁUSULA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

1 – Cedo gratuitamente os meus direitos e potenciais direitos de Propriedade Intelectual que resultarem da **P&D** para a **UFSC**, que poderá dispor livremente desses direitos sem necessidade de anuência, inclusive transferindo para a **[SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO]** e a terceiros, se for o caso.

2 – A cessão, referida no item “1”, incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, **P&D**, fixação em suporte físico de qualquer natureza e respectiva aplicação industrial, independente de pedido de Patente ou de Registro por algum dos ramos dos direitos de propriedade intelectual.

3 – Tratando-se de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos à **UFSC** os direitos patrimoniais, inclusive uso e exploração econômica, sobre o resultado da **P&D**, respeitada a nomeação do autor/inventor/criador, aplicando-se o disposto no item “1”.

4 – Considera-se incluída nesta cessão de direito, e desenvolvida na sua vigência, qualquer criação relacionada ao **P&D** que for requerida até um ano após a sua conclusão.

PREFERÊNCIA NOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

CLÁUSULA DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

5 - Estou obrigado pelo prazo de dez (10) anos, a partir desta data, a manter sob sigilo todas as informações que me forem transmitidas pela **UFSC** e pela **[SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO]**, visando à execução da **P&D**, bem como de todas aquelas originárias da Universidade e da Empresa, independentemente de serem privilegiáveis ou não, sendo respeitadas as regras de propriedade intelectual.

6 - Quaisquer informações obtidas por mim durante a execução da **P&D** nas dependências da **UFSC** ou da **[SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO]** ou delas originárias, devem ser mantidas em sigilo nos termos e prazos do item “5”.

7- Qualquer divulgação de informação, em contrariedade ao disposto no item “6”, somente será admitida nas situações e formas previstas pelos itens “10”, “11” e “12”.

8 - Eu reconheço que as especificações técnicas, para fins do sigilo deste instrumento jurídico e da **P&D**, não são passíveis de apropriação por mim ou por terceiros, sendo propriedade da **UFSC** e da **[SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO]**.

9 - O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importarão:

- I. em qualquer hipótese, na responsabilidade por perdas e danos;

- II. na adoção dos remédios jurídicos e sanções cabíveis por força da legislação pertinente, mencionada nos considerandos deste Termo ou nas leis brasileiras;
- III. para fins de sanção administrativa interna na **UFSC**, o descumprimento da obrigação de sigilo tem caráter de irregularidade grave.

10 - Somente será legítimo, como motivo de exceção à obrigatoriedade de sigilo, ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- I. a informação já era conhecida anteriormente à assinatura deste Termo;
- II. houve prévia e expressa anuência da **UFSC** e da **[SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO]**, mediante autorização do Departamento de Propriedade Intelectual e da maior autoridade do órgão responsável pelo **P&D** na empresa, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade;
- III. a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente instrumento jurídico;
- IV. determinação judicial ou governamental para conhecimento das informações, desde que notificada imediatamente à **UFSC** e à **[SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO]**, previamente à liberação, e sendo requerido segredo de justiça no seu trato judicial ou administrativo.

11 - Qualquer divulgação sobre qualquer aspecto ou informação sobre o presente instrumento está adstrita à prévia autorização da **UFSC** e da **[SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO]**.

12 – Para cumprimento do item “11”, eu concordo em submeter, por escrito, à aprovação, qualquer matéria decorrente da execução da **P&D** a ser eventualmente divulgada por meio de publicações, relatórios, eventos, trabalhos de conclusão de curso (TCC, monografia, dissertação, tese) e outros.

13 - Publicações, publicidades ou divulgações de quaisquer naturezas relativas ao **P&D** e às demais atividades correlatas, quando autorizadas, mencionarão explicitamente a participação da **UFSC**, da **[SIGLA DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO]** e da **[FUNDAÇÃO, SE HOUVER]**, como entidades promotoras da **P&D**.

14 – NO CASO DE DÚVIDA, reportar-me-ei ao responsável pelo **P&D** e também ao Departamento de Inovação Tecnológica da **UFSC** para obter orientação segura.

15 - Qualquer demanda que envolver a **UFSC** será apreciada pelo foro da Seção Judiciária de Florianópolis da Justiça Federal do Estado de Santa Catarina.

Nada mais havendo a declarar, tendo plena certeza e entendimento da obrigação assumida, assino o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, que também o assinam.

Florianópolis, ____ de _____ de ____.

[NOME COMPLETO – ASSINATURA – RECONHECER FIRMA]

Testemunhas:

[NOME COMPLETO - CPF - ASSINATURA]

[NOME COMPLETO - CPF - ASSINATURA]